

OCTÁVIA DE CARVALHO MARTIN DANZIATO

***ONG'S NO CEARÁ: A PRÁTICA SOCIAL COM ADOLESCENTES
- DEMARCAÇÕES HISTÓRICAS E DISCURSIVAS***

**Faculdade de Educação - FAGED
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Fortaleza, setembro de 1997**

OCTÁVIA DE CARVALHO MARTIN DANZIATO

Dissertação de Mestrado

***ONG'S NO CEARÁ: A PRÁTICA SOCIAL COM ADOLESCENTES
- DEMARCAÇÕES HISTÓRICAS E DISCURSIVAS***

Orientador: Prof. Daniel Soares Lins

**Faculdade de Educação - FACED
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Fortaleza, setembro de 1997

BH/UPG

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

Octávia de Carvalho Martin Danziato

Dissertação aprovada em: _____

Prof. Dr. Daniel Lins

Prof^a. Dra. Angela Therrien

Prof^a. Dra. Celeste Cordeiro

Ao meu marido, Leonardo.
Ao meu filho, Pietro.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Daniel Lins, pelo acolhimento e incentivo. A Ângela Therrien e Celeste Cordeiro, pela seriedade e disponibilidade. Ao Centro de Assessoria ao Adolescente (CASA), *Foundation Terre des Hommes* e Fundação Casa Grande - Memorial do Homem do Kariri, pelos seus trabalhos pioneiros com adolescentes. Ao ESPLAR, IMOPEC e GAPA, pelo acesso ao acervo bibliográfico. A todos os entrevistados, pelo envolvimento. Aos professores do Mestrado Jacques-Therrien, Eliane Dayse, Juraci Cavalcante, Thereza Haguette (*in memoriam*) e André Haguette, pelas contribuições. Aos colegas do Núcleo de Movimentos Sociais do Mestrado, pelas trocas de experiências. A todos que compõem a FACED, incluindo o pessoal da secretaria, cantina, livraria e xerox, pela atenção. Ao CNPQ, por ter possibilitado este “empreendimento”. Aos adolescentes de Guaiúba que me inspiraram nesta “jornada”. Aos demais colegas de Guaiúba, em especial Marília, pelo seu compromisso. Ao curso de sociologia da UNIFOR, pela realização de minha 1ª pesquisa com adolescentes. Às amigas Inês Detsi e Ângela Julita pelo apoio. Ao Ivan Corrêa e Sandra Pedreira que, de forma diferenciada e especial, possibilitaram a continuidade deste percurso. Aos meus amigos, pela cumplicidade, e, dentre eles, Fernanda Cavalcanti pela tradução do resumo (com revisão do prof. Daniel Lins). Aos meus familiares. Ao meu marido, pela dedicação às leituras e horas de conversa. Ao meu filho, pelo seu sorriso.

RESUMO

Este trabalho procurou analisar a prática social das Organizações Não-Governamentais (ONG's) com adolescentes, demarcando suas especificidades históricas e discursivas no contexto do Ceará, visando investigar em que medida se diferenciam das práticas disciplinadoras e normatizadoras de outras organizações sociais.

Pautados no entendimento que Foucault dá a essas questões, procuramos realizar uma história arqueológica da categoria adolescente através do resgate das práticas destinadas aos adolescentes no Ceará, desde o início do séc. XX, tentando demarcar os discursos que subsidiaram tais práticas. No decorrer desta historicização situamos, em especial, o movimento em defesa da criança e do adolescente, contexto no qual vieram se estabelecer as ONG's voltadas para a população infanto-juvenil.

Tais organizações caracterizam-se por uma postura ético-política com relação à questão do poder. No entanto, à falta de uma analítica do poder, acabam por reproduzir o discurso medicalizante, incorporando o dispositivo da sexualidade em suas práticas educativas com adolescentes, subsidiando, também, práticas disciplinares e normativas.

Por outro lado, acreditamos que uma maior infiltração do biopoder nestes micro-espacos tenha acontecido em função de um esvaziamento quanto às discussões teórico-metodológicas, as quais se deram em função de um contexto que propiciou um certo pragmatismo e imediatismo de suas condutas.

Ressaltamos estes dois aspectos por considerá-los vitais e decisivos para o comprometimento de um trabalho que procura, efetivamente, contribuir para a inserção social do sujeito adolescente.

Esperamos que as atividades de redefinição institucional atualmente desenvolvidos em algumas ONG's, possam incorporar algumas das reflexões aqui introduzidas ampliando as discussões ora em curso na área da sistematização metodológica.

RÉSUMÉ

Cette étude analyse les pratiques sociales des Organisations Non Gouvernementales (ONG) en direction des adolescents, leurs particularités historiques et leurs discours au Ceara; ce en quoi elles se distinguent des pratiques disciplinaires et normatives des autres organisations sociales.

A partir de l'approche envisagée par Foucault, nous avons cherché à mettre en oeuvre une histoire archéologique de la catégorie adolescent, à travers la récupération des pratiques destinées aux adolescents du Ceara, dès le début du XXe. siècle et en essayant de cerner les discours qui ont soutenu ces pratiques. Au long de cette étude historique, nous avons situé notamment le mouvement en faveur de l'enfant et de l'adolescent, contexte dans lequel se sont installées des ONG destinées au public infanto-juvénile.

Ces organisations se caractérisent par leur posture éthico-politique par rapport à la question du pouvoir. Cependant à défaut d'une véritable analyse du pouvoir, elles finissent par reproduire le discours médicalisant en incorporant le dispositif concernant le sexualité à leurs pratiques éducatives destinées aux adolescents, en soutenant aussi des pratiques disciplinaires et normatives.

D'un autre point de vue, nous croyons qu'une plus forte infiltration du biopouvoir a eu lieu dans ces micro-espaces en raison d'un affaiblissement des discussions théorico-méthodologiques, en fonction d'un contexte qui a permis un certain pragmatisme ou immédiatisme de leurs conduites.

Nous avons souligné ces deux aspects car nous les considérons fondamentaux et décisifs en ce qui concerne l'engagement d'un travail qui cherche effectivement à contribuer à l'insertion sociale du sujet adolescent.

Nous espérons que les activités de redéfinition institutionnelle que certaines ONG développent actuellement pourront incorporer quelques unes des réflexions développées dans cette étude et élargir les discussions en cours dans le domaine de la systématisation méthodologique.

ÍNDICE

Apresentação	09
<u>Capítulo I</u> - ONG's e Adolescência - Demarcação Metodológica	16
I.1 Da "História" do Objeto	16
I.2 Adolescência e Discurso - A Respeito da Problemática	20
I.2.1 A Questão do Discurso no <i>Locus</i> Institucional das ONG's	20
I.2.2 O Discurso sobre a Adolescência: Sexualidade e Normatização	23
I.3 Da Metodologia - Considerações Genealógicas	30
I.3.1 Pressupostos Teóricos - Discurso e Genealogia	30
I.3.2 Organização da Pesquisa de Campo	43
<u>Capítulo II</u> - Trabalhos com Adolescentes - Demarcação Histórica	51
II.1 A História Anterior ao Estatuto	51
II.2 O Advento do Estatuto	77
II.3 A Legitimação do Estatuto	87
<u>Capítulo III</u> - ONG'S - Demarcação Institucional	119
III.1 ONG's: Contexto Sócio-Político	119
III.2 ONG's de Destinadas aos Adolescentes - Demarcação Local	147
<u>Capítulo IV</u> - ONG's e Adolescência - Demarcação Educacional	173
IV.1 O Campo Educativo das ONG's	173
IV.2 A Concepção de Adolescência - Demarcação Discursiva das ONG's	183
Considerações Finais	206
Siglas	213
Referências Bibliográficas	215
Anexos:	
Relação das ONG's no Ceará	226

...Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.

*Michel Foucault
(A Arqueologia do Saber. 1995: 20.)*

Gostaria que um livro, pelo menos da parte de quem o escreveu, nada fosse além das frases de que é feito; que ele não se desdobrasse nesse primeiro simulacro de si mesmo que é um prefácio, e que pretende oferecer sua lei a todos que, no futuro, venham a formar-se a partir dele. Gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se fragmentasse, se repetisse, se simulasse, se desdobrasse, desaparecesse enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez reivindicar o direito de ser seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro devia ser. Em suma, gostaria que um livro não se atribuísse a si mesmo essa condição de texto ao qual a pedagogia ou a crítica saberão reduzi-lo, mas que tivesse a desenvoltura de apresentar-se como discurso: simultaneamente batalha e arma, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível.

*Michel Foucault
(História da Loucura. 1991: VIII.)*

APRESENTAÇÃO

Sabe-se que a modernidade instaurou um discurso sobre um sujeito até então não falado. Com o advento do renascimento e o resgate do homem enquanto sujeito histórico promovendo os interstícios que compõem nossa história, foi dado a saber a respeito desse sujeito.

As novas relações instauradas na modernidade induziam os saberes a olhar este novo objeto, de onde se constituíram discursos sobre o homem moderno e cujo resultado mais evidente foi o advento das ciências humanas. Como Foucault aponta, existe uma relação de mútua implicação entre saber e poder. As ciências humanas vão se constituir mediante saberes suscitados pelas novas formas de relações de poder que advém com o surgimento do capitalismo.

É neste contexto histórico que a adolescência surge no saber ocidental “nas formas jurídicas e no mapeamento panóptico da medicina e da pedagogia, com tudo o que isso implica de vigilância e poder disciplinar”¹. Reproduzindo o discurso médico da sexualidade e praticamente desconhecendo a existência da sexualidade como o eixo fundamental na estruturação do sujeito, a pedagogia com adolescentes acaba por exercer uma prática educacional disciplinar e normativa.

Uma das práticas de ensino desenvolvidas com adolescentes está no campo da educação popular e vem sendo implementada, sobretudo, pelas Organizações Não-Governamentais (ONG's). Na medida que estas organizações desejam colaborar no sentido da “democracia”, da “cidadania”, e, entendendo que a prática pedagógica ao lidar com o saber, articula-se, também, com a questão do poder, pretendemos com esta pesquisa investigar se as práticas sociais das ONG's rompem com as práticas normatizantes instituídas pelas diversas organizações destinadas aos adolescentes ao longo da história.

Embora este trabalho não tenha se efetivado enquanto pesquisa de intervenção, os dados analisados constituem-se numa oportunidade para compreensão de outras nuances onde se aportam o poder, podendo contribuir no sentido de tornar um grupo

de agentes/atores sociais cautelosos com o que aparentemente está calmo, estático, ou rotineiro, transformando-se em vigilantes de suas próprias inserções institucionais. Ou seja, tal grupo poderá constituir-se como dispositivo na organização visando a legitimá-la, permanentemente.

Ao “desnaturalizar” o discurso sobre a adolescência, esperamos fornecer condições de questionamento e, portanto, resistência a um discurso que para além de proporcionar uma emancipação do adolescente, o circunscreve numa relação de poder disciplinador de sua subjetividade, campo de sobrevivência e perpetuação deste mesmo poder.

Tal discurso foi delineando-se a partir da medicina social que inaugurou, juntamente com outras ciências contemporâneas, o biopoder como técnica de governamentalidade. À medicina social, em especial, destinava-se o controle dos corpos como forma de exercício do poder do Estado.

Veremos que à medida que o discurso sobre a adolescência e sexualidade foi se delineando, foram instauradas práticas sociais que perpetuariam tal discurso. Tais práticas tinham como objetivo o reforço Estatal, através de um outro poder, agora não mais centralizador, não advindo diretamente dos aparelhos do Estado, mas das instâncias nas quais viria a disseminar-se e perpetuar-se: os espaços institucionais. Tais espaços são “providos” de um poder, cuja sutilezas da burocracia instaurada muitas vezes dissimula este “micropoder”. E que, via práticas discursivas, institui práticas sociais normatizadoras, através das quais possa efetivar-se e perpetuar-se.

Assim, é da prática das ONG's sustentadas por um determinado saber e sua relação com o poder que tratamos, e que denominamos de práticas discursivas. Práticas discursivas que não remetem-se ao saber científico, mas ao saber que o antecede instituindo um discurso que poderá, ou não, ser tomado pela ciência.

Portanto, não haverá como falarmos sobre o discurso do adolescente subjacente às práticas/políticas governamentais e, especialmente, não-governamentais, prescindindo da questão do poder, pois são as relações de poder que constituem tal discurso. A genealogia de Foucault apresenta estas preocupações. Considerando

¹ ALBERTI, Sonia. *Esse Sujeito Adolescente*. Rio de Janeiro, Edit. Relume-Dumará, 1996: 53.

nossas preocupações e as categorias centrais de Foucault, foi que desenvolvemos nossa pesquisa, o que determinou a seguinte estrutura do presente trabalho:

O **primeiro capítulo** procurará discutir a questão teórico-metodológica, atendo-se ao esmiuçamento do pensamento foucaultiano, base e trilha para a elaboração de nosso trabalho. Apresentaremos a “inspiração” do nosso objeto e a “conformação” de nossa problemática e em seguida, nos pressupostos teórico-metodológicos, esboçaremos o embasamento de nossa pesquisa: a genealogia de Foucault, onde então explicitaremos os conceitos fundamentais de seu pensamento que nos subsidiarão para o entendimento da questão do poder e de suas produções. Esta é a aproximação que procuramos fazer neste trabalho, como já foi dito, da questão do discurso e o poder aí “instalado”, onde nos respaldaremos na pesquisa histórica como recurso indispensável para o resgate da construção das práticas discursivas sobre a adolescência e, conseqüentemente, para a descrição das práticas sociais instauradas para o “atendimento” ao adolescente.

Assim embasados e, privilegiando a arqueologia² num primeiro momento, procuraremos no **segundo capítulo** responder “como” o discurso a respeito dos adolescentes apareceu e se transformou no contexto histórico de Fortaleza (CE), a partir das “inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições”³ destinadas à circunscrição destes e, a partir do uso de diversos dispositivos, à sua normalização.

Procuramos, então, identificar as primeiras organizações que se voltaram para o adolescente no Ceará, através das quais o Estado iria firmar-se com a prática do biopoder, reportando-nos ao início deste século, onde grande parte dos trabalhos voltados para a criança e o adolescente vinham sendo desenvolvidos por organizações filantrópicas passando, em seguida, as organizações governamentais a encamparem este tipo de iniciativa. Tais trabalhos desenvolveram-se sob a égide da doutrina da situação irregular que estabelecia uma prática coercitiva e cujos auspícios instaurou o uso da violência no cotidiano destes espaços destinados às crianças e adolescentes.

² Segundo a arqueologia, as práticas discursivas que subsidiam os trabalhos desenvolvidos com adolescentes (práticas sociais) encontram-se interligadas com fenômenos não-discursivos através de “formas específicas de articulação” (Cf. MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber - A Trajetória da Arqueologia de Foucault**. 2 ed.. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988: 166). Tais fenômenos não-discursivos, a nosso ver, correspondem à economia, política, educação representados pelas suas respectivas instituições, a saber, indústrias, partidos, escolas, dentre outros.

³ Cf. MACHADO, Roberto. “Por uma Genealogia do Poder”. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, Tradução e Introdução de Roberto Machado. 9º. ed.. Rio de Janeiro, Edit. Graal, 1990: X.

Passados $\frac{3}{4}$ de século, surge um novo ator no “palco das lutas sociais no Brasil”: o movimento social em favor das crianças e adolescentes que, em defesa dos direitos desta parcela da população, vem questionar e denunciar as práticas institucionais vigentes até então e propor a elaboração de um código jurídico que possa reconhecê-los como “sujeitos de direitos”, dando fim às arbitrariedades usuais que se davam nos diversos campos da sociedade. Foi neste contexto que assistimos a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e, como prosseguimento deste movimento, vimos também surgir outras ações a favor da legitimação de seu conteúdo.

Todos os trabalhos destinados aos adolescentes que vão se constituindo ao longo do século, vão contribuindo para a acumulação de um saber sobre estes indivíduos, de forma a “construir” um discurso que, por sua vez, venha a legitimar o aprimoramento dessas mesmas práticas. Estas práticas se dão subsidiadas por um aparato legal que permita esse aprimoramento com a instauração de organizações destinadas especificamente para a circunscrição desses adolescentes, onde serão investidos por uma perícia “multidisciplinar” que a medida que irá se especializando sobre o saber “adolescência”, vai aperfeiçoando os dispositivos necessários para normatizá-lo.

Assim, todas as legislações e práticas voltadas para o adolescente estão fundamentadas num determinado discurso que vem consubstanciar suas “existências”. As políticas governamentais, subsidiadas pelo aparato jurídico/legal, e todo o percurso das organizações decorrentes de suas determinações, nos revelarão que o adolescente está submerso em projetos que não pretendem reconhecê-lo como “sujeito”⁴, especialmente em um país cuja população jovem é bastante numerosa. Será, então, a sociedade civil que se encarregará de reinscrevê-lo no curso das políticas sociais enquanto “sujeito de direitos”, procurando a legitimação do Estatuto.

Neste momento, a sociedade civil, na sua articulação em prol dos direitos da criança e do adolescente, vem inaugurar um outro modelo institucional no trabalho

⁴ O termo “sujeito” aqui não está usado com a conotação dada por Foucault e que será melhor explicitada posteriormente (ver notas de rodapé no. 21 e 22 do capítulo I). Aqui, e em outros momentos, falaremos de um sujeito, ou melhor ainda, da afirmação/reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito, entendido segundo a Psicanálise enquanto sujeito de desejo. No entanto, este sujeito também é “assujeitado” ao desejo do Outro. Embora não pretendamos aqui esmiuçar esse conceito psicanalítico, queremos ressaltar que ao darmos uma conotação de sujeito enquanto prenhe de uma subjetividade que deve ser valorizada/reconhecida, não estaremos, necessariamente, contradizendo o sentido dado por Foucault. E, embora o sujeito para a Psicanálise constitua-se subjugado ao desejo do Outro, não impõe também um determinismo ou fatalismo nas suas relações com os outros. Apesar das relações de poder, ou mesmo apesar do Outro, o indivíduo deve advir enquanto sujeito procurando encaminhar seu desejo nessas relações.

com adolescentes vinculado às ONG's. Tais instituições virão solidificar as ações previstas no Estatuto e apresentarão, nos anos 90, uma forma de atuação diferenciada da que se realizava até então, que será a realização de parcerias junto ao governo. Este será chamado a cumprir e reconhecer o Estatuto. É neste contexto que as ONG's virão se estruturar, e a compreensão deste processo será mais um dado para que possamos esmiuçar e compreender o discurso destas com relação à adolescência.

Procuraremos então, no segundo capítulo, traçar um histórico no que se refere às legislações e práticas institucionais voltadas para o adolescente que antecedeu a década de 90, no Ceará, destacando todo o movimento que culminou na elaboração do ECA⁵. Ressalvemos, que à medida que formos nos aproximando da contemporaneidade não “contabilizaremos” as ações provindas dos espaços governamentais, pois procuraremos destacar os movimentos e práticas provindas da sociedade civil (anteriormente denominada iniciativa privada), berço de estruturação das ONG's.

Sabemos que a análise das formações discursivas, da qual trata a arqueologia, se dá através de uma descrição dos enunciados. Tendo apresentado alguns enunciados referentes à questão do adolescente, que foram se estabelecendo ao longo do século, prosseguiremos a análise de tais formações discursivas, levando em consideração uma das características do enunciado: sua existência material, ou seja, o âmbito institucional no qual se insere⁶.

O enunciado, ou o discurso, sendo considerado como “um conjunto de regras dado como sistema de relações” e, tendo em vista que tais relações caracterizam tal discurso como uma prática, prática discursiva, significa definir o discurso como “um conjunto de regras, anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de existência da função enunciativa”⁷.

⁵ As partes do capítulo II estão delimitadas em função do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por terem assim se respaldado as ONG's que vieram a trabalhar com a criança e o adolescente pós-90. Foi um procedimento proveitoso na medida que pudemos demarcar em três períodos a historicização formulada.

⁶ “A materialidade constitutiva do enunciado é de ordem institucional. Uma frase dita na vida cotidiana, escrita em um romance, fazendo parte do texto de uma constituição ou integrando uma liturgia religiosa não constitui um mesmo enunciado. A identidade do enunciado é dependente de sua localização em um campo institucional. A instituição constitui a materialidade do que é dito e, por isso, não pode ser ignorada pela análise arqueológica” (MACHADO, 1988, op. cit.: 169-170).

⁷ Ídem: 171.

Procurando, então, demarcar o campo institucional do discurso que pretendemos analisar e, dando prosseguimento a um levantamento que procure dar conta, em parte, das condições de existência deste discurso, iremos apresentar, no **terceiro capítulo**, a constituição das ONG's no cenário nacional e, mais especificamente, no Ceará.

Iremos, portanto, continuar a investigação a respeito da articulação do fenômeno discursivo com o não-discursivo, agora atendo-nos às Organizações Não-Governamentais (ONG's), “fazendo aparecer em sua pureza o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos”⁸. Procuraremos, apresentar um resgate de sua constituição histórica, seja reportando-nos ao seu surgimento, no contexto histórico do Brasil e no Ceará, seja reportando-nos às suas especificidades institucionais, de forma a melhor nos embasarmos sobre as peculiaridades de suas atividades com adolescentes e, conseqüentemente, podermos nos deter sobre as práticas discursivas específicas destas com relação à adolescência.

Ressalvemos, que o “que interessa à arqueologia não são os discursos possíveis, discursos para os quais se estabelecem princípios de verdade ou de validade a serem realizados; ela estuda os discursos reais, que foram efetivamente pronunciados e que se apresentam como uma materialidade”⁹, materialidade esta que diz respeito ao conjunto de suas regras dadas como sistema de relações. Estas relações constituindo o discurso, caracterizam-no como prática. Assim, tendo em vista que tais relações se dão contextualizadas num determinado *locus* institucional, falar da materialidade do discurso, é, em última instância, falar das instituições, na medida que por “instituição” entende-se um conjunto de relações que se dão numa determinada estrutura organizacional, conferindo a “identidade” da organização.

A partir do “como” os saberes foram configurados em suas positivities e de como se instituiu o tipo de organização em apreço - as ONG's - partiremos para uma tentativa de explicar o “porquê” do aparecimento do saber “adolescência”, e especialmente de como poderá vir a constituir-se como “elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica”¹⁰.

⁸ Ídem: 166.

⁹ Id. Ibid.

¹⁰ MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, 1990, op. cit.: X.

Sendo assim, no **quarto capítulo**, falaremos das ONG's no Ceará introduzindo a questão da educação popular, âmbito no qual vieram a desenvolver trabalhos destinados aos adolescentes. Será através dos projetos educativos implementados junto aos adolescentes que verificaremos que o discurso da adolescência que subsidia a prática dos profissionais destas instituições, está diretamente vinculado ao discurso da sexualidade. Neste sentido, analisaremos esta vinculação demonstrando que os trabalhos educativos, notadamente aqueles referentes à sexualidade, são embasados na visão médica e educacional, cuja pedagogia reproduz o discurso normativo implementado pelas demais organizações sociais destinadas aos adolescentes. Embora sob outras “metodologias”, tais trabalhos não rompem em definitivo com a prática disciplinadora. Esta prática normativa se efetiva na reprodução de um discurso que com o desenvolvimento dos trabalhos de redefinição institucional, que ora as ONG's desenvolvem, aprofundando-se efetivamente em uma de suas etapas constituintes que se refere à sistematização metodológica, poderá ser percebido através de um redimensionamento metodológico que incorpore reflexões teóricas, analíticas que tratem do discurso e do poder.

Enfim, embora tenhamos elaborado alguns comentários ao final de cada capítulo, em nossas **considerações finais** procuraremos destacar o que acreditamos ter sido fundamental em nossas análises, propondo uma reflexão que possa dar subsídios para pensarmos uma “transformação” das relações de poder ora implementadas nas atividades com adolescentes. Certamente, tais considerações não caminham no sentido de uma “conclusão” por pensarmos que este trabalho é apenas uma introdução a um campo vasto de investigação que ainda encontra-se a “descoberto” nas academias: histórico sobre trabalhos desenvolvidos com adolescentes no Estado do Ceará; resgate histórico e prática das ONG's; pesquisa sobre educação popular para adolescentes, que não se atenha à alfabetização etc.. Esperamos, assim, poder contribuir para estas temáticas, introduzindo um campo de “reflexão e trabalho”.

- CAPÍTULO I -

ONG'S E ADOLESCÊNCIA - DEMARCAÇÃO METODOLÓGICA

I.1 - DO OBJETO

A partir de um trabalho no município de Guaiúba (CE), no período de 1991 a 1993, foi se delineando o interesse pelo tema em questão, ou seja, adolescência e discurso. Atuamos neste empreendimento na condição de bolsistas do Programa de Assistência Integrada à Saúde (PROAIS), trabalhando no Centro de Apoio ao Adolescente (CAA.), coordenando as atividades de grupo e realizando atendimentos psicoterápicos individuais. Posteriormente, fomos contratados pela prefeitura do referido município permanecendo no trabalho com os adolescentes e realizando atendimento clínico no posto de saúde do município.

Implantado pelo PROAIS, departamento de extensão da Universidade Federal do Ceará financiado pela Fundação Kellogg's (EUA), e contando com o apoio da prefeitura do município, tal projeto visava o atendimento multidisciplinar do adolescente de forma que, atendendo suas necessidades básicas, pudesse ao mesmo tempo envolvê-lo em sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento da mesma.

A equipe era composta, principalmente, por psicólogo, enfermeiro e pediatra, mas contava com trabalhos de outros profissionais como nutricionista, dentista, ginecologista, assistente social etc. Tal equipe desenvolvia ações prioritariamente na área da saúde, no campo da medicina social, cujo objetivo central era a prevenção de problemas diagnosticados como freqüentes nesta faixa etária e a educação para a cidadania, de forma que os adolescentes tivessem informações sobre seus direitos, bem como fossem alertados quanto aos deveres, dentre eles o de participar da vida comunitária, sobretudo repassando as informações obtidas no CAA.

Dentre as ações desenvolvidas, destacavam-se o trabalho de socialização a partir de atividades em grupo que tratassem dos temas relativos à saúde com finalidade de profilaxia, e outros temas relativos à adolescência cujo interesse fosse manifestado por

eles. Nestes encontros grupais, procurava-se sempre trazer alguns pontos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para reflexão. Outras ações diziam respeito ao acompanhamento das vacinas; ao acompanhamento dentário; ao acompanhamento da alimentação, crescimento, peso etc.; ao acompanhamento ginecológico/urológico; atividades de lazer (ping-pong, jogos, passeios etc.); formação de cursos profissionalizantes; e outros. Sempre que possível, as atividades incentivavam os trabalhos em grupos, e nestes, procurávamos envolvê-los diversificando os trabalhos, seja através de dinâmicas, vídeos, palestras com convidados de outras organizações etc.

O tema da educação sexual sempre retornava, seja através dos adolescentes ou dos profissionais. Logo que iniciamos, foi elaborado um “curso de educação sexual” cuja ênfase no aspecto orgânico era marcante e cujo resultado junto aos adolescentes não foi satisfatório, tanto em termos de envolvimento com o curso como, conseqüentemente, de assimilação das informações. Num outro momento, tendo em vista a freqüência do tema, procuramos organizar outro curso onde privilegiasse a própria fala dos adolescentes com relação à sexualidade, o que trazia, outros pontos que não se prendiam à questão orgânica. Tendo então uma maior abertura para discussões que envolvessem as questões de ordem mais subjetiva, tal curso obteve melhores resultados, dentre eles o envolvimento dos adolescentes que foi bem maior. No entanto, prevalecia o caráter informativo uma vez que o discurso fundamentava-se no referencial científico com fortes conotações organicistas. Havia uma impregnação do discurso médico-científico que sempre retomava as discussões, mesmo quando eram dirigidas para aspectos mais da ordem do subjetivo. O que, acreditamos, corroborava para a ingerência deste referencial na estrutura subjetiva dos adolescentes, favorecendo um determinado controle sobre seus comportamentos justificando-se pelas “problemáticas” advindas do “exercício da sexualidade”.

A despeito destas nuances, veladas e dificilmente identificáveis no âmbito institucional, os adolescentes tinham uma predileção especial pelas atividades de grupo que envolvessem temas relacionados à sexualidade, como também pelos cursos profissionalizantes e pelas atividades de lazer. E, apesar da intenção relativa ao

retorno para a comunidade, ao caráter extensivo dos trabalhos, os adolescentes tinham uma certa dificuldade em comprometer-se com este objetivo.

Como estratégia para trabalhar a questão do compromisso, procuramos estruturar o CAA de forma que pudessem se co-responsabilizar com os trabalhos desenvolvidos. Foram estabelecidas normas de funcionamento a partir deles próprios, foram formadas equipes para realizar tarefas de manutenção, administração, relações públicas etc.

No entanto, acreditávamos que a forma como eram engendrados na comunidade, principalmente pela família e escola, cujo discurso subsidiava-se em conceitos tais como “adolescência é uma fase de crescimento e desenvolvimento” e cujo corolário era a visão de que suas capacidades também estariam “em formação”, dificultava o reconhecimento deles próprios como capazes de responsabilizar-se por determinadas tarefas, assumindo-se enquanto sujeitos de ação. Havia todo um discurso a respeito da adolescência que não coadunava-se com nossas propostas, e que era essencialmente normativo, pois pressupunha que aos adolescentes sempre convinha uma orientação sem a qual não “comportavam-se como o esperado”. Ademais, tal discurso encontrava-se disseminado nos diversos espaços institucionais, não se tratando, assim, de uma especificidade da organização familiar ou educacional.

Assim, no decorrer desta experiência debatemo-nos com as limitações do projeto e constatamos que tais limitações estavam imbricadas, fundamentalmente, em algo que lhes perpassava: a instituição. Entendendo-se, aqui, instituição não como o espaço composto pelos recursos físicos, materiais e humanos, ou seja, a estrutura organizacional, e sim como um espaço composto pelas diversas relações estabelecidas pelos seus elementos constituintes cujo cerne é constituído pela prática discursiva destes. Segundo Eugene Enriquez, “a instituição é aquilo que dá início, aquilo que instaura as formas sociais, aquilo que permite que elas sejam mantidas, socializadas e instaladas na duração. A instituição, é portanto, um elemento social da regulação social global”¹.

O próprio CAA era portador de um discurso que contrapunha-se ao nosso projeto, seja veiculado pelos profissionais nele inseridos, seja reforçado pelas relações estabelecidas com as demais instâncias institucionais, dentre elas a universidade e,

¹ O Mal Estar nas Organizações. Recife, Edit. Litteris, 1990: 73.

sobretudo, a prefeitura, da qual passamos a ser incorporados formalmente. Esta, tendia a manter-se contrária aos objetivos traçados, por mais que se comprometesse com eles, e, ademais, não nos apercebíamos que, inseridos naquele espaço, de alguma forma legitimávamos sua dinâmica. Pois, toda organização institui-se tendo em vista determinada prática discursiva, onde o discurso socialmente instituído relacionado à adolescência subsidia as práticas sociais destas mesmas organizações e encontra-se ramificado seja na organização familiar e nas escolares, conforme dissemos, como também nas organizações universitárias, governamentais etc. Enquanto profissionais, e tendo em vista nosso percurso nestas diversas organizações, acabamos por assimilar e a reproduzir alguns desses discursos.

Percebemos, agora, que somente conseguimos efetivamente nos diferenciar de um discurso dominante, socialmente instituído - e legitimado pelas organizações, quando conseguimos compreender algumas nuances e alguns dispositivos que permeiam tais espaços. Assim, à medida que não reconhecemos que estamos inseridos numa dinâmica institucional a qual veicula uma determinada prática discursiva, tendemos a exercer uma prática reprodutiva, ainda que nos proponhamos o contrário.

Ao longo do tempo, tomamos conhecimento de outros projetos afins em diferentes localidades e, ao sabermos que as Organizações Não-Governamentais (ONG's) vinham encampando grande parte destes projetos e que trabalhavam pautadas num ideal de "democracia" e de afirmação da "cidadania", perguntamo-nos se tais projetos estariam isentos do discurso socialmente instituído com relação à adolescência, ou seja, normativo, acabando por reproduzi-lo, de alguma forma, igualmente como o CAA. Discurso esse que veicula a adolescência a um ostracismo ao conceber o adolescente como estando eminentemente ocupado com questões meramente individuais (estudos, amigos, namoro etc.) e, portanto, distante de questões de âmbito macro - estas a cargo dos "adultos" (política, cultura, economia etc.); e, em decorrência dessa visão essencialista, veicula a adolescência a um enaltecimento da sexualidade, numa visão que basicamente desconhece tanto a existência da sexualidade desde o nascimento como eixo fundamental na estruturação do sujeito, tanto quanto desconhece que este saber foi organizado na modernidade via medicina

com vista ao exercício de um determinado poder². Neste sentido, tal discurso tem contribuído para uma prática educacional disciplinar³ elegendo como tema central a sexualidade como meio de normatização do adolescente⁴.

Dessa feita, compreendendo que qualquer organização, enquanto corpo social, é atravessado por diversas relações de poder cujo estabelecimento e funcionamento relaciona-se a um determinado discurso⁵, cremos - e poderíamos dizer que foi esta nossa hipótese - que mesmo as Organizações Não-Governamentais estão passíveis de desenvolver um processo institucional que venha a impossibilitar os objetivos almejados de uma educação para a “cidadania”⁶.

Traçar um recorte institucional, através de uma demarcação do discurso dos profissionais com relação à adolescência, possibilitou uma maior compreensão de um de seus possíveis entraves. Neste caso, o da reprodução de um discurso socialmente instituído, ainda que velado sob uma linguagem diferenciada pretensamente inovadora e democrática.

I.2 - ADOLESCÊNCIA E DISCURSO, A RESPEITO DA PROBLEMÁTICA

I.2.1 - A Questão do Discurso no *Locus* Institucional das ONG's

Uma das áreas que vem sendo implementadas pelas ONG's tem sido o trabalho direcionado aos adolescentes das classes populares considerados excluídos de grande

² O poder, para Foucault, não é localizável em um determinado lugar, existe e se efetiva através de uma rede de dispositivos que se estende sobre todas as instâncias sociais. Portanto, “o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona (...) como uma maquinaria social” (MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, 1990, op. cit.: XIV). Aprofundaremos este conceito ao tratarmos da “genealogia”.

³ Entendendo-se disciplina como um dos dispositivos que procura “domesticar” os corpos com intenção de exercer um determinado controle, poder.

⁴ A medicina vai apropriar-se do tema da sexualidade como uma forma de prescrever um “cuidado de si” que corresponderá, na realidade, a um dispositivo de controle dos corpos. Como “controle de si”, entenda-se o poder introjetado, poder internalizado.

⁵ Cf. FOUCAULT, 1990, op. cit.: 179.

⁶ Educação esta entendida como sendo um trabalho que visa a emancipação do sujeito, através de um requisito considerado básico para a “democracia” que seria o reconhecimento do “sujeito de direitos”, sujeito este apto a constituir-se como tal a partir de um exercício de poder onde possa fragilizar as tentativas de controle sobre ele. Tal educação insere-se no campo da educação popular, entendida como “uma experiência de ruptura e distanciamento das modalidades tradicionais de Educação (...) Desta maneira, expressamos uma negação categórica a uma educação dirigida aos grupos populares apenas como resposta compensatória...” (VARGAS, Jorge. In: GARCIA, Pedro B. et alii. **O Pêndulo das Ideologias: A Educação Popular e o Desafio da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, Edit. Relume-Dumará, 1994: 105). Constitui-se, assim, como uma “educação para a autonomia e uma possibilidade política para os movimentos sociais que se desenvolvem a partir dos setores populares” (idem: 114).

parte das organizações de nossa sociedade, ignorados enquanto “sujeitos de direitos”. Tal população, encontra-se fragilizada por sua condição psicossocial, cuja atenção por parte do Estado somente se expressou de forma autoritária, impondo normas com objetivo de exercer um controle social, sem o interesse em aprofundar-se a respeito de sua problemática⁷.

Embora tais iniciativas tenham possibilitado um espaço possível de reflexão em torno das questões dos adolescentes e de expressão dos mesmos, sabemos que, em meio às rotinas burocratizantes e demais aspectos ligados ao cotidiano⁸, tais possibilidades se esmaecem comprometendo os objetivos propostos, pelo menos no que se refere à diminuição da delinqüência, prostituição, gravidez precoce, abortos, DST's (doenças sexualmente transmissíveis) etc. Na realidade, tais “canais” não se efetivaram enquanto promotores de um “crescimento e desenvolvimento satisfatório”⁹.

Acreditamos que, apesar da condição econômica, existem outros fatores interferindo na inserção social dos adolescentes, alguns deles relacionados com questões mais subjetivas ainda não “deflagradas” por tais projetos, pois o discurso médico-científico apenas incorpora as “confissões dos adolescentes” na medida que através dele puder imputar um determinado controle¹⁰.

Existem demandas por trás destas iniciativas educacionais relacionadas às altas taxas de gravidez precoce, DST's, mortalidade materno-infantil e outros, juntamente com outras demandas de exercício de poder, cuja manutenção e perpetuação requer uma manipulação e controle dos indivíduos. A adolescência sendo considerada como uma fase potencialmente reivindicadora e geradora de ideais que possam opor-se aos interesses dominantes, torna-se um objeto de trabalho cuja captação, através de um discurso médico-educacional, possa instituir uma medida eficiente de controle social e de disciplinamento destes indivíduos a partir da normatização de suas subjetividades.

⁷ Conforme veremos, no próximo capítulo, através dos serviços implantados pela FEBEMCE, pelas Instituições de Saúde implementando o PROSAD, e outros.

⁸ Aqui, nos baseamos em dados coletados e analisados numa pesquisa realizada nas Instituições de Saúde de Fortaleza que desenvolvem serviços de atendimento ao adolescente, a ser comentada no capítulo 2 (Cf. CARVALHO, Ângela Julita Leitão de, SANTOS, Ma. Inês Detsi de Andrade e DANZIATO, Octávia de Carvalho Martin. **Sexualidade e Adolescência - Discurso e Prática nas Instituições de Saúde**. Fortaleza, 1996. 102 p.).

⁹ Segundo a pesquisa referida (CARVALHO et alii., op. cit.), alguns profissionais colocam que apesar dos trabalhos desenvolvidos em grupo e do aumento da participação dos adolescentes, “a gravidez precoce, no entanto, não tem reduzido (Prof. de Saúde)” (Id. Ibid.).

¹⁰ Cf. Id. Ibid.. Sendo assim, os adolescentes mais acessíveis, são aqueles que invariavelmente sucumbem mais facilmente ao projeto normativo destas Instituições.

Na realidade, se pensarmos que os problemas sociais se dão em determinadas condições históricas, onde “cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de *problemas sociais* tidos como legítimos, dignos de serem discutidos, publicamente, por vezes oficializados e, de certo modo, *garantidos pelo Estado*”¹¹, veremos que as demandas relacionadas à “saúde” do adolescente, foram assinaladas num contexto onde o que se está em jogo são relações de poder. Assim, esta questão possibilita o direcionamento de um trabalho que, ao se arvorar em um discurso médico, cientificista, acaba por circunscrever o adolescente numa prática de esquadramento¹² de sua sexualidade. Tal esquadramento proporciona uma via de normatização que, antes de ser um problema da ordem do sexual propriamente dito, ou do populacional, se constitui num problema de poder e, portanto, político.

Entendendo que o poder encontra formas específicas de atuação, engendrado nas relações estabelecidas num determinado *campus* social, concluímos que os atores sociais ligados às ONG's, direcionados pelos discursos que veiculam, não estão imunes a desenvolver formas peculiares de exercício de poder, mesmo que seja meramente através da reprodução de um discurso que fundamenta suas práticas sociais.

Discurso este constituído pelas praticas discursivas. Tais práticas não se constituem enquanto atividades mecânicas diretamente relacionadas com fatores externos cuja anterioridade as determinam, apenas. São, outrossim, geradas nas próprias instâncias onde se aportam e que constituem a materialidade destas: a instituição.

Para compreender-se como estas práticas discursivas se materializaram na instituição, promovendo a existência das ONG's e dos trabalhos destinados aos adolescentes, é imprescindível resgatar seu percurso histórico. A referência histórica é necessária uma vez que as práticas discursivas, foi construído em função de um determinado contexto histórico, em função de um poder que possibilita a existência deste espaço garantindo-o como extensão de si mesmo. Segundo Enriquez¹³, “é sempre

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa / Rio de Janeiro, Edit. DIFEL / Edit. Bertrand Brasil, 1989: 35.

¹² Tecnologia própria das sociedades disciplinares através das quais constrói-se um “micropoder”. Esta tecnologia disciplinar consiste, portanto, num corpo, indivíduo etc., tomado como objeto a ser analisado em sua partes constituintes, visando a um determinado controle.

¹³ ENRIQUEZ, op. cit. 58.

preciso pensar a micro-política dentro de determinada organização (seja ela de produção ou comunitária) no contexto sócio-histórico e político global do Estado onde se manifesta”.

Devemos lembrar que o poder tem uma natureza produtiva, sendo o saber considerado como uma de suas produções visando efeitos de verdade, de positividade. Por sua vez, sabemos que o discurso é constituído por enunciados que se apresentam como uma positividade, apresentando-se de diversas formas e conjugado por vários saberes, constituindo, assim, vários estilos¹⁴. Dessa forma, não há como falar do discurso sem remetermo-nos a questão do saber-poder, onde o poder constitui-se “como instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes”¹⁵ e, assim, da “conformação” dos discursos.

Por sua vez, o discurso não é estático, pois altera-se na medida que os saberes também diversificam-se, ou melhor, assimilam novos componentes, enunciados, produzidos pelo poder. Poder este “que não é um objeto natural, uma coisa, é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”¹⁶. Desta feita, o movimento institucional e, conseqüentemente, a prática organizacional, estão imbuídos de um discurso que vem constituindo-se e redimensionando-se ao longo do tempo no contexto macro (sócio-histórico) e micro (organização). Portanto, não há como falarmos ou tematizarmos determinados saberes, ou discursos, sem nos reportarmos às suas condições de possibilidade externas, estando tais condições relacionadas a uma natureza essencialmente estratégica, onde apresentam-se como peças de relações de poder.

I.2.2 - O Discurso sobre a Adolescência: Sexualidade e Normatização

A partir de Foucault, sabemos que os discursos que se formaram em torno da sexualidade serviram muito mais para controlá-la, normatizá-la, do que propriamente

¹⁴ No caso deste trabalho, estamos considerando o discurso sobre a adolescência que, dentre os saberes que o compõem, que o conjugam, está, sobretudo, o saber médico.

¹⁵ MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, 1990, op. cit. X. É nessa medida que o método genealógico proposto por Foucault se constitui num procedimento indispensável para o estudo do discurso sobre a adolescência. “...Partir da especificidade da questão colocada, que para a genealogia (...) é a dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes (...), e analisar como esses micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado” (Ídem: XIII).

para “reconhecê-la”. Através da análise genealógica Foucault procurou deslindar, no estudo da sexualidade, os mecanismos de uma montagem discursiva, cuja roupagem cientificista procurou legitimar um saber a partir do qual pode-se criar dispositivos de esquadramento da sexualidade e, conseqüentemente, o exercício de um poder disciplinar sobre os indivíduos aí implicados.

Ressaltando que ao falarmos da sexualidade nos referimos aos discursos sobre o sexo, devemos assinalar que este tema, conforme constatamos nas Instituições de Saúde¹⁷ e, agora, nas ONG's, é não apenas o denominador comum dos trabalhos educativos com adolescentes, bem como é o elemento mais freqüente nas agendas de trabalho. Ademais, o indivíduo “adolescente”, categoria criada no séc. XVIII/XIX, é pensado, sobremaneira, referindo-se à categoria sexualidade. Segundo Merquior¹⁸ “a sexualidade tornou-se o principal tema de uma onda generalizada de verdade a respeito do indivíduo, que mostrou ser um potencial quase ilimitado para as estratégias de poder social”.

Assim, ao delimitar-se o discurso com relação à adolescência, deparamo-nos com o discurso acerca da sexualidade. Sendo então neste âmbito, que retomaremos a questão já referida do poder implícito nas práticas discursivas, onde o saber médico-científico sobre a sexualidade vem subsidiar todo um controle do comportamento adolescente, através de um controle de si.

Ao mesmo tempo que o discurso sobre a sexualidade tem se tornado mais presente, permanece um saber qualitativamente inferior onde, apesar da “vontade de saber”, instala-se gradativamente a formulação de uma verdade regulada, através da medicina que se apropria do saber em torno da sexualidade instaurando novas formas de controle respaldadas no saber científico¹⁹.

A partir daí, pode-se identificar o processo de normatização das subjetividades através das instituições sociais, mediadoras do discurso da sexualidade, instaurando técnicas e normas como dispositivos de regulação social. Tal processo é denominado por Foucault de dispositivo da sexualidade. Tal dispositivo,

¹⁶ Id. *Ibid.*

¹⁷ Cf. CARVALHO et alii., *op. cit.*

¹⁸ MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault, ou o Niilismo de Cátedra*. Rio de Janeiro, Edit. Nova Fronteira, 1985: 186.

...ao se respaldar na ciência e na norma deixa de privilegiar a dimensão repressora que apenas determina o ilícito e o proibido, para evidenciar os aspectos positivos de um saber que delimita os prazeres e classifica as sexualidades não apenas no sentido de controlar mas também na perspectiva de proteger, separar e prevenir, circunscrevendo os corpos de acordo com sua inserção nas relações familiares e sociais.²⁰

Ao mesmo tempo que a adolescência surge enquanto categoria social, isto se dá mediante a apreensão e circunscrição dos sujeitos em meio a diversos mecanismos reguladores de sua sexualidade. Por outro lado, a tematização da adolescência, seu surgimento no cenário do saber, deu-se no contexto da modernidade tal qual o discurso da sexualidade.

Da mesma forma que a sexualidade é organizada de uma forma naturalizada, de onde o saber do qual se aporta - a medicina - sustenta uma visão marcadamente organicista, onde não se percebe a construção, a organização deste discurso mediado por um determinado poder; a adolescência é igualmente sustentada por uma visão organicista, onde a medicina procurou naturalizá-la obscurecendo o poder que subsidia todo o projeto higienista de controle do social que, ao homogeneizar as subjetividades²¹, visa controlá-las. O “controle de si” que o discurso medicalizante da sexualidade impõe, visa incorporar no sujeito um controle ante sua diferença, tornando-se “simulacro”, indiferente, serializado... homogêneo.

Embora os sujeitos adolescentes sejam diferenciados em função de suas histórias de vida, as quais constituem suas particularidades, suas subjetividades estruturalmente diferenciadas, tornam-se, no entanto, homogeneizados através dos dispositivos disciplinares os quais instauram modos de subjetivação onde os indivíduos incorporam o poder disciplinar, exercendo um controle de si próprio como extensão deste mesmo poder.²²

¹⁹ CARVALHO et alii., op. cit.: 16.

²⁰ Id. Ibid.

²¹ Há de se esclarecer que “subjetividade”, aqui, não se pretende um conceito psicológico/psicanalítico, não procura dar conta do sujeito enquanto instância psíquica, mas enquanto instância ideológica, política.

²² Segundo Guattari (GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica - Cartografias do Desejo**. Petrópolis, Edit. Vozes, 1986: 31/33), “os indivíduos são o resultado de uma produção de massa. O indivíduo é serializado, registrado, modelado”, sendo assim, “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social (...) é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares”. Dessa forma, não falaremos do indivíduo, mas do sujeito que, segundo Foucault, é “sujeito a”, sujeito às tecnologias que produzem sua subjetividade, sujeito, portanto, de (à) uma subjetividade (Ver página 192).

O dispositivo da sexualidade²³ é efetivado nos programas educacionais principalmente através das atividades de “educação sexual”, os quais justificam-se mediante a questão da “saúde” dos adolescentes, cujos comportamentos denotam sua “desinformação” a respeito dos “cuidados de si”. Implementa-se, então, uma prática médica de cunho disciplinador, instaurando assim a realização de um programa educacional a despeito das reais demandas dos adolescentes, através do qual se procura normatizar estes sujeitos. Isto constitui, para além de um problema de economia política, um problema de “economia subjetiva”²⁴.

Segundo Françoise Dolto²⁵, a adolescência é uma fase de mutação tão significativa quanto os primeiros quinze dias de vida do recém-nascido. Fase esta em que o adolescente, agora no mundo do simbólico propriamente dito, sente-se oprimido num contexto avesso as suas inquietações e, ainda, onde se constitui como objeto de questionamento por parte dos adultos.

Na realidade, o adolescente “aparenta” uma ameaça a um mundo já estruturado. Seus movimentos, suas inquietações, ainda não necessariamente comprometidas com valores ou modelos definidos, tornam-no mais flexível e menos desprendidos com relação ao “olhar” este mundo que o circunda. Embora tomados por emoções vigorosas, mostram-se cépticos, críticos com a ordem estabelecida e promulgam-se redentores da humanidade idealizando mudanças e transformações da ordem estabelecida.

Todo este rebento de pensamentos e emoções ocorrem numa etapa decisiva enquanto formação de sua subjetividade. Será nesta fase que deverá definir sua identidade - leia-se também identidade sexual e cultural - assumindo os papéis e funções sociais destinados a cada um: homens e mulheres. Neste momento, inicia-se

Embora o senso comum não considere o sujeito desta forma (“sujeito de direitos”, “sujeito histórico”), cremos que tal definição não a contrapõe, a enriquece.

²³ Por dispositivo entenda-se “as estratégias de relações de força que suportam tipos de saber e vice-versa (...) São as práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando” (DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel. **Foucault, Uma Trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro, Edit. Forense Universitária, 1995: 134-135).

²⁴ GUATTARI e ROLNIK, op. cit.: 33. Ver novamente nota de rodapé no. 04 da apresentação.

²⁵ **A Causa dos Adolescentes**. Rio de Janeiro, Edit. Nova Fronteira, 1990: 18. Ressalvemos que não é nosso intuito apresentar teorias acerca do adolescente, notadamente no campo da ciência, quais sejam a antropologia, sociologia, psicologia e outros. Embora referenciados na psicanálise, nosso objetivo é discutir acerca das práticas discursivas que determinam as práticas sociais das ONG's o que nos dirige, portanto, para uma historicização, um levantamento arqueológico do termo adolescência. Por sua vez, articulando este saber (adolescência) com a questão do poder, embasados

um desprendimento progressivo com relação às figuras parentais, desprendimento este melhor realizado com o investimento em outros objetos²⁶. A inserção cultural, agora mais delimitada diante do investimento em outros objetos, possibilita o engajamento numa série de atividades a serem realizadas de acordo com o desejo de cada.

É curioso pensarmos sobre todos estes aspectos associando à questão dos projetos educativos, mais especificamente no que se refere à educação sexual - como já foi dito, atividade mais freqüentemente dirigida ao adolescente. E, mais ainda, pensar sobre o porquê da adolescência estar sendo tão debatida atualmente e fazer parte da população demarcada para a realização de trabalhos educacionais alternativos fora do contexto formal de ensino. Trabalhos estes facilitados por um contexto social onde os pais vêm sendo alijados do saber do filho em proveito de um saber científico, ou seja, “vêm sendo destituídos desse lugar de saber educar os filhos”²⁷ por um discurso da ciência que vem dominando os diversos “lugares” sociais.

Apreendidos neste novo “lugar”, mergulhados numa proposta que, embora se nomeie emancipatória, veicula o saber médico eminentemente normatizador, tais adolescentes tornam-se vulneráveis porque não considerados em sua diferença, porque ignorados quanto a seus desejos, onde o saber que os constitui torna-se subsumido no saber do outro, no saber disciplinar instituído para produzir modos de subjetivação. Ocorre, que

*nesse processo de exclusão dos sujeitos resta uma relação reificada, objetivada, autoritária e inculcadora de um saber que pretende estabelecer e impor a ordem médica. Esta ordem, este saber que se impõe pelo poder do discurso médico, carrega consigo o saber e o poder de uma ordem social dominante, a ordem capitalista.*²⁸

Ora, nada mais fértil e permissivo ao exercício de poder do que indivíduos “assujeitados” num saber que lhe é alienante, propiciando sua captação num sistema direcionador de seus desejos. Tal poder,

numa leitura genealógica, situamos tais práticas sociais como peças de relações de poder sustentadas pelas referidas práticas discursivas (Ver o capítulo IV).

²⁶ Danziato, Leonardo J. B.. **Adolescência – Um Estudo Multidisciplinar**. (mimeo). Fortaleza, 1995.

²⁷ BETTS, Jaime Alberto. “Missão Impossível? Sexo, Educação e Ficção Científica”. In: CALLIGARIS, Contardo et alii. **Educa-se uma Criança?** Porto Alegre, Edit. Artes e Ofícios, 1994: 54.

²⁸ RAMOS, Célia et alii. “Quem Educa Quem?”. In: COSTA, Nilson do Rosário et alii.. **Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde**. Petrópolis, Edit. Vozes / ABRASCO, Vol. 2, 1989: 149.

...intervêm materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (...) O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo.²⁹

Ao se pensar, por exemplo, no trabalho em torno da questão da sexualidade como estando respaldado na intenção do “cuidado com a saúde do adolescente”³⁰, há de se ressaltar que, por sua vez, o controle do comportamento sexual não se dá em consequência da necessidade desse cuidado. Ao contrário, o discurso do “cuidado com a saúde do adolescente” é que foi criado como forma de justificar a normatização do adolescente. Portanto, esta positividade que se constitui na necessidade de se trabalhar a questão da sexualidade emerge encobrindo a intenção de exercício do poder sobre os corpos dos adolescentes.

Elegendo o tema da sexualidade, os trabalhos destinados aos adolescentes realizam um disciplinamento do sujeito através da formação de uma determinada individualidade: o do adolescente comportado, cujo corpo docilizado, está pronto para voltar-se para a escola, para o mercado, assimilando os dispositivos disciplinares de forma menos resistente, dando continuidade à perpetuação de um poder que não cessará de perceber, olhar e, enfim, saber, para firmar-se como positividade.

É nestes termos que a adolescência - o indivíduo - pode ser compreendida como uma produção do poder e do saber. Dar-se conta da construção deste discurso possibilita, acreditamos, um posicionamento diante “os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa”³¹. Tendo em vista que o poder “dissemina-se por toda a estrutura social” e constitui-se essencialmente enquanto *relação*, o que implica dizer que todo processo que se queira desenvolver de luta contra seu exercício “não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior,

²⁹ MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, 1990, op. cit.: XII/XVI.

³⁰ Justificado e atestado pelas inúmeras “pesquisas” que apontam para um exercício “instável” da sexualidade e que tem, como consequência, problemas tais como gravidez “precoce”, DST’s, abortos etc.

³¹ FOUCAULT, 1990, op. cit.: 171.

pois nada está isento de poder”³². É dentro da organização, no campo institucional³³, que se pode instrumentalizar-se para subverter tal poder.

Quanto menos “cientes” das práticas discursivas que direcionam seus trabalhos, quanto mais desconhecem sobre o poder que as direcionam, mais alienada se torna a prática do profissional inserido na organização no sentido de não se dar conta de seu envolvimento numa dinâmica que o interpela. Ou seja, sua prática se torna parte integrante de um movimento que lhe é desconhecido, favorecendo a reprodução de um discurso latente na organização, comprometendo sua atuação enquanto profissional engajado num determinado objetivo “emancipatório”.

Não queremos dizer com isto, no entanto, que cessará uma relação em que o poder esteja permanentemente implicado, pois:

*Se não existe o exterior do poder, se não existe uma ‘verdade’ que seja o outro poder, todas as relações são arriscadas. A consequência disso não é necessariamente uma posição niilista, cínica ou desesperada, mas talvez uma posição mais realista, apesar de todo o desconforto que possa ser causado pela operação de desalojamento de uma posição de poder que deve seu prestígio precisamente à luta contra o poder e a sua suposta isenção em relação a ele. O objetivo já não será mais buscar uma situação de não-poder, incluindo, talvez principalmente, aquelas nas quais, como educadores/as, nós próprio/as estamos envolvidos.*³⁴

Uma das consequências políticas da análise genealógica de Foucault é que, além de “dissecar, esquadrihar teoricamente as relações de poder”, tem também como objetivo “servir como um instrumento de luta, articulado com outros instrumentos, contra essas mesmas relações de poder”³⁵.

Incorporar estas discussões nos trabalhos de sistematização metodológica que vêm sendo implementados por algumas ONG's dentro do quadro atual de avaliação institucional, constitui-se como um requisito necessário para um reposicionamento dos sujeitos dentro das relações de poder que ora instituem, redimensionando sua atuação no espaço institucional.

³² MACHADO, Roberto. In: Ídem: XIV.

³³ Dinâmica pela qual os indivíduos, ou profissionais, colocam em funcionamento determinada organização.

³⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. “O Adeus às Metanarrativas Educacionais”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Sujeito da Educação**. Petrópolis, Edit. Vozes, 1994: 251. 247-257.

³⁵ MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, 1990, op. cit.: XIII.

Enquanto “comportamento socialmente organizado”, o discurso constitui-se como um elemento do cotidiano institucional possível de ser “verificado”, uma vez que materializado via instituição, onde podemos identificar neste espaço os dispositivos através dos quais se efetiva. Desse modo, uma vez que os espaços institucionais encerram relações de poder engendrados via discurso, questionar e investigar o que está posto e atua silenciosamente numa prática aparentemente despretensiosa, acaba por desvelar formas bem definidas e solidificadas de exercício de poder. Dar-se conta deste caráter institucional, discursivo, possibilita a transformação de uma prática normativa, reprodutiva no que se refere à perpetuação das relações de poder que se consubstancia nos micro-espacos através de micropoderes.

Aos profissionais cabe o compromisso com a transformação, uma vez que o contra-poder, a resistência, se efetiva não de fora, mas de dentro mesmo do poder, das relações de poder. Portanto, ao intelectual cabe

*...fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...) onde eles se implantaram (...) Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer!*³⁶

1.3 - DA METODOLOGIA

1.3.1 - Pressupostos Teóricos - Discurso e Genealogia

Como bem coloca Roberto Machado, não existe uma teoria geral sobre o poder na obra foucaultiana, ou seja, Foucault não concebia o poder como uma realidade concreta com características e essência definidas. O poder não é unitário, mas se revela através de formas “dísparas, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”³⁷.

³⁶ FOUCAULT, M. . 1990, op. cit.: 151.

³⁷ MACHADO In: FOUCAULT, 1990, op. cit.: X.

Ademais, o poder não é algo próprio ao Estado, embora este se constitua num aparelho central de exercício de poder, mas está “submerso” nas diversas “redes” existente na sociedade, o que implica, doravante, possibilitar a sustentação e atuação eficaz do Estado. Sabemos que o poder produz saber, cujo efeito de verdade é induzido pelas práticas discursivas que o definem, propagando assim o mesmo poder e produzindo um discurso que se apresenta como uma conjunção de saberes. Sendo assim, as práticas sociais daí decorrentes ensejam poderes locais, microfísicos, que mobilizarão formas definidas de atuação.

Inicialmente, Foucault analisa o discurso, a “prática discursiva” sem remeter-se ao poder. Se a genealogia propicia uma historicização contextualizando tal discurso em relação a um poder, a arqueologia irá ater-se simplesmente, na análise do saber e das formações discursivas. Assim, o discurso na obra de Foucault surge, à princípio, como objeto do que ele denominou, posteriormente (1969), de “arqueologia”. Objeto este que constitui-se como sendo os: “discursos reais que foram efetivamente pronunciados e que se apresentam com uma materialidade. (...) O discurso é um conjunto de regras dado como sistema de relações (...) estas relações caracterizam o discurso como prática (...) prática discursiva (...) o que significa defini-lo como ‘... um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de existência da função enunciativa’”³⁸.

Definir tal discurso, mapeá-lo, constitui-se numa atividade de pesquisa, num exercício de resgate histórico, ou seja, numa pesquisa histórica. Será neste âmbito, no campo da história, que vem localizar-se o debate de Foucault e de onde irão se processar “as transformações que apontam na direção de uma arqueologia”³⁹.

Segundo a “arqueologia do saber”, uma das características mais marcantes nas mudanças ocorridas no campo das pesquisas históricas é sua posição em relação ao “documento”⁴⁰. Anteriormente tido como uma matéria inerte, passa a ser visto como composto de uma série de elementos que vão além do que propiciar uma simples descrição, reconstituição do percurso dos homens.

³⁸ MACHADO, 1988, op. cit.: 170/171.

³⁹ Ídem: 171.

⁴⁰ Cf. Ídem: 171-172.

Será a partir daí que a pesquisa histórica de Foucault diferencia-se da história da ciência e das idéias, a arqueologia institui-se debruçada sobre o discurso, não como um documento mas, como um “monumento” onde “procura determinar as condições de existência do discurso tomado como acontecimento em sua relação com outros acontecimentos, discursivos ou não”⁴¹. Portanto, a arqueologia analisa as regras de formação dos discursos, estabelecendo o tipo de positividade que os caracteriza, sendo esta positividade a de um saber e não de uma ciência, pois as regras de formação dos discursos são definidas por um saber⁴².

O saber diverge da ciência no sentido que não é uma exclusividade dela, embora a ciência possa ser estudada enquanto um saber específico. Assim, “os saberes são independentes das ciências, isto é, se encontram em outros tipos de discursos; mas toda ciência se localiza no campo do saber e pode ser analisada enquanto tal”⁴³. O saber é, portanto, o campo da análise arqueológica, através do qual a arqueologia irá analisar os discursos em suas formas mais elementares. A análise do discurso médico, por exemplo, situa-se no campo de um determinado saber, saber este produzido pelas práticas discursivas, através de suas positivities.

Para Foucault,

Analisar positivities é mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas (...) a esse conjunto e elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar “saber”. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um “status” científico (...) Um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...) É também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...) Finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...) Há saberes que são independentes das ciências (...), mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.⁴⁴

⁴¹ Ídem: 172.

⁴² Cf. Id. Ibid..

⁴³ Id. Ibid.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 4ª. ed.. Rio de Janeiro, Edit. Forense Universitária, 1995: 206-207.

Na obra “Arqueologia do Saber”(1969), Foucault vai desenvolver uma reflexão mais elaborada sobre o método arqueológico, procurando “dar significação à palavra arqueologia que havia deixado vazia” nas obras anteriores⁴⁵. Em um dos capítulos principia dizendo:

Eu havia partido de um problema relativamente simples: a escansão do discurso segundo grandes unidades que não eram as das obras, dos autores, dos livros ou dos temas. E eis que, com o único fim de estabelecê-las, comecei a trabalhar toda uma série de noções (formações discursivas, positividade, arquivo), defini um domínio (os enunciados, o campo enunciativo, as práticas discursivas), tentei fazer com que surgisse a especificidade de um método que não seria nem formalizador, nem interpretativo.⁴⁶

Mesmo que a análise do discurso não constitua uma inovação da arqueologia, propriamente, a forma pela qual será tematizada que constituirá sua novidade. Para além da descrição dos discursos, digamos assim, a arqueologia procura estabelecer as regras que instituem a formação destes, definindo, assim, a “formação discursiva”. Tais regras, constituem-se como um sistema de relações, relações seja de objetos, tipos enunciativos, conceitos ou estratégias que possibilitam a regularidade de determinados discursos. Assim, ao falarmos em discurso, estamos falando de relações discursivas ou de regularidade discursiva.

Embora o discurso seja o objeto da análise arqueológica, a arqueologia não permanece no interior do próprio discurso, procura estabelecer relações com o acontecimento “não-discursivo”, seja a técnica, a economia, o social ou a política. Articulam-se, então, regras de formação de discurso e formação não-discursiva, mas cuja sistematização destas relações não foram elaboradas em “Arqueologia do Saber”, não se constituindo, portanto, numa teoria propriamente dita⁴⁷.

Esta obra, embora explicita a descrição arqueológica dos discursos, dentro de um contexto histórico não-discursivo que possibilita tais discursos, não chega a articular a que nível se dá estas condições de possibilidades. De uma certa forma, este “buraco” vem inquietando o autor ao longo de seu trabalho onde, ao mesmo tempo que “Arqueologia do Saber” se constitui como uma reflexão a respeito de suas pesquisas

⁴⁵ “A História da Loucura” (1961), “O Nascimento da Clínica” (1963) e “As Palavras e as Coisas” (1966).

⁴⁶ FOUCAULT, 1995, op. cit.: 155.

PERGAMUM
VRCH/UFC

arqueológicas, Foucault não consegue delimitar formalmente uma metodologia e, as questões que vai desenvolvendo irão direcioná-lo para o que se apresentará, posteriormente, como o método genealógico. Daí esta obra ser também denominada de “A Genealogia do Poder”⁴⁸.

Na realidade Foucault defendia a arqueologia no sentido de ter libertado “a história do pensamento de sua sujeição transcendental”⁴⁹, mas as questões levantadas por ele indicam o retorno que o atravessará, depois de um certo tempo, e que, com “Vigiar e Punir”(1975) desenvolverá com uma solidez, ao menos metodológica, da qual imputará uma outra visibilidade à questão do saber⁵⁰. Para além de sua descrição e contextualização, a questão do campo não-discursivo e o peso deste campo para a delimitação do saber, aparecerá de forma bastante clara e articulada. Será, então, a “ética” fundante de práticas sociais, cuja positividade do saber será posta pela questão do “poder”. Foucault parte, neste momento, para uma outra questão:

Digamos que a arqueologia, procurando estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições, respondia a ‘como’ os saberes apareciam e se transformavam. Podemos então dizer que a análise que em seguida é proposta tem como ponto de partida a questão do ‘porquê’ (...) Explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, situando-os como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É essa análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzscheana Foucault chamará genealogia.⁵¹

O poder, no pensamento foucaultiano, constitui-se como um instrumento de análise através do qual se pode explicar a produção dos saberes. Tem-se, então, como consequência do projeto genealógico, três fatores fundamentais apontados por Roberto Machado⁵²:

1) Importância do poder na constituição dos saberes;

⁴⁷ Cf. MACHADO, 1988, op. cit.: 166.

⁴⁸ Cf. Ídem: 160.

⁴⁹ 1995, op. cit.: 230.

⁵⁰ “O que faltava em meu trabalho era o problema do ‘regime discursivo’, dos efeitos de poder próprios ao jogo enunciativo” (FOUCAULT apud DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 116).

⁵¹ MACHADO, Roberto. In: FOUCAULT, 1990, op. cit.: X.

⁵² Cf. Ídem: XI.

- 2) Introdução nas análises históricas da questão do poder como instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes;
- 3) Análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos.

O poder será investigado, na genealogia, de forma diferenciada do poder jurídico - base norteadora da organização Estatal. Ou seja, as relações de poder não passam necessariamente pelas questões da repressão e da violência, onde o poder se apresenta de forma negativa, impondo limites ou castigando. A genealogia irá demarcar uma outra forma de exercício de poder marcada por uma “positividade” que se dá através das relações sociais, nos espaços físicos “periféricos” ao poder centralizado do Estado⁵³. Este poder liga-se, agora, aos corpos, ao controle dos corpos, e sua ingerência se dá via dispositivos instaurados pelas instituições.

A positividade deste poder, analisado pela genealogia, diz respeito à oposição ao caráter eminentemente destrutivo comumente imposto pelos estudiosos ao poder, pelo contrário, tal poder afirma-se como produtivo, transformador, eis sua positividade.⁵⁴

O que interessa ao poder

...não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: (...) aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política.⁵⁵

Ao contrário do poder Estatal, mas “complementando-o”⁵⁶, tal poder dissemina-se nas estruturas organizacionais constituindo-se como micropoder cujo dispositivo de regulação é a disciplina⁵⁷: poder disciplinar, que incide sobre os corpos utilizando uma

⁵³ “Essa relativa independência ou autonomia da periferia com relação ao centro significa que as transformações ao nível capilar, minúsculo do poder não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do Estado (...) A razão é que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa (...) Nem o controle, nem a destruição do aparelho de Estado (...) é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade” (Ídem: XII-XIII).

⁵⁴ Cf. Ídem: XV-XVI.

⁵⁵ Ídem: XVI.

⁵⁶ “Foi muitas vezes fora dele (do Estado) que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado” (Ídem: XIV).

⁵⁷ Ídem: XVII.

tecnologia específica de controle, assegurando “a sujeição constante de suas forças e lhes impondo uma relação de docilidade-utilidade”⁵⁸.

Assim, a genealogia institui uma análise, muito específica, intitulada de microfísica do poder, que “significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados: a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo - gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos”⁵⁹.

Tal controle é realizado pela disciplina, já comentada, que constitui-se como um dos pontos de relação do poder molecular com o poder mais geral, macro, Estatal. Esta disciplina, configura-se como um dos dispositivos de normatização dos indivíduos exercido por uma determinada prática social, respaldando-se num discurso hegemônico que, em última instância, “reverbera” para a estrutura Estatal, reforçando-a.

Sendo um tipo específico de poder, o poder disciplinar, a disciplina, “é o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista”⁶⁰. Datando do séc. XVIII, o poder disciplinar, assim como o poder-jurídico, vem se constituir na “organização” do indivíduo moderno. O poder soberano até então existente, passa a girar não mais diretamente sobre os homens como antes, mas através de estratégias para que possa atingir o indivíduo constituído como categoria jurídica, psicológica, política e econômica, até então inexistente. É assim que temos o poder disciplinar como uma estratégia de dominação, o indivíduo serializado, circunscrito às

⁵⁸ Id. Ibid..

⁵⁹ Ídem: XII. A microfísica do poder, portanto, corresponde a uma análise ascendente, onde Foucault estabelece uma “démarche inversa: partir da especificidade da questão colocada - a dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura etc. - e analisar como esses micropoderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado” (Ídem: XIII).

⁶⁰ Ídem: XVII.

instituições sociais, delimitado espacialmente pelas cidades etc., passa a ser objeto de exercício deste poder⁶¹.

Dentre as características do poder disciplinar, encontram-se:

- a) *é um tipo de organização do espaço - É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório...*
- b) *é um controle do tempo - Estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir, o máximo de rapidez e o máximo de eficácia...*
- c) *a vigilância é um de seus principais instrumentos de controle - (...) e que precisa ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como continua (...) olhar invisível (...) que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de que o olha...*
- d) *implica um registro contínuo de conhecimentos - Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber. O olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia de poder?*⁶²

Conforme podemos deduzir acima, as técnicas disciplinares são técnicas de individualização, a partir das quais nasce um saber específico: as ciências do homem⁶³. Novamente, confirma-se o poder como produtor de saber, o poder disciplinar como indutor de um saber sobre o homem até então não considerado. Eis que o homem Moderno, tal qual o concebemos, é uma produção historicamente determinada. Neste sentido, confirmamos a positividade do poder na produção do indivíduo moderno: “o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é o outro poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos”⁶⁴. Segundo Roberto Machado, esta é

...uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber (...) compreende-la é penetrar no âmago da questão da disciplina (...) Atuando sobre uma massa confusa, desordenada e desordeira, o esquadramento disciplinar faz nascer uma multiplicidade ordenada no seio da qual o indivíduo emerge como alvo de poder (...) Não é,

⁶¹ Ver o capítulo XII da obra *Microfísica do Poder: “Soberania e Disciplina”* (FOUCAULT, 1990, op. cit.).

⁶² Idem: XVII-XVIII.

⁶³ Ou seja, as ciências humanas. A este respeito, “o que faz a genealogia é considerar o saber - compreendido como materialidade, como prática, como acontecimento - como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica. Ou mais especificamente, a questão tem sido a de como se formaram domínios de saber - que foram chamados de ciências humanas - a partir de práticas políticas disciplinares” (Ídem: XXI).

⁶⁴ Idem: XX.

*certamente, todo poder que individualiza, mas um tipo específico que (...) Foucault intitulou disciplina...*⁶⁵

Sendo assim, a genealogia possibilita a compreensão da tomada do poder sobre os corpos e, conseqüentemente, do aparecimento do homem como figura individualizada, produzido pelo poder disciplinar que, por sua vez, se constitui dessa forma. Ao surgimento do homem como indivíduo⁶⁶, segue-se, concomitantemente, o surgimento de categorias como infância, adolescência etc.

Desenvolvamos, assim, a questão do poder, e do método genealógico no qual se embasa, detendo-nos num tema específico e central na obra genealógica de Foucault que é a questão do poder e do corpo, ou ainda, “história política dos corpos”, fundamentando-nos em duas obras: “A Microfísica do Poder”⁶⁷ e “A Vontade de Saber” (1976) - primeiro volume da “História da Sexualidade”⁶⁸. Será mais especificamente neste volume, da “História da Sexualidade”, que Foucault irá articular a adolescência com um discurso eminentemente normativo, embora não atendo-se ao estudo da adolescência propriamente, e sim à constituição do dispositivo da sexualidade, ambos tendo sido “construídos”, “geridos”, a partir do séc. XVIII.⁶⁹

O poder disciplinar constituiu o dispositivo da sexualidade como forma de constituição e normatização da subjetividade. Como dispositivo entende-se uma rede estabelecida entre diversos elementos heterogêneos, discursivos e não-discursivos, a saber: “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, que mantêm uma “função estratégica dominante”⁷⁰.

Este poder disciplinar que instituiu o dispositivo da sexualidade advém, sobretudo, da ciência médica moderna. Por sua vez, a medicina moderna organiza-se a partir do final do séc. XVI e início do séc. XVII (tendo se constituído, efetivamente,

⁶⁵ Idem: XIX-XX.

⁶⁶ Segundo Foucault, “o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, Ídem: 183-184).

⁶⁷ FOUCAULT, 1990, op. cit. Esta obra foi organizada e traduzida por Roberto Machado (primeira edição lançada em 1979), tendo sido originalmente publicada na Itália (PASQUINO e FONTANA (orgs.). **Microfísica del Potere**. Torino, Edit. Einaudi, 1977) de onde Machado extraiu alguns textos e acrescentou outros de revistas, conferências, cursos e outras publicações, realizados por Foucault, que datam de 1971 a 1978.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I - A Vontade de Saber**. 12ª.ed.. Rio de Janeiro, Edit. Graal, 1997. 152 p.

⁶⁹ Desenvolveremos, mais detidamente, as questões referentes à sexualidade e adolescência no capítulo IV.

nos séc. XVIII e XIX) quando o mundo europeu preocupava-se com sua população, com o estado de saúde da população num contexto econômico e político marcado, respectivamente, pelo mercantilismo e absolutismo. Era o nascimento das grandes nações européias e de uma reorganização do exercício da soberania.

A organização da nação, sua soberania, sua segurança nacional etc. relacionava-se com as condições de sua população, o que implicava no controle desta. Os mecanismos de controle foram instituídos através de vários saberes que se davam no âmbito da ciência, dentre elas a medicina. Tal medicina virá a se caracterizar de forma diferenciada em algumas regiões da Europa mas, no entanto, três setores permanecerão interligados compondo o que hoje se entende por medicina social⁷¹: A medicina de Estado na Alemanha (meados do séc. XVIII e início do séc. XIX), como veículo de normatização,urgia que a medicina se organizasse de forma que atendesse a necessidade de controle da população, instituindo “administradores de saúde”; a medicina urbana na França (séc. XVIII), onde o desenvolvimento das estruturas urbanas vem organizar-se em conjunto, ou, em função da prática médica; e, por último, a medicina praticada na Inglaterra (início do séc. XIX), onde a população foi dividida no espaço urbano e submetida ao controle médico. Dos setores mencionados de uma prática médica na Europa, a Inglaterra desenvolveu uma medicina que mais aproximou-se à prática da medicina moderna onde possibilitou “a organização (...) de setores bem delimitados que permitiram, durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, a existência de um esquadramento médico bastante completo”⁷².

Esquadramento este realizado no corpo, através do qual investia o poder. O corpo como alvo de poder foi disciplinado seja através da ginástica, da exaltação do corpo belo, até mesmo da nudez. Todos sofreram este investimento, seja as crianças, soldados etc. Nesta medida, Foucault coloca que o poder é indiscutivelmente exercido materialmente, porque físico, porque corpóreo. Todo este investimento do poder no corpo tinha como objetivo a produção de um corpo condizente com a exigências de

⁷⁰ FOUCAULT, 1990, op. cit.: 244.

⁷¹ Ver “O Nascimento da Medicina Social” (FOUCAULT, 1990, op. cit.: 79-98).

⁷² FOUCAULT, Ídem: 97-98. Segundo o autor, “a passagem para uma medicina científica não se deu através da medicina privada, individualista, através de um olhar médico mais atento ao indivíduo. A inserção da medicina no funcionamento

uma sociedade capitalista. Inicialmente exercido de forma rígida, densa (séc. XVII ao início do séc. XX), passa a ser exercido de forma mais tênue, sutil, a partir dos anos 60⁷³.

Temos, a partir da constituição histórica da medicina social, o delineamento da prática disciplinar sobre os indivíduos, prática higienista, através da qual se institui o outro poder que não o jurídico. Este se efetiva em função das regras do direito que delimitam formalmente o poder, e que poderão vir fundamentar a organização das instituições sociais; aquele, através dos efeitos de verdade que produz. Podemos reconhecer, baseados no histórico acima, que o poder disciplinar se efetiva, na prática médica, a partir dos efeitos de verdade que produz, efeitos estes que dizem respeito à questão sanitária, higiênica etc., que virá instaurar normas nas quais os indivíduos irão submeter-se. Será a partir deste contexto, que se constituirá a medicina científica. Assim, “o surgimento progressivo da grande medicina do século XIX não poder ser dissociado da organização, na mesma época, de uma política de saúde e de uma consideração das doenças como problema político e econômico, que se coloca às coletividades e que elas devem tentar resolver ao nível de suas decisões de conjunto”⁷⁴.

Esta medicina que precede à moderna, desenvolve como um dos seus dispositivos disciplinares, a medicalização da família de onde estabelecerão regras nas relações pais e filhos, reorganizando-se esta instituição social de forma a tornar-se um “meio físico” adequado para o desenvolvimento da criança, agora circunscrita a uma nova categoria: infância. Segundo Foucault,

A política médica, que se delineia no século XVIII em todos os países da Europa, tem como reflexo a organização da família, ou melhor, do complexo família-filhos, como instância primeira e imediata da medicalização dos indivíduos; fizeram-na desempenhar o papel de articulação dos objetivos gerais relativos à boa saúde do corpo social com o desejo ou a necessidade de cuidados dos indivíduos; ela permitiu articular uma ética 'privada' da boa saúde (dever recíproco de pais e filhos) com um controle coletivo da higiene e uma técnica científica da cura, assegurada pela demanda dos indivíduos e das famílias, por um corpo profissional de médicos qualificados e como

geral do discurso e do saber científico se fez através da socialização da medicina, devido ao estabelecimento de uma medicina coletiva, social, urbana. A isso se deve a importância da medicina urbana” (Ídem: 92).

⁷³ A possibilidade de uma liberação sexual não impediu a perpetuação do poder sobre o corpo impetrado pelas sociedades industriais, ao contrário, o dissimulou cada vez mais. “Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas... Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual...” (FOUCAULT, Ídem: 147-148). Ver este capítulo, denominado “Poder-Corpo”, nas págs. 145-152.

⁷⁴ Ídem: 194.

*que recomendados pelo Estado (...) O funcionamento global da política de saúde do século XIX, não se pode compreender abstraindo-se este elemento central, formado no século XVIII: a família medicalizada-medicalizante.*⁷⁵

As regras medicalizantes vão sendo incorporadas, introjetadas, tornando-se um “regime coletivo” cujos objetivos eram: o desaparecimento das grandes epidemias, o aumento do período da vida e diminuição da morbidade. Institui-se, então, a higiene como “regime de saúde” através de uma prática médica autoritária e controladora⁷⁶.

Durante o exercício medicalizante da família no século XVIII, e a intensificação das relações crianças-adultos, a criança reconhecida como “semente das populações futuras” passa ser objeto de preocupação não apenas para a instituição familiar, mas para a instituição educativa, religiosa etc.. Neste sentido, o sexo da criança passa a ser alvo e objeto de poder, onde “foi constituída uma ‘sexualidade das crianças’ específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada (...) o fim era constituir, através da sexualidade infantil, tornada subitamente importante e misteriosa, uma rede de poder sobre a infância”⁷⁷.

Tem-se aí a datação histórica da preocupação com relação à sexualidade dos jovens, inicialmente posta com relação à masturbação⁷⁸. A família, a escola, vêm exercer uma vigilância através da perseguição dos corpos, do controle da sexualidade. No entanto, para controlá-la é preciso estudá-la minuciosamente, de onde advém a produção do discurso da sexualidade, com a subsequente exaltação do sexo. Assim,

seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, um saber que

⁷⁵ Ídem: 201.

⁷⁶ “O médico se torna o grande conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o ‘corpo’ social e mantê-lo em um permanente estado de saúde. E é sua função de higienista, mais que seus prestígios de terapeuta, que lhe assegura esta posição politicamente privilegiada no século XVIII, antes de sê-la econômica e socialmente no século XIX” (Ídem: 203).

⁷⁷ Ídem: 232.

⁷⁸ Um dos clássicos na literatura científica com relação a esta questão é o livro de Dr. Tissot publicado em 1760 intitulado “L’Onanisme - Dissertation sur les Maladies Produites par la Masturbation” (Paris, Edit. Le Sycomore, 1980. 174 p.). Esta obra foi amplamente utilizada pelos colégios, universidades etc. e obteve mais de 30 edições, tendo sido traduzida para diversas línguas. Apresenta, no final, aparelhos, cintas e outros recursos cuidadosamente elaborados pela “tecnologia anti-masturbatória”.

*lhes escapa - tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso...*⁷⁹

Sendo as relações de poder produtivas, instala-se, assim, o dispositivo da sexualidade e que, por sua vez, produz um objeto historicamente datado: o sexo. Portanto, em torno do eixo da sexualidade, articula-se a questão do saber e a analítica do poder. Neste sentido, Foucault coloca que “se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder”⁸⁰. A grande questão para Foucault na “História da Sexualidade”, era saber como a sexualidade passa a funcionar como discurso de verdade no Ocidente.

Qual seja, após o séc. XVIII, quando surge o discurso da sexualidade “que não se aplicou inicialmente ao sexo⁸¹, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações inter-individuais etc.”⁸². Neste contexto, o dispositivo da sexualidade além de constituir-se em função de um poder disciplinar, também ocorre em função de um biopoder⁸³ que age sobre a humanidade de forma a firmar sua existência a partir da gestão da vida e do corpo social, os quais vieram a tornar-se preocupações centrais do Estado a partir do séc. XVII. Assim, indivíduo e população, “mais ou menos na mesma época, cada um foi alvo de mecanismos heterogêneos, mas complementares, que os instituíram como objeto de saber e de poder”⁸⁴.

O corpo e a espécie humana constituíram os dois pólos do biopoder separados até o início do séc. XIX, a partir do qual reuniram-se para formar as tecnologias de poder da época atual. Tem-se aí, finalmente, a constituição do indivíduo moderno e a preocupação com o sexo, ou seja,

ao lado do Estado, outras formas de poder entravam no jogo, e um discurso sobre a sexualidade e novas táticas de controle das práticas sexuais foi utilizado. O sexo tornou-se a construção através da qual o poder uniu a vitalidade do corpo à das espécies. A sexualidade e seu

⁷⁹ FOUCAULT, 1997, op. cit.: 31-32.

⁸⁰ FOUCAULT, 1990, op. cit.: 248.

⁸¹ O sexo vem aparecer durante o séc. XIX (Ídem: 259).

⁸² Id. Ibid..

⁸³ Instância através da qual o Estado exerce a governamentalidade sobre os indivíduos por intermédio das tecnologias de poder. Configura-se, portanto, enquanto tecnologia política do Estado Moderno que incide sobre a vida e o corpo social, através de onde se exerce o poder.

⁸⁴ Ídem: XXII.

*significado eram o principal meio através do qual o biopoder se expandia.*⁸⁵

Será, enfim, a partir deste momento que o discurso da sexualidade irá ater-se sobre o sexo constituindo o “dispositivo da sexualidade”, de onde tem-se a intensificação do discurso da sexualidade e uma preocupação exaltada com a vitalidade do corpo. Neste contexto o sexo passa a ser objeto de investigação e, portanto, núcleo do poder e saber. Concomitantemente, “expande-se como uma forma de controle administrativo”⁸⁶.

Dessa forma, a disciplina e, mais especificamente, o biopoder, vêm explicar a gênese do Estado a partir das práticas de governo, da governamentalidade⁸⁷ que irá exercer-se sobre os indivíduos através das tecnologias de poder. O sexo em questão será investido de poder constituindo o dispositivo da sexualidade através do qual irá expandir-se nos corpos dos indivíduos, mantendo-os sob o controle.

I.3.2 - Organização da Pesquisa de Campo

Nossa pesquisa define-se como sendo do tipo qualitativa e, como toda pesquisa caracteristicamente qualitativa, não se preocupou com hipóteses ou questões especificamente formuladas *a priori*, o que não implicou numa inexistência de um referencial teórico que tenha norteado a coleta e análise dos dados⁸⁸.

Inicialmente bastante preocupados com o tipo de abordagem, de método etc. a ser desenvolvido, percebemos que tornamo-nos presos a estas preocupações metodológicas, científicas. Era preciso se desvencilhar destas amarrações e dirigir-se ao objeto propriamente dito tentando desprever-se destas preocupações “tecnicistas”, ou melhor, não deixando tais questões prevalecerem sobre o objeto. Acreditamos que uma preocupação exorbitante com a técnica pode acabar promovendo uma “assepsia” do objeto próprio da pesquisa. É preciso, pois, não se deixar tomar por uma “regulação metodológica”, sob pena de se encaminhar para uma pesquisa “higienizante”, com receios da desordem, do inusitado, do contrário etc.

⁸⁵ DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 154-155.

⁸⁶ Ídem: 155.

⁸⁷ Práticas de governo que se exerce sobre indivíduos/população, através das tecnologias do poder (biopoder).

⁸⁸ cf. LUDRE e ANDRÉ. **Pesquisa em Educação**. (mimeo) São Paulo, E.P.U., 1986: 13.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trabalhamos fundamentalmente com a realização de entrevistas, onde procuramos nos pautar na "história de vida", que inclui-se no procedimento denominado de entrevista não-estruturada ou semi-estruturada, e que privilegia as experiências vividas e suas interpretações por parte de pessoas, grupos ou organizações⁸⁹. No nosso caso, privilegamos a história de vida "tópica", que enfatiza uma determinada etapa da vida pessoal ou de uma organização. Neste campo, optamos pela história oral – considerada como um tipo de história de vida, que "focaliza acontecimentos específicos tal como foram vivenciados por uma pessoa ou grupo social"⁹⁰.

Este procedimento metodológico se destacou no nosso processo de coleta de dados cujo material inclui dados não-convencionais como "gravações, documentos escritos, incluindo-se a história das agências sociais e instituições que lançam luz sobre os comportamentos dos grupos e indivíduos"⁹¹. Assim, todo o levantamento histórico realizado deu-se complementando o depoimento oral com os documentos escritos, tais como documentos de ONG's, periódicos, jornais e outros. Estes foram essenciais para dispor os dados dos depoimentos numa ordem cronológica e temática. Ademais, levando em consideração que a "memória coletiva tem uma dimensão individual ou mesmo singular, como resultante da elaboração subjetiva, que a distingue, de forma bastante específica, da história"⁹², debruçar-se sobre os documentos, sobre os arquivos, foi uma forma de pautarmos alguns depoimentos legitimando as narrações enquanto veículos de grande relevo no que se refere ao real, aos fatos históricos, notadamente não considerados pela história oficial.

Embora esta pesquisa seja indiscutivelmente qualitativa, não nos parece importante nomear um método/abordagem único que tenha sido realizado, dentre aqueles convencionalmente estipulados para a pesquisa qualitativa. Na realidade, diríamos que uma leitura genealógica foi o que norteou o trabalho de campo e a

⁸⁹ Cf. MINAYO, Ma. Cecília. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 3ª ed.. São Paulo / Rio de Janeiro, Edit. HUCITEC / ABRASCO, 1994: 126.

⁹⁰ Id. Ibid.

⁹¹ Ídem: 128.

⁹² MONTENEGRO, Anto. Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo, Edit. Contexto, 1992: 19.

critério dela se deu a utilização dos diversos métodos qualitativos, sem a preocupação de esgotá-los ou de nomeá-los enquanto procedimentos *mor*.

A partir da genealogia procuramos, enfim, elaborar uma análise do discurso daqueles espaços destinados aos adolescentes no universo das ONG's. Análise do discurso que tem seu nascimento na pesquisa histórica, lugar onde “se processam as transformações que apontam na direção de uma arqueologia”⁹³. A arqueologia não é uma proposta metodológica de Foucault, mas é com ela que irá introduzir a análise do discurso, ou ainda, a análise de discurso é sua própria essência, pois podemos dizer que o objeto da arqueologia são “os discursos reais que foram efetivamente pronunciados e que se apresentam com uma materialidade”⁹⁴. Esta materialidade seria as condições de possibilidade desses discursos (regras de formação dos discursos) de onde se estabelece a positividade que os caracteriza, entendendo-se esta enquanto “a positividade de um saber e não de uma ciência”⁹⁵.

Em sua trajetória Foucault acaba por nos apresentar aquilo que ousaria definir como sendo sua abordagem metodológica: a genealogia. A partir de um “amadurecimento” das questões referentes a análise dos saberes da arqueologia, a genealogia “pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os em um dispositivo político”⁹⁶, o que nos traz dois eixos centrais: a) a importância do poder na constituição dos saberes e, conseqüentemente, b) a introdução nas análises históricas da questão do poder como instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes⁹⁷.

Sabendo que, “em particular, a genealogia ao colocar o problema do poder e do corpo (dos corpos), coloca os problemas a partir da tomada do poder sobre os corpos”⁹⁸, procuramos discorrer sobre a possibilidade do discurso do profissional que lida com o adolescente ser eminentemente normativo, principalmente levando em conta a questão da sexualidade cujo discurso, segundo Foucault, se organizou em função do controle dos corpos e da verdade do sujeito.

⁹³ MACHADO, 1988, op. cit.: 171.

⁹⁴ Ídem: 170.

⁹⁵ Ídem: 172.

⁹⁶ Ídem: 187. Ver páginas 36-39, deste capítulo.

⁹⁷ Cf. Ídem: 188.

⁹⁸ Id. Ibid..

Tendo em vista que toda prática social possui um saber que a fundamenta, e, antes disso, um discurso que a institui, analisar a prática dos profissionais que trabalham com adolescentes nas ONG's, numa perspectiva genealógica, nos repõe para um resgate histórico destas práticas, dando elementos para identificarmos as práticas discursivas que as promoveram.

O resgate histórico destas práticas implica tanto situar o contexto onde foram instituídas quanto o seu percurso ao longo do tempo. Se coletar dados baseados na história oficial apresenta uma certa dificuldade, tal dificuldade é bem mais significativa com relação às práticas sociais voltadas para os adolescentes, cuja existência nunca foi prioritária, já desde o início, dando provas de seu caráter normativo e excludente. Principalmente com relação às ONG's, que instituíram-se como oposição a um Estado essencialmente autoritário. As práticas sociais destinadas aos adolescentes, seja das ONG's, como das demais organizações que as precederam, foram absolutamente ignoradas pela história oficial. Era preciso, então, determo-nos nos dados “marginais” os quais constituíram nossa fonte documental, já comentada.

Portanto, a análise do discurso⁹⁹ não devendo prescindir de uma “genealogia”, implica num levantamento histórico¹⁰⁰ do surgimento das ONG's, dos trabalhos desenvolvidos com adolescentes etc., através dos quais se poderá extrair o contexto de emergência do discurso atual relativo à adolescência no âmbito das ONG's.

A partir de uma leitura introdutória a respeito das ONG's e de alguns contatos estabelecidos, tentamos realizar um levantamento inicial sobre as ONG's (universo) no Ceará. Tal levantamento foi um tanto difícil em função de não haver nenhum órgão que conglomerasse informações, dados, ou algo do gênero.

Mesmo o órgão responsável pela inscrição da solicitação da declaração de utilidade pública estadual não seria indicado, por destinar-se a vários tipos de instituições, sendo as ONG's um tipo diferenciado dentre outras tantas.

⁹⁹ Podemos depreender, a partir do que já expomos, que a análise do discurso a qual nos referimos fundamenta-se em Foucault.

¹⁰⁰ É preciso ressaltar que a pesquisa histórica para Foucault não diz respeito à retomada de uma linearidade de fatos apresentando-se com uma definição de pensamentos, temas etc. que subsistem nos discursos, mas à busca das regras que irão possibilitar os próprios discursos enquanto práticas, sem a pretensão de generalizá-las reconhecendo, pois, suas especificidades. Ademais, não pretende dar conta de uma origem ou de uma verdade imanente, mas de como determinado discurso se instaurou enquanto verdade, enquanto positividade, enfim, enquanto produção de um poder. Dessa feita, a pesquisa histórica “não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto”

O que serviu como “pista” foi mesmo a indicação “boca a boca”, já a partir dos contatos iniciais e/ou entrevista, e uma relação, obtida no GAPA, das ONG's que se inscreveram nos I e II encontros estaduais de ONG's realizados em 95 e 96. No entanto, embora entenda-se que as ONG's vêm se preocupando em delimitar sua identidade, o universo no qual surgiram compõe-se de várias outras organizações assistenciais, filantrópicas, religiosas, sindicais etc. que, em conjunto, esboçam o cenário local em termos de organizações comprometidas com os movimentos sociais, em particular, o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Isto sugere uma certa dificuldade na hora de delimitar, diferenciá-las, sobretudo aquelas que não têm um estatuto ou regulamento bem definidos.

Neste momento, a pesquisa inicial desdobrou-se em duas direções: (a) começamos a realizar as entrevistas com os atores sociais engajados no movimento de defesa da criança e do adolescente que nos indicariam o processo histórico no qual veio a surgir e multiplicar as ONG's dirigidas à população infanto-juvenil. Ao mesmo tempo que começaríamos a esboçar o percurso deste movimento no Estado do Ceará, teríamos a indicação de outros atores que participaram desse processo e, também, o encaminhamento para as ONG's propriamente ditas.

Concomitantemente, (b) procuramos outros atores sociais, cujas ONG's, embora não destinadas à infância e adolescência, foram as pioneiras no Ceará, podendo fornecer dados com relação ao seu surgimento no Estado como também, em função do tempo e envolvimento com outras instituições afins, ajudar-nos a delimitar qual das que havíamos catalogado, eram consideradas ONG's.

Enfim, elaborar o histórico dos trabalhos destinados aos adolescentes e o percurso das ONG's no contexto do movimento social no Ceará, foi demorado. Ademais, o levantamento bibliográfico incluindo qualquer tipo de informações impressas, manuscritas etc., como o recolhimento de documentos, xerox, anotações com relação ao histórico das ONG's, e outros, foi bastante trabalhoso e demorado. A defasagem das informações no campo de nossa investigação, tornou o trabalho mais difícil. Se não fosse a iniciativa de algumas ONG's de preservar a memória de seus diversos momentos, não haveria onde pesquisarmos. Neste sentido, foi muito

(FOUCAULT, 1995, op. cit.: 160). A respeito das considerações sobre a história segundo a genealogia, ver “Nietzsche, a

importante a disponibilidade destas com relação aos acervos de documentos, jornais, revistas etc., os quais continham dados significativos com relação à história das ONG's no Ceará e no Brasil, dificilmente obtidos em outras organizações.

Além disso, a identificação e localização dos atores sociais que pudessem falar de um tempo mais remoto foi difícil. Mesmo assim, apesar de ambas dificuldades, compomos uma historicização que acreditamos ter ficado interessante¹⁰¹.

Ao configurarmos o cenário local, foi necessário delimitar, dentre as organizações que o compunham, aquelas que eram efetivamente ONG's. Portanto, como delimitação metodológica, definimos nosso universo de pesquisa embasando-nos no perfil de ONG segundo os critérios da Associação Nacional de ONG's (ABONG) estipulados para as organizações que pretendam participar da Associação¹⁰². Dentre as 98 organizações verificadas, catalogamos 43 ONG's na capital e interior¹⁰³.

Devemos ressaltar a importância da pesquisa do material impresso, uma vez que este constitui aquilo que Foucault denomina de arquivo e que confere uma importância tal caracterizando-o como “monumento”, conforme já comentamos. Tais arquivos são “compostos” pelas mesmas práticas discursivas que delimitam, instituem as práticas sociais das organizações investigadas - ou de quaisquer outras. Portanto, as regras que os compõem são as mesmas que regem o discurso dos profissionais e a organização do saber destes. Assim, “o esclarecimento, nunca acabado, nunca integralmente obtido do arquivo forma o horizonte geral ao qual pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities e a referência do campo enunciativo”¹⁰⁴. É neste sentido que o nosso trabalho, num primeiro momento, é

Genealogia e a História” (FOUCAULT, 1990, op. cit.: 15-37).

¹⁰¹ Uma pesquisa específica que se possa desenvolver a partir dos dados apresentados em cada capítulo poderá ser bastante enriquecedora, a partir do momento que poderá esmiuçar, aprofundar dados e coletar outras informações que não foi possível realizar para o trabalho que nos propomos aqui.

¹⁰² Dentre os critérios elaborados, temos: 1) Compromisso com a constituição de uma sociedade democrática (inclui o respeito à diversidade e ao pluralismo); 2) Compromisso com os movimentos sociais (o que pressupõe uma certa militância); 3) Autonomia (regulamento próprio); 4) Caráter público dos seus objetivos e ação (que estejam voltados ao público em geral e não de categorias específicas); 5) Entidades sem fins lucrativos (o lucro reverte-se para o desenvolvimento das próprias atividades, não visando a acumulação); e, 6) Institucionalidade” (desenvolvimento organizacional) (Cf. GT de Criação da ABONG. **Convocatória da Assembleia de Fundação da Associação de ONG's**. (mimeo). Rio de Janeiro, 05/07/91: 02).

No capítulo III, definimos o que se entende por ONG, apresentando a discussão com relação ao perfil das ONG's segundo a ABONG.

¹⁰³ A relação encontra-se em anexo.

¹⁰⁴ FOUCAULT, 1995, op. cit.: 173.

eminentemente “arqueológico”, tendo em vista que a “arqueologia é a disciplina de ouvir sensivelmente os próprios monumentos”¹⁰⁵.

Quanto as entrevistas realizadas, foram gravadas, seguindo um roteiro de perguntas de acordo com o entrevistado. Nem todos os entrevistados que participaram foram de ONG's. Conforme mencionamos, entrevistamos inicialmente algumas pessoas não ligadas às ONG's mas que tinham tido uma participação significativa no movimento de defesa da criança e do adolescente que, sem seus depoimentos, ficaria difícil orientarmo-nos no sentido de compor este processo na história do Ceará. Além do que foram igualmente importantes por serem atores sociais envolvidos com questões afins que trouxeram reflexões e informações indispensáveis. Ao todo, foram entrevistados 15 profissionais¹⁰⁶, tendo sido realizada uma segunda entrevista com alguns deles de forma a complementar/aprofundar alguns dados.

Concluída a pesquisa inicial, havíamos coletado os dados necessários para os capítulos II e III¹⁰⁷. Restava debruçarmo-nos sobre as ONG's que destinavam-se à clientela juvenil propriamente dita (amostra). Nesse sentido, foram feitos mais alguns “acertos” com relação à delimitação do perfil de algumas selecionadas. No Ceará, dentre as 43 catalogadas, 10 ONG's trabalham com crianças e adolescentes. Realizamos entrevistas com as três ONG's especialmente destinadas aos adolescentes¹⁰⁸. No entanto, em função das dificuldades assinaladas e do volume do material coletado para análise na primeira etapa da pesquisa, não pudemos nos deter em alguns outros pontos como, principalmente, acompanhar o desenvolvimento de algumas atividades.

Para a pesquisa genealógica, os dados históricos, registros, arquivos, são fundamentais. Era preciso colecionarmos documentos referentes às organizações, seja pautas de reuniões, estatutos das ONG's, planejamento das atividades com adolescentes, relatórios das atividades, contratos estabelecidos com agências

¹⁰⁵ DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 99.

¹⁰⁶ Dos quais 09 eram de ONG's e 06 de outras instituições. Ver o nome e instituição dos entrevistados na relação das ONG's, em anexo.

¹⁰⁷ Não contabilizamos os recortes de jornais, cópias de documentos, mas foi um número bastante significativo, a ponto de ficarmos semanas catalogando, triando e esboçando os dados. Apenas os que foram triados e analisados foram incorporados na bibliografia.

¹⁰⁸ Duas delas também têm atividades destinadas às crianças, embora fundamentalmente atendam à clientela juvenil (Foundation Terres des Hommes e Fundação Casa Grande - Memorial do Homem do Kariri), a que se destina especialmente para os adolescentes é o CASA (Centro de Assessoria ao Adolescente). Ver a relação já mencionada.

financiadoras, normas de funcionamento, artigos publicados, periódicos, fotografias, vídeos produzidos e outros. No entanto, mesmo sabendo que apenas a realização das entrevistas não seriam suficientes, não foi possível coletarmos um volume significativo de “arquivos” específicos a respeito dos adolescentes, o tempo que restou não foi o suficiente para dedicarmos a esta coleta, que pelo fato de ser mais específica, requeria um procedimento mais minucioso, uma maior proximidade com a ONG em questão etc.

Além disso, acreditamos que poderia ter sido enriquecedora a análise de tratados científicos do início do século que abordassem o tema adolescência, família, escola ou algo do gênero, nos quais pudéssemos obter informações sobre as práticas discursivas que subsidiavam os trabalhos naquele período. Mas, para tanto, precisaríamos ter contado com um auxiliar, pois significaria horas de procura em acervos de bibliotecas e leitura dos mesmos.

De qualquer modo, os capítulos apresentam os dados que nos propusemos a coleccionar, e evoluem linearmente desenvolvendo as questões nas quais também nos propomos a refletir. Além disso, uma vez que cada problemática, à medida que é trabalhada numa pesquisa, traz novas possibilidades de investigação e aprofundamento, pensamos ser muito provável que venham surgir novas pesquisas afins que virão retomar algumas questões aqui pronunciadas. Neste sentido, os três capítulos subsequentes constituíram-se de forma bastante diferenciada no sentido de manterem uma peculiaridade tal, que poderá subsidiar novas possibilidades de pesquisas fornecendo campo para aprofundamento cada um.

CAPÍTULO II

TRABALHOS COM ADOLESCENTES - DEMARCAÇÃO HISTÓRICA

II.1 - A HISTÓRIA ANTERIOR AO ESTATUTO

Retomando o final do século XIX e o início deste veremos que, com exceção dos estabelecimentos formais de ensino, as instituições públicas destinavam-se às crianças e adolescentes que não correspondiam ao projeto higienista¹ de esvaziamento do espaço público e de privatização do espaço familiar. Projeto este que visava, entre outros, a constituição da família nuclear moderna.

Havia toda uma tentativa de disciplinarização dos espaços públicos e privados que achava-se

...estritamente relacionada com um leque de medidas e técnicas voltadas para o reajustamento social das camadas populares, sobretudo por meio do controle da saúde, dos corpos, gestos e comportamentos. Tratava-se, latu sensu, de um processo disciplinador que pretendia instaurar uma nova ordem capitalista, republicana e racional que, daquele período até o fim da Primeira República, atravessou as principais cidades brasileiras.²

Confirmando esta relação entre o projeto higienista, disciplinador, e a instauração de uma nova ordem subjugada ao capital, Jurandir Freire Costa³ comenta sobre a estratégia da normalização médica da família brasileira no contexto do desenvolvimento urbano e a criação do Estado Nacional da seguinte forma:

...os aristocratas tinham hábito de consumo, lazer, higiene, moradia, etc. ... que não encontravam satisfação no bisonho funcionamento da cidade. Por outro lado, indústria e comércio internacionais precisavam modernizar a rede de serviços urbanos e a rotina de subsistência da população a fim de escoarem seus produtos. A modificação do comportamento familiar era um dado importante nessa estratégia.

¹ Sobre o projeto higienista ver capítulo I a respeito da prática da medicina social, páginas 40-43

² PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque - Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha / Multigraf Edit. Ltda., 1993. p. 29. O período do qual o autor se refere é aquele demarcado para a análise histórica de sua obra, ou seja, 1860-1930. Vale ressaltar que nesta obra o autor vai relatar as reformas urbanas implementadas na cidade de Fortaleza, trazendo a questão do controle social respaldando-se em M. Foucault.

³ **Ordem Médica e Norma Familiar**. 3a. ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989. p. 52-53.

O projeto de reordenação dos espaços público e privado, mais especificamente a institucionalização da família nuclear, era um projeto que não se coadunava com a família das classes populares. As crianças e adolescentes, por sua vez, muitas vezes se mantinham na rua, seja por não terem uma família nuclear sólida aos moldes da família burguesa, tendo em vista que seus pais, ambos tinham que se inserir no mercado de trabalho para que pudessem garantir um mínimo de sobrevivência e, deste modo, não havia a figura materna disponível para sua formação e cuidados como as crianças de famílias mais abastadas; seja porque muitas vezes precisavam se inserir também no mercado de trabalho para que pudessem complementar o orçamento familiar.⁴

Ao contrário da criança burguesa que terá a seu dispor todas as contribuições da psicopedagogia e um controle baseado numa “discreta vigilância”, a criança das classes populares terá seu controle realizado em função da “liberdade vigiada”. Neste sentido, “o que constitui problema, no que lhe diz respeito, não é tanto o peso das pressões caducas, mas sim o excesso de liberdade, o abandono nas ruas, e as técnicas instauradas consistem em limitar essa liberdade, em dirigir a criança para espaços de maior vigilância, a escola ou a habitação familiar”⁵. No caso do Brasil, no início do século, não seria bem a escola e nem a habitação familiar, e sim o trabalho nas ruas e/ou estabelecimentos comerciais/industriais, ou a apreensão nos reformatórios.

Seja através da regulação do trabalho ou do internamento em reformatórios, vê-se que estas medidas protecionistas, que justificam-se na necessidade de “estender os mesmos preceitos higiênicos” a todas as crianças, realizam-se de forma diversa para as camadas populares e mais abastadas. Tais medidas, são formas de sustentar um projeto econômico baseado na dicotomia de classes sociais estabelecendo-se a vigilância direta sobre as classes menos abastadas⁶. Segundo Donzelot, “com a ‘economia

⁴ Ademais, “A vida familiar dos ‘pobres’, de nossas grandes cidades modernas, realiza-se num limite muito pouco definido entre casa e rua; a família, muitas vezes, dissolve-se no coletivo da vizinhança. Viver no restrito espaço familiar dos pequenos casebres, com a fome, o desespero dos pais, o desalento em relação ao futuro pode representar, possivelmente, a morte da própria infância e da família” (DIÓGENES, Glória. “A Cidade e a Casa: Exclusão e Violência na Infância”. In: Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança. **Infância e Adolescência em Discussão**. Fortaleza, UFC/FCBIA, 1994. p. 137).

⁵ DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2a. ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986. p. 48.

⁶ Ver Donzelot (Ídem: 46), onde comenta a divergência no modo de veicular a educação no espaço privado do lar embora a família burguesa e popular tenham em comum o “recentramento sobre si mesma”.

social’, a natureza das operações em jogo é totalmente diferente daquelas conduzidas sob a égide da medicina doméstica e produz efeitos praticamente opostos”⁷.

Muitas crianças e adolescentes trabalhavam nas indústrias têxteis⁸, os demais, não absorvidos no mercado formal e/ou informal de trabalho, mantinham-se nos espaços públicos, qual seja, nos espaços (mal)ditos da rua. Para esta populaçãourgia um atendimento de forma que pudessem ser retirados deste espaço que antes se constituía no principal meio de sociabilidade da população, agora não mais permitido. Ao contrário, passa a ser visto de forma negativa como espaço de socialização, sendo entendido, como “*locus* de insubordinação à família e ao trabalho”⁹.

Portanto, a atenção dispensada às crianças e adolescentes do início do século visava atender ao modelo higienista que se instaurava como uma estratégia política e econômica. Tais empreendimentos se davam, sobretudo, através da Igreja, especialmente através das Santas Casas de Misericórdia cujo atendimento remonta ao séc. XVI e que prestava uma assistência mais sistemática as crianças pobres¹⁰.

Reportando-nos para alguns anos precedentes, ainda no século XIX, poderíamos destacar alguns estabelecimentos religiosos que, paralelamente às Santas Casas, instituíram, digamos assim, um atendimento característico desta época: a Roda dos Enjeitados. Tal atendimento se dava quando crianças/adolescentes, por motivos diversos, eram “depostos” para estas instituições por meio de um mecanismo comum em algumas delas (a roda), que ficava na entrada principal, cuja passagem não permitia que as pessoas envolvidas pudessem ser vistas, sejam as das instituições, sejam as que conduziam as crianças/adolescentes até o local. Tais crianças e adolescentes eram de antemão “enjeitados”, tanto diante da inexistência de entidades públicas de atenção a esta população numa sociedade que ainda não os reconhecia como sujeitos de direitos, quanto diante de um modelo higienista que já começa a se configurar em meados do séc. XIX. O acolhimento anônimo propiciava o adiamento desta questão silenciada ao girar da roda.

⁷ Ídem: 27.

⁸ OSTERNE, Maria do Socorro. **Menino Trabalhador: Identidade no Confronto Família-Rua**. Fortaleza, UFC, 1991. p. 41.

⁹ YANNOULAS, Sílvia. “Que Sabemos sobre as Meninas e as Adolescentes Pobres no Brasil?”. **Projeto UNICEF/FLACSO “As Meninas e as Adolescentes no Brasil”**. Junho de 1992. p. 03.

¹⁰ COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **De Menor a Cidadão - Notas para uma História do Novo Direito da Infância e da Juventude no Brasil**. Governo do Brasil, s/d. p. 13.

Este sistema tem como referência a primeira instituição de atendimento ao “menor desvalido” que se tem notícia na história do país. Em função de uma denúncia do governador do Rio de Janeiro à Coroa sobre o número de crianças que morriam abandonadas em 1693, a Santa Casa de Misericórdia passou a receber recursos dos cofres públicos para a criação dos “expostos” - os termos “expostos” e “enfeitados” eram comumente empregados na Colônia e Império para as crianças abandonadas. No entanto, é com doações de pessoas físicas que se mantém o atendimento às crianças desvalidas já se denotando, desde então, o descompromisso dos setores públicos para com a questão da infância. O marco deste atendimento ocorre em 1738 com a doação de uma verba destinada à criação da “Roda dos Enfeitados”¹¹. Desde então, este sistema passa a difundir-se em várias regiões do país tendo atravessado a Colônia e Império e se prolongado até o período republicano¹².

Ainda no final do séc. XIX assistimos, em 1o. de março de 1886, a inauguração do Asilo de Alienados São Vicente de Paulo em Fortaleza, 45 anos depois do surgimento do primeiro hospício que “marcou o início de uma nova etapa da história da loucura e o nascimento da psiquiatria no país”¹³: o Hospício Pedro II no Rio de Janeiro. Incorporando a normalidade como uma das regras fundamentais no eixo urbano, a sociedade passa a conceber o “anormal” como desvio e precipita em discipliná-lo, o que delata os “efeitos disciplinares que a instalação inédita de um asilo passa a exercer na Cidade”¹⁴. Assim, o modelo higienista vai corroborar para a assimilação de medidas disciplinares a ponto da própria população vir a assumir a função de vigiar e punir aqueles comportamentos que possam destoar do que passa a ser a norma. Neste sentido, Pontes¹⁵ acrescenta:

Acreditamos que com isso o indivíduo urbano, sujeito às tempestuosas transformações desse urbano, tendeu a interiorizar mais uma forma

¹¹ “A chamada Roda era um artefato de madeira de forma circular, com um dos lados vazados, assentado num eixo que produzia um movimento rotativo, construído de modo a permitir o ocultamento da identidade daquele(a) que abandonava”. Cf. OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. “A Criança e o Adolescente, dos ‘Enfeitados’ do Rei aos ‘Pivetes’ nas Ruas - Três Séculos Depois”. In: *A Criança e Adolescente em Busca de Cidadania*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste. 25/06/92. Fascículo 1. p. 03.

¹² Segundo Benedito dos Santos (SANTOS, Benedito Rodrigues dos. “Breve Olhar sobre as Políticas Públicas para a Infância”. In: *Da Política de Atendimento ao Menor à Política de Direitos da Criança e do Adolescente*. (mimeo). s/d. p. 10), alguns registros revelam a permanência deste sistema ainda na década de 50.

¹³ PONTES, op. cit.: 90.

¹⁴ Ídem: 94.

¹⁵ Ídem: 95.

de controle de si, principalmente quando em convívio público. Nessa esteira, arriscamos supor que mais essa preocupação autodisciplinadora talvez tenha reforçado o gosto pela privacidade, pela intimidade, que na virada do século começou a vigorar nas grandes cidades; no sentido de que no segredo do recinto doméstico, o indivíduo poderia aliviar-se um tanto da “camisa de força” representada pelas tantas normas e regras que precisava assumir em público. Ser “normal” sempre, eis a questão que a emergência do controle da loucura via asilo parece colocar como um alerta para todos.

É desta forma que estes efeitos disciplinadores, a pouco referidos, passam a ser perseguidos ostensivamente: “segurança, comodidade, produtividade, moralidade. Tal como os pais ameaçavam de internamento nas escolas correcionais os filhos considerados indisciplinados¹⁶ (...), o mesmo poderia acontecer, depois do advento do hospício, a quem incorresse em posturas desarrazoadas”¹⁷.

Retomando a referência às Santas Casas de Misericórdia no que se refere ao atendimento às crianças e adolescentes pobres, devemos acrescentar que outras instituições religiosas proliferaram contando com a subvenção do Estado, supervisão da Igreja Católica Romana do Ceará e apoio de alguns elementos da sociedade civil e que, ademais, articulavam-se com a polícia para a erradicação da mendicância bem como promoviam “palestras, conferências e campanhas filantrópicas, o que demonstra a existência de um dispositivo institucional apontado para o reajustamento disciplinar da massa de despossuídos em Fortaleza”¹⁸. Neste sentido, Pontes¹⁹ apresenta algumas instituições apontadas no Almanaque do Ceará para o ano de 1929: “para menores abandonados: Patrocínio dos Menores Pobres (1903), Escolas para Menores Pobres (1908); Dispensário Infantil (1914); para moças desvalidas: Patronato de Maria Auxiliadora para Moças Pobres (1922) e Asilo Bom Pastor (1928), destinado à ‘conversão de mulheres arrependidas’”.

¹⁶ Estas medidas correcionais a que o autor se refere, diz respeito aos centros correcionais que já vigoravam desde o séc. XIX. No caso do Ceará, destaca-se a criação do reformatório “Santo Antonio do Buraco” durante os anos 20. Em termos de cenário nacional a primeira instituição, de iniciativa privada, dedicada à infância e adolescência, “pobre, enferma e/ou moralmente abandonada”, foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro em 1899 pelo médico Arthur Moncarvo Filho (YANNOULAS, 1991, op. cit.: 04).

¹⁷ Pontes, op. cit.: 95.

¹⁸ Ídem: 163.

¹⁹ Id. Ibid.

Ainda com relação ao reajustamento disciplinar, Pontes²⁰ conclui:

Tais organizações, pela estreita aliança estabelecida entre sua ação beneficente e as práticas de assistência médica da medicina local, possibilitaram a transformação da filantropia de caráter caritativo (predominante nos meados do século XIX) em um novo modelo de assistencialismo: a filantropia higiênica. Retirando velhos, meninas e meninos pobres das ruas em nome da erradicação da mendicância, da delinqüência e da prostituição urbanas, e internando-os em asilos onde realizava a disciplinarização moral e social por meio da catequese e do trabalho adestrador do corpo e da mente, esta filantropia higiênica institucionalizada teve, sem dúvida, decisiva participação no processo de normalização social de Fortaleza.

Apesar da instalação dos cursos de ciências humanas nas universidades e do desenvolvimento de uma racionalidade científica que viria pautar as discussões em torno das práticas assistenciais voltadas à infância e adolescência, tais discussões tornavam-se inócuas face a política sanitarista de grande expressão na época que vieram absorver tais práticas do ponto de vista da mudança das condutas convencionais mais pautadas nos discursos de higiene corporal e limpeza²¹. A filantropia, portanto, se mantém agora estendendo o controle não apenas mediante a reclusão como também mediante o controle dos corpos²².

Um dos momentos marcantes que denota a inexistência de leis de amparo à infância e adolescência, para tentarmos desde já introduzir esta referência, ocorreu durante a revolta urbana de 1912 que culminou na queda do governo Accioly. Ao final de mais um mandato de Nogueira Accioly houve um grande movimento em prol da candidatura do tenente-coronel Franco Rabelo. Uma das manifestações de apoio a Franco Rabelo consistiu de “uma passeata de crianças reunindo mais de 600 menores, a 21 de janeiro de 1912 (...) Como das vezes anteriores - o que não se esperava, face à presença das crianças - a cavalaria investiu sobre a massa, atropelando e pisoteando

²⁰ Id. Ibid.

²¹ SANTOS, op. cit.: 10.

²² O próprio advento das ciências humanas provém de um controle que as disciplinas, inicialmente aportadas nas instituições, implementavam no âmbito da prática filantrópica. As universidades irão constituir um centro de informação e catalogação dessas informações onde, ao mesmo tempo que podem constituir-se em espaços de questionamentos, também irão dispor de um sistema de controle baseado nas informações acumuladas. Sobre isso, Foucault comenta a respeito da filantropia no início do séc. XIX: “pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia... Mais tarde, desta função confusa saíram personagens, instituições, saberes... uma higiene pública, inspetores, assistentes sociais, psicólogos. E hoje assistimos a uma proliferação de categorias de trabalhadores sociais...” (FOUCAULT, 1990, op. cit.: 151).

quem se encontrasse à frente”²³. A partir daí deu-se uma série de enfrentamentos que se extinguiram no dia 24 quando da rendição de Accioly.

Durante os dois anos do breve mandato de Franco Rabelo como presidente do Estado do Ceará, que contou com total apoio da população, as medidas tomadas se concentraram na capital. Dentre elas destaca-se a instauração de “uma efetiva polícia médica”²⁴ que contou com o apoio do farmacêutico e político Rodolfo Teófilo que “era um dos agentes sociais que acreditavam que a Cidade precisava civilizar-se para que o povo pudesse sair da ignorância, ociosidade, debilidade e barbarismo em que se encontrava”²⁵.

Considerada como a maior realização de Rabelo foi a criação do “Instituto de Proteção e Amparo à Infância”, em 1913, cuja preocupação central era a redução da mortalidade infantil que tinha um índice bastante alto já desde o final do século passado. O serviço era destinado às crianças e mães “carentes” da Capital. Neste período priorizava-se o aleitamento materno que, quando muito, era realizado pelas amas-de-leite. Procurava-se resgatar a participação da mãe neste processo alegando-se as condições de higiene das amas-de-leite. Em relação a este “reordenamento” nos cuidados com a criança, Costa²⁶ comenta que é provável “...que as mães ignorassem que a amamentação materna fosse vital à sobrevivência dos filhos. De fato, foi só a partir do momento em que a vida da criança de elite passou a ter a importância econômico-política, que lhe foi dada no séc. XIX, que o aleitamento materno veio a ter essa conotação, ganhando foros de problema nacional.” E acrescenta²⁷, “...com efeito, a nosso ver, a mãe deveria compulsoriamente amamentar porque essa tarefa, além de proteger a vida dos filhos, regulava a vida da mulher. A mulher que não amamentasse isentava-se, automaticamente, de uma ocupação indispensável à redefinição de seu lugar no universo disciplinar”.

²³ PONTES, op. cit.: 48. A este respeito, ver os comentários de Celeste Cordeiro em sua obra “Brinquedos da Memória: a Infância em Fortaleza no Início do Século” (Fortaleza, Edit. Fundação Demócrito Rocha, 1996: 149-151).

²⁴ Id. Ibid.

²⁵ Ídem: 50. Com relação à educação CORDEIRO (Op. cit.: 62), comenta que “ainda no século passado (segunda metade) foi modernizado o sistema educacional da cidade com a criação do Liceu do Ceará e do Ateneu Cearense. Em 1867 é aberta a Biblioteca Pública com 1730 volumes. Em 1916 é criada a Faculdade de Odontologia e Farmácia e em 1919 o Colégio Militar. O Liceu do Ceará continuava a monopolizar a fabricação dos preparatórios exigidos para o ingresso aos cursos superiores”. Ainda no período de 1912-14 a Prefeitura, sob o comando de Idefonso Albano, responsabilizou-se pela “construção de modernos grupos escolares e o ajardinamento de novas praças” (Ídem: 22).

²⁶ 1989, op. cit.: 256.

²⁷ Ídem: 258.

Portanto, todo este trabalho dirigido à questão do aleitamento estava atrelado ao interesse da medicina social em conjugar-se com as mulheres no projeto médico-higienista, no sentido de exercer os “cuidados com a vigilância dos serviços e a segurança do marido. No limite desse investimento encontrava-se a produção de um novo modelo de família, cujos primados eram a higiene doméstica, a privacidade do lar e o gosto pela vida familiar”²⁸: a família nuclear, da qual já nos referimos anteriormente.

Toda a mudança geopolítica do modelo higienista, na realidade dirigia-se para um projeto econômico cujo fortalecimento comportava um agravamento nas condições de vida da população menos abastada, pois tal crescimento econômico se dava em função da exploração desta. Neste contexto, “a criança vai pagar o ônus da desigualdade entre os homens e vai caracterizar-se de forma bastante diferenciada daquela encontrada no modelo burguês, centrado na criança, no lar, no patrimônio...”²⁹. Assim, a situação da criança no Brasil antes de 30 era bastante alarmante no sentido da exploração no trabalho, período em que se começou o processo de industrialização do país. As crianças que não estavam na rua, também não estavam necessariamente em casa, nesse período cuja exploração de crianças pelo mercado de trabalho era exorbitante, muitas vezes era neste espaço que passavam grande parte de suas infâncias, exploração viabilizada pela ausência de leis de proteção à infância e adolescência³⁰. “Crianças com cinco anos de idade já estavam na fábrica, e o índice de acidentes a que estavam vulneráveis era alarmante. Daí que as primeiras

²⁸ Pontes, op. cit.: 120.

²⁹ OSTERNE, 1991, op. cit.: 28.

³⁰ Osterne, em sua dissertação sobre “Menino Trabalhador: Identidade no Confronto Família-Rua”, confere um capítulo ao tema “A Criança e a Família no mundo do Trabalho” onde relata a promulgação de leis dirigidas à criança e ao adolescente que na realidade não visavam além da questão trabalhista. Tais leis, de “proteção” ao trabalho, na verdade se constituíam mais como fachada para os países do “primeiro mundo” uma vez que a realidade não condizia com seus ditames. A autora cita algumas destas leis: “Em 1882 foi assegurado ensino profissionalizante à crianças e adolescentes. Em 1890, ano seguinte à Proclamação da República, o governo provisório expede o Decreto no. 1.313, regulamentando o trabalho do menor nas fábricas do Distrito Federal. Em 1891 promulga a proibição do trabalho do menor com menos de 12 anos. Em 1911 o regulamento de Serviço Sanitário proíbe o trabalho noturno a menores de dezoito anos e o emprego de crianças de dez anos nas unidades produtivas” (1991, op. cit.: 12). Em 1919 a Conferência da paz instituiu, dentre outros, a impedição do trabalho de menores de 14 anos e o trabalho de mulheres e crianças nas indústrias metalúrgicas. Posteriormente, com a criação do Código de Menores, determina-se a idade mínima de 12 anos para ingresso no mercado de trabalho e proíbe-se o trabalho noturno para menores de 18 anos. No entanto, já em 1934 (quando o Código de Menores passou a fazer parte do Direito Constitucional), o limite mínimo para a entrada no mercado de trabalho retorna para os 14 anos sendo exigido, ainda, “autorização dos pais ou responsáveis, atestado médico, prova de capacidade física e mental e a condição de saber ler, escrever e contar. Na continuidade dessas medidas, no ano de 1939 foram criados os primeiros cursos de aperfeiçoamento profissional” (Ídem: 14-16).

leis no campo social se deram no campo trabalhista, começaram a regulamentar a questão da idade pra começar a trabalhar”³¹.

Apesar das inúmeras leis visando regulamentar o trabalho do menor, haveria ainda que se regulamentar aquelas crianças e adolescentes não absorvidos pelo mercado de trabalho e que ainda permaneciam nas ruas. Assim, o que havia de específico para a criança e adolescente até os anos 20 limitava-se às leis penais e de regulação da força de trabalho. Em 1921 foi instituída a lei 4.242 de onde definiu-se “o conceito de ‘abandono’: menores sem domicílio certo ou sem meios de subsistência, órfão ou sob a responsabilidade de um adulto julgado incapaz de zelar por ele”³².

Embora em outro contexto histórico, é pertinente o comentário de Donzelot³³ a respeito da elaboração de algumas leis de proteção à infância na França do séc. XIX:

...O que essas medidas visavam era de natureza indissociavelmente sanitária e política, que elas procuravam, sem dúvida, corrigir a situação de abandono em que poderiam se encontrar as crianças das classes trabalhadoras, mas também, na mesma medida, reduzir a capacidade sócio-política dessas camadas, rompendo os vínculos iniciáticos adulto-criança, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do afrouxamento de antigas coerções comunitárias.

Em função do desgaste “físico e moral da infância operária no Brasil do começo do século” organizou-se o “movimento libertário na luta pela preservação da criança”³⁴. Sabemos que o período que antecedeu os anos 30 foram tomados por manifestações de trabalhadores urbanos cujas principais reivindicações era o estabelecimento de políticas sociais. Em função destas mobilizações, Pontes³⁵ aponta que entre 1917 e 1921 foram criados o Partido Socialista, a Associação Gráfica do Ceará e a Federação das Classes Trabalhadoras Cearenses os quais, por outro lado, contou com a resposta do “patronato” ao organizarem o Centro Industrial Cearense em 1919.

³¹ Entrevista no. 10. Com relação à exploração do trabalho, Osterne (op. cit.: 13) comenta: “Na virada do século em São Paulo, já se percebia como significativo o número de menores a partir de 5 anos que ocupavam o setor fabril, onde a jornada de trabalho era de 14 horas. Na verdade, até 1930, a duração do tempo de trabalho permanece totalmente à mercê das conveniências do patronato”.

³² YANNOULAS, op. cit.: 03.

³³ Op. cit.: 76.

³⁴ Cf. OSTERNE, 1991, op. cit.: 13.

³⁵ PONTES, op. cit.: 57.

Este movimento em prol das políticas sociais gerou uma certa mobilização da sociedade que, juntamente com o modelo higienista que viria a influenciar a reordenação geopolítica dos principais centros urbanos, possibilitou a criação das primeiras instituições voltadas ao “menor” cujo perfil se distinguisse das existentes. Nesse momento, e com o aumento do êxodo rural nas primeiras décadas, foi que se deu tanto a organização do assistencialismo médico-filantrópico - comentado anteriormente, como o superpovoamento no espaço público, gerando preocupação no aparelho policial cearense.

Na medida em que se agrava esta situação a polícia vai se dando conta de que deve assumir uma postura menos repressiva e mais disciplinadora, o que leva a tentativas de persuasão e de regeneração moral e social. Neste contexto, tal aparelho passa por uma reestruturação que inclui seu próprio disciplinamento através de reformulações na estrutura física e no processo de seleção e qualificação dos policiais³⁶. Vale ressaltar que a polícia vai sendo reconhecida cada vez mais como pólo de unificação das técnicas de controle do corpo, cujas práticas irão surgir a partir do século XVIII³⁷. Para além de um caráter repressivo, a polícia vem englobar “métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação”³⁸.

A situação das crianças e adolescentes era retratada já desde o início do século através dos meios de comunicação, mas articulada maliciosamente com a pobreza como causa da delinquência e vadiagem. Em função disso se configura o temor e a necessidade de “proteção” a essa população, ambigüidades que instituirão a punição e a assistência como elementos básicos que nortearão a construção de todo o aparato legal brasileiro³⁹. De todo modo, estes “sentimentos” não surgem sem a intermediação da imprensa coadunada com o projeto geopolítico higienizante de sustentação de um modelo econômico que vai se fortalecendo baseado na exploração das classes menos favorecidas. Assim como os adultos passam a se enquadrar nas novas relações sociais

³⁶ Ídem: 164.

³⁷ “A função da polícia era a articulação e a administração das técnicas do biopoder de modo a aumentar o controle do estado sobre seus habitantes (...) Agora, a polícia estava preocupada com os homens em suas atividades do cotidiano, como componentes essenciais da força e da vitalidade do Estado. A polícia e seus adjuntos administrativos eram encarregados pelo bem-estar dos homens - e por seu controle (RABINOW e DREYFUS, op. cit.: 154).

³⁸ Donzelot, op. cit.: 12.

³⁹ Cf. PEREIRA JUNIOR apud OSTERNE, s/d, op. cit.: 03.

que vão se estabelecendo, é preciso garantir o enquadramento da população mais jovem para que não resista à inserção num campo social já preestabelecido.

Foi então, em 1928, que se instituiu a reclusão disciplinar para os menores pobres na Estação Experimental de Santo Antonio instaurando-se, desde então, o processo de vigilância policial sobre os menores. Santo Antonio era o nome do sítio no qual foi construído o reformatório e que ficou conhecido popularmente como Santo Antonio do Buraco cujo “lendário rigor aplicado aos internos permaneceu por muitas décadas no imaginário infantil cearense como verdadeiro signo de terror”⁴⁰.

Certamente, o confinamento no sítio Santo Antonio foi instituído tendo como referência o conteúdo do primeiro Código de Menores do Brasil aprovado em 12 de outubro de 1927, de autoria do juiz de Menores do Distrito Federal, Mello Matos⁴¹. Este Código foi considerado inovador na época, sendo o primeiro da América Latina. No entanto, seu conteúdo era estritamente dirigido para as crianças/adolescentes considerados em situação irregular, entendendo-se situação irregular como infração às leis ou direitos infringidos, o que, em situação de pobreza, acaba sendo um elemento comum, e, em conseqüência, passa-se a generalizar para todas as crianças/adolescentes das classes populares a destituição de qualquer identidade que não aquela associada pejorativamente à condição de irregular: “menor”⁴². O “menor” tornou-se sinônimo de abandonado, excluído. Não se chama a estes de criança, criança é aquela que provém das classes sociais mais abastadas.

Sobre a terminologia concedida aos jovens das camadas populares, Yannoulas⁴³ nos diz que enquanto no início do século XX utilizavam-se termos como “santa infância”, “infância abandonada” etc. Com o advento do Código de Menores

⁴⁰ PONTES, op. cit.: 173.

⁴¹ Cândido de Mello Matos foi o primeiro Juiz de Menores da América Latina tendo sido nomeado em 1924 e, em 1927, constituiu o primeiro Juizado de Menores do Brasil que contava com uma equipe formada por psiquiatra, comissários, advogado e um Curador (BARREIRA, Wilson e BRAZIL, Paulo. **O Direito do Menor na Nova Constituição**. São Paulo, Edit. Atlas, 1989: 81). Ao juizado de menores, com o respaldo do Código de Menores, ficava a iniciativa de criar os primeiros estabelecimentos para a “proteção” da infância e adolescência (Cf. VASCONCELOS, op. cit.: 23).

⁴² Assim, conferia-se a denominação “situação irregular” tanto àqueles que cometiam atos infracionais como àqueles que, privados de condições mínimas de subsistência, tornavam-se excluídos daquilo que era oferecido para as crianças dotadas de condições de manter-se seja na escola, seja em casa etc. A “situação irregular” se constituiria, então, a partir de sua referência à pobreza, num meio de discriminação a todos que vivem na pobreza. “É o estigma social que vincula ao pobre a predisposição para atos ilícitos e ilegais, segundo o aparato normativo e ideológico da sociedade” (OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. “Preservação da Família na Socialização da Pobreza: Crianças e Adolescentes no Cotidiano do Mundo do Trabalho”. In: Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança. **Infância e Adolescência em Discussão**. Fortaleza, UFC/FCBIA, 1994. p. 95.)

⁴³ 1992, op. cit.: 03.

generalizava-se o termo “menor” com adjetivações diversas: menor... abandonado, delinqüente, carente etc. A palavra “menor” passa a integrar o imaginário social associada ao abandono e à delinqüência.⁴⁴

Ainda quanto ao Código de Menores, este não reconhece as crianças como sujeito de direitos, mas como “extensão do patriarca, a quem se imputava as causas do abandono e delinqüência da menoridade”⁴⁵. Sendo assim, esta legislação instituía a intervenção tutelar e coercitiva, estabelecendo na figura do Juiz de Menores a responsabilidade pelas funções penais, civis, trabalhistas e administrativas, em nome do Estado. Nestes termos, o Código destinava-se especialmente ao “menor” marginal ao projeto higienista de família nuclear, aquele que não estava em casa, na escola e nem mesmo no trabalho, mas na rua.

À nível mundial, o Código de Menores foi precedido pela “Declaração de Genebra”⁴⁶, primeira Declaração Internacional de Direitos das Crianças, aprovada em setembro de 1924. Tem início aí “toda uma preocupação a nível mundial de se começar a traçar dentro do ordenamento jurídico, leis que protegessem a infância”⁴⁷. Sem dúvida que aquele contexto internacional, principalmente em função da I Guerra Mundial e outros acontecimentos afins, possibilitou a reflexão em torno da defesa dos direitos humanos, dentre eles a questão dos direitos da criança.

A seguir, reproduziremos a íntegra da Declaração conforme apresentada por Gruspün⁴⁸:

Pela presente Declaração dos Direitos das Crianças, os homens e as mulheres de todos os países reconhecem que a Humanidade deve dar à criança o que ela tem de melhor; afirmar seus deveres à margem de qualquer consideração de raça, nacionalidade e crença.

⁴⁴ Fora do âmbito jurídico, surgiram os termos “menor trabalhador” e “menino de rua” em função dos cientistas sociais que vieram a desenvolver estudos relacionados à inserção no mercado de trabalho e estudos que fazem “referências aos meninos marginalizados que não se encontram institucionalizados e vivem seu cotidiano nas ruas das grandes cidades” (Ídem: 03).

⁴⁵ OSTERNE, s/d, op. cit.: 04.

⁴⁶ “A grande caminhada da comunidade internacional em favor dos Direitos da Criança, tem início em 1923. Nesse ano, a União Internacional ‘Save the Children’ redigiu e aprovou um documento que ficou conhecido como Declaração de Genebra (...) que continha os princípios básicos de Proteção à Infância. No ano seguinte, 1924, a Quinta Assembléia da Sociedade das Nações, aprovou a Declaração de Genebra e propôs aos países-membros que pautassem a sua conduta em relação à infância pelos princípios nela contidos” (COSTA, Ant.o. Carlos Gomes. “A Convenção Internacional dos Direitos da Criança”. In: SIMONETTI, Cecília et alii. **Do Averso ao Direito - Da Situação Irregular à Proteção Integral da Infância e da Adolescência na América Latina**. (Compilação do III Seminário Latino-Americano). Governo do Estado de São Paulo / UNICEF & Malheiros Edit., 1994: 17).

⁴⁷ Entrevista no. 10.

⁴⁸ GRUSPÜN, Haim. **Os Direitos dos Menores**. São Paulo, ALMED, 1985: 110-111.

I - A criança deve obter condições de se desenvolver de maneira normal, material e espiritual.

II - A criança com fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser assistida, a atrasada deve ser estimulada; a extraviada deve ser conduzida; o órfão e o abandonado devem ser recolhidos e socorridos.

III - A criança deve ser a primeira a receber socorros em época de calamidade.

IV - A criança deve ser dotada de meios com que ganhar a vida e deve ser protegida contra qualquer exploração.

V - A criança deve ser educada no sentido de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos.⁴⁹

Não se opondo a esta Declaração, mas atendo-se fundamentalmente na legislação nacional, o Código de Menores, tem-se a instauração de várias instituições que virão exercer a intervenção tutelar e coercitiva aos “menores abandonados”. Dentre eles temos, em 1936, a reconstrução da Estação Experimental de Santo Antonio, recebendo o nome de Escola de Menores Abandonados e Delinquentes de Santo Antonio de Pitaguari, por iniciativa do Interventor Major Carneiro de Mendonça.

Em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNC) vinculado ao Ministério da Saúde. Neste mesmo ano houve a reformulação do Código Penal Brasileiro que, dentre outros, ampliou o limite de inimputabilidade penal para 18 anos de idade⁵⁰. Paradoxalmente, em novembro de 1941 foi criado o decreto-lei que instituiu o SAM: “a criança pobre, ‘o menor’, é uma ameaça social e, portanto, é necessário corrigi-lo, regenerá-lo. Foi com esse objetivo que se criou o SAM - Serviço de Assistência ao Menor, órgão do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores”⁵¹. Tal Serviço era realizado mediante internamentos em reformatórios e casas de correção para aqueles que cometiam atos infracionais ou, mediante internamento em patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para as crianças/adolescentes carentes e abandonados. A vigilância policial vem legitimar-se com a criação deste órgão vinculado ao Ministério da Justiça, de onde os

⁴⁹ Tendo em vista o não cumprimento desta Declaração, especialmente durante a II Guerra Mundial, esta foi “reafirmada em 1946, com nova vigência, sendo incluída na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948” (Ídem: 111).

⁵⁰ VASCONCELOS, Rejane Batista. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Culpado ou Inocente? Uma Análise do Processo de Desmonte da Lei 8069/90 - E.C.A.** Fortaleza, UECE, 1996. p. 19.

⁵¹ Entrevista no. 05.

estabelecimentos destinados aos menores passam a funcionar de forma equivalente ao sistema penitenciário.

A Estação Experimental de Santo Antonio, acima mencionado, passa a funcionar como aparelho do SAM em 1938, denominando-se, então, Instituto Carneiro de Mendonça⁵², estabelecendo-se como Centro de Recepção e Triagem desenvolvendo o Serviço de Atendimento ao “menor delinqüente”. Na realidade, não chegou a cumprir com os objetivos de assistência e instrução básica, tendo sido seu método sintetizado sob o *slogan* “pão e palmatória”, constituindo-se como meio de ameaça para aqueles que apresentassem comportamentos distintos do que era socialmente determinado. Foi assim que o Instituto tornou-se sinônimo de casa do terror passando a ser conhecido como “Santo Antonio do Buraco”⁵³.

Baseado na reformulação do Código Penal Brasileiro e criação do SAM, o Código de Menores foi revisto a partir dos decretos-lei de novembro de 1943 e setembro de 1944. As alterações sofridas foram assim expressas: “As modificações se pautam na noção de periculosidade, abandonando a categoria ‘delinqüente’ para utilizar a de ‘infrator’, o que vem a cristalizar de vez a visão da menoridade como caso de polícia”⁵⁴.

No período de 1930-1945, surgiram outros estabelecimentos federais ligados à criança e ao adolescente⁵⁵ e que tinham como traço comum a orientação correcional-repressiva instituída pelo SAM. Abaixo listamos aqueles mencionados por Costa⁵⁶:

. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): agência nacional de assistência social voltada inicialmente para apoio aos combatentes na II Guerra Mundial e suas famílias e, posteriormente, à população carente de modo geral;*

. *Fundação Darcy Vargas: organismo de cooperação financeira que apoia a implantação de hospitais e serviços de assistência materno-infantil;*

⁵² VASCONCELOS, op. cit.: 20. Em fins da década de 60 fica sob o controle da FEBEMCE cuja nomeação vem a ser “Cidade Hortigranjeira Juvenil, daí em diante começa um processo de desestruturação e deterioração acabando por ser desativada no final dos anos 80”

⁵³ OSTERNE, s/d, op. cit.: 04.

⁵⁴ PEREIRA JÚNIOR apud VASCONCELOS, op. cit.: 21.

⁵⁵ Yannoulas (op. cit.: 06/07) ressalta a estratégia relativa à questão educativa, como forma de controle social, relatando que neste período a população jovem passa a ser atendida sob vários aspectos a saber: formação profissional (SENAI-1942, SESI, SENAC-1946 e SESC), assistência à saúde (LBA), assistência e recuperação de menores abandonados e delinqüentes (SAM) e, educação primária para as camadas populares instituída em 1946.

⁵⁶ S/d, op. cit.: 14.

. *Casa do Pequeno Jornaleiro: programa de atenção a meninos de famílias de baixa renda baseado no trabalho informal (venda de jornais) e no apoio assistencial e sócio-educativo*⁵⁷;

. *Casa do Pequeno Lavrador: programa de assistência e aprendizagem rural para crianças e adolescentes filhos de camponeses*;

. *Casa do Pequeno Trabalhador: programa de capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda*;

. *Casa das Meninas: programa de apoio assistencial e sócio-educativo a adolescentes do sexo feminino com problemas de conduta*.

De 1945 até o início da ditadura, não ocorre nada mais significativo em termos de atendimento a criança e ao adolescente com exceção da Campanha Nacional de Merenda Escolar e a criação do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU). O que vem a tornar-se mais marcante é, na realidade, o reconhecimento da prática repressiva e arbitrária do SAM que passa a ser visto diante da opinião pública como “universidade do crime” e “sucursal do inferno”⁵⁸.

Em 1946 foi criado o Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF), cuja atuação no Brasil teve início em 1948. O perfil demográfico do Brasil nesta época demonstrava que “a população na faixa etária de 0 a 19 anos constituía mais de 50% do total da população”⁵⁹, grande parte dela pertencente às camadas populares.

Em termos de cenário mundial, em 20 de novembro de 1959, foi proclamada, na Assembléia Geral da ONU, uma nova Declaração de cunho mais progressista denominada “Declaração dos Direitos das Crianças”, recomendando “que as legislações sobre menores se fundamentassem em seus dez princípios ou pelo menos fosse transcrita obrigatoriamente em todas as legislações ou Código de Menores”⁶⁰.

⁵⁷ Segundo Yannoulas (op. cit.: 04), esta Instituição foi criada tendo como referência um inquérito realizado nos anos 30 onde meninos e adolescentes “foram classificados em 4 categorias, segundo uma escala crescente de gravidade do desajuste social: desprotegidos, abandonados, pré-delinquentes e delinquentes. Destes, 67% foram incluídos na categoria de desprotegidos”. A criação da Casa do Pequeno Jornaleiro (1938) fez parte das tentativas de regulamentação destes jovens que ocupavam as ruas. A autora prossegue chamando atenção para o episódio ocorrido nesta mesma época com a primeira edição do livro “Capitães de Areia” de Jorge Amado (editado em 1937): sua queimação em praça pública. O livro colocava a questão dos jovens que viviam nas ruas denunciando o tratamento dos reformatórios e descrevendo a rua “como um espaço de socialização política libertária”.

⁵⁸ Cf. COSTA, s/d, op. cit.: 16.

⁵⁹ Op. cit.: 05.

⁶⁰ GRUSPÜN, op. cit.: 110-111. Em 05 de outubro de 1953, foi proclamada a Declaração do Dia Universal do Menor que, dentre os seus princípios constituintes, deliberava: “Convocar os maiores para que estudem e resolvam a problemática que a coletividade dos menores de idade colocam no mundo” (Ídem: 116). Não é preciso muito esforço e investigação para sabermos que os estudos realizados, seja por academias científicas, por organizações internacionais ou outros, são significativamente reduzidos em relação aos demais e, por consequência, a resolução das problemáticas relacionadas aos “menores” fica suspensa e caracterizada como uma utopia.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1959 é composto por 10 itens, a saber:

- 1 - *Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.*
- 2 - *Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.*
- 3 - *Direito a um nome e a uma nacionalidade.*
- 4 - *Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe.*
- 5 - *Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.*
- 6 - *Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.*
- 7 - *Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.*
- 8 - *Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes.*
- 9 - *Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho.*
- 10 - *Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.*⁶¹

Apesar do Brasil ter sido um dos signatários desta Declaração, sabemos que não houve incorporação de suas prerrogativas nos estabelecimentos e aparatos legais destinados à infância e adolescência. Em termos constitucionais, os direitos das crianças e adolescentes ainda limitavam-se à questão do trabalho.

Após 1964, o modelo liberal vem firmar-se na Nação brasileira tendo como motor propulsor o eixo econômico. Assim, a preocupação com as políticas sociais vem a se deparar com uma racionalidade tecnocrática que em prol das vantagens econômicas as utilizam como meios para atender a uma dupla finalidade: fortalecimento do empresariado e arrefecimento das mobilizações das classes populares mediante atendimento de suas necessidades básicas⁶².

Foi neste contexto, e com o intuito de substituir o SAM mediante uma nova política de atendimento, que foi estabelecida a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) estabelecida pela Lei 4513/64 cujo órgão Nacional veio a denominar-se FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e cujos órgãos executores, estaduais, denominaram-se de FEBEM(s), tendo sido implantada em 1965, pelo médico Mário da Silva Altenfelder. No entanto, com toda a desatenção

⁶¹ Ver COSTA, Ant.o. Carlos Gomes da et alii. **Direito de Ter Direitos**. Brasília, Ministério da Justiça / Ministério da Ação Social - FCBLA / UNICEF, 1991.

⁶² COSTA, s/d, op. cit.: 17.

com a questão social notória nesta época⁶³, a PNBEM na prática se revelou inócua, mesmo com o novo enfoque assistencialista, que em oposição à “noção de periculosidade” introduzia a “noção de privação”. Segundo esta visão assistencialista, o menor passa a ser visto - em comparação com o modelo de normalidade que seria o menino da classe média - como um “feixe de carências”. É nesta medida que o atendimento ao menor vem tentar restituir “o que lhe havia sido sonogado no âmbito das relações sociais”⁶⁴ e, pautado nisso, estabelece-se o modelo de centros de triagens nas capitais e internatos no interior através do qual se possa suprir tais carências.

O problema do “menor” que no início do século se constituía em caso de polícia, passa a se configurar como um problema de segurança nacional, comprovando que a noção de periculosidade ainda permanecia associada à questão. Segundo Vasconcelos⁶⁵, “a FUNABEM treinava seus técnicos e os das executoras de sua política nas unidades federadas, sob orientações técnicas e teóricas da Escola Superior de Guerra”.

Neste sentido, Carlos Alberto Luppi⁶⁶ comenta: “A FUNABEM foi criada a serviço do sistema implantado a partir do golpe militar que derrubou o regime constitucional brasileiro de 1964. O próprio Mário da Silva Altenfelder, em vários pronunciamentos, deixava isso claro: ‘A problemática do menor no Brasil constitui um dos aspectos mais importantes do fator psicossocial da política de *segurança nacional*’”. Segundo Altenfelder, era preciso formar uma “juventude sadia” o que contribuiria, por sua vez, para o desenvolvimento e segurança nacional:

Você pode medir o grau de desenvolvimento de um povo baseando-se no que ele faz por uma criança. Se você preparar bem a juventude, isto será inteiramente ligado à segurança nacional. Pela minha experiência, de cada mil menores, 340, no mínimo, serão maus chefes de família, maus cidadãos. A partir do menor é preciso criar uma juventude sadia, disciplinada, bem feita, bem orientada, no sentido de fazer com que o jovem seja o que todos nós desejamos. Formar pessoas com apoio nas três grandes bases: criança, família e comunidade. Se isto existir, teremos um povo feliz.⁶⁷ (Grifo nosso)

⁶³ A dita falta de “vontade política” era sustentada pela questão econômica que priorizava setores ligados ao empresariado, elite que vai assumindo as rédeas do desenvolvimento econômico e que se sustenta graças às disparidades sociais.

⁶⁴ COSTA, s/d, op. cit.: 19.

⁶⁵ Op. cit.: 27.

⁶⁶ **Agora e na Hora da nossa Morte: O Massacre do Menor no Brasil**. São Paulo, Edit. Brasil Debates, 1982. p. 183-184.

⁶⁷ ALTENFELDER apud LUPPI, Ídem: 184.

Além deste discurso fortemente higienista, normatizante, existia toda uma estrutura que não havia sido revista, incidindo negativamente na nova organização. Segundo Costa⁶⁸, “a FUNABEM, ao ser criada, bem como muitas de suas congêneres estaduais, herdou do órgão antecessor prédios, equipamentos, materiais e sobretudo pessoal - e, com esse pessoal, a cultura organizacional do passado”, o que veio a direcionar a FUNABEM para uma prática que acabou por reproduzir o modelo do SAM. Desta feita, as práticas assistencialistas vem somar-se às práticas punitivas, dando continuidade a mesma pedagogia normatizadora de antes.

Em termos internacionais, em dezembro de 1965, a Assembléia Geral da ONU aprova um conjunto de diretrizes, chamado “Manifesto para a Juventude”, composto de seis princípios que marcam o papel da juventude na história, a saber:

1o. PRINCÍPIO - A juventude deve ser educada no espírito da paz, da justiça, da liberdade, do respeito e da compreensão mútuos, a fim de fomentar a igualdade de direito de todos os seres humanos e de todas as nações; o progresso social, o desarmamento e a manutenção da paz e da segurança internacionais.

2o. PRINCÍPIO - Todos os meios de educação, incluída como elemento de suma importância a educação dada pelos pais ou pela família, de ensinamentos e de informação destinados à juventude, devem fomentar entre os jovens os ideais de paz, humanismo, liberdade e solidariedade internacional, e todos os demais ideais que contribuem para a aproximação dos povos, e devem imbuí-los da missão confiada às Nações Unidas como meio de preservar e manter a paz e fomentar a compreensão e a cooperação internacionais.

3o. PRINCÍPIO - Os jovens devem ser educados no espírito da dignidade e da igualdade de todos os homens, sem distinção alguma por motivos de raça, cor, origem étnica ou crenças, e no respeito aos direitos humanos fundamentais e do direito dos povos à livre determinação.

4o. PRINCÍPIO - O intercâmbio, a viagem, o turismo, as reuniões, o estudo de idiomas estrangeiros, a irmanação de cidades e universidades sem discriminação e outras atividades análogas devem estimular-se e facilitar-se entre os jovens de todos os países, com objetivo de aproximá-los nas atividades educativas, culturais e esportivas, conforme o espírito da presente Declaração.

5o. PRINCÍPIO - Associações juvenis nos planos nacional e internacional devem ser estimuladas a fomentar os propósitos das Nações Unidas, em propiciar a paz e a segurança internacionais, as relações amistosas entre as nações baseadas no respeito da igualdade, da soberania dos Estados e a abolição definitiva do colonialismo e da discriminação racial e de outras violações dos direitos humanos.

⁶⁸ S/d, op. cit.: 19.

De conformidade com a presente declaração, as organizações juvenis devem tomar as medidas necessárias dentro de suas respectivas esferas de atividade, para trazer sua contribuição, sem discriminação alguma à obra de educar as gerações jovens em consonância com estes ideais.

Tais organizações devem, de acordo com o princípio de liberdade de associação, fomentar o livre intercâmbio de idéias dentro do espírito dos princípios da presente Declaração e dos propósitos das Nações Unidas, tal como se emunciam nesta Carta.

60. PRINCÍPIO - A educação dos jovens deve ter como uma de suas metas principais o desenvolvimento de todas as faculdades, a formação de pessoas dotadas de altas qualidades morais, profundamente apegadas aos nobres ideais de paz, liberdade, dignidade e igualdade para todos e penetradas de respeito para o homem e sua obra criadora. A este respeito corresponde à família um papel importante.

Os jovens devem adquirir consciência das responsabilidades que terão de assumir num mundo ao qual estão chamados a dirigir e estarem animados de confiança no futuro venturoso da Humanidade.⁶⁹

Esta Declaração foi elaborada sob os auspícios da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã – onde tantos jovens lutaram uns contra os outros. De todas as Declarações e Convenções, tendo em vista o contexto histórico em que foi redigida, esta parece a mais “utópica”. Aqui, percebemos o hiato que existe entre o real e o jurídico, conforme comentaremos mais adiante⁷⁰.

Neste período, no que tange à “proteção” ao trabalho das crianças e adolescentes, houve um significativo retrocesso quando a Constituição outorgada de 1967, durante o regime militar, rebaixou a idade legal para o trabalho, até então fixada em 14 anos, para 12 anos, contrapondo-se à Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que fixou a idade de 16 anos⁷¹.

⁶⁹ GRUSPÜN, op. cit.: 114-115. Ainda em 1965, a Assembléia Geral da ONU aprova dois Pactos Internacionais que incluiu alguns itens sobre os “Direitos Sociais do Menor” e que dispunha, em síntese, sobre a proteção à família, à gestante, à que a condição de menor requer e, ademais, sobre o registro de nascimento e direito à nacionalidade (cf. Ídem: 115-116).

⁷⁰ Ver páginas 115-116.

⁷¹ OSTERNE, 1991, op. cit.: 16. Finalmente, em 1988, a nova Carta Magna estabelece a idade de 14 anos para a entrada no mercado de trabalho, ficando garantido tanto os direitos previdenciários e trabalhistas, como o acesso à escola. Baseado no artigo desta Constituição o Estatuto da Criança e do Adolescente vem reforçar seu conteúdo ressaltando que o ingresso ao trabalho com a idade menor de 14 anos somente poderá ocorrer na condição de aprendiz. Neste sentido, acaba admitindo que menores de 14 anos trabalhem, voltando ao estabelecido em 1967, tendo em vista que esta “condição de aprendiz” é bastante discutível. Oris de Oliveira, problematiza esta questão quando coloca: “vulgarmente, e às vezes por conveniência, qualifica-se como aprendiz o adolescente que começa a trabalhar exercendo qualquer atividade que não comporta profissionalização, como a de *office-boy*, estafeta, mensageiro, empurrador de carrinho ou ensacador de compra em supermercados. No sentido técnico, em que o termo deve ser tomado na Constituição e no Estatuto, aprendiz é o adolescente que se profissionaliza trabalhando, dentro de um processo educacional em que se utilizam métodos que levam ao conhecimento teórico-prático de um ofício cujo exercício proficiente exige pré-qualificação” (In: CURY, Munir et alii. (coords.) e COSTA, Ant. o. Carlos Gomes da et alii. (orgs.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado** -

Somente em 1968 que foi implantada a Fundação do Bem Estar do Menor no Ceará, e cujo regulamento foi aprovado em 1969 instituindo a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará - FEBEMCE.

Segundo o depoimento de um dos entrevistados em relação a FEBEMCE, constatamos que não há realmente nada inovador em suas práticas, além do que não se destinava às crianças e adolescentes de um modo geral, mas sim

... pra determinada população infanto-juvenil que estava excluída do processo social, assim do que eles consideravam vamos dizer assim: 'o saudável da sociedade'. Então regulamenta aqui mais um campo de como enquadrá-los: "eles estão à margem, então vamos enquadrá-los". Como? Colocando numa instituição. E o que significava o menor? Era exatamente a criança que se encontrava em situação irregular, que era aquela que não tinha pai, que não tinha família, que tava na rua, que era abandonada e tal, aí qual era a política que era desenvolvida pra eles? Era a política de internação nos chamados reformatórios, de onde achavam que iam reformar o cidadão.⁷²

Em 1969 houve a Convenção Americana dos Direitos Humanos (Pacto de São José) cujo artigo 19 assegurava que “toda a criança tem direito às medidas de proteção que na sua condição de menor requer, por parte da família, da sociedade e do Estado”⁷³.

Por volta de 1978, a Comunidade Internacional passa a analisar uma Proposta de Convenção⁷⁴ Internacional dos Direitos da Criança⁷⁵ lançada pelo Governo da Polônia. Durante os dez anos que antecederam sua aprovação, este texto foi amplamente discutido na Comunidade Internacional, tendo sido organizado um Grupo de Trabalho sob responsabilidade das Nações Unidas que contou com a colaboração de um grupo de organizações não-governamentais para a elaboração do texto final o qual foi

Comentários Jurídicos e Sociais. 2a. ed. São Paulo, Edit. Malheiros, 1992. p. 184.). O Estatuto entende por “aprendizagem”, “a formação técnico-profissional ministrada segundo a LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação” (Idem: 184).

⁷² Entrevista no. 10.

⁷³ CURY, op. cit.: 11. Além desta Convenção, o autor enumera outras que contribuíram para o lançamento das bases “para a formulação de um novo ordenamento no campo do Direito e da Justiça, possível para todos os países, em quaisquer condições em que se encontrem, cuja característica fundamental é a nobreza e a dignidade do ser humano criança” (Id. Ibid.).

⁷⁴ Enquanto a Declaração sugere princípios que devem pautar as ações destinadas às crianças, a Convenção vai mais adiante, estabelecendo normas e diretrizes as quais deverão ser cumpridas pelos países signatários, conferindo aos direitos estabelecidos a força de lei internacional (cf. COSTA. In: SIMONETTI et alii., op. cit.: 18).

⁷⁵ Yannoulas (op. cit.: 06), comenta sobre a importância desta Convenção da seguinte forma: “Com o início dos anos 80 começa a difundir-se o processo de discussão da ‘Convenção Internacional dos Direitos da Criança’. Desta forma, introduziu-se pela primeira vez a dimensão jurídica no interior da ação colocada pelos movimentos sociais que trabalhavam com os problemas da infância e da adolescência. Os movimentos sociais conseguem condensar no artigo 227 da nova

encaminhado para a Comissão de Direitos Humanos e aprovado na Assembléia Geral de novembro de 1989, entrando em vigor a partir de setembro de 1990⁷⁶.

O ano de 1979 é eleito pela Assembléia-Geral da ONU como o ano Internacional da Criança, referendando, 20 anos depois, a Declaração dos Direitos das Crianças de 1959. No entanto, na maioria dos países signatários não houve um real reconhecimento e cumprimento de seus preceitos. O Brasil é um dos exemplos do não cumprimento da Declaração, a começar pelo seu ordenamento jurídico que até então não incorporou seus ditames. Sendo assim, no mesmo ano de 1979 é aprovada a lei 6.697 estabelecendo o Novo Código de Menores que dispunha “sobre a assistência, proteção e vigilância a menores”, assim considerados:

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;

II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único. As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação.

Art. 2o. Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável,

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.⁷⁷

Assim, com o Código de 1979 é legitimada a doutrina da situação irregular, não tendo se constituído, então, como uma lei de vanguarda como o Primeiro Código de

Constituição (aprovada em 05/10/88), os princípios básicos contidos na Convenção, muito antes que esta fosse aprovada (em 20/11/89).

⁷⁶ SIMONETTI et alii., op. cit.: 13-18. “Aquele Convenção significava uma ruptura radical com o pensamento, as normas e as práticas do velho Direito do Menor na América Latina. Desde a perspectiva da Convenção Internacional, a história e o direito da nossa infância evidenciavam-se como a não-história e o não-direito. A Convenção estabeleceu as bases para entender o vínculo estreito entre a condição material e a condição jurídica da infância” (Ídem: 13). Ainda sobre o conteúdo deste texto ver: COSTA, Ant. o. Carlos Gomes da et alii. 1991. op. cit.: “Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança”.

⁷⁷ Ver VASCONCELOS, op. cit.: 29.

Menores, pelo contrário, de certa forma é uma reedição do antigo Código apresentando-se em dissonância com a realidade atual, onde vários setores da sociedade já se mobilizavam em função das práticas abusivas que se davam nos espaços institucionais de atendimento ao “menor” e cujo embasamento legal foi constituído com o advento do primeiro Código.

O Novo Código de Menores vinha, portanto, reforçar a atuação unilateral da FUNABEM que previa atendimento para os “menores” em situação irregular e a qual era compreendida como sendo qualquer estado de necessidade por parte desta população. Em decorrência, quaisquer crianças e adolescentes pobres - sejam eles carentes, abandonados ou infratores - passavam a ser objeto potencial de intervenção do sistema de administração da Justiça de Menores, baseado num único conjunto de medidas⁷⁸. Assim como o advento da FUNABEM não interferiu na antiga legislação sobre menores, a nova legislação também não comprometerá a hegemonia da FUNABEM, o que confirma o não rompimento deste Código com o de 1927, talvez apenas um reordenamento jurídico em função de uma pretensa modernização⁷⁹.

Este Código foi considerado desde então ultrapassado, a começar por ter sido elaborado a partir da retomada do projeto de reformulação da década de 50⁸⁰. Este projeto antecedeu a nova legislação francesa de 1958 que introduziu uma perspectiva bastante diversa no cenário jurídico em que se destacava a intervenção para os menores cujas condições de saúde, segurança, educação etc. estivessem comprometidas, e antecedeu, ainda, à Assembléia Geral da ONU de 1959 tendo desconsiderado alguns direitos preconizados nesta Assembléia. Desta feita, Francisco Carvalho⁸¹ comenta: “eis que assim o nosso novo Código de Menores apareceu envelhecido, quando desconheceu a *assistência educativa* pela intervenção ampla a favor do menor em perigo, em sua saúde, educação, moralidade ou segurança. Foram mantidos os princípios orientadores do antigo Código Mello Matos, que só visava precípuamente as relações de pátrio poder”, não se destacando o suporte legal para que

⁷⁸ Cf. COSTA, s/d, op. cit.: 18.

⁷⁹ Sobre as críticas ao novo Código de Menores, ver: CARVALHO, Fco. Pereira de Bulhões. **Falhas do Novo Código de Menores**. Rio de Janeiro, Edit. Forense, 1980. 127 p.

⁸⁰ Esta lei já vinha sendo estudada desde a década de 50 no sentido de uma nova formulação, em função das alterações sofridas no aspecto penal (Código Penal) e administrativo (criação do SAM), conforme já explicitado na página 64.

⁸¹ Op. cit.: 11.

os direitos do menor pudessem ser atendidos. “Aluiu-se dessa forma todo o fundamento da proteção ao menor, que é o fornecimento de recursos econômicos, quer diretos, quer através da previdência Social. Sem esse auxílio econômico, o Código de Menores deixou de ter caráter preventivo, para limitar-se a uma repressão de caráter policial, através dos estabelecimentos que o Código manda instalar para estudo e regeneração dos menores transviados”⁸².

Quanto a função assistencialista, regeneradora que o Código instituía, assim expressa-se um entrevistado: “O antigo código de menores via a criança não como sujeito de direito, mais sim como um ser que tava ai pra sofrer todas as penalidades. As próprias ‘casas’, nesse período do código de menores, elas tinham características afins, a própria estrutura era de presídio, puramente de presídio, depósito de se jogar menino lá dentro..., uma ação extremamente assistencialista, ou melhor, a forma perversa do assistencialismo”⁸³.

Neste final dos anos 70, início da abertura, começa um movimento de educação progressista entre educadores e trabalhadores, procurando resgatar a identidade destes enquanto sujeitos históricos, e que se opunha ao modelo assistencialista de trabalho das instituições de atendimento as crianças e adolescentes⁸⁴.

No âmbito das organizações governamentais tal movimento não virá surtir efeito em função das mesmas razões pelas quais as tentativas de superar o modelo correccional-repressivo do SAM, através do modelo assistencialista da FEBEMCE, não conseguiu romper com toda uma cultura que, para além de um modelo correccional, repressivo ou assistencialista, estava embasado numa visão que desconsiderava crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Embora a visão assistencialista tenha avançado, atenuando o quadro de atendimento desta população, o engajamento em prol de serem atendidos não se firmava na questão dos direitos, mas na de carência, de desprovimento, o qual não era contextualizado, pensado politicamente. Instituiu-se o “carente” como condição naturalizada e, portanto, sem previsões de mudanças.

Embora o Novo Código de Menores tenha se constituído num relativo retrocesso, este período de implantação do Código foi coadjuvante à abertura política do país que

⁸² Ídem: 12.

⁸³ Entrevista no. 09.

⁸⁴ Cf. COSTA, s/d, op. cit.: 19-20.

se iniciou ao final do regime militar. Neste período, vão se tornando mais audíveis os protestos da sociedade civil no que se refere aos trabalhos das FEBEM's que se respaldava juridicamente no Novo Código.

Dentre os acontecimentos significativos deste período, houve a escolha da nova presidência da FUNABEM que passou a ser exercida pela professora Eclea Guazzeli. Terminava, assim, o mandato do esquema implantado por Altenfelder (1966-1979) cujas críticas e denúncias dos trabalhos desenvolvidos com as crianças e adolescentes impetrados pela nova equipe foram bastante pontuais. Numa denúncia realizada a 18 de abril de 1980, Eclea Guazzeli comentava: "o que observei aqui, neste tempo em que estou à frente do organismo, é que sempre existiu na entidade um quadro de horror, um regime disciplinar duro, inflexível, punitivo, voltado para o internamento de menores que então eram devidamente doutrinados"⁸⁵. Os pronunciamentos tornaram-se incômodos para dezenas de entidades espalhadas por todo o país cujas estruturas mantinham um sistema repressor extremamente violento⁸⁶, o que acarretou, em certos casos, no fechamento de algumas delas. Por força de pressões, Eclea Guazzeli foi convidada a se retirar em junho de 1980, sob o argumento de estar denegrindo o trabalho de seus antecessores, quando na realidade sua preocupação se centrava na transformação da estrutura coercitiva e violenta daqueles estabelecimentos.

Foi a época em que alguns dirigentes da FUNABEM optaram por desenvolver um trabalho nas próprias comunidades das crianças e adolescentes no sentido de evitar a entrada numa instituição "viciada" e que só contribuía no sentido da estigmatização dessa população. Aqueles que tiveram qualquer espécie de vínculo com alguma FEBEM eram denominados "meninos da FEBEM", ou "menor da FEBEM" etc. e mesmo após, era difícil assumir uma identidade que não a impetrada institucionalmente. Estar na FEBEM era mais um elemento de perda no universo desses meninos e meninas, a perda de sua própria identidade, de suas referências.

⁸⁵ GUAZZELI apud LUPPI, op. cit.: 185.

⁸⁶ Para ilustrar a gravidade das arbitrariedades cometidas, Luppi apresenta alguns dados referentes à realidade de São Paulo: "relacionou-se um quadro de violências pelo qual pelo menos 80% dos menores com problemas de conduta e marginalizados em São Paulo passaram, quando internos e detidos em unidades da FEBEM ou em delegacias. Para escapar delas, pelo menos 5 mil menores fugiram de entidades oficiais de recolhimento somente em 1978, 1979 e 1980" (Ídem: 84). Em seguida, o autor apresenta uma relação das torturas e maus tratos cometidos, segundo depoimentos de alguns "menores".

Em referência aos efeitos institucionais desses estabelecimentos, Glacy Roure⁸⁷ comenta:

Nestas instituições, intensifica-se o processo de estigmatização do qual crianças e adolescentes pertencentes às classes trabalhadoras são vítimas. Por não apresentarem os valores e comportamentos idealizados pela classe dominante, são considerados de espécie inferior. Concebidos abstratamente, desconstrói-se sua identidade, visto que se desconsidera seu grupo social, suas lutas, suas tradições, suas normas, seus interesses. Percebidos no que lhes falta, e não no potencial que apresentam, tais adolescentes perdem a condição de 'sujeitos em processo de desenvolvimento', assumindo o papel de seres defeituosos a serem reeducados, disciplinados e normatizados.

Nos moldes estabelecidos no cotidiano institucional das organizações de atendimento às crianças e adolescentes das camadas populares, o que se tem de mais elaborado e refinado são as técnicas de produção de subjetividades. O que se constitui numa violência simbólica de grandes repercussões.

Com relação a violência simbólica, poderíamos citar a questão da subjetividade trazida por Maria de Fátima Vasconcelos da Costa⁸⁸ quando nos aponta alguns fatos do cotidiano que se transvertem de uma sutileza burocrática que num olhar descuidado podemos não perceber. Assim, Fátima Vasconcelos relata que a primeira agressão à identidade da criança/adolescente começa com o seu encaminhamento que, mediante uma apreciação interdisciplinar, é classificada como carente e/ou delinqüente já se configurando uma definição pejorativa procurando, através disso, legitimar uma prática normativa inculcando-lhes o perfil condizente com o da classe “oprimida”: subserviência. Vários são os procedimentos normativos de formação de subjetividades (“ataque à identidade”, conforme a autora) que se dão nos espaços institucionais. Dentre eles é marcante o ingresso no internato onde a criança é submetida a um “ritual de despersonalização” que se inicia com a retirada de suas vestes e pertences e a imposição de uma roupa padrão condizente com todo o tratamento dispensado: “padronizado e massificado”. Como forma de resistência a esta ingerência subjetiva violenta, várias são as tentativas de preservação, dentre elas a autora nos conta:

⁸⁷ **Vidas Silenciadas: A Violência com Crianças e Adolescentes na Sociedade Brasileira.** Campinas, Edit. UNICAMP, 1996, p. 75.

⁸⁸ “A Vida no Instituto: Uma Ameaça à Construção da Identidade”. In: **A Criança e Adolescente em Busca de Cidadania.** Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste. 25/06/92. Fascículo 1, p. 05.

Alguns envolvem na camisa ou calção pedaços de cordão, tampas de garrafa, bilas e outros objetos cujo significado é subjetivo, porque o corpo passou a ser o único espaço de privacidade. Outros usam um código cifrado para escapar da permanente vigilância e assim poderem se comunicar na presença dos agentes institucionais.⁸⁹

Retomando a questão do movimento da sociedade civil, concomitantemente a sua mobilização começa a se apresentar um retraimento maior do Estado no campo social e, ao mesmo tempo, uma profusão de organizações privadas neste campo. Neste contexto, é promovido um programa nacional de integração do “menor” na comunidade: PLIMEC (Plano de Integração Menor-Comunidade), que passa a ser implantado através dos Núcleos Preventivos⁹⁰ na própria comunidade de origem de forma a evitar que “premidos pela necessidade de participar da estratégia de sobrevivência das suas famílias, eles acabem tornando-se trabalhadores de rua ou meninos e meninas que fazem do espaço público seu lugar de moradia e de luta pela vida”⁹¹.

Institui-se, então, os Núcleos Preventivos para crianças a partir de 6 anos, e as Creches-Lar e Lar Substitutos para crianças até 6 anos. No entanto, o PLIMEC não atingiu seus resultados, salvo em casos onde o corpo técnico e a comunidade souberam adaptar os procedimentos ao contexto local. Em geral foi tido como um fracasso e, na realidade, o saldo que deixa se baseia mesmo no trabalho de ponta, ali, nas comunidades onde vários setores não-governamentais passam a se co-responsabilizar e assumir aos poucos os trabalhos com crianças e adolescentes.

Assim, chegamos ao final dos anos 70 com uma posição assumida quanto a questão dos direitos humanos num repúdio coletivo contra a postura do Estado no âmbito social, “já não se encontra o Estado como protagonista solitário das ações no campo social. Os setores populares, cuja reorganização tivera início no princípio da década já emergem como uma força de oposição e como um interlocutor ativo e crítico dos dirigentes e técnicos das políticas públicas”⁹².

⁸⁹ Id. Ibid.

⁹⁰ O PLIMEC se dá à nível governamental, paralelamente aos Centros Sociais Urbanos - CSU (COSTA, s/d, op. cit.: 23).

⁹¹ Ídem: 20.

⁹² Ídem: 21. Neste texto, o autor assinala o novo movimento social que se constitui, no final de 70, em oposição ao Estado: sociedade civil. Dai, relata alguns fatores que se destacaram: novas associações de moradores, grupos de oposição sindical, movimentos contra a carestia, movimentos culturais, imprensa de bairro, e a participação da Igreja através das Pastorais e CEB's.

No bojo desta reorganização encontra-se uma articulação mais específica em função das denúncias dos tratamentos recebidos pelas crianças e adolescentes nas diversas instituições de atendimento, tais denúncias serão o ponto de partida para aquilo que, logo após, se constituirá como um amplo movimento social em torno da defesa dos direitos da criança e do adolescente na década de 80⁹³. Quanto a isso, uma entrevistada comenta:

As denúncias realizadas até pelas próprias pessoas que trabalhavam com essa questão e que discordavam da forma como era tratada, denunciam a violência que sofriam essas crianças e esses adolescentes presos nas unidades das FEBEN's da vida. Têm até livros como, "Brasil Agora e na Hora", e que têm relatos dos meninos que sobreviveram contando loucuras, os sofrimentos que eles passavam dentro dessas instituições. Então, acontecia muita violência, tudo menos a tal da regeneração...⁹⁴ (Grifo nosso)

II.2 - O ADVENTO DO ESTATUTO

A partir de 80 começa o processo denominado "abertura democrática" que contará com interesses de setores econômicos cuja expansão vinha sendo limitada sob a rigidez burocrática do regime militar. Na realidade, a pressão econômica e social vem causar um certo arrefecimento na política militar que em função, inclusive, dos seus 20 anos no poder já demonstra com maior nitidez seu anacronismo.

A década de 80, foi uma década de relativo retrocesso econômico com perdas significativas nas condições de vida da população. Neste sentido, vários foram os fatores de ebulição que vieram a fortalecer os novos movimentos sociais que vinham se estabelecendo no campo social, político, econômico e cultural desde os anos 70.

É também a partir de 70 que o número de crianças e adolescentes nas ruas vem tomando proporções significativas⁹⁵. Segundo Osterne⁹⁶,

⁹³ Com relação às denúncias, ver a relação apresentada por Costa (Ídem: 64-67) sobre os vários trabalhos afins. Segundo o autor, várias foram as formas de denúncia das quais destacam-se: o livro "Com Licença, eu Vou à Luta!" de Eliane Maciel, "Agora e na Hora de Nossa Morte..." do jornalista Carlos Alberto Luppi, o filme "Pixote: A Lei do mais Fraco", dentre outros.

⁹⁴ Entrevista no. 05.

⁹⁵ Luppi (op. cit.: 120), apresenta alguns dados sobre a década de 70, a saber: "... 52,88% da população de 120 milhões de habitantes compõe-se de menores de 19 anos de idade e onde o contingente de menores carenciados e abandonados chega a 25 milhões de pessoas. Neste quadro se situam 210 mil menores com problemas de conduta e prática de atos anti-sociais. Essa 'tropa de choque' cresceu muito nos últimos 20 anos, saltando da casa dos 10 mil, em 1965, para o número atual. A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, realizada em 1975, diante desse quadro, assinalava: 'Um país que

...um contingente cada vez mais numeroso de crianças e jovens passam a transformar os espaços públicos em locais de produção de renda. Com inusitada originalidade criativa, as ruas começam a ser reapropriadas. Aqueles meninos, por exemplo encontrados nos primeiros dez anos do séc. XX voltam a rua, mas, desta feita em circunstâncias essencialmente diferentes (...) por procederem de famílias vitimadas pelas exorbitâncias das disparidades sociais.

Comentando este acontecimento uma entrevistada nos diz:

(...) um fenômeno, que não é só do Brasil, mas é muito típico do Brasil, que deu visibilidade ao adolescente que é o menino na rua, ou a menina de rua. Esses meninos, essas meninas, estavam na periferia das cidades e de repente se inseriram no cotidiano das cidades e principalmente nos locais onde há mais fluxo de pessoas (...) Essa visibilidade, traz a necessidade de uma atuação quer seja porque estão incomodando, quer seja porque a gente reconhece no adolescente um sujeito de direitos mesmo (...). Além disso, há também as denúncias que acontece nesse país, de extermínio, de fome, de miséria e que trouxeram pra nós, olhos do mundo inteiro da situação da criança.⁹⁷

Retomando todas as disposições legais citadas anteriormente, percebemos que o único direito que se tem garantido no aparato jurídico brasileiro é justamente a normatização, o disciplinamento, em função do que é estabelecido às crianças e adolescentes que se encontram em dissonância com relação ao comportamento socialmente instituído. Os demais direitos dispostos em encontros internacionais, já contando com a Declaração de 1924, permanecem desconhecidos nos códigos brasileiros, de onde conclui-se que a história do Brasil, no que se refere aos direitos das crianças e adolescentes, parece estar sempre na contramão do cenário mundial. Por sua vez, a ONU vem assumindo uma função similar aos Conselhos que serão

Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, realizada em 1975, diante desse quadro, assinalava: "Um país que conta com um terço de sua população infanto-juvenil marginalizada enfrentará no futuro os maiores problemas sociais do mundo, inclusive no tocante à marginalidade". Exatamente a marginalidade que leva ao crime, ao ato anti-social por absoluto instinto de sobrevivência. Alguns dados são reveladores. Em 1975 registraram-se no país 111.812 delitos praticados por menores de idade. Quase a metade desses crimes, isto é, 44,17%, foram cometidos na região Sudeste, altamente urbanizada. O Nordeste vem em seguida, com 37,98%. Em 1980 estes números globais aumentaram consideravelmente, à medida que o poder aquisitivo nacional caiu 10 vezes em relação a 76..."

Quanto ao Ceará, o censo de 1970 (IBGE) aponta uma população menor de 18 anos de 1.134.978 homens e 1.141.259 mulheres. Em 1986, segundo dados do IBGE/PNAD, dos seis milhões de cearenses, metade tinha menos de 18 anos, e as crianças menores de 7 anos totalizavam uma população de 1 milhão e duzentas mil (Cf. OSTERNE, 1991, op. cit.: 185).

⁹⁶ Ídem: 186/193.

⁹⁷ Entrevista no. 03. A entrevistada prossegue, acrescentando: "Por exemplo, em 1988 havia denúncias internacionais da prostituição infanto-juvenil nesse país, inclusive no Estado do Ceará, por órgãos internacionais e que foram vistas como exageradas, descabidas e tal. Não passa muito tempo, e em termos históricos isso é um pulo, pra que isso fique de tal forma visível, que não dá mais pra negar que nesse Estado, e que nessa cidade Fortaleza, não haja prostituição, e não haja prostituição ligada a turismo..."

implementados na década de 90⁹⁸ ou seja, um discurso de certa forma de vanguarda, mas contraditório diante de uma realidade que não apresenta mudanças, e ineficaz quando não assume a fiscalização de seus ditames. Assim, a questão da criança e do adolescente, das classes populares, vem se pautando numa lei com forte conotação disciplinadora, sustentada por normas sociais que regulam o cotidiano desta população e que não são questionadas quando se começa a denunciar a presença mais numerosa de crianças e adolescentes nas ruas.

Com relação ao caráter normatizador das leis, Roure⁹⁹ coloca:

...Além da vida cotidiana do 'cidadão brasileiro' ser norteada pelas leis elaboradas com a finalidade de regular as relações entre os homens (jurídico formal), estas também são reguladas implicitamente através de costumes, valores e comportamentos (jurídico de senso comum) estabelecidos como parâmetros de conduta (...) O discurso sobre 'as leis' circulam de forma a considerá-lo como 'legítimo', 'natural', 'transparente'. Apagando-se as condições de sua produção ele é reificado, universalizado, retirando-se dele suas características ideológicas. A aquisição dos direitos é pré-condição para o exercício da cidadania.

A partir de um olhar realmente direcionado às crianças e adolescentes, percebe-se que todo o perfil de “meninos e meninas de rua” está atrelado às condições de sobrevivência de suas famílias. Há toda uma população desassistida, excluída, marginalizada, reclusa nas periferias das grandes cidades que não pode assegurar às suas crianças condições mínimas de existência. A rua volta a ser um espaço de vivência das crianças, no entanto, não mais por ser o principal meio de socialização, mas porque será sua única fonte de renda e, algumas vezes, de abrigo. É preciso reconhecer esta realidade e, a menos que se garanta a transformação de vários fatores implicados, de nada adianta discursar para pais e escolas manterem crianças e adolescentes fora da rua.

No início de 80 as questões referentes às crianças e adolescentes marginalizados, mantidas em suspensão no contexto da ditadura, serão retomadas com mais afinco a partir da mobilização de um grupo de técnicos que trabalhavam nas OG's coadunados com alguns educadores que realizavam trabalhos localizados com esta população. Ambos preocupados com as condições da população infanto-juvenil, questionando a

⁹⁸ E que serão discutidos mais adiante.

política oficial de atendimento e assistência realizada pelo Estado, vêm instaurar, e apoiar, projetos alternativos com meninos(as) de rua pautados, sobretudo, no reconhecimento destes como sujeitos históricos e na importância em desenvolver um trabalho educativo no seu próprio contexto social¹⁰⁰.

Seguindo este caminho, em 1982 o UNICEF, FUNABEM e SAS (Secretaria de Ação Social) do Ministério da Previdência e Assistência Social, articulam-se em torno do “Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos Rua”, onde se procura identificar e divulgar os diversos atendimentos existentes no país voltados aos meninos e meninas das classes populares que vinham alcançando bons resultados.

Quanto ao início desse trabalho, comenta uma entrevistada:

No movimento havia um americano, que era do UNICEF, e que trabalhava também com entidades que promoviam trabalho junto a crianças. Ao vir para Fortaleza, um dia observou os meninos na beira-mar e disse: ‘Nós estamos trabalhando nas instituições e o que nós estamos fazendo por esses meninos de rua?’ Foi um apelo mesmo da realidade, e dali os participantes do UNICEF chamaram algumas pessoas de várias entidades e formaram um grupo que chamou-se “Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua”, era um projeto. Nasceu aqui em Fortaleza, mas a sede era no Rio (...) Esse grupo começou a refletir e começou a chamar pessoas que já trabalhavam com meninos de rua, por exemplo em Belém tinha o padre Bruno, e padre Bruno já dava um almoço na República do Pequeno Vendedor, pegava os meninos que viviam na rua, levava pro almoço. Onde eles viviam e/ou que tinha alguém trabalhando com menino de rua, eles convocaram para um seminário, queriam aprender com quem estava fazendo...¹⁰¹

Em 1984, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprova o texto das Regras Mínimas para a Administração da Justiça de Menores, conhecidas como “Regras de Beijing”. Assim, outro texto internacional vem somar-se aos demais contribuindo para o desenvolvimento e ampliação das discussões acerca dos “menores”¹⁰².

Ainda no ano de 1984, em novembro, houve o I Seminário Latino Americano em Brasília sobre “Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua” que deixou um saldo positivo tanto no que se refere a troca de experiências que poderiam servir de parâmetro para futuros trabalhos como, principalmente, constituiu-se um

⁹⁹ Op. cit.: 95/100.

¹⁰⁰ Cf. Ídem: 92.

¹⁰¹ Entrevista no. 06.

¹⁰² Ver COSTA, et alii. 1991, op. cit.. Em 1986, o XII Congresso da Associação Internacional de Magistrados de Menores e de Família recomenda a aplicação universal do texto (Barreira e Brazil, op. cit.: 83/84).

grupo de pessoas compromissadas com a questão dos meninos e meninas de rua que, dando prosseguimento aos seus trabalhos localizados e ao encontro, vão compor as lideranças de um amplo movimento que passa a criar uma identidade política no cenário nacional: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, cuja Coordenação Nacional foi constituída em 1985¹⁰³. Devemos acrescentar que este mesmo ano foi “eleito” como o Ano Internacional da Juventude.

A seguir, temos o seguinte depoimento em relação ao MNMMR:

*Então começou esse movimento (...), como um projeto em 1984, e daí com o projeto criou-se o MNMMR com essas pessoas que estavam trabalhando com eles na rua. Daí, formou-se uma equipe a nível nacional com sede em Brasília e a marca principal do Movimento se constituiu como sendo a politização, o movimento político. Não tem feição religiosa, nada, é um movimento político. E um dos objetivos principais é a organização dos meninos sabe, organizar os meninos para que os meninos lutem pelos seus direitos...*¹⁰⁴

No processo de luta pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes, começou uma ampla discussão nas diversas regiões do país, abordando diversos temas dentre os quais se destacava a questão da violência física e simbólica. O ponto culminante desta discussão se dá em 1986 no I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Brasília, no qual a consciência política, o desprendimento e a firmeza de posição destes meninos e meninas chamou atenção de todos ali presentes.

Com a soma de bons resultados e do espaço de trabalho conquistado, as lideranças do movimento reconheceram a hora de avançar no sentido de garantir, constitucionalmente, os direitos reivindicados¹⁰⁵. Era o momento das eleições para os parlamentares constituintes, ocasião em que se deveria trabalhar ao lado dos possíveis parlamentares desde suas candidaturas, firmando compromissos, baseados em discussões a respeito das condições de vida dos meninos e meninas de rua.

Além do MNMMR, a Pastoral do Menor apresenta-se como um ator fundamental neste processo. “Foram estas duas entidades historicamente que puxaram todo o

¹⁰³ “Tornou-se juridicamente entidade de luta por direitos em agosto de 1986, em sua II Assembléia Nacional, com aprovação de seu estatuto e eleição de uma nova Comissão Nacional” (ROURE, op.cit.: 93).

¹⁰⁴ Entrevista no. 06.

¹⁰⁵ Segundo coloca um participante deste processo: “Era fundamental que as crianças e os adolescentes pobres deixassem de ser vistos como ‘menores em situação irregular’, portanto objeto de medidas judiciais, e passassem, pelo menos, no plano legal, a ser considerados sujeitos de direitos. Portanto, cidadãos” (SOUZA FILHO, Rodrigo de. “A Sociedade Civil e as Políticas Públicas - Organizações Não-Oficiais Mobilizam-se em Torno dos Direitos das Crianças”. In: **Humanidades**. (mimeo). s/l, s/d. p. 24).

movimento nacional de defesa dos direitos da criança, e que originou o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente”¹⁰⁶.

Quanto ao significado para aqueles que participaram deste momento histórico, traduz-se de forte conteúdo simbólico, o da revitalização de um sujeito antes impossibilitado, no contexto da ditadura, de assumir o papel de ator social:

Eu participei desde os primeiros rascunhos do ECA, a gente ia pra São Paulo, lá o pessoal se reunia pra ver o Estatuto, a Pastoral do Menor trabalhou muito no Estatuto, a gente trazia, lia essa coisa toda, e quando eu vejo assim o Estatuto, quando fala em Estatuto eu me sinto como presença histórica nesse Estatuto sabe.¹⁰⁷

A Pastoral do Menor surgiu em 1973 em São Paulo tendo sido lançada nacionalmente com a Campanha da Fraternidade. Em 1986 começou o funcionar a Pastoral do Menor em Fortaleza.

Uma das entrevistadas tece alguns comentários em relação a Pastoral do Menor e MNMMR, a saber:

A Pastoral do Menor só é Pastoral do “Menor” porque o menor se chamava menor (...) Quando falaram em menor, não era o rico, era o pobre, não era a criança, era o pobre. Mas era o que tava na cabeça da gente, então foi pobre era menor, e a Pastoral do Menor surgiu. A gente pensou muito na questão do nome que podia mudar para Pastoral da Criança e do Adolescente.

Já o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua é independente de religião sabe, não se toca em religião. Como movimento ele não tem instituição, não trabalha com obra institucionalizada, então o movimento trabalha com a ação política...¹⁰⁸

Fazendo referência a estas duas entidades, outra entrevistada conclui:

Como vemos, essas instituições foram criadas pautadas na questão da defesa da cidadania pra criança e o adolescente por discordarem da lei até então em vigor. E tiveram presença ativa no movimento da constituinte.¹⁰⁹

Com a Portaria Interministerial no. 449, em setembro de 1986, foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte que, baseada numa articulação do setor público que envolvia vários ministérios e um acordo de cooperação técnica-financeira com o UNICEF, veio a realizar diversos trabalhos em torno da temática criança e

¹⁰⁶ Entrevista no. 05.

¹⁰⁷ Entrevista no. 06.

¹⁰⁸ Entrevista no. 06.

¹⁰⁹ Entrevista no. 05.

adolescente, seja através de encontros regionais, meios de comunicação, participação nas audiências públicas dos grupos de trabalho responsáveis pelas diversas áreas temáticas e outros¹¹⁰.

A sociedade civil também se organizou para garantir a inclusão dos direitos das crianças e adolescentes na constituição: ONG's, entidades como OAB, outras ligadas aos movimentos sociais etc. formaram a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes¹¹¹.

No caso do Ceará, o NUCEPEC, a Pastoral do Menor, MNMMR e outros, participaram destas mobilizações fazendo-se presente “junto aos parlamentares cearenses em Brasília, na Câmara e no Senado, através de cartas, telegramas, ligações telefônicas, aerogramas, listas de assinaturas (...) E a nossa ação se estendia, quase que diariamente, às comunidades em forma de palestras, seminários, treinamentos sobre o tema”¹¹².

A partir das mobilizações referidas, respectivamente, foram elaboradas duas emendas de iniciativa popular encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte, 1987, totalizando uma média de duzentas mil assinaturas de eleitores e um milhão e duzentas mil assinaturas de crianças e adolescentes¹¹³: “Criança e Constituinte” e “Criança - Prioridade Nacional”. Tais emendas vieram a constituir o artigo 227 da Constituição de 05 de outubro de 1988, cujo *caput* incorpora a “substância básica” da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Abaixo, a redação do primeiro artigo especificamente voltado para a criança como prioridade absoluta na história constitucional do Brasil¹¹⁴:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à

¹¹⁰ COSTA, s/d, op. cit.: 29.

¹¹¹ Dentre as várias atividades e encontros realizados, a Frente realizou seu IV Congresso Nacional que teve como tema “O Menor e a Realidade Nacional” em outubro de 1986. Neste Congresso foi elaborada a “Carta Aberta aos Constituintes e à Nação Brasileira” e que veio a influenciar a redação da emenda popular “Criança - Prioridade Nacional” (julho/1987). (Costa, s/d, op. cit.: 69-72).

Ainda sobre a organização e participação da sociedade civil na Constituinte, ver Doimo (Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro, Edit. Relume-Dumará / ANPOCS, 1995: 194-197) que relata a participação popular neste processo, embora evidenciando o envolvimento da Igreja.

¹¹² OLIVEIRA, Irmã Maria Crismanda Saraiva de. “Sonhar é Preciso”. In: Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança. **Infância e Adolescência em Discussão**. Fortaleza, UFC/FCBLA, 1994. p. 185.

¹¹³ VASCONCELOS, op. cit.: 37.

¹¹⁴ Ver: CURY et alii. Op. cit.: 11.

convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Chegado este momento histórico, era preciso garantir a impetração deste artigo em todo aparato legal existente. Com esta finalidade, as entidades não-governamentais estabeleceram o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA)¹¹⁵ visando a criação de uma lei ordinária que regulamentasse o artigo constitucional e revogasse de vez o Código de Menores¹¹⁶ e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor: o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como resultado das discussões, o Senador Ronan Tito encaminhou, em junho de 1989, um anteprojeto visando a regulamentação dos Artigos 204 e 227 da Constituição Federal ao Congresso Nacional¹¹⁷. Em setembro, durante o II Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, 750 crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, de 27 estados brasileiros, ocuparam o Plenário da Câmara numa manifestação de apoio ao Estatuto:

A gente foi ao congresso sabe, lá sensibilizar aquele pessoal (...) teve momento lá, que eu chorava de feliz por eu estar participando daquilo (...). Monte de gente grande lá, e os adolescentes falando lá, alto, bonito, não era coisa planejada, quer dizer ditada, decorada, mas era coisa que brotava do coração do menino. Os meninos pediam aprovação do Estatuto.¹¹⁸

O Fórum DCA juntamente com a Pastoral do Menor, OAB, SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria), ABRINQ (Associação dos Fabricantes de Brinquedos), Fundação Oderbrecht etc. constituíram-se, enquanto movimento social, na força motriz para a elaboração do Estatuto. Segundo Costa¹¹⁹, o mundo Jurídico e o FONACRIAD (Fórum Nacional de Dirigentes de Políticas Estaduais para a Criança e

¹¹⁵ Na realidade este Fórum foi constituído numa Assembléia realizada em março de 1988 que contou com a presença de várias entidades não-governamentais que participaram da Campanha: "Criança - Prioridade Nacional" e que tinham como objetivo a criação de um Fórum Permanente. "As discussões levaram à conclusão de que não se pretendia criar uma nova entidade e portanto o Fórum não teria Estatuto e Regimento Interno. Foi elaborada, então, uma Carta de Princípios Norteadores..." (Folheto distribuído num encontro de entidades não-governamentais, em Fortaleza, cuja elaboração faz referência à Revista do Fórum DCA - 1o. semestre de 1993). Sobre a apresentação dos princípios norteadores e as realizações do Fórum, ver a mesma publicação.

¹¹⁶ Segundo Vasconcelos (op. cit.: 39), "Constituição Federal e Código e Menores antagonizavam-se. Incompatibilizavam-se, Doutrina da Proteção Integral e Doutrina da Situação Irregular".

¹¹⁷ Id. Ibid.

¹¹⁸ Entrevista no. 06. Sobre este Encontro, ver ROURE (op. cit.: 124-126).

¹¹⁹ S/d, op. cit.: 31.

o Adolescente) foram também elementos importantes neste processo que culminou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 13 de julho de 1990 pela Lei 8.069.

Esta lei conta com 267 artigos e institui a doutrina da proteção integral e o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos com prioridade absoluta, equivalendo, conforme Costa¹²⁰, a uma “verdadeira Constituição da Criança e do Adolescente do Brasil”. No lugar de uma doutrina da situação irregular, toma espaço uma concepção “garantista” que “cria salvaguardas jurídicas capazes de assegurar à criança e ao adolescente o respeito à sua condição de sujeito de direitos...”¹²¹. Segundo um entrevistado: “A partir do advento do Estatuto essa lógica começou a mudar, a criança já é vista como sujeito de direito e um ser em desenvolvimento o que vem ‘mexer’ um pouco até a nível das entidades governamentais de atendimento...”¹²².

Vale ressaltar que no cenário mundial, havia toda uma mobilização em prol da reformulação da prática jurídica e social na área da infância e adolescência. A partir de 1985, ano Internacional da Juventude, a tônica principal se centrava na questão da prevenção da delinquência e administração da justiça às crianças e adolescentes. Em novembro de 1990 o Presidente da República promulgou a Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança, aprovada na Assembléia Geral da ONU de 1989 de onde a “proteção integral” da criança e do adolescente encontra “suas raízes mais próximas”, transformando-a em lei interna¹²³.

Além da extinção do Código de Menores, o Estatuto revoga a Lei que instituiu a FUNABEM¹²⁴. Em “substituição”, é implementado a FCBIA (Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência) cuja “missão institucional será o apoio à implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente em todo o país”¹²⁵.

¹²⁰ Ídem: 32.

¹²¹ Ídem: 34.

¹²² Entrevista no. 09.

¹²³ Cf. CURY et alii. Op. cit.: 12.

¹²⁴ “ART. 266 - Revogam-se as Leis nos. 4.513, de 1964 e 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Código de Menores), e as demais disposições em contrário” (Cf. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Imprensa Oficial do Ceará: 93).

¹²⁵ COSTA, s/d, op. cit.: 32.

A FCBIA, juntamente com o Fórum DCA e outros, vão ter a “missão” de garantir a incorporação do Estatuto nas diversas instâncias direcionadas a criança e ao adolescente.

Abaixo, listaremos alguns resultados deste processo indicados por Costa¹²⁶:

- a) *A implantação de serviços de assistência médica psico-social e jurídica a crianças e adolescentes vitimizados (do tipo SOS-Criança) em várias localidades do país;*
- b) *O fechamento e substituição de internamentos por outras alternativas de atendimento;*
- c) *A criação de plantões interinstitucionais de atendimento integrando segurança, justiça e bem-estar social;*
- d) *Organização de Centros de Defesa (assistência jurídico-social) em várias capitais;*
- e) *Criação de Coordenadorias do Ministério Público na área da infância e da juventude em vários estados;*
- f) *Aprimoramento da técnica de ação do policiamento militar e viabilização da incorporação do Estatuto à ação policial;*
- g) *Montagem de um Sistema Nacional de Capacitação à Distância na área de crianças e adolescentes em circunstâncias especialmente difíceis.*

Na realidade, a “melhoria da atenção direta” listada, é um panorama bastante sucinto do que sucedeu ao Estatuto, mas não chega a legitimar-se como “melhoria” tendo em vista as dificuldades, interrupções e retrocessos dos diversos momentos assinalados por Costa.

Para Souza Filho¹²⁷, o próprio Estado não se comprometeu com estes reordenamentos que visavam a aplicabilidade do ECA:

O Estado, se, por um lado, apoiou as articulações da sociedade civil, principalmente via Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA - antiga FUNABEM), por outro, pouco ou nada fez no sentido de rever o ordenamento institucional de atendimento à infância, buscando adequá-lo às diretrizes do ECA.

Daí por diante, o processo de adequação institucional às diretrizes do ECA, ou melhor, o processo de legitimação do Estatuto vai sendo progressivamente assumido e sustentado pela sociedade civil.

¹²⁶ S/d, op. cit.: 32.

¹²⁷ Op. cit.: 26.

II.3 - A LEGITIMAÇÃO DO ESTATUTO

Conforme já comentado, além do artigo 227 o Estatuto vem regulamentar também o artigo 204 da Constituição que prevê a participação popular na formulação das políticas públicas e controle das ações implementadas, estabelecendo a criação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente¹²⁸:

Art. 204, inciso II: ‘...participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Tais órgãos, juntamente com a FCBIA, conduzirão o processo de legitimação do ECA na sociedade brasileira. Por sua vez, mediante a mobilização da sociedade civil neste processo de “enraizamento” do Estatuto e, tendo em vista a abertura que lhe é concedida pela Constituição, reafirmada no Estatuto, será também sua a luta pela implantação dos Conselhos.

Em relação à participação da sociedade civil neste processo, Souza Filho¹²⁹ comenta:

A partir da sanção do ECA o quadro de correlação de forças se altera. O Estado não mais se encontra em crise de hegemonia em relação à política para a infância. O Estatuto é incorporado ao discurso oficial, principalmente no nível federal. Os governos estaduais aos poucos vão se manifestando a favor da lei, assim como as autoridades municipais. A sociedade civil, que concentrou suas forças numa luta na esfera federal, pulveriza suas forças para as esferas estaduais e municipais.

Assim, a “missão” do Fórum DCA não findou com o Estatuto, após este momento histórico se articulou no sentido de prover todos os espaços legais, institucionais, baseados nas determinações do Estatuto, procurando introduzir diversos dispositivos específicos em grande parte das unidades federativas do Brasil, dentre eles, a determinação da criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Lei Orgânica de vários municípios brasileiros.

¹²⁸ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, op. cit.: 116.

¹²⁹ Op. cit.: 25.

Vale ressaltar que existe todo um contexto à nível mundial que vem colaborar para a mobilização da sociedade civil, respaldando suas reivindicações. Além das Declarações, Convenções e diversos textos produzidos, acrescenta-se o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança realizado nas Nações Unidas, Nova Iorque, onde foram elaborados a “Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança” e o “Plano de Ação para a Implementação da Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 90”. Neste último, destacamos:

Todos os Governos são chamados a preparar, até o final de 1991, programas nacionais de ação para implementar os compromissos assumidos na Declaração do Encontro Mundial de Cúpula e neste Plano de Ação. Os Governos nacionais devem encorajar e auxiliar os governos municipais e estaduais, assim como as organizações não-governamentais, o setor privado e a sociedade civil, a preparar seus próprios programas de ação, para ajudar na implementação das metas e dos objetivos incluídos na Declaração e neste Plano de Ação (...) As famílias, as comunidades, os governos locais, as organizações não-governamentais, as instituições sociais, culturais, religiosas, empresariais e outras, incluindo os meios de comunicação de massa, são convocados a desempenhar um papel ativo de apoio às metas enunciadas neste Plano de Ação...¹³⁰

Será com estes e outros dispositivos que a sociedade civil virá, como foi dito, se respaldar para a continuação do projeto de garantias aos direitos da criança e do adolescente como, também, haverá, pelo menos a curto prazo, uma abertura nos setores governamentais para a implantação de uma das ações previstas neste campo que será a criação dos Conselhos.

O MNMMR, a Pastoral do Menor e o NUCEPEC (Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança), vêm se constituir no Ceará como instâncias de liderança no movimento de defesa da criança e adolescente desde o período que antecedeu o Estatuto. Após a aprovação da Lei 8.069 continuam na vanguarda do movimento juntamente com o Fórum DCA, compondo os três elementos fundamentais ligados a denúncia e a reivindicação no campo da adolescência trazendo, neste processo pós-Estatuto, uma série de questionamentos com relação à viabilização de seus ditames. Pode-se verificar, realmente, que a sociedade civil vai tomando parte cada vez maior

¹³⁰ COSTA, et alii. 1991. op. cit. Foi neste contexto que o Presidente Collor instituiu o Ministério da Criança, o que não passou de mero instrumento propagandístico tendo sido desativado em breve.

do que seria atribuição do Estado. Muito do que foi determinado no Estatuto não teria sido posto em prática se não fosse a articulação e reivindicação do movimento da sociedade civil.

Entendendo que a população precisa conhecer o conteúdo desta Lei para que possa avaliar e solicitar o atendimento de seus direitos, as organizações governamentais e sobretudo as não-governamentais passam para a etapa de divulgação deste conteúdo, bem como para o asseguramento da participação popular promovendo a criação dos Conselhos. São etapas iniciais e concomitantes que vão possibilitar a continuidade do movimento.

Em relação a este momento no Ceará, temos o seguinte depoimento:

Em 90 veio o Estatuto, final do ano de 90 eu trabalhei com as prefeituras, com as Câmaras Municipais sobre a edição do Estatuto... As prefeituras começaram a achar que tinham de implantar de imediato os Conselhos Municipais porque tinha toda uma interpretação, na época, de que se as prefeituras não tivessem os Conselhos regulamentados, não poderiam receber repasse do CBIA para projetos na área da infância e adolescência. Na época de consolidação do Estatuto havia o Ministério da Ação Social e havia o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) que era o órgão federal responsável pela política na área da criança e adolescência. Os equívocos que ocorreram na época fizeram com que os prefeitos procurassem constituir os Conselhos a qualquer custo. Houve até um certo atropelamento assim no processo, as prefeituras começaram a procurar a gente, enquanto já havia, paralelamente, todo um movimento em prol da consolidação do Estatuto que contava com várias ONG's e o NUCEPEC. Aí eu comecei a fazer este trabalho com o NUCEPEC, o trabalho de assessoria aos Conselhos que estavam surgindo. Logo após, comecei a me envolver com o CAPC (...). Foi quando também surgiu o Conselho Estadual no Ceará e o CAPC teve um envolvimento muito grande neste processo de construção do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ceará...¹³¹

O NUCEPEC (Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas da Crianças) consiste num elemento fundamental no movimento em favor da defesa dos direitos da criança e do adolescente no Ceará, tendo sido fundado em agosto de 1984 como órgão de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) sob a coordenação de Ângela de Alencar Araripe Pinheiro¹³². Em relação ao Núcleo, ver o seguinte depoimento:

¹³¹ Entrevista no. 10.

¹³² A respeito do seu histórico ver a publicação do NUCEPEC (1994, op. cit.: 09-29), o qual traz importantes adendos com relação ao movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente no Ceará.

No NUCEPEC (...) A gente acompanhou muito a parte de assegurar a nível de lei os direitos da criança e do adolescente. (...) Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica, Estatuto da Criança, Criação de Conselho e tal (...) inclusive assim na história do Ceará, vamos dizer a própria entrega dessas propostas e tudo elas foram feitas muitas vezes pelos adolescentes junto com a gente...¹³³

No caso de Fortaleza, a aprovação da Lei Orgânica (no. 6.729) que determina a criação do Conselho Municipal se deu em 07 de novembro de 1990, antes mesmo da aprovação do Estatuto, comprovando o grau de mobilização alcançado.

O ápice desta mobilização se deu no período de maio a setembro de 1990 quando havia no Ceará uma articulação a favor da criação dos Conselhos, denominada: “Movimento Cearense para Criação dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente”. Várias entidades¹³⁴ se mobilizaram em torno da criação do Conselho fazendo da Câmara Municipal seu campo de ação¹³⁵. Assim, as conversas travadas, seja em plenário e/ou gabinetes acabou sensibilizando quase a totalidade dos vereadores com relação à questão da criança e do adolescente. Em julho de 1990, este movimento representado pelo NUCEPEC, Pastoral do Menor e UNICEF, elaborou uma cartilha denominada “Viemos à Vida para Viver”, que foi trabalhada em diversas comunidades para que pressionassem, juntamente com o movimento, a criação dos Conselhos. Havia, assim, toda uma articulação com as comunidades “buscando uma Lei Orgânica compromissada com a questão da cidadania plena das crianças e adolescentes de Fortaleza. Distribuíamos-nos em grupos, conquistando emendas populares, através de milhares de assinaturas...”¹³⁶

Apesar da aprovação da Lei Orgânica, em novembro de 90, foi com bastante dificuldade que se implantou o Conselho Municipal de Fortaleza. Enquanto o Ceará detinha “a liderança proporcional ao número de municípios, no País, na formação de Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente”, o prefeito Juraci Magalhães não

¹³³ Entrevista no. 03.

¹³⁴ Tais entidades eram: Assoc. das Primeiras Damas do Ceará, Assoc. dos Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUR), Fund. dos Serviços Sociais do Ceará (FUNSESCE), Fund. Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEMCE), Movimento de Meninos e Meninas de Rua - Ceará, Pastoral do Menor e da Criança, Sociedade Cearense de Pediatria, União dos Vereadores do Ceará, Univ. de Fortaleza (UNIFOR), Univ. Estadual do Cariri (URCA), Univ. Estadual do Ceará (UECE), Univ. Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Univ. Federal do Ceará (UFC). (NUCEPEC, Pastoral do Menor e UNICEF. **Nós Viemos à vida para Viver!** (Cartilha) Fortaleza, julho de 1990).

¹³⁵ Ver OLIVEIRA, Irmã Crismanda. Op. cit.: 183.

¹³⁶ Ídem: 184.

considerou representativas as “oito entidades escolhidas em assembléia com 70 órgãos do movimento comunitário”, dentre elas, Pastoral do Menor, *Terre des Hommes* e Fundo Cristão para as Crianças¹³⁷. Na realidade, tais entidades estavam sendo preteridas em função de algumas outras “sem o mínimo distanciamento crítico da Prefeitura”¹³⁸. Somente em 07 de setembro de 1991 foi instalado o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (COMDICA) sob a presidência de Vera Alves Lima.¹³⁹

Quanto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), foi criado em 20 de dezembro de 1991 pela Lei no. 11.889 tendo como primeira presidência a Secretária do Trabalho e Ação Social do Estado, Fátima Catunda.¹⁴⁰

Com relação à criação do Conselho Estadual, uma das entrevistadas relata:

A presidente do CAPC¹⁴¹, na época era a Tereza Albuquerque, foi eleita a vice-presidenta do Conselho. Sabe-se que a presidência do Conselho Estadual é exercida pelo secretário de Ação Social, segundo determina a lei que criou o Conselho. Houve então uma negociação para que a vice-presidência fosse sempre ocupada por um representante das ONG's, já que o Conselho era paritário seria uma forma de garantir a paridade. Foi uma discussão muito grande na época e que se travou no Fórum de ONG's que trabalhavam com a crianças e adolescentes que se juntaram para discutir todo esse processo. O CAPC ficou no Conselho com destaque até o ano passado (95)¹⁴².

A partir da consolidação do ECA, em termos de aprovação, o trabalho voltado para crianças e adolescentes tem se incrementado. Além de uma sutil reordenação em termos das OG's, deu-se o surgimento de um número significativo de ONG's, especialmente interessadas em trabalhar com a criança e o adolescente. No entanto, o

¹³⁷ Desconsiderando as indicações do Fórum-DCA, o prefeito Juraci Magalhães convoca uma plenária no auditório da Faculdade de Direito da UFC para o dia 27 de julho, de onde seriam “escolhidas oito entidades em assembléia como representantes do movimento comunitário para compor o Conselho...” (Jornal O POVO, Fortaleza, 09/07/91).

¹³⁸ Cf. Jornal O POVO, Fortaleza, 27/06/91.

¹³⁹ Finalmente, as entidades não-governamentais que participaram deste mandato, foram: Creche Comunitária do Conjunto Palmeiras, MNMMR, Fundo Cristão para Crianças, Pastoral do Menor, Conselho Comunitário de Segurança, Conselho Comunitário de Reabilitação e Educação Nutricional, Movimento Pró-Deficiente e *Terre des Hommes*. (cf. Jornal O POVO, Fortaleza, 14/09/91).

¹⁴⁰ As entidades não-governamentais que poderão participar dos Conselhos são escolhidas em encontros do Fórum-DCA. Quanto as entidades governamentais são escolhidas pelo prefeito, no caso do Conselho Municipal, e pelo Secretário da Ação Social, no caso do Conselho Estadual. Baseado em leis complementares, municipais e estaduais, o período de mandato dos Conselhos ficou assim definido: dois anos para o COMDICA e um ano para o CEDCA, podendo ser prorrogado por mais um ano. A atual administração do CEDCA já completou três anos de exercício.

¹⁴¹ Centro de Apoio a Projetos Comunitários (1989/1996).

¹⁴² Entrevista no. 10.

novo desafio não se constituía simplesmente na abertura de novas organizações, pois era o momento de se fazer cumprir o que rezava o Estatuto, trabalho talvez ainda mais árduo. Tratava-se, agora, de divulgar seus elementos constitutivos: os artigos que propiciam o resgate e defesa de direitos das crianças e adolescentes e, neste percurso, divulgá-los para aquela parcela da população comumente violada nos seus direitos porque, inclusive, ignora a existência dos mesmos. Neste âmbito, faz-se mister a divulgação do Estatuto nos centros e escolas comunitárias, escolas públicas, organizações de moradores, associações comunitárias, clubes de mães e demais organismos da sociedade. Foram tomados vários recursos para tal atividade, além das palestras, comumente empregadas, foram elaborados diversos tipos de material impresso, contato com emissoras de rádio e outros.

A seguir, temos o depoimento de alguns dos atores sociais que participaram ativamente deste processo em Fortaleza, “recortamos” trechos de suas narrativas com o propósito de ilustrar tal processo:

No NUCEPEC a gente começou a fazer um trabalho interessantíssimo que era pegar o Estatuto, pegar aquela lei e rescrevê-la de forma tal que qualquer pessoa que lesse viesse a entender. Porque a lei é meio restrita a um determinado público por conta de toda uma erudição, mas na realidade deve ser uma coisa extremamente clara, que a pessoa possa ler e não ter dúvidas. Então nós fizemos este trabalho, pegamos o Estatuto e dividimos todos os capítulos em vários cadernos, formando assim uma série de folders sobre o Estatuto.¹⁴³

E ainda:

Um trabalho junto às famílias e muito junto às crianças e adolescentes (...) para montar a discussão sobre o Estatuto da criança na comunidade (...) O Jardim Iracema ficou até bem conhecido nessa época porque a gente tinha lá um grupo de jovens que a gente teve o trabalho de treiná-los pra que eles repassassem o Estatuto nas escolas, na comunidade por aí...¹⁴⁴ (Grifo nosso)

Apesar de todo este “trabalho”, os recursos humanos, bem como os financeiros, eram escassos para que o projeto de divulgação do Estatuto realmente se efetivasse,

¹⁴³ Entrevista no. 10. Este empreendimento teve a colaboração da Pastoral do Menor e FCBIA. Esta “versão popular do Estatuto” foi elaborada a partir de um estudo minucioso de cada capítulo o qual, ao final de um ano e meio contabilizou uma produção de uma série de 10 folders com mais de 250 mil exemplares. Esta produção, atualmente, encontra-se divulgada por todo o Brasil. (Cf. OLIVEIRA, Irmã Crismanda. Op. cit.: 185.)

¹⁴⁴ Entrevista no. 05.

além disso, afora as comunidades e outros, os espaços institucionais mais formais e convencionais permaneciam distantes de toda esta discussão delatando um não envolvimento e reconhecimento da importância do Estatuto¹⁴⁵. Assim, comenta outra entrevistada:

...Eu acho que os Estatutos não foram nem estudados nas escolas, não foi. A escola então alienada em sua preocupação com o currículo. Pelo menos eu nunca fui convidada (...) E olha que nós produzimos muita coisa sobre o Estatuto. Então essa lei ficou mais vista como coisa pra pobre, né, eu penso, ficou mais pra pobre...¹⁴⁶

Desde a aprovação do ECA, um obstáculo vem se renovando em função de deslegitimar o Estatuto, e em função disso "...o movimento social despende energias para articular as forças da sociedade civil em suas bases locais de atuação, criando um vácuo nacional no que tange à fala pró-Estatuto. As vozes nacionais ouvidas neste momento foram as vozes de ataque ao Estatuto (...) Essas colocações passaram uma imagem do ECA como uma lei protecionista, de apoio à delinquência juvenil, e não uma lei que visava a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente"¹⁴⁷.

É oportuno apontarmos que é especialmente na questão da aplicabilidade das disposições referentes à prática de ato infracional com as crianças e adolescentes que tem surgido as maiores dificuldades com relação à aceitação e aprovação do Estatuto, notadamente por parte dos juristas menoristas, empresários e organizações policiais que promovem todo um *lobby* contrário. Benedito dos Santos¹⁴⁸ comenta que "nestes

¹⁴⁵ Houve também um convite para a Pastoral do Menor e NUCEPEC realizarem um treinamento junto aos jovens da Polícia Militar que viriam a integrar o "PM-Criança". "Uma turma de 57 jovens estava sendo preparada, treinada para um trabalho de proteção à criança e ao adolescente, principalmente junto aos meninos e meninas de rua" (OLIVEIRA, Irmã Crismanda. Op. cit.: 186). O treinamento durou três meses, semanalmente, tendo havido um imprevisto que foi a transferência do comandante da corporação. Após o término do treinamento os jovens, realmente dispostos "em ser presença efetiva e afetiva junto aos meninos e meninas de rua", iniciaram o trabalho em campo. No entanto, "a avaliação mensal estipulada ficou de fato comprometida. Solicitávamos sempre ao novo comandante um encontro para rever a prática iniciada. E, após uns três meses, fizemos a primeira avaliação, por sinal muito significativa. Não houve mais a segunda. O tempo passou. Após dois anos, fomos informadas de que muitos dos jovens já se encontravam transferidos para outros batalhões, inclusive o de Choque da PM. Além disso, recebíamos informações constantes de ações dos integrantes do PM Criança que não condiziam com os conteúdos refletidos durante o treinamento, particularmente quanto à forma de relacionamento dos policiais com as crianças e os adolescentes que se encontravam nas ruas, praças, avenidas. E comprovamos o que há muito já suspeitávamos: o compromisso não era da corporação, nem do governo, mas de uma pessoa, o comandante anterior, com o qual tínhamos iniciado o trabalho junto aos soldados" (Ídem: 186-187).

¹⁴⁶ Entrevista no. 06. E acrescenta: "...Fui muito convidada na época pra ir nas comunidades, pra ir nessas entidades, Fundo Cristão né, fui muito, mas pra ir pra escola... em nenhum momento. Em nenhum momento eu fui pra escola, fui a escola pra falar do menor na campanha da fraternidade, mas pra falar sobre o Estatuto... Minha congregação nunca me chamou pra falar sobre o Estatuto e eu participei do Estatuto desde, desde... Nenhuma paróquia nunca me chamou pra falar sobre o Estatuto, nunca..."

¹⁴⁷ SOUZA FILHO, op. cit.: 25.

¹⁴⁸ Apud VASCONCELOS, op. cit.: 44.

setores surgem, com frequência, declarações enfatizando o Estatuto como responsável pelo aumento da delinquência: ‘Estatuto dá carona a criminalidade’; ‘Depois do Estatuto aumentou a presença de menores nas Ruas’; ‘O Estatuto é inócuo, é utópico’”.

Vasconcelos¹⁴⁹, esclarece o equívoco destas assertivas colocando:

O Estatuto não assegura ao autor de ato infracional, a remissão, a priori, de seu ato. Isso é uma falácia; já demonstramos. Ao contrário, ele especifica bem as medidas sócio-educativas que se devem adotar em relação ao adolescente que o pratica.

É mister esclarecer-se, ainda, que ato infracional são os crimes ou contravenções tipificados, respectivamente, no Código Penal Brasileiro e na Lei das Contravenções Penais; e o que se altera é, apenas, a medida que se adota, mas o ato em si, é o mesmo definido para o indivíduo adulto ou seja o indivíduo penalmente responsável.

Por outro lado, a pouca assimilação por parte da imprensa somada ao descomprometimento desta com relação a divulgação e esclarecimento do Estatuto, tem contribuído para estigmatizar o Estatuto diante da opinião pública¹⁵⁰.

Assim, a divulgação do Estatuto não foi salvaguardado pelas instâncias governamentais e empresarias (entrando aí, sobretudo, as empresas jornalísticas¹⁵¹). Coube ao NUCEPEC e ONG’s, no Ceará, com o apoio da FCBIA então existente, realizar a divulgação, o que comprometeu seu alcance tendo em vista as limitações já referidas. Tem-se aí, a quebra de um dos artigos preconizados pelo Estatuto:

Art. 266. Esta lei entre em vigor noventa dias após sua publicação.

Parágrafo Único - Durante o período de vacância deverão ser promovidas atividades e campanhas de divulgação e esclarecimentos acerca dos disposto nesta Lei.¹⁵²

¹⁴⁹ Ídem: 77.

¹⁵⁰ A este respeito, ver parte 2 e 3 do trabalho de Vasconcelos (op. cit.) onde comenta sobre as tentativas em prol da deslegitimação do Estatuto, apresentando e analisando os dados principalmente através de recortes da imprensa.

¹⁵¹ Em relação à imprensa, um entrevistado comenta: “...Por parte da imprensa então, é necessário que se faça um trabalho urgente com a imprensa, a forma como ela trata a criança e o adolescente em situação de risco é uma visão muito reducionista, muito reducionista, enfim é necessário que se faça um trabalho de sensibilização...” (Entrevista no. 09).

¹⁵² (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, op. cit.: 93). Por sua vez, o artigo 265 reza que “A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, da Administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, promoverão edição popular do texto integral deste Estatuto, que será posto à disposição das escolas e das entidades de atendimento e de defesa da criança e do adolescente” (Ídem: 92-93). No entanto, sabemos que a tiragem do Estatuto é mínima e que sua divulgação não abrange significativamente a totalidade das instituições do país voltadas para a criança e o adolescente.

Para Vasconcelos¹⁵³, “O ECA constituía-se uma forte ameaça, de vez que trazia para todo um contingente, antes posto legalmente na condição de objeto de intervenção do poder quer policial, quer judicial, a igualdade de direitos. E mais, assegurava a assistência àqueles a quem faltavam condições mínimas possibilitadoras dessa igualdade, através das políticas básicas, preceituadas em seu conteúdo”.

Mas essa igualdade não se viabiliza nem mesmo entre a população assistida mediante as políticas públicas. Quando confrontamos o atendimento do adolescente em relação ao da criança, fica evidente a escassez de serviços em relação àquele. Assim, percebe-se a priorização do atendimento à criança em relação ao adolescente, como também identifica-se que muitas ações que se destinam a ambos não se nomeiam como tal, ficando sempre em evidência o atendimento à criança, e o atendimento ao adolescente subentendido. Concomitantemente, a nível mundial, as deliberações da ONU e outras são tanto mais numerosas quanto mais minuciosas quanto as ações previstas para as crianças. A nomeação tem importância simbólica no imaginário institucional a ponto de, efetivamente, muitos se negarem a trabalhar com adolescentes. A falta de uma nomeação já o marcam como não destinatários de tal atendimento. Cabe aqui acrescentarmos a omissão do termo “adolescência” em pleno movimento a favor dos direitos das crianças e dos adolescentes como no caso do processo “Criança-Prioridade Nacional”, “Criança e Constituinte”, por exemplo.

Neste sentido uma entrevistada coloca:

Algo que me chama atenção é que bem ou mal a infância ainda recebe mais atenção nesse Estado e nesse País do que a adolescência. Eu te dou um exemplo assim entre muitos, até por uma questão de tempo: o Pacto pela infância que foi implantado aqui no Estado do Ceará e sobre o qual nós opinamos pelo fato da gente compor o NUCEPEC e participou do Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente, havia uma série de ações para a criança na área de saúde e nós não aceitamos esse pacto que era pra ser executado no Estado enquanto ele não previu, por exemplo, alguma ação na área de saúde pro adolescente porque o documento original não havia previsão de trabalho com o adolescente na área de saúde (...) Isso foi em 92, quando houve, 92/93, um movimento a nível nacional puxado pelo UNICEF em que se tentaria fazer ações em todos os estados brasileiros, tentando colocar na prática a prioridade absoluta que é assegurada a eles no texto constitucional. E nós fizemos isso a nível de Estado do Ceará e acompanhamos a nível do nordeste, através do Conselho Estadual.¹⁵⁴

¹⁵³ Op. cit.: 73-74.

¹⁵⁴ Entrevista no. 03.

Para ilustrarmos o discurso dos políticos naquele contexto de aprovação e efetivação do ECA, temos um artigo publicado em 20 de junho de 1991¹⁵⁵, onde Fernando Henrique Cardoso principia comentando que “com muito atraso, a questão dos menores começou a despertar a atenção do país” citando como exemplo Dimenstein, CPI’s etc., desconsiderando toda a mobilização, já referida, que veio se constituindo desde os anos 70 se firmando na década de 80. Para um país que “renovou” o Código de Menores em 1979 a despeito de todas as legislações internacionais sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, e, levando em consideração a história recente com relação à constituição destes direitos a nível mundial (a partir de 1924), relativamente, esta questão não foi despertada com atraso. Na realidade, o que veio com atraso foi o envolvimento da imprensa e a atenção dos políticos para com a questão. A seguir, Fernando Henrique desenvolve o texto apresentando alguns dados já divulgados pela imprensa, não oferecendo nenhuma contribuição em especial. No último parágrafo, encerra o texto da seguinte forma: “É preciso dizer algo mais? De que valem os discursos e mesmo as leis de proteção ao menor diante de tanto horror perante os céus?”

Com esta infeliz conclusão, o futuro presidente do país já dá as marcas de seu descompromisso com a questão. Encerrando sua coluna sob um cinismo que vem marcar sua gestão, Fernando Henrique acaba por desvalidar o ECA e todo o discurso que o sustenta.

Será sob a égide deste descompromisso com o ECA e, conseqüentemente, com a criança e o adolescente, que o governo federal e suas instâncias governamentais irão se encaminhar ao longo desta década de 90.

Na realidade, se algo foi feito para a criança e o adolescente no Brasil, nos últimos anos, foi feita pelas entidades não-governamentais, sobretudo através do mencionado Projeto Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos de Rua que, embora tenha sido iniciativa do UNICEF, FUNABEM e SAS, conglomerou entidades não-governamentais que vinham trabalhando com as crianças e adolescentes que estavam nas ruas. Daí, toda a mobilização que se deu em prol de um

¹⁵⁵ FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 20/06/91.

reordenamento jurídico da criança e adolescente que culminou no ECA, impôs ao Estado a criação de novos espaços institucionais.

Em função disso, vários foram os estudos e pesquisas realizados para um reordenamento e redirecionamento das ações governamentais. No caso do Ceará, ainda em 1988, início do “Governo das Mudanças”¹⁵⁶, a Pastoral do Menor juntamente com o NUCEPEC realizaram “a primeira pesquisa de grande porte sobre meninos e meninas de rua de Fortaleza”, desenvolvida juntamente com a Secretaria de Ação Social do Estado (SAS). “Os governantes desejavam desenvolver um projeto junto aos meninos e meninas que viviam e/ou trabalhavam na rua. E, para conhecer essa realidade, nada mais pedagógico e eficaz do que conhecer o mundo dessas crianças e adolescentes”¹⁵⁷. Tal projeto, intitulado “Crescer Juntos” seria o início de vários outros tantos que se renovarão ao longo do Governo das Mudanças¹⁵⁸. No entanto, a pesquisa se limitou à divulgação dos dados não chegando a implementar-se o projeto auferido, o que já traz indícios da defasada prioridade com relação às crianças e adolescentes, com exceção das épocas de alta estação turística, que também vai marcar a atuação do governo estadual.

Com o advento do Estatuto, a FEBEMCE se reestrutura estabelecendo novos programas em parceria com o movimento popular, criam-se os ABC’s comunitários e os Circos Escola¹⁵⁹. Além disso, tem-se os programas nos Centros Comunitários com destaque para as atividades com os idosos, e o programa de Creches Comunitárias “Criança Feliz” implantado em 1991 dando assistência às crianças de 0 a 6 anos¹⁶⁰. Em

¹⁵⁶ Este governo que se inicia (1987) com um traço modernizante e cujos resultados se farão notar mais especialmente na capital, traz a marca renovada de um projeto “neo-higienista” indispensável para um dos projetos básicos de geração de renda: o Turismo.

¹⁵⁷ OLIVEIRA, Irmã Crismanda. Op. cit.: 182.

¹⁵⁸ Não é nossa pretensão fazer uma exposição exaustiva de tais empreendimentos, mas configurá-los para que possamos apreender o transcurso histórico do qual estamos nos debruçando, particularmente evidenciando o discurso com relação à adolescência “embutido” nas propostas e ações das entidades públicas e governamentais que se voltaram para esta clientela ao longo deste século no Ceará.

¹⁵⁹ O Aprender, Brincar e Crescer (ABC), projeto implantado em julho de 1992 e o Circo Respeitável Turma, funcionando desde 1991, atendem crianças e adolescentes de 7 a 18 anos incompletos nas áreas de reforço escolar, brinquedoteca (jogos educativos) e cursos profissionalizantes (serigrafia, arte culinária e computação). Estes projetos contam com a parceria da comunidade e do Estado, responsável pelo pagamento dos funcionários - através da FEBEMCE - e fornecimento de merenda escolar.

¹⁶⁰ O Programa das Creches Comunitárias talvez seja o mais “durável” (o que não dispensaria um bom estudo), tendo sido implantado desde 1987 com a criação da Secretaria da Ação Social com o objetivo de apoiar as iniciativas já existentes até então.

1996, foi criado o programa “Criança Fora da Rua, Dentro da Escola”¹⁶¹ que, segundo fontes do governo¹⁶², em 6 meses “mais de 2000 jovens já foram atendidos”.

Os projetos do governo estadual são mais divulgados do que os do município, no entanto, este também desenvolve trabalhos destinados aos adolescentes como por exemplo o “Projeto Crescer” implantado em 14 de janeiro de 1991 sob a coordenação de Ma. Isabel Lopes e Silva (atual presidenta da FUNCI). Com o apoio da FCBIA, tal projeto objetivava “promover ações preventivas junto às crianças da periferia, *estimulando a permanência em sua própria comunidade*” (grifo nosso)¹⁶³, através de atividades profissionalizantes.

Interessante que os programas especificamente destinados aos adolescentes, especialmente quando não envolvem o aspecto da educação formal e/ou profissionalizante, não são ressaltados. No âmbito federal existe o trabalho destinado à área da saúde com adolescentes que foi implantado na Maternidade Escola Assis Chateaubriand, Hospital Geral de Fortaleza e Posto de Saúde Rodolfo Theófilo desde os anos 80. Com a política destinada aos adolescentes implantada pelo Ministério da Saúde em 1990: Programa Saúde do Adolescente (PROSAD)¹⁶⁴, tais instituições passaram a integrar tal sistema, tendo havido a abertura de serviços afins em outras unidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), tais como postos de saúde, outros hospitais etc., totalizando 10 instituições em 1994 ligadas ao PROSAD em Fortaleza. Este Programa, que se baseia em diretrizes que tentam abarcar todo um conjunto de fatores que possam auxiliar no desenvolvimento e socialização do

¹⁶¹ Neste programa, a família recebe uma bolsa em substituição à contribuição que a criança trazia da rua. O requisito é que a família garanta a frequência da criança na escola.

¹⁶² Jornal O POVO, Fortaleza, 09/12/96.

¹⁶³ Jornal O POVO, Fortaleza, 15/01/91.

¹⁶⁴ As diretrizes gerais do Programa foram assim estabelecidas:

“O Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) deverá ser executado dentro do princípio da integralidade das ações de saúde, da necessária multidisciplinariedade no trato dessas questões e na integração intersetorial e interinstitucional dos órgãos envolvidos, respeitando-se as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), apontadas na Constituição Brasileira.

“As ações básicas propostas pelo PROSAD fundamentam-se numa política de promoção de saúde, identificação de grupos de risco, detecção precoce dos agravos, tratamento adequado e reabilitação.

“Deverá, outrossim, planejar e desenvolver as ações dirigidas aos adolescentes, assegurando apropriação por parte destes, de conhecimentos necessários a um maior controle de sua saúde.”

“Em relação ao sistema de referência e contra-referência, este deverá ser entendido de forma mais ampla, incluídos, além dos níveis secundário e terciário, o estímulo e o encaminhamento a centros culturais, organizações comunitárias e outros, com o objetivo final da promoção da saúde.

“Na execução do Programa é fundamental o esforço para a mobilização e participação de setores governamentais e não governamentais” (grifo nosso) (Educação, Trabalho, Cultura, Justiça, Lazer e outros) para assegurar a integralidade das ações ao adolescente” (Ministério da Saúde. **Programa Saúde do Adolescente - Bases Programáticas**. Brasília, Novembro de 1989. p. 11).

adolescente, não aponta mecanismos de ordem mais estrutural, como a questão econômica por exemplo, que poderá comprometer todos os objetivos propostos. Ademais, embora tais diretrizes apresentem uma certa amplitude, na prática, os serviços implantados, no caso do Ceará¹⁶⁵, acabaram por destacar o trabalho em torno do planejamento familiar.

Acreditamos que a questão central em torno da preocupação em se trabalhar a saúde do adolescente tenha sido a de normatizar seu comportamento sexual, como bem expressa uma das diretrizes do Programa: “assegurar a apropriação por parte dos adolescentes, dos conhecimentos necessários a um maior controle de sua saúde”. Esta diretriz é justificada em função da “mudança” do comportamento sexual dos jovens, que passaram a iniciar a vida sexual mais “precocemente”, o que tem contribuído para o aumento das taxas de fertilidade globais. Dessa forma, “a gravidez e a maternidade na adolescência emergem então como problema - e risco a ser evitado - quando a própria sexualidade dos jovens se vê contrariada pelos projetos que a sociedade atribui à adolescência visando determinados fins sociais”¹⁶⁶. Diante desta “problemática”, a medicina se apropria destas questões, dando prosseguimento ao projeto higiênico do qual vem instaurar na modernidade e que foi, lucidamente, analisado por Foucault.¹⁶⁷

Em 1996, muitos dos Serviços implementados encontram-se desativados ou sofrendo dificuldades provindas da estrutura institucional no qual estão inseridos. O centro de referência destes trabalhos, onde também instalava-se a coordenação do PROSAD no Ceará, era o Posto de Saúde Darcy Vargas cujo atendimento era exclusivamente destinado aos adolescentes. No início de 1996, a coordenação do

¹⁶⁵ E o Ceará foi considerado pioneiro quanto a implantação dos Serviços destinados aos adolescentes nas Instituições de Saúde, tornando-se um referencial para as demais instituições que viriam a implantar o PROSAD.

¹⁶⁶ SIMONETTI, Cecília e ARAÚJO, Maria José de Oliveira. **Adolescentes na Virada do Século**. 1991. p. 03. A respeito disso, comentam: “No Brasil do século passado, a faixa de idade entre 12 e 18 anos não tinha o caráter de passagem da infância para a vida adulta. Meninas de elite entre 12 e 14 anos, por exemplo, estavam aptas para o casamento e não casá-las nessa idade, era problema para os pais porque após os 14 anos começavam a tornar-se velhas para procriar (...) Não se trata de concordar com a idéia de que ‘desde que estão biologicamente aptas nada mais natural do que reproduzir!’, mas de apontar para esta contradição que emerge em um momento histórico e que cobra mudanças nos níveis dos valores e das atitudes não só dos cidadãos comuns mas principalmente dos atores das políticas públicas” (Ídem: 02/04).

¹⁶⁷ Sobre uma análise dos Serviços que implementaram o PROSAD no Ceará, cuja preocupação central é analisar o discurso normatizante destes serviços, ver a pesquisa: CARVALHO, Ângela Julita Leitão de, SANTOS, Ma. Inês Detsi de Andrade e DANZIATO, Octávia de Carvalho Martin. **Sexualidade e Adolescência - Discurso e Prática nas Instituições de Saúde**. Op. cit. e o texto: DANZIATO, Octávia C. M. “Gravidez na Adolescência - Os Vieses de uma Problemática”. In: *Seede - Revista de Psicanálise*. Publicação Virtual/Internet. Jan-Mar/1997.

PROSAD foi substituída e o posto passou a ampliar seu atendimento, deixando de ser exclusivo para adolescentes.

Outra ação dirigida especialmente para adolescentes no âmbito governamental, a partir de 1992, foi o projeto Ana Beatriz “Educação Sexual: Um Caminho para a Cidadania”, desenvolvido pelo Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM)¹⁶⁸, com apoio do UNICEF e Secretaria de Ação Social. Este projeto tinha como objetivo discutir com adolescentes questões que abarcassem seu cotidiano, seja do ponto de vista político, cultural, afetivo, sexual e outros¹⁶⁹. Este projeto foi concebido mediante uma proposta diferenciada de trabalho¹⁷⁰ cujos resultados poderiam ser bastante interessantes se não fossem os entraves corriqueiros dos quais as entidades governamentais são freqüentemente vulneráveis: entraves burocráticos, financeiros e outros.

Os dois projetos citados ilustram dificuldades que, embora subsidiados pela visão mais abrangente que o Estatuto conduz com relação à problemática da criança e do adolescente, pelas políticas sociais implementadas e outros, acabam por sucumbir num modelo organizacional cujo discurso inaugurante, desconsidera qualquer possibilidade de trabalho com adolescentes que não seja a de mantê-los nos projetos de normatização instaurados já desde o início do século. Portanto, tais empreendimentos, “em resposta à pressão política decorrente da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, tenta configurar uma política de trabalho que, na prática, defronta-se com os graves limites e os sérios entraves da ação governamental”¹⁷¹.

¹⁶⁸ A idéia de criação do Conselho surgiu em 1986. Embora tendo sido aprovada a lei de criação do Conselho no governo Gonzaga Mota foi apenas em 1988, no governo de Tasso Jereissati, que foi efetivamente implantado.

¹⁶⁹ A presidenta do Conselho, na época, Fátima Dourado, apresenta o projeto da seguinte forma: “...Propomo-nos a discutir de forma sincera, os motivos do fascínio e também as razões para o medo. Queremos conversar com clareza sobre o desejo, o prazer e as possibilidades do amor. Da mesma forma que trataremos da AIDS, dos preconceitos e da injustiça social. / O Projeto é um convite explícito aos jovens para olharmos de frente para a crise. A crise de um mundo velho que agoniza. De um modelo de civilização que não mais acena com perspectivas de felicidade. / Mas se como dizem os chineses, CRISE é perigo e oportunidade, o conselho Cearense dos Direitos da Mulher, se orgulha de apostar na juventude, nas novas possibilidades que se oferecem para a raça humana quando toda uma geração de meninos e meninas entram em cena...” (CONSELHO CEARENSE DOS DIREITOS DA MULHER. *Educação Sexual: Um Caminho para a Cidadania*. Fortaleza, novembro de 1992. Livro 01. p. 03.).

¹⁷⁰ Composto de seis livros, o primeiro introduz o “curso” e os demais discutem os seguintes temas: papéis sexuais/papéis de gênero, relacionamento afetivo-sexual, corpo e sexualidade, estatuto da criança e do adolescente, adolescência e cidadania. Treinados os educadores sociais, estes iriam a campo nas comunidades implantar o projeto mediante a utilização dos livros cuja metodologia consistia, basicamente, em discussão em grupos, com destaque para a expressão de opiniões por parte dos adolescentes através das diversas dinâmicas propostas, sempre incluindo letras de músicas para serem cantadas e refletidas. A avaliação levava em consideração a escolha de alguns membros da comunidade que pudessem trabalhar como “agente multiplicador” implantando o projeto em outras localidades.

¹⁷¹ CARVALHO, Alba Maria Pinho de. “Resposta à Exclusão?”. In: *A Criança e Adolescente em Busca de Cidadania*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste. 27/08/92. Fascículo 10. p. 02-03.

Quanto à cobertura destas ações, uma entrevistada acrescenta:

É importante a gente ficar atenta, hoje no Brasil dificilmente há uma área (...) direitos básicos, que não haja de algum modo uma cobertura de serviço (...) Acontece que se tu pegares as estatísticas, o quê que você vai observar a nível de Estado do Ceará? Você tem o menino envolvido com droga, tem atendimento? Tem. Menino envolvido com prostituição, tem atendimento? Tem. Tá... só que dificilmente os serviços que são oferecidos eles atendem se quer a demanda dos 10% (...) Não estou entrando se quer no problema da qualidade do serviço, quando se tá em governo é a quantidade que é importante, principalmente se os direitos são universais eles teriam que ter a abrangência suficiente que qualquer pessoa que dela precisasse tivesse o atendimento garantido. A segunda coisa que eu acho que continua a me instigar e ao mesmo tempo ocupar e preocupar - eu queria ser mais ocupada do que preocupada - é que nós continuamos a assistir nesse Estado a um predomínio avassalador de políticas de natureza compensatória do que de natureza básica (...) Há uma cultura nossa como país a gente é muito voltado pra cura do que pra prevenção (...) Não deveria ser, até pelos custos que isso significa pro Estado além, evidentemente do significado da desigualdade e da exclusão que eles trazem em si (...) Pra gente não se deixar enganar, quarenta mil crianças são atendidas pela rede de creche do Estado do Ceará, sabe qual é a população de 0 a 6, desse Estado deve ser em torno, hoje, de um milhão e duzentas mil crianças e adolescentes, sabe qual é o direito que é assegurado? "Toda a criança tem direito ao atendimento pré-escolar que é a creche e a pré-escola, maternal, jardim e tal". Então, se eu botar quarenta mil é um número grande? É, mas com a população de um milhão e duzentos representa 3% eu acho entendeu, no máximo 4%...¹⁷²

Além da questão da cobertura deficitária, as ações são paliativas, porque não há uma continuidade, um compromisso realmente do governo, conforme coloca a seguinte entrevistada:

Fizemos muita reflexão quando o Luciano Mendes esteve no Ceará, aquele que era da CNBB, e a gente dizia: "nós não vamos resolver a questão da criança e do adolescente, nós não vamos resolver" (...) O Eduardo na época o presidente da FEBEMCE, eu disse nós não vamos resolver a questão, a Pastoral do Menor não vai resolver a questão do menor. Então o que nós estamos tentando fazer são alternativas, a vida do menino não está sendo alterada de maneira alguma (...) Então as ações são paliativas, não se faz a coisa pro menino de rua, termina quando faz 18 anos, acabou pronto, "acabou meu compromisso" (...) O Estatuto é uma coisa linda, nasceu do amor de muitas pessoas, nasceu de muita seriedade, mas onde é que você bota o menino? (...) Então eu vejo assim, que, que as vezes eu digo assim - feliz o dia em que a gente não tiver mais FEBEMCE, não tiver Pastoral, não tiver mais nada. Quer dizer o próprio governo assumir. Então eu dizia muito - nós queremos ser uma ação, uma presença solidária junto a

¹⁷² Entrevista no. 03.

esses meninos. Nós não podemos ser outra coisa a não ser isso. Porque nós não podemos dar emprego, não podemos fazer nada, o que nós podemos fazer? Nós somos uma presença e era justamente quando os meninos tavam em dificuldade que iam lá, quando tinha um menino morrendo lá na praça, ele dizia quero ir lá pra casa da Irmã. São essas coisas que a gente faz quer dizer, ser um referencial onde ele possa... mas outra coisa nós não podemos ser de maneira alguma (...) A gente é capaz de transformar por ai, criando outra mentalidade né, criando nova consciência, fazendo com que as pessoas assumam suas lutas, como o Paulo Freire disse: “Já pensou esses meninos de rua organizado? Esses meninos de rua organizado, o que é que eles faziam? Tudo organizado?...”¹⁷³

Num informe publicitário do jornal “O Povo”¹⁷⁴ de Fortaleza, o governo apresenta uma relação de projetos que “modificaram o perfil do Estado”. Dentre eles, cita alguns destinados a área social tidos como inovadores e criativos no encontro do MERCOSUL¹⁷⁵. Não é para menos que o Estado se veja “compelido” a desenvolver projetos na área social diante um quadro de grande mobilização popular, conforme já destacado, em função da defesa de direitos das crianças e adolescentes. Assim, prêmios como os da UNICEF, “Criança e Paz/Educação”¹⁷⁶, estão de certa forma reconhecendo os resultados de toda a mobilização da sociedade civil em se cumprir com os ditames do ECA. E tem sido pautado nisso que tem havido tantas denúncias com relação às condições de crianças e adolescentes no Estado.

Os programas criados, na realidade, atendem aos objetivos de desmobilização da sociedade civil conquistando a opinião pública com repetidos informes publicitários enumerando os diversos projetos bem como, cumprir ao projeto higienista de salvaguardar espaços públicos para o capital, na atualidade, sinônimo de abertura ao turismo.

Apesar dos “esforços” governamentais, permanecem as estatísticas de exploração econômica de crianças e adolescentes, ignorados porque os “outros” são vinculados aos projetos neo-liberais de sustentação desse mesmo governo. Desde o proprietário de engenho de açúcar que explora as crianças de 05 a 10 anos (PE), ao taxista que contata meninas prostitutas (CE), de um lado um financia campanha política e outro fornece

¹⁷³ Entrevista no. 06.

¹⁷⁴ 09/12/96, op. cit..

¹⁷⁵ O POVO, Fortaleza, 18/12/96.

atrativo para o mercado destinado ao turista, que vem deixar divisas para a expansão do modelo atual de desenvolvimento econômico e exercício político. Evidentemente, não pretendemos fazer do “outro” o bode expiatório de um sistema que conduz a criança e o adolescente a este tipo de exploração por não cumprir e garantir a doutrina da proteção integral.

Em relação à violência os dados tem se superado a cada ano. No Brasil, são seis milhões de meninos de rua, e, diariamente, pelo menos 6 deles são assassinados. Segundo o MNMMR de 94 para 95, a violência e mortes de menores no Ceará aumentou 35% e segundo os arquivos do IML, em 94, 48 crianças e adolescentes foram assassinados, 435 sofreram violências sexuais e 634 lesões corporais no Estado do Ceará¹⁷⁷.

Com relação ao trabalho infantil, segundo dados da SAS/SINE-1994, 93,4% de crianças e adolescentes entre 10-14 anos recebe só até 1 salário mínimo, destes, 16,48% não recebe nada. Entre os 15-17 anos, 88,97% recebe só até 1 salário mínimo¹⁷⁸. Dentre os fatores que tem contribuído para o trabalho infantil, encontram-se: “desemprego dos pais, pobreza familiar, subemprego dos pais, falência dos pais, falência do modelo escolar e *ociosidade e passividade*” (grifo nosso)¹⁷⁹.

Nem sempre o discurso do ECA prevalece porque, como diremos mais adiante, o discurso que vinga é o que instituiu a doutrina da situação irregular, a mesma que instituiu o Código de Menores. Numa análise minuciosa, veremos que “ociosidade e passividade” estão relacionados a uma outra forma de olhar/conceber a criança e o adolescente das camadas populares. Em plena década de 90, mais especificamente no ano de 1994, e sob os auspícios do COMDICA, esta referência passa despercebida e vem incorporar uma revista do Conselho cujo número de lançamento se constitui na apresentação de um diagnóstico do adolescente na cidade de Fortaleza.

¹⁷⁶ O POVO, Fortaleza, 09/12/96, op. cit.. Em 1996, “pela 2a. vez nos últimos 3 anos, o Ceará ganhou um reconhecimento do UNICEF, através do prêmio (...) destinado a personalidades e instituições que se destacam nas ações em defesa das crianças e adolescentes” (Id. Ibid.).

¹⁷⁷ O POVO, Fortaleza, s/d, 1996.

¹⁷⁸ SANTOS, Yvone Garcia dos e DIB, Ma. Augusta N. Machado (orgs.). **RECRIANDO - Revista da Criança e do Adolescente de Fortaleza**. Título: “Conhecendo a Criança e o Adolescente de Fortaleza”. Fonte: Diagnóstico da Criança e do Adolescente de Fortaleza/94, pesquisa realizada sob a coord. de Glória Diógenes. Fortaleza, COMDICA, 1995. no. 01.

¹⁷⁹ Ídem: 20.

Concomitantemente, se vê um recrudescimento das ações dos Conselhos¹⁸⁰, um esfriamento das entidades governamentais e uma desmobilização da sociedade civil. Segundo dados coletados em entrevistas, existem queixas com relação ao retrocesso da sociedade civil quanto a participação desta nos Conselhos. Além disso, as ONG's que estão participando dos Conselhos não estão repassando para o Fórum-DCA as discussões realizadas. Por fim, a própria questão do lado não-governamental complica quando se sabe que algumas entidades representativas da sociedade civil identificadas como "ONG's" possuem uma prática muitas vezes opostas ao perfil destas organizações, o que facilita sua captação pelo lado governamental e à generalização falaciosa quanto à legitimidade das ONG's propriamente ditas.

Os Conselhos vêm se retirando do cenário, amarrando-se nos grilhões da burocracia, e em decorrência, uma de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento e fiscalização das ações implementadas em cumprimento ao Estatuto fica comprometida¹⁸¹. Nestes termos, apresentamos outro depoimento:

O Estatuto da Criança e do Adolescente é riquíssimo, é considerado um dos códigos mais avançados inclusive. O problema é que algumas coisas não são cumpridas, outras são cumpridas mas não são monitoradas, quer dizer não são acompanhadas. Não adianta você ter uma lei, mesmo ela sendo implementada, se você não fiscaliza a aplicação dela, né? Inclusive existem instituições que têm esse papel, de fiscalizador, por exemplo o Ministério Público, que é o fiscal da lei, ele devia estar fiscalizando a aplicação da lei. Ele fiscaliza, mas fiscaliza mal.¹⁸²

É difícil fiscalizar ou acompanhar algo do qual se está comprometido. O discurso daqueles que, na sua maioria, sustentam os Conselhos, é condizente com o mesmo discurso que mantém as entidades funcionando nos moldes de uma doutrina da situação irregular. Se o ECA foi uma tentativa de superação de algum discurso diferenciado, está sucumbindo nos espaços institucionais que emergiram no discurso da situação irregular.

Assim, ao longo de sua breve história o envolvimento dos Conselhos têm se amortecido, ficando frustrada uma das expectativas quando de sua aprovação mediante

¹⁸⁰ Contraditoriamente, até maio de 1994, o Ceará era o Estado com o maior número de Conselhos. "Até agosto de 1994, foram criados 147 conselhos nos 184 municípios existentes" (MORAIS, Ana Tâmis e MESQUITA, Benedita. **O Perfil das ONG's no Atendimento aos Adolescentes em Relação à AIDS**. Fortaleza, UNIFOR, 1995: 29).

¹⁸¹ Sobre as atribuições dos Conselhos, ver Arts. 88 e 89 do Estatuto (Op. cit.: 29-30) e, a respeito destes artigos, ver comentários in Cury (op. cit.: 249-258).

a Lei Orgânica de no. 6.729, que seria, segundo Oliveira¹⁸³, “...espaço de decisão, de controle dos sujeitos sociais: governo e sociedade civil...” (grifo nosso). Tais sujeitos sociais são os que compõem, paritariamente, o Conselho. Entendendo que o “controle” nos remete à questão do poder, ficam implícitas as relações de poder que mediatizam governo e sociedade civil nos espaços do Conselho. O discurso que se destaca revela quem está prevalecendo nessas relações.

Na realidade, o Estatuto instituiu os dispositivos que facilitam a prevalência do discurso do governo. A forma como os Conselhos se constituíram dão vazão a prevalência de um discurso conservador: o Conselho Estadual sobre a presidência do secretário da Ação Social, conforme disposto em lei, e o COMDICA num exercício paritário onde sabemos que as entidades não-governamentais nem sempre possuem o mesmo discurso das entidades da sociedade civil que participaram de toda a mobilização histórica em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e do resgate destes enquanto sujeitos sociais.

Quanto à paridade, uma entrevistada comenta:

Bom, os conselheiros estão aí, as entidades estão aí, mas vem a questão das ONG's. Um dos pontos mais relevantes do Estatuto é a determinação de que os Conselhos sejam paritários, os Conselhos como órgãos políticos que vão definir políticas para a área da criança e da adolescência devem ter uma participação direta da comunidade, através das suas entidades representativas.¹⁸⁴

No entanto, conforme veremos a seguir¹⁸⁵, a identidade das ONG's é um fator imprescindível para o esclarecimento de que, do lado da sociedade civil, nem todas as entidades não-governamentais estão comprometidas com um mesmo modelo de desenvolvimento. Dentre as organizações que compõem o lado não-governamental, apenas uma minoria realmente possui uma prática comprometida com o ideal de “democracia”, “cidadania” etc. constituindo-se como atores sociais dentro do contexto dos movimentos sociais. Desta forma, o “paritário” fica bastante comprometido, pois as demais entidades, em geral, não possuem um histórico de militância com relação às

¹⁸² Entrevista no. 14.

¹⁸³ Irmã Crismanda, op. cit.: 184.

¹⁸⁴ Entrevista no. 10.

¹⁸⁵ Capítulo III.

questões sociais, de comprometimento com as demandas da sociedade civil, de forma que tornam-se vulneráveis ao discurso governamental.

Certamente, esta questão da paridade é um dos problemas que afetam a efetividade dos Conselhos, mais propriamente a legitimidade destes. Em relação à legitimidade, à representatividade, ver o depoimento a seguir:

Retomando a questão do repasse, o CBIA de uma certa forma cobrava que tivesse uma certa organização em prol da formação dos Conselhos, mas não que isso fosse um pré-requisito para apoiar financeiramente os projetos (...). Neste processo de se fazer os Conselhos “a toque de caixa”, como se diz, o próprio CBIA começou a se preocupar também, pois certamente os Conselhos não tinham qualidade alguma, a começar pela representatividade. Ai o próprio CBIA começou a perceber que de nada valia apresentar, estatisticamente, que todos os municípios do Ceará tinham Conselhos, se na hora de ver a qualidade desses Conselhos ou ver o resultado desses Conselhos era como se não estivesse existindo. Então o CBIA começou a se preocupar com a capacitação dos Conselhos e ai fez um trabalho de procurar envolver o máximo possível as entidades que já vinham trabalhando nisso como o NUCEPEC, o CAPC, que já estavam engajados nesse processo desde a própria discussão do Estatuto.¹⁸⁶

Conforme Alba Pinho¹⁸⁷, o Estado em parceria com as comunidades, o empresariado, políticos, universidades, entidades religiosas, movimento popular, organizações não-governamentais e outros, formam atualmente “uma trindade” que deve ser refletida e avaliada pelos atores sociais que a viabilizam. Sobretudo os sujeitos sociais que compõem os Conselhos, especialmente aqueles “legitimamente” vinculados à questão da criança e do adolescente, precisam estabelecer uma reflexão com relação ao discurso subjacente as suas práticas e a uma paridade efetiva, conforme já discutimos.

Em função do destaque da sociedade civil e da retirada gradativa do Estado após a aprovação do ECA, a referida autora comenta:

Isso exige retomar a nossa própria história sócio-política em que podemos bem configurar o perfil dos atores sociais. Como pensar, então, que a alternativa de ação institucional frente à miséria, cenário

¹⁸⁶ Entrevista no. 10. Segundo Souza Filho (op. cit.: 26/27), “a ligação orgânica existente entre os conselheiros da sociedade civil e os fóruns de ONG’s deve permitir que as propostas-referência de políticas venham das discussões das organizações e populações interessadas e, também, que a atuação dos conselheiros seja transparente e periodicamente avaliada. Neste sentido, teremos maiores possibilidades de elaborarmos políticas que atendam realmente às demandas populares (...) Devido a essas características, os representantes da sociedade civil deverão possuir capacidade técnica e política para a realização de suas funções. Para isso, torna-se necessário desencadear um amplo processo de formação e capacitação dos Conselhos sob pena de sermos facilmente manipulados”.

¹⁸⁷ Op. cit.: 03.

*da tragédia dos meninos e meninas de rua, possa vir pelo caminho oficial do Estado?*¹⁸⁸

Assim, entendendo que a marca simbólica do governo, no que se refere às intenções de Fernando Henrique Cardoso como presidente, quanto à infância e adolescência foi inaugurada no texto já comentado¹⁸⁹, onde não se vê nos dados apresentados uma fonte de questionamento, mas de fatalismo, e ainda, sabendo que as ações governamentais tem sido, quando muito, pautadas nas ações e pressões da sociedade civil, cabe salientarmos que os atores sociais dos quais a autora acima se refere são, conforme entendemos, sobretudo aqueles ligados a história da mobilização da sociedade civil no Ceará: Pastoral do Menor, NUCEPEC, MNMMR e todos os outros que participaram desta mobilização e que agora ocupam outros lugares, sobretudo, ligados as ONG's que, como veremos adiante, trazem em sua trajetória o engajamento político e o comprometimento social.

Conforme podemos extrair das ações governamentais e indicadores sociais, apesar da implementação do Estatuto, percebe-se que o discurso tradicionalmente constituído em torno desta população ainda se mantém. Àqueles provindos das classes populares nega-se os direitos, nega-se desta forma a igualdade pleiteada pelo Estatuto. A igualdade não é posta em prática porque na realidade não existe interesse em reformas sociais, em transformações sociais. O adolescente das classes populares é marginal porque não corresponde ao modelo imaginário do adolescente de classe média, ainda que não corresponda porque não foi lhe dado os mesmos direitos. Na realidade, sendo “diferente” o que se espera é que possa servir como mão-de-obra que sustente um projeto econômico mantenedor das diferenças de classes e portanto, perpetuação do *status quo* atual.

Roure¹⁹⁰ comenta que, embora o ECA seja um marco histórico na Legislação Brasileira,

¹⁸⁸ Id. Ibid.

¹⁸⁹ O POVO, Fortaleza, 20/06/91. Op. cit.. No início de seu governo, Fernando Henrique Cardoso extinguiu a LBA e a FCBIA, dando provas de seu descompromisso com a questão da infância e adolescência no Brasil. Com relação a este fato, pronuncia-se uma entrevistada: “O fato de terem acabado o CBIA acho que foi precipitado, porque o CBIA estava, bem ou mal, contribuindo com os municípios, para pelo menos se tentar fazer esses Conselhos e tentar fazer com que esses Conselhos, daqui a alguns anos, chegassem a funcionar próximos do desejável. Se os Conselhos funcionassem como está no Estatuto, realmente não precisaria de um CBIA (...) porque cada município, cada Estado estaria tratando do seu. A CBIA de certa forma promoveu muito a questão do Estatuto. E sua extinção, sem ter nenhum outro órgão pra fazer esse trabalho, vai acabar contribuindo para que o Estatuto se torne letra morta (Entrevista no. 10).

¹⁹⁰ Op. cit.: 40-41.

as concepções de infância e adolescência por ele veiculadas não se têm apresentado cotidianamente na criação de um novo sentido para meninos e meninas na da rua (...) Neste contexto, diversos discursos se entrecruzam, se complementam, se contrapõem, constroem e desconstróem conceitos-significações que, apesar de ultrapassados em lei, continuam presentes na prática e na construção de imaginários ainda fundamentados na concepção preconceituosa de que criança e adolescente na rua são sinônimos de 'marginal', 'pixote' e 'trombadinha'. Nestes conceitos se fundamentam os justiceiros, empresários, políticos, donas de casa, cidadãos comuns de nossa sociedade, quando optam pela pena de morte, pelo linchamento, pela 'justiça' feita pelas 'próprias mãos'.

Seria interessante uma investigação mais minuciosa sobre o que poderia haver de interesse para os setores governamentais, a aprovação do Estatuto. Provavelmente todo o apoio e, baseado nele, todas as políticas sociais implementadas vieram com o objetivo de arrefecer o movimento de setores da sociedade civil que estavam bastante fortalecidos. Todas as dificuldades a pouco mencionadas delatam que o discurso que sustenta os espaços institucionais destinados ao atendimento da criança e do adolescente ainda permanece o mesmo que foi conivente com a “reedição” do Código de Menores, com a prática violenta de produção de subjetividade subserviente da FEBEM, com o massacre da Candelária, com a exploração econômica de crianças e adolescentes, apropriando-se de seus corpos, escravizando seus desejos...

O Estatuto com todo seu “senso de justiça”, com todo seu ideal de exercício de “cidadania”, encobre e dissimula o real discurso sobre a criança e o adolescente. Ou seja, revelando-se como uma resposta à mobilização popular, constitui-se como um fim em si mesmo, dissimulando o discurso que possibilitou a sua elaboração para fins estratégicos. A igualdade pleiteada é impossível de se realizar porque o poder não é exercido igualmente, mantendo-se dissimulado impedindo a emergência de um contrapoder que possa neutralizá-lo. Nestes termos, o Estatuto se reveste de uma utopia e parece constituir-se como uma manobra estratégica para a continuidade do sistema normativo e disciplinador destinado a crianças e adolescentes das camadas populares¹⁹¹.

¹⁹¹ Embora não queiramos dizer que os adolescentes das camadas privilegiadas não sejam normatizados, disciplinados, sabemos que os projetos em que estão inseridos são outros que não discutiremos aqui, uma vez que todas as ações que estamos analisando são aquelas destinadas aos adolescentes das camadas populares, são a eles que se destinam as ONG's que desenvolvem trabalhos com crianças e adolescentes.

Fazendo referência à questão da igualdade, e da emancipação do sujeito pleiteada pelo Estatuto, segundo Araújo e Oliveira¹⁹², estas não ocorrem sem uma reflexão com relação à diferença de classes. Assim,

o Estatuto contém a conquista do direito sob o ponto de vista da legalidade jurídica o que representa um importante passo para a emancipação do sujeito social, mas para garantir o seu conteúdo é mister estabelecer o sentido de classe existente na condição de crianças e adolescentes brasileiros. Não pode haver justiça sem igualdade!

A resolução da questão da classe, da igualdade, diante de todas as dificuldades a serem ainda ultrapassadas com relação as crianças e adolescentes é um projeto bastante ousado. Sem dúvida, tais questões estão postas quando se apresenta um discurso diferenciado para crianças e adolescentes.

Se pensarmos que o saber está imbuído de um poder que o constitui, explicitando o discurso diferenciado com relação à adolescência nos remeteremos ao poder que se perpetua embasado num projeto onde a questão política e econômica, alegada pelos responsáveis pelas políticas e serviços públicos, é consequência e não determinante. Todo o discurso destinado aos adolescentes do qual estamos nos reportando, viabiliza o caminho de um exercício de poder através do controle de seus corpos.

Não é um poder ligado às instâncias políticas, embora estas criem dispositivos para impetrar tal poder na sociedade. Não é um poder advindo de um ordenamento institucional burocrático de manutenção de uma determinada gestão governamental. Roberto Machado¹⁹³, esclarecendo sobre este poder mencionado por Foucault, nos diz que a mecânica deste poder - que, dentre outros, subsidia os projetos governamentais destinados aos adolescentes - expande-se pela sociedade como um todo, assumindo as mais diversas formas, penetrando nas instituições e materializando-se em técnicas de dominação através das quais intervém sobre os indivíduos, mais propriamente sobre seus corpos. Esta penetração do poder nas instituições e seu exercício através destas, denota que não se constitui como um "epifenômeno", acima destas instituições, ao contrário, situa-se no próprio corpo social inserindo-se na vida cotidiana, daí ser considerado como um micropoder.

¹⁹² ARAÚJO, Eurení Alves e OLIVEIRA, Susana de Mesquita. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Uma Conquista e um Desafio**. (mimeo). Fortaleza, NUCEPEC, julho de 1994. p. 10.

Este poder não é um objeto, não é um fenômeno visto a olho nu, sua positividade é abstraída das relações, lá onde emerge disseminando-se por toda a sociedade. Daí que não existe algo concreto nos projetos ou políticas sociais que possamos identificar como a causa *mor* de um determinado exercício de poder, porque estes são dispositivos com que o poder é mantido, e o que lhe dá consistência são as relações sociais que o produzem nas diversas instâncias institucionais. Não podemos localizar o poder simplesmente porque ele é transversal, assim como o discurso não tem um lado, ou uma posição, ele também atravessa todas as instâncias, colocando em circulação um determinado saber.

A igualdade pleiteada está seriamente comprometida enquanto o discurso que sustentar as práticas institucionais for um discurso polarizado, ambivalente, e que retrai a emergência de um contra-poder que se constituiria pela imposição/revelação de um outro discurso. Em vista disso, são várias as contradições existentes e que revelam que se não do ponto de vista de uma prática dirigida para uma clientela em “situação irregular” não há serviços diversificados que trabalhem com o adolescente, pobre, mas que estuda, trabalha etc. Os serviços como os da FEBEMCE, ABC’s, “Criança Fora da Rua e Dentro da Escola”, e outros, se destinam às crianças e adolescentes que estão na rua, que não estudam, não trabalham. Mas, uma vez incorporados nestes espaços o problema da “igualdade” não se resolve, apenas mantém-se longe das ruas, suspensa. O argumento para tirá-los da rua é que estão em “situações de risco”, basicamente em função de um abandono familiar que contribuirá para uma soma de fatores (“condições de risco”) que permitirão suas explorações, sempre abordada do ponto de vista econômico. As adolescentes que são mães “precoces” estariam também fora do “padrão normal”, portanto, em “situações de risco”, pois exercem uma sexualidade ainda não permitida/reconhecida não sendo a elas destinados meios de contracepção que possam se precaver contra DST’s, gravidez ou mesmo locais para que possam realizar aborto quando assim desejarem.

Se retomarmos os serviços de âmbito governamental já citados, dentre eles o PROSAD, e resgatarmos as reflexões acima com relação à questão do poder, poderíamos afirmar que as condições que expõem os adolescentes ao “risco” na

¹⁹³ Cf. op. cit.: 189.

verdade advêm do controle dos seus corpos, que subjaz em todos os serviços listados e que têm como projeto comum “conter” o desvio, a diferenciação, sendo, assim, um dos veículos de produção de modos de subjetivação, instaurando uma subjetividade “subserviente” que propiciará a manipulação de seus desejos e corpos também pelos “outros”. Em última instância, diríamos que esta exploração que se dá tão visivelmente na atualidade, foi determinada desde a implementação dos projetos normatizadores ao longo deste século - grande parte deles ligados às instâncias governamentais, e que, desde então, instauraram a “condição de risco” ao adolescente ao manterem-no destituído da condição de sujeitos de direitos.

Os adolescentes das classes subalternas são vistos sob forma estigmatizada muito mais por não corresponderem ao modelo higiênico de corpos saudáveis do que em função das condições que determinam sua “marginalidade higiênica”, no caso do Brasil, a questão econômica e política. Não correspondendo ao modelo higiênico, ainda predominante, tais adolescentes são considerados faltosos, da mesma forma como a família do início da república era considerada culpada por não corresponder às propostas dos higienistas e procurava corrigir-se deixando-se normatizar, abrindo mão de seus costumes e de sua privacidade para incorporar outros valores, cedendo seus filhos para internatos que iriam higienizá-los.

Os adolescentes das classes populares ficam à mercê dos projetos a eles destinados para que possam ser corrigidos no que ainda tem de diverso em relação ao modelo higienista e aqueles que não estão se “submetendo” aos projetos ficam expostos mediante culpabilidade da família às incorrências que os “outros” possam exercer diante dele. Os adolescentes que estão na rua, “resistindo” às instituições a eles destinados, são considerados em “situação de risco” por manterem-se marginais aos ditames higiênicos. Serão, então, explorados por um “outro” (um terceiro, impessoal, inominável) que não é nem a sociedade, nem o Estado!

Baseados em pesquisas mais recentes, as entidades governamentais assim justificam a “descoberta” de que tais adolescentes, embora vivam nas ruas, não romperam seus laços com a família. Tem-se, então, que o abandono das crianças e adolescentes é o que determina sua permanência nas ruas. A família passa a ser denunciada como responsável por este abandono, em função de alguma instabilidade

que vem caracterizá-la como em “situação de risco”. Segundo Fúlvia Rosemberg¹⁹⁴, a concepção de família em risco

subjaz à maioria das análises e propostas para crianças e adolescentes pobres (...) A abundante e eloqüente produção sobre ‘meninos de rua’ na década de 80 oferece um dos exemplos mais espetaculares de desconsideração quanto a diversidades culturais, de estigmatização e culpabilização conseqüentes das famílias pobres pelo destino social de seus filhos e filhas. A partir do texto paradigmático de Taçon (1991) que, em 1981, estimava existirem no mundo cem milhões de crianças de rua (metade dos quais na América Latina), ‘descendência de milagres econômicos e tragédias humanas’, a criança e o adolescente pobres da América Latina têm sido sistematicamente associados ao abandono ou patologia familiar, mesmo que nos parágrafos iniciais ou finais dos textos sejam mencionadas as políticas econômicas, a crise econômica ou a dívida externa.

Neste contexto, os “olhos” voltam-se à família novamente, diversas instituições sociais passam a treinar seus técnicos a respeito da “família”. Institui-se cursos de especialização sobre “família”, projetos são destinados a oferecerem remuneração às famílias que mantiverem seus filhos “longe das ruas e dentro das escolas”¹⁹⁵ etc. Retoma-se o projeto do séc. XVIII e início do séc. XIX de adestrar as famílias para conterem as diferenças dentro de si.¹⁹⁶ A sociedade e o Estado dirão que criança fora da rua está salva das condições de “risco”, e que o adolescente não prostituído, não drogado, não violentado etc. é um adolescente que tem os mesmos direitos que os demais, estando salvaguardado, senão das diferenças de classe, mas das condições de risco. No entanto, é este projeto de normatização e disciplinamento dos corpos que se constituem nos fatores determinantes de suas condições “de risco”, como já foi dito.

¹⁹⁴ “Universos Culturais na América Latina e Processos de Exclusão: Crianças Pobres e Famílias em Risco”. In: SIMONETTI et alii. 1994, op. cit.: 53.

¹⁹⁵ Conforme um artigo publicado no jornal O POVO (Fortaleza, 29/12/96), “o Ceará é o primeiro Estado brasileiro a concluir um curso de especialização médica, para enfermeiras e médicos da rede pública, na área de saúde da família. Cinquenta e três profissionais que já atuavam em suas cidades no Programa de Saúde da Família (PSF), fazem parte da primeira turma de concludentes (...) Foram repassadas técnicas sobre planejamento e gerenciamento no serviço de saúde da família, atualização clínica e desenvolvimento de ações promocionais e preventivas de saúde (...) Os 53 concludentes atuam em 30 dos municípios cearenses. O PSF já conta com 290 equipes e é quase certo que os especialistas formados pela ESP (Escola de Saúde Pública) devam atuar como instrutores de novos profissionais da área de saúde da família”. Seria um estudo interessante procurar averiguar o discurso implícito deste projeto, ou melhor, o que haveria de normatizador neste trabalho de cunho higienizante sendo implantado no interior do Estado.

¹⁹⁶ Uma das ações previstas no “Plano de Ação para a Implementação da Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 90” (COSTA et alii. 1991, op. cit.) estabelece: “...Todas as formas de mobilização social, incluindo o uso eficaz do grande potencial da nova capacidade de informação e comunicação do mundo, devem ser direcionadas para a tarefa de levar às famílias os conhecimentos e as habilidades necessárias a uma melhoria expressiva da situação da criança...” Esta ação de “informar” à família como tratar de seus filhos se dá,

Estando dentro de casa, da escola ou do trabalho, mantém-se a assepsia geopolítica da cidade, os caminhos estão abertos para os adolescentes abastados desenvolverem-se sem a ameaça, violência e “corrupção” que os demais não enquadrados podem ter sobre ele. Portanto, as diferenças de classe estão implicadas nos fatores considerados como “condições de risco”, uma vez que é em função de um exercício de poder que se sustenta todo o projeto disciplinador já bastante referido.

É preciso atentarmos para o discurso que subsidia tais diferenças e sustentar que os adolescentes das classes populares são sujeitos de direitos e também sujeitos de desejos. De nada adianta escola, PROSAD, trabalho etc. se eles são mantidos alheios aos direitos que têm direitos. São mantidos afastados, não porque a sociedade não pode oferecer as mesmas condições para todos, mas porque, quando manipulados, servem à sustentação de um determinado projeto social. A “igualdade” subentenderia relações sociais travadas em espaços comuns, com direitos comuns sendo atendidos da mesma forma, como a educação. A educação possibilita tanto uma aproximação com o saber dominante, quanto o seu questionamento. Desta maneira haveria condições de se exercer um contra-poder mediante a desmistificação de discursos higiênicos naturalizados e decodificados nas diversas instâncias institucionais, pois se é deste lugar, o saber, que se baseia o poder, o contra-poder, portanto, não pressupõe um determinado tempo nem espaço, mas simplesmente um saber, que é o que vem mediar as diversas relações sociais. Portanto, se o poder não é localizável, e se o poder se dissemina nas relações sociais, então o espaço de luta contra este poder também não pode ser definido senão de dentro das próprias relações sociais, relações discursivas, “pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se estende por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social”¹⁹⁷.

É, portanto, notório que “as transformações ao nível capilar, minúsculo, do poder não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do

usualmente, ignorando o contexto cultural em que está inserida, seus costumes, tradições etc. para adestrá-la nos moldes do projeto higienista.

¹⁹⁷ MACHADO, 1988, op. cit.: 192.

Estado”¹⁹⁸, daí que mudanças como destituição do Novo Código de Menores e implantação do ECA no aparato legal brasileiro não constituem garantias para uma mudança efetiva. O mesmo poder de antes encontra-se ainda disseminado nas diversas instâncias institucionais sustentado por um discurso que circunscreve o adolescente de forma que os direitos a que tem direito (!) são postergados por não condizerem com o projeto de normatização e disciplinarização.

É neste sentido que Foucault privilegia o nível molecular de exercício do poder, atendo-se nas regiões mais periféricas, aos diversos espaços institucionais, compreendidos como agrilhoados aos aparelhos do Estado. Segundo Roberto Machado¹⁹⁹, “a razão é que o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa (...) Nem o controle, nem a destruição do aparelho de Estado, como muitas vezes se pensa, é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade.”

Este poder que instaura um determinado saber, um determinado discurso, é, portanto, produtor de verdade, de uma positividade que tem como alvo o corpo humano, não para degenerá-lo, mas para adestrá-lo, para conduzi-lo, aumentando a força econômica e diminuindo a força política.

Sem dúvida a doutrina da situação irregular vem sustentar um determinado discurso social e, portanto, projeto social. Ao ser implementada nas diversas instituições sociais, e pelo que podemos apresentar até então, notadamente assumida pelas entidades governamentais, permitiu que este poder que se dá à nível molecular, pudesse encarregar-se de manter-se nos diversos espaços institucionais de onde foram criados os diversos dispositivos necessários para sua sustentação. Portanto, todos estes dispositivos vão corroborar para o poder disciplinar que a doutrina da situação irregular vem conjugar-se, compondo e subsidiando o projeto higienista do séc. XIX e XX.

¹⁹⁸ Ídem: 190.

¹⁹⁹ Id. Ibid.

É interessante reportarmo-nos a Emílio García Mendez²⁰⁰ quando retoma a questão da “situação irregular” definindo-a como uma

...cultura que, baseando-se na exclusão social, reforça e legitima esta situação introduzindo uma dicotomia perversa no mundo da infância. Uma cultura que constrói um muro jurídico de profundas conseqüências reais, destinado a separar crianças e adolescentes dos “outros”, dos “menores”, os quais constrói como uma espécie de categoria residual e excrescência a respeito do mundo da infância. De tudo isso, surge a profunda necessidade de resgatar a infância esquecida, construindo também uma nova semântica da inclusão.

Poderíamos ler a “doutrina irregular” como um projeto de doutrinação para uma parcela da população manter-se diferenciada daquela considerada como regular, como normal... a adolescência normal da classe média. É tão simples a simbologia que apesar de todas as complicações jurídicas, a realidade nos aponta os caminhos literalmente doutrinários de uma imposição para uma “situação irregular”. É preciso inverter essa lógica denunciando o conteúdo político perverso que a constitui e isso não se faz prescindindo de uma contínua reconstituição histórica, pontuando constantemente o discurso diferenciado, normativo, disciplinador que subjaz em todos os aparatos jurídicos, institucionais e outros que procuram circunscrever o adolescente (e crianças) das camadas populares. E será denunciando este discurso socialmente instituído que se poderá tentar inverter este eixo mantenedor de subjetividades “esvaziadas” para dotá-las de seiva simbólica reinscrevendo estes cidadãos na história como sujeitos e portanto, redirecionando o ângulo de uma marginalidade para o da inclusão social.

Aqui, devemos comentar sobre a falácia do jurídico diante do real, frisando que a legislação, o campo do direito público não estão embrenhados no cotidiano. São dispositivos de regulação do corpo social, e podem se fazer representar e legitimar-se no cotidiano, ou no real. Na realidade, existe um outro campo de poder, não necessariamente jurídico, que se dá no cotidiano e do qual já comentamos que é o poder disciplinar. Embora não possa ser “transcrito” para o campo do jurídico, constitui-se como seu complemento necessário. Daí, dizermos que pelo jurídico não se atinge o real, é preciso utilizar-se de mecanismos, de técnicas disciplinares que,

²⁰⁰ “Legislação de ‘Menores’ na América Latina: Uma Doutrina em Situação Irregular”. In: **Da Política de Atendimento ao Menor à Política de Direitos da Criança e do Adolescente**. (mimeo). s/d. p. 14.

embora possam exercer uma aplicabilidade deste direito, não estão a ele submetidas. É desta forma que acreditamos que embora o direito formalmente, juridicamente, tente legislar sobre uma postura diferenciada com relação às crianças e adolescentes que venha romper com a prática de uma doutrina irregular, fracassa diante de um outro campo, disciplinar, submerso nas práticas institucionais.

Pudemos constatar a quantidade de leis, códigos, tratados, declarações etc. que visam regular as relações sociais. No entanto, estas relações estão imbricadas por um poder que submerge nas práticas sociais "boicotando" os ditames legais, jurídicos. Segundo Foucault²⁰¹,

Nas sociedades modernas, os poderes se exercem através e a partir do próprio jogo da heterogeneidade entre um direito público da soberania e o mecanismo polimorfo das disciplinas. O que não quer dizer que exista, de um lado, um sistema de direito, sábio e explícito - o da soberania - e de outro, as disciplinas obscuras e silenciosas trabalhando em profundidade, constituindo o subsolo da grande mecânica do poder. Na realidade, as disciplinas têm o seu discurso (...) São portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra 'natural', que dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei mas o da normalização (...) Na luta contra o poder disciplinar, não é em direção do velho direito da soberania que se deve marchar, mas na direção de um novo direito antidisciplinar e, ao mesmo tempo, liberado do princípio de soberania.

O direito, e pensemos no histórico que precedeu a aprovação do ECA, preserva-se na sociedade na medida que institui um contrato o qual os homens não podem prescindir. O direito se renova a partir de uma regulação do corpo social. Não é necessariamente em função de uma "evolução de consciências" que assistimos a uma implementação de um direito progressista, e aí estão as contradições com relação ao Estatuto para provar-nos. Embora o biopoder promova as disciplinas, as tecnologias de poder, precisa, por outro lado, de um limite às suas práticas sob pena de desregrar-se, enfraquecer-se e tornar-se visível. Segundo Foucault²⁰²: "é o paradoxo desta sociedade que inventou, desde o século XVIII, tantas tecnologias de poder estrangeiras ao direito: ela teme os efeitos e as proliferações e tenta recuperá-los na forma do direito".

²⁰¹ 1990, op. cit.: 189.

Num estágio avançado de “civilização”, em decorrência de uma concepção mais elaborada do que se entende por “direitos humanos”, certos métodos de disciplinarização acabam tornando-se obsoletos por apresentarem visivelmente sua violência. Apregoam-se métodos mais “humanitários” de disciplinamento que, a despeito de realizarem violência física, aperfeiçoam-se numa violência simbólica de extrema sutileza. Apesar dos menores de 18 anos terem o direito a todo um aparato, no caso da punibilidade de atos transgressores, salvaguardando seu desenvolvimento, na prática este desenvolvimento já fica sob questão quando são mantidos em instituições cujo disciplinamento se mantém ainda fortemente arraigado na estrutura organizacional, promovendo um desenvolvimento normatizado e massificado.

A polêmica em torno do Estatuto ter se centrado na questão da punibilidade, nas formas de detenção, é uma maneira de silenciar as outras questões que suscita, levando à sociedade desinformada crer que o Estatuto é permissivo e inadequado apelando para a questão da violência - tema que chama atenção da população pela condição de vulnerabilidade a que todos estão submetidos atualmente. Associar a violência à permissividade do Estatuto é criar meios de rejeição por parte da sociedade. Ler os direitos quanto a punibilidade de atos infracionais como sendo permissivos é denotar a mentalidade que sustentou o Código de Menores nestes últimos 70 anos.

É desta forma que o movimento em torno da questão da criança e do adolescente retrocede no sentido de que restringe os setores a pouco comprometidos com a elaboração das emendas populares e aprovação do Estatuto. Como os demais movimentos nos anos 90, retrocede e retoma algumas questões, mais básicas, digamos, como a questão da ética, do compromisso. Neste campo, a sociedade civil, especialmente representada pelas ONG’s, vem trabalhar com a questão da “cidadania” repensando a participação do Estado neste processo.

Com relação a participação da sociedade civil neste âmbito de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, Luís de La Mora²⁰³, do Fórum Estadual de Pernambuco, comenta:

²⁰² 1997, op. cit.: 104.

²⁰³ In CURY et alii., op. cit.: 242.

“É preciso reconhecer que a participação da população, por meio de suas organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis não constitui apenas um mandamento constitucional (art. 204), mas, também, trata-se de própria garantia da preservação da qualidade dos serviços, descentralizados política e administrativamente.

O art. 86 do Estatuto estabelece a importância das organizações não governamentais e a legitimidade de sua atuação em prol da defesa dos direitos da criança, que se articulará em pé de igualdade com as iniciativas governamentais.

Esta articulação exige, porém, a preservação do caráter autônomo das organizações não governamentais. Estas não poderão perder sua identidade autônoma, sob risco de descaracterização e perigosa assimilação no corpo estatal. Por outro lado, não poderão ser consideradas como simples substitutas ou meras extensões de segunda categoria das ações governamentais.”

É justamente nesta linha de pensamento que as ONG's têm se debruçado, discutir sobre suas parcerias, avaliá-las, realizá-las cuidadosamente, tendo em vista as tentativas de captação por parte do Estado. Em função desta questão, ressalta-se a importância de refletir e delimitar a identidade destas organizações. Assim, a discussão sobre as parcerias, que permeia atualmente o cotidiano das ONG's, não pode prescindir de outra questão, também muito presente neste momento: a identidade destas organizações.

Encaminhar-se para um maior detalhamento a respeito da articulação da sociedade civil com relação aos trabalhos com adolescentes, sobretudo no que se refere às ONG's, requer que apresentemos o contexto de surgimento destas organizações, seu desenvolvimento no cenário nacional e suas tendências atuais e locais no que se refere ao âmbito institucional. Condição, inclusive, de viabilização de uma compreensão maior a cerca da cultura dentre a qual se desenvolvem os trabalhos junto aos adolescentes.

CAPÍTULO III

ONG'S - DEMARCAÇÃO INSTITUCIONAL

III.1 - ONG'S: CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

A expressão Organização Não-Governamental (ONG), foi criada pela Organização das Nações Unidas - ONU - para “designar entidades não oficiais que recebam ajuda financeira para executar projetos de interesse de grupos ou comunidades”¹ tendo nascido, portanto, no circuito da cooperação internacional.

Assim, “a palavra que surgiu da cooperação entre países da Europa Ocidental e do Terceiro Mundo nas últimas décadas refere-se a um tipo institucional específico”², que pode ser denominado de “terceiro setor”³, entendido como organizações e iniciativas privadas que se dirigem à produção de bens e serviços públicos.

As origens das ONG's remontam, no caso do Brasil⁴, aos anos 60, tendo havido uma proliferação significativa na década de 70. Segundo Fernandes⁵, de um trabalho eminentemente assistencial, as ONG's evoluíram no sentido da política social e, quantos aos seus quadros, são compostos por elementos advindos basicamente de três fontes: as universidades, igrejas e partidos e/ou organizações de militância política de

¹ BERNARDES, Ernesto e NANNÉ, Kaike. “O Brasil Organizado Funciona”. In: **Revista Veja**. São Paulo, Edit. Abril, 09/02/94. p. 75.

Segundo SOUZA, “ONG” foi uma “denominação atribuída em documentos das Nações Unidas, já em 1945, ao, ‘universo amplo de instituições cujo único elemento comum é o fato de auto-reconhecerem-se como distintas do Estado e das instâncias governamentais (KOGA, apud SOUZA, Cléyde et alii (Projeto DEMO). “ONG's Nordestinas: Transformação e Permanência”. In: ABONG. **As ONG's e a Realidade Brasileira - 6**. Cadernos ABONG. São Paulo, Edit. ABONG, DEMO e SACTES/DED, jun/1996. No. 14: 04).

² FERNANDES, Rubem César. “Elos de uma Cidadania Planetária”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Jun/1995. no. 28. ano 10. p. 24.

³ Ídem: 32. Sobre uma maior reflexão acerca deste termo, ver esta mesma publicação, páginas 31-33.

Alguns não concordam com a inclusão das ONG's no chamado Terceiro Setor, há uma discussão a este respeito em função da diversidade das organizações e iniciativas privadas que o compõem, muitas delas não identificadas como ONG's. A este respeito, ver BAVA (BAVA, Silvio Caccia. Entrevista concedida ao SIRCRI/PUC-SP. (Texto extraído da INTERNET). 1997: 02-04.)

⁴ A partir da II Guerra Mundial, muitas organizações surgiram com o objetivo de prestar assistência àqueles que sofreram efeitos da guerra, como também de outras catástrofes, e que tiveram como consequência a fome, doenças etc.

⁵ FERNANDES, Rubem César. **Sem Fins Lucrativos**. (mimeo) Artigo publicado originalmente em “Comunicações do ISER”. 22/11/86: 09.

esquerda. Tais elementos pertencem a uma geração de intelectuais engajados nas questões políticas e sociais do país.⁶

Dentre as primeiras ONG's brasileiras, podemos citar⁷:

1. Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação no Noroeste do Estado - FIDENE (RS), fundada em 1957 (de fato) e 1969 (legal), tem como objetivo a promoção e desenvolvimento da consciência regional.
2. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE (sede RJ), fundado em 1961 (de fato) e 1962 (legal), seu objetivo é vincular-se aos grupos e movimentos populares contribuindo para sua construção e fortalecimento no processo de democratização da sociedade brasileira.
3. Sempreviva Organização Feminina - Serviço de Orientação à Família - SOF (SP), fundada em 1963, seu objetivo é contribuir para a incorporação da questão de gênero nos movimentos sociais de forma a incluí-la na formulação de políticas públicas e nas pautas das diversas organizações sociais.
4. Irmandade de Santa Edwiges de Braz de Pina - IRSANED (RJ), fundada em 1964 (de fato), 1979 (legal), objetiva a "auto-redenção da pobreza" através de um trabalho que prioriza a questão da moradia e geração de renda.
5. Centro João XXIII de Investigação e Ação Social - CIAS/IBRADES (RJ), fundado em 1966, tem como objetivo a reflexão e o estudo da realidade brasileira com base na visão cristã.

⁶ Confirmando Fernandes, Leilah Landim (LANDIM e COTRIM. **ONG's: Um Perfil - Cadastro das Filiadas à Associação Brasileira de ONG's (ABONG)**. São Paulo, ABONG/ISER, 1996: XI) comenta que uma leitura da apresentação histórica das respectivas entidades, no que se refere as suas origens, "vai revelar que nessas 'pioneiras' 20% estão as que surgem mais próximas às igrejas cristãs na sua vertente 'popular', as que então se ligam fundamentalmente aos movimentos comunitários, de bairros, de periferia e sindicais. Como já tem sido analisado, esses são os primeiros 'Centros de Educação Popular', ou, 'de assessoria e apoio', que surgem congregando agentes cristãos de movimentos de igreja pré e pós-64 - neste caso, das pastorais populares inspiradas pela Teologia da Libertação - bem como gerações de militantes marxistas do pós-64, misturando ideários onde Paulo Freire era também referência básica". Mas, apesar desses 30 anos, a autora acrescenta: "uma olhada nos perfis das entidades mostra que a Igreja Católica continuou representando um papel significativo, quanto à origem dos quadros das ONG's".

⁷ LANDIM e COTRIM. Op. cit.. O universo das ONG's mais antigas, fundadas nos anos 70, corresponde a 21% do conjunto. Nesta relação estamos considerando apenas aquelas que surgiram no período anterior a 70 - e que foram citadas na pesquisa realizada pelas autoras - de forma que possamos visualizar melhor a tônica principal das atividades deste período, bem como, o caráter social com que se vem revestindo desde as primeiras organizações e o vínculo com os movimentos sociais. Como não podemos descrever todas as ONG's, privilegiamos este período por tratar do seu surgimento no Brasil. Devemos ressaltar, ainda, que algumas das atividades foram se complexificando e inovando ao longo do tempo, no entanto, mantendo uma identidade com relação a proposta inicial. Para um maior detalhamento com relação ao histórico de cada uma das ONG's relacionadas, ver a obra citada págs.: 130, 126, 192, 175, 102, 67, 20, 178, 08, 26 e 57, respectivamente.

6. Centro de Estudos e Ação Social - CEAS (BA), fundado em 1967 com o objetivo de analisar a realidade brasileira denunciando formas de opressão e desigualdades sociais.
7. Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia - CNDDA (RJ), fundada em 1967 de fato e 1979 de direito, com o objetivo de lutar pela defesa e desenvolvimento da Amazônia..
8. Movimento de Organização Comunitária - MOC (BA), fundado em 1967 (de fato) e 1970 (legal). Tem como objetivo promover ações, em parceria com a comunidade, que visem a melhoria da qualidade de vida da população.
9. Associação Brasileira de Reforma Agrária -ABRA (SP), fundada em 1969 com o objetivo de concretizar a reforma agrária e a elevação do padrão de vida da população rural e urbana.
10. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP (SP), fundado em 1969 com o objetivo de desenvolver as ciências sociais no Brasil cuja produção de conhecimento venha contribuir para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro.
11. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro - CPV (SP), fundado em 1969 (de fato) e 1973 (legal), com o objetivo de coletar a documentação produzida pelos movimentos sociais e sistematizá-la de forma a contribuir na formação e organização dos trabalhadores.

Já desde seus primórdios, as ONG's apresentam-se de forma diversificada, com uma vasta gama de atividades em diferentes áreas de atuação. No entanto, podemos chamar a atenção para alguns denominadores comuns, tais como o envolvimento com os movimentos sociais, o destaque para as atividades educacionais, o interesse pela pesquisa e outros, alinhados ao objetivo de melhoria da qualidade de vida, através da garantia da cidadania.

Procurando descrever as ONG's, Fernandes⁸ coloca:

Além de serem jovens, elas são relativamente estranhas no cenário institucional latino-americano. Manipulam somas vultosas, mas não visam o lucro. Mobilizam a dedicação voluntária, mas não são igrejas. Insistem na gratuidade do serviço, mas não são centros de filantropia. Mexem muito com política, mas não são partidárias e, via de regra,

⁸ 1986, op. cit.: 08.

querem-se distantes do Estado. Promovem o “desenvolvimento” mas não se especializam em “produtividade”. Fazem pesquisas, mas não são acadêmicas. Não é fácil classificá-las.

De acordo com as primeiras ONG's, acima relacionadas, percebemos que o surgimento destas organizações ocorre no cenário dos anos 60/70, sendo então consideradas, no Brasil, como um fenômeno produzido no período autoritário, onde “o bloqueio da política foi compensado pela abertura de espaços de atuação a nível local, em meio à sociedade civil”⁹, subsidiados pela cooperação internacional, conforme já citado anteriormente. Com relação a sua prática neste período, temos:

As ONG's tinham como seu principal motivo de existência o 'empowerment' dos setores sociais excluídos ou discriminados; auxiliar na sua organização, sistematizar suas reivindicações, estabelecer os contatos que permitam aos movimentos conquistar o apoio de outros setores da sociedade e o espaço público para suas demandas. Um trabalho que se fazia na linha de enfrentamento com o Estado autoritário e que gerou uma cultura de compreensão do Estado como um adversário permanentemente a ser desafiado.¹⁰

Conforme vimos, “esse campo das ONG's que atuam (...) na promoção de defesa dos direitos seria o campo dos movimentos sociais”¹¹ estando, portanto, sua história imbricada na história dos movimentos sociais¹².

Por sua vez, a projeção das ONG's nos anos 70, e posteriormente nos anos 80, deve-se, fundamentalmente, ao fato de terem se tornado “alternativas” às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda. Por

⁹ FERNANDES, Rubem César e CARNEIRO, Leandro. **ONG's Anos 90 - A Opinião dos Dirigentes Brasileiros**. (mimeo) Núcleo de Pesquisa / ISER. Novembro de 1991: 07. Tais autores, realizaram uma pesquisa em 1991 que, dentre outras fatos, assinala: 30% das ONG's foram criadas entre 1965 e 1979, sendo que 25% nos anos 70. Apenas 3% nasceram antes de 1964. Mas, embora sendo uma “resposta microinstitucional à ditadura”, continuaram a multiplicar-se no período seguinte: 50% entre 1980 e 1990. As zonas de maior “privilegio” são as regiões Sudeste (44%) e Nordeste (31%).

¹⁰ JORNAL DA ABONG. **As ONG's e as Políticas Públicas na Construção do Estado Democrático** (Silvio Caccia Bava e Lúcia Pontes). Out/1995: 02, no. 12. Neste âmbito, “...forneceram canais não-oficiais para o apoio internacional a microprojetos sociais caracteristicamente executados em nível local. Não foram as únicas a fazê-lo (igrejas e sindicatos, por exemplo, também estavam envolvidos), mas se tornaram especialistas no assunto. Sua independência facilitou as conexões internacionais não-oficiais e seu pequeno tamanho favoreceu a imersão local. Estavam, assim, livres para fazer a mediação entre as pautas internacional e local, especializando-se em projetos que faziam sentido em ambas as pontas do programa de ‘desenvolvimento’” (FERNANDES, 1995, op. cit.: 25).

¹¹ Entrevista no. 14.

¹² Para situarmos o conceito de “movimentos sociais”, vejamos o que aponta Doimo: “Criada por volta de 1840 para designar o surgimento do movimento operário europeu (...), posteriormente desenvolvida no âmbito do marxismo para representar a organização *racional* da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção, essa categoria adquiriu, bem antes da crise do socialismo real e da queda do muro de Berlim, a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que, agora, organizadas *espontaneamente* na esfera da cultura enquanto “novos movimentos sociais” (DOIMO, 1995, op. cit.: 37). É interessante, ainda, ver a Parte I da obra de Doimo (Ídem: 37-70) onde desenvolve, de forma bastante consistente e envolvente, reflexões a respeito da questão dos movimentos sociais.

“alternativa” entende-se: “fazer aquilo que se faz, mas em um outro local e de um outro modo”¹³. Assim, embora valorizem a competência, “apresentam-se como uma alternativa ao ‘isolamento’ da academia” se propondo ao relacionamento mais estreito com os meios sociais; embora vislumbrem o “serviço ao próximo” não concordam com a “sacralização das hierarquias eclesiásticas”; e, embora se identifiquem com o ideário “político” da esquerda, se posicionam “contra o ‘dogmatismo’ e a ‘manipulação’ partidária que as permeiam”¹⁴.

Tais posturas justificam-se por um caráter importante das ONG’s a “autonomia” com relação às demais instituições sociais. Esta particularidade foi firmada mais propriamente a partir da conjuntura dos anos 70, e que possibilitou a “inversão simbólica” na proposta institucional das ONG’s. Segundo Fernandes¹⁵, uma idéia antiga tomou impulso:

Cumpre redirecionar o foco da nossa atenção diante da coisa pública. Ao invés de girar em torno do poder central, como os planetas em torno do Sol, dar-lhes as costas e atentar para os poderes difusos que circulam nas bases da sociedade. (Grifo nosso)

Aqui fazemos um parênteses, colocando que a preocupação destas organizações em relação ao poder e o reconhecimento de que este não se localiza unicamente no âmbito estatal, encaminham-nas para o desenvolvimento de trabalhos junto à população que venha emancipá-la dos grilhões massificantes e normatizadores implementados pelos diversos aparelhos sociais. Assim, as ONG’s reconhecendo a existência de um poder não centralizado no Estado, “difuso na sociedade”, procurando estar atentas para sua circulação, mobilidade, instituem uma prática embasada num compromisso, numa ética social, constituindo-se, portanto, como mecanismos que poderão efetivar-se enquanto contra-poder.

Retomando nosso percurso histórico, as novas formas de participação política que vão se configurando no contexto da ditadura vem delimitar os chamados “novos movimentos sociais”, que se dão em função da “emergência de novos atores sociais e de novas práticas coletivas, tanto no seio dos movimentos sociais clássicos, como no

¹³ FERNANDES, 1986, op. cit.: 09.

¹⁴ Ídem: 09-10.

¹⁵ 1986, op. cit.: 11.

desenvolvimento de novos movimentos de gênero, geracionais, urbanos, étnicos, de direitos humanos etc.”¹⁶. Esta diversidade e heterogeneidade virá também fortalecer o caráter diversificado e plural das ONG's, onde ao mesmo tempo que refletem esse processo, “representam um papel, através de sua intervenção, na construção desses movimentos e grupos sociais diversificados”¹⁷.

Sabendo que as ONG's surgiram, efetivamente, no contexto do regime autoritário, conforme mencionado, podemos relacioná-las, então, aos novos personagens que entraram em cena ao longo dos anos 70/80 no campo dos movimentos sociais, cuja inserção ocorreu seja de forma a promovê-los ou apoiá-los, seja assumindo uma postura mais articuladora entre Estado e sociedade civil. Inicialmente, falando em nome dos movimentos sociais, especialmente os movimentos populares na década de 80¹⁸, e, posteriormente, reconhecendo “que o movimento popular deveria ser seu próprio interlocutor”¹⁹, como os demais, assumindo, desta forma, um papel de assessoria no que se refere ao movimento popular e aos demais movimentos sociais.

Vale ressaltar que a própria discussão acerca da identidade das ONG's, que vem permear o cotidiano destas instituições, vem delimitar sua prática no contexto dos movimentos sociais, dentre eles o movimento popular²⁰. A proposta da criação de uma Associação Nacional de ONG's que motivou vários embates durante a década de 80 objetivava, dentre outros, discutir sobre esta questão. Enquanto tal Associação se consolidou em 1990, a formalização de uma Central de Movimentos Populares (CMP) apenas ocorreu em 1993, por ocasião do I Congresso de Movimentos Populares, em Belo Horizonte²¹.

¹⁶ CALDERÓN, Fernando e JELIN, Elizabeth. “Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina - Perspectivas e Realidades”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Out/1987 no. 05. Vol.2. p. 75.

¹⁷ Landim e Cotrim, op. cit.: XV. No rastro das mudanças ocorridas no período da década de 80 assinala-se: a inversão da predominância de ONG's no campo, vindo dirigir-se aos movimentos urbanos e movimentos de bairros; ênfase no trabalho na área de gênero; e, principalmente, volta-se para o trabalho com crianças e adolescentes (Ídem: XVI).

¹⁸ A partir, sobretudo, do ano de 1978, “ano que representou um marco na reorganização dos movimentos sociais no Brasil” (Cf. LAMDIM e COTRIM, op. cit.: 126).

¹⁹ JORNAL DA ABONG. **A Agenda de Lutas da CMP** (Entrevista com Raimundo Bonfim, membro da Coordenação da Central de Movimentos Populares). Jun/1996: 08, no. 15.

²⁰ Podemos afirmar, que as ONG's mantêm um denominador comum com o movimento popular que diz respeito ao campo ético-político com o qual o movimento popular inscreveu sua prática nos últimos 20 anos.

²¹ “A Central surgiu com o objetivo de articular os movimentos populares existentes, a partir de dois eixos de luta: reforma urbana e cidadania” (Id. Ibid.). Em relação à criação da Central, ver Doimo págs. 207 a 209 (1995, op. cit.).

Portanto, será assessorando o movimento popular, ou melhor, o movimento social de forma geral, e reafirmando o discurso da cidadania²², que as ONG's vêm, nos anos 80, entrar na cena política, econômica, social e cultural com maior envergadura, seja diante do número maior de ONG's que entram neste cenário²³, seja na forma mais visível de atuação diante da abertura política. No entanto, uma maior organização e, principalmente, visibilidade, somente veio a apresentar-se durante o processo da Constituinte: "nesse processo todo da Assembléia Nacional Constituinte, as ONG's mostraram a cara de forma mais organizada, mas elas já tinham se assumido no cenário. Mas, aí foi um momento em que houve uma mobilização de toda a sociedade civil, não só as ONG's, mas o movimento popular de um modo geral, se assumiu de forma mais articulada por conta da emergência de uma questão social"²⁴.

Na década de 80, o novo ciclo de lutas populares composto pelos novos personagens, do qual nos referimos, vem dirigir-se às ONG's em busca de apoio no embate com o Estado, tanto em função das ONG's virem a se posicionar como mediadoras da sociedade civil e Estado, em função do contexto de retraimento do Estado das questões sociais, como também em função de que a sociedade civil, via movimentos sociais, via ONG's, vai assumindo algumas ações anteriormente delegadas ao corpo estatal. Portanto, as ONG's enquanto pertencentes à sociedade civil, vão ampliando e consolidando seu campo de ação, reforçadas pela sua performance institucional, ambos colaborando para este endereçamento, por parte da sociedade civil, em prol de uma articulação conjunta. Além disso, eram premidas por um ideal de democracia condizente com a posição dos agentes organizadores das classes e grupos oprimidos. Ressalva-se, porém, que não há a pretensão de substituir as instituições tradicionais, mas de introduzir uma outra instância que possa aglutinar as iniciativas locais.

Vale salientar, que a inversão simbólica, a pouco comentada, foi praticamente orientada pela idéia de participação popular, ou seja, contribuir para que o povo torne-

²² Na pesquisa de Landim e Cotrim (op. cit.: XIII e XIV), Leilah menciona que 72,7% das ONG's responderam que a assessoria está entre as cinco principais atividades que realizam. Ademais, "indagadas quanto as palavras definidoras dos temas com que trabalham, cidadania mereceu o primeiro lugar".

²³ Ainda conforme a análise de Landim (op. cit.: XI), aproximadamente 60% das ONG's pesquisadas foram legalmente fundadas a partir de 1985.

²⁴ Entrevista no. 14.

se sujeito de sua própria história, funcionando segundo uma posição de “assessores” e de “intelectuais orgânicos”²⁵.

Neste sentido, diz-se que as ONG’s têm contribuído para a consolidação da idéia de uma “sociedade civil”. Como sociedade civil compreende-se um corpo político que viria intermediar as relações com o Estado. A idéia de “empowerment”, bastante disseminada nos anos 80, expressava o desejo de participação da sociedade civil que buscava, através de formas alternativas de atuação, romper com as formas tradicionais e hierárquicas. Fernandes²⁶ coloca que a sociedade civil se constitui como:

...uma maneira de pensar sobre ela, que leva em si tanto um sentido de autogestão quanto de igualdade de direitos (...) Na linguagem captada por nossos relatórios regionais, refere-se a uma terceira dimensão da vida pública, diferente de governo e mercado. Assim diferenciado, o conceito adquire uma conotação muito diversa. Em vez de sugerir uma arena para lutas pelo poder e para competições egoístas, tende a significar exatamente o oposto: um campo onde serão aprendidos e exercitados os valores da solidariedade...

Apesar de compreendermos o sentido ético da sociedade civil enquanto “um campo onde serão aprendidos e exercitados os valores da solidariedade”, somos um pouco pessimistas quanto a possibilidade de não constituir-se uma “arena para lutar pelo poder e para competições egoístas”. Embora entendendo a conotação valorativa do autor em relação a ambos posicionamentos, esta colocação parece-nos embasada num ideal que algumas vezes identificamos na fala de alguns membros de ONG’s e que nos preocupa na medida que percebemos uma forte conotação humanista que chega a antever a ausência de poder ou de lutas pelo poder numa sociedade dita democrática. No entanto, sabendo que as estruturas sociais são produzidas pelas relações de poder, é preciso atentarmos para os discursos que falam entusiasticamente

²⁵ “...Quando os intelectuais tornam-se uma parte integrante, orgânica, do movimento social, exercem sobre ele um efeito catalisador crucial, numa relação criativa que é mutuamente fertilizadora (...) Esta compreensão levou a uma redefinição de seu papel e de sua relação com o movimento social. Seu propósito deixa de ser a liderança, para ser o serviço. Seu método deixa de ser o ensinar, para ser o aprender-ensinar-aprender. Começaram a perceber que o fazer teoria não é uma tarefa apenas dos intelectuais. O povo pode e deve criar teoria” (ARRUDA apud FERNANDES, 1986, op. cit.: 17).

²⁶ Op. cit., 1995: 29-31. É importante a compreensão do sentido de sociedade civil, uma vez que a forma como é compreendido e tomado na linguagem das ONG’s vêm apontar, também, seus princípios. E será pautado neste conceito que iremos nos deparar, sobretudo na década de 90, com termos tais como “cidadania planetária”, “terceiro setor” etc. Sobre uma maior reflexão acerca dos termos “sociedade civil” e “terceiro setor”, ver esta mesma publicação páginas 29-33.

de liberdade, democracia, pautados num ideal humanista. Ou ainda, procurar estratégias de dominação a onde se fala de significado e valor, virtude e divindade²⁷.

Bem, apesar das ONG's oporem-se às formas tradicionais de atuação, ao longo dos anos tornaram-se eminentemente pragmáticas, em função da infinidade de projetos a serem realizados. No âmbito eminentemente estrutural da organização, isto não se constitui num caráter negativo, principalmente quando se sabe da necessidade de estabelecerem uma rotina padrão como forma de se sustentarem dentro de um determinado orçamento. Orçamento este previsto em função dos recursos advindos de outras organizações e que são obtidos através do encaminhamento de projetos para as mesmas. Perante a exigência corriqueira de uma prestação de contas rigorosa, por parte das agências financiadoras, devem empenhar-se na realização das atividades sob pena de tornarem-se comprometidas com alguma imprevisão orçamentária.

É em função desta necessidade precípua, que muitas das discussões estabelecidas em diversos encontros, têm se voltado para aspectos administrativos de tais organizações: o papel estratégico das ONG's (planejamento estratégico), a cooperação internacional, relações com agentes de câmbio, e outros.

Quanto ao financiamento²⁸, a ajuda de agências estrangeiras tem sido indispensável. Tal ajuda provém, em grande medida, de Agências Internacionais de Cooperação Não-Governamentais²⁹, daí afirmar-se que tais agências participaram constitutivamente da história das ONG's.

²⁷ DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 121.

²⁸ Com relação à questão dos financiamentos, e algumas outras contribuições teóricas à compreensão das ONG's, existem duas publicações interessantes para uma leitura introdutória. A primeira delas, Montenegro (1994), apesar de constituir-se numa leitura realmente primária sobre o assunto, contribui para aquele que está se iniciando no tema poder situar-se, especialmente na questão dos financiamentos. No texto de Ilse Scherer-Warren (1995), encontramos contribuições interessantes no que se refere às matrizes ideológicas das ONG's do Norte e do Sul, e seus relacionamentos no circuito da cooperação.

²⁹ Segundo Leilah Landim (op. cit.: XVIII), as ONG's brasileiras mantêm relações de cooperação com cerca de 170 entidades estrangeiras, onde as igrejas cristãs representam um papel de peso. Além disso, grande parte das ONG's recebem financiamento da Alemanha (Texto: ABONG. **Cooperação e Solidariedade Internacional na Alemanha**. 2ª. ed.. Bonn/Rio de Janeiro, Intercâmbio EZE/IBASE, 1994). Uma das agências que se destaca é o SACTES (Serviço Alemão de Cooperação Técnica) a qual tem um perfil relativamente progressista.

Ainda na Alemanha, não podemos deixar de comentar a respeito da existência de instituições que "colecionam" publicações em geral referentes ao Terceiro Mundo com o objetivo de subsidiar suas políticas de cooperação e provavelmente outras mais. No que se relaciona à América Latina e, mais especificamente, ao Brasil, devemos mencionar pelo menos três delas: No nível não-universitário, existe o Instituto Ibero-Americanos de Hamburgo, fundado em 1962, que se dedica à análise geral de problemas da evolução sócio-econômica atual na América Latina. De nome semelhante, em Berlim, encontra-se o chamado Instituto Ibero-Americano, fundado em 1930, e que consiste hoje no maior centro de documentação da Europa sobre todos os campos do saber referentes à Espanha, Portugal e América Latina, contando com uma biblioteca de mais de 650.000 volumes. E existe, ainda, o Instituto de Brasiliologia (*Institut für Brasilienkunde*), que fica na cidade de Mettingen, e é ligado à Igreja Franciscana do Brasil. Este instituto presta importantíssima contribuição, através da pesquisa e documentação a respeito da realidade brasileira. Acrescente-se, ainda, que as reportagens que

Enquanto a pesquisa de Fernandes e Carneiro³⁰ registra um movimento em torno de 28 milhões de dólares anualmente, em 1994 Bernades e Nanne³¹ já estimam um valor de 700 milhões de dólares. No entanto, a medida que lidam com somas mais avultosas vão chamando atenção da população que traz no seu imaginário a idéia de usurpação, de não legitimação daqueles que a ela se dirige. Para aqueles que pretendem fragilizar a imagem das ONG's, este imaginário é conveniente para manter a população resistente aos seus trabalhos. Com relação a este fato, Leilah Landim³² comenta que "uma desconfiança histórica paira sobre esse tipo de organização. A idéia de obter dinheiro para desenvolver um trabalho social é associada pela população a histórias de malversação de recursos públicos". De qualquer forma, apesar das somas mais significativas, as ONG's vêm complexificando suas ações, especializando seu quadro etc., o que requer maiores recursos, significando dizer que tais dificuldades ainda não sanaram. Ademais, se formos refletir o grande número de ONG's envolvidas - aproximadamente 5.000 em 1994 contra 1.208 em 1988 - e a função social significativa que vêm desempenhando, veremos que este valor não é exorbitante. Basta contrapor com um único exemplo: apenas uma indústria de papel e artigos de plástico, a Dexie-Lalekla, fatura 41 milhões de dólares por ano³³!

Além disso, nos países ricos, muitas entidades preferem mandar dinheiro para as ONG's do que entregá-los a órgãos governamentais. Pois, além das características já mencionadas, também se destacam pela agilidade e eficiência com a qual trabalham.

Dentre as entidades que vieram a mandar dinheiro para as ONG's encontra-se o próprio Banco Mundial, que sustentou durante a maior parte da ditadura os programas de desenvolvimento social implementados pelo Estado. Percebendo que os programas não vingavam e que a verba acabava desviada, tais entidades, como o Banco Mundial, vieram aliar-se às ONG's, aliança esta que se deu no contexto da crise do regime

predominam na Alemanha, referentes ao Brasil, dirigem-se às questões da Amazônia e meninos e meninas de rua (Cf. Idem).

³⁰ Op. cit.: 09.

³¹ Op. cit.: 70.

³² Apud GUEDES, Cilene. **IBASE: O Brasil numa Rua de Botafogo**. (Reportagem do Jornal do Brasil de 28/04/96, retirado do site do IBASE na Internet): 04.

³³ Cf. Bernades e Nanne, op. cit.: 74.

autoritário e dos movimentos de redemocratização e que, desde então, passaram a ser vistas como substitutas das ações governamentais no âmbito social.³⁴

No entanto, o grande objetivo constituía-se na implementação da política neo-liberal que consistia em liberar as forças do mercado do controle dos Estados. Neste sentido, as ONG's constituíram-se como “parceiras anti-estatais capazes de promover o desenvolvimento humano em harmonia com o mercado . Ao invés do ‘welfare state’ poderíamos entrar na era do ONG’s ‘welfare’”³⁵.

Até então, entretanto, as ONG's sobreviveram graças à solidariedade internacional contando com a indiferença do Estado e mercado nacionais que somente virão reconhecer seus trabalhos a partir do investimento das entidades internacionais, sobretudo após a ECO-92 onde, desde então, passaram finalmente a estar no centro das atenções nacionais.

É neste quadro que se destaca a importância das ONG's nos países do Terceiro Mundo. Segundo Sandoval³⁶,

Certas ONG's, que através de seu trabalho evidenciam as fraquezas institucionais do Estado, se outorgam a função de geradoras de pautas de transformação e desenvolvimento na área econômica, política e cultural. Ante as inconsistências das instituições do Estado estão os projetos das ONG's diante do vazio de direção, em determinado setor social de base, estão os promotores e líderes formados na instituição ou projeto. Desse modo, essas organizações deixam de executar funções subsidiárias e passam a desempenhar papéis de liderança institucional, não só dentro do movimento popular como também na sociedade civil.

E, embora tenham se constituído de “costas” para o Estado, não propõem sua substituição pelo mercado nem sua eliminação, mas sua transformação no sentido de uma real democracia. Neste sentido, comenta uma entrevistada:

A gente não tá querendo o fim do Estado, porque a gente acha que o Estado é fundamental, mas o Estado existe porque o cidadão existe, o Estado não existe por si só. Então a gente acha que a gente não pode, e a gente não quer, substituir o Estado nas suas ações, a gente quer que o Estado cumpra as suas ações e a gente quer manter ações complementares ao Estado. Um Estado democrático não teria de não querer a colaboração das ONG's e de

³⁴ Ver SOUZA, Herbert de. *As ONG's na Década de 90*. (mimeo) PG 68 - abr/mai 91: 20. Segundo estimativa do PNUD, mais atual, as atividades das ONG's beneficiam cerca de 250 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento (FERNANDES, 1995, op. cit.: 20).

³⁵ SOUZA, op. cit.: 21.

³⁶ SANDOVAL, Godofredo. *Identidade e Significado das Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento*. (mimeo) p.04.

*outros setores da sociedade civil atuar no sentido de complementaridade às ações do Estado.*³⁷

O neo-liberalismo que comanda os investimentos internacionais, minimiza a atuação do Estado em prol de uma maior liberalização do mercado não com vistas a uma transformação nas relações entre 1º. e 3º. mundos. O bem-estar pleiteado tem objetivos de acumulação de capital, o que pressupõe uma atuação sob a “ótica da excludência e da perpetuação das desigualdades”³⁸.

Finalmente, a postura das ONG’s é a de “democratizar o mercado (o que significa erradicar a onipotência do capital e submetê-lo ao controle democrático da sociedade) e o Estado (o que significa desprivatizar o Estado e restabelecer seu caráter público)”³⁹. Assim, entre o mercado e o Estado as ONG’s caminham num constante desafio, o da efetivação da utopia democrática, este é um dos grandes desafios das ONG’s na década de 90, “num mundo onde a humanidade está sendo negada de forma sistemática pelo Estado e pelo mercado (...) Não basta não ter os vícios do Estado e do Mercado, é necessário agora demonstrar para que servem as nossas idéias e virtudes”⁴⁰.

Um dos fatores que promoveram a maior articulação e visibilidade das ONG’s, foi o processo Constituinte e a participação das ONG’s neste momento histórico, conforme já comentamos. Tal processo, possibilitou tanto um maior espaço democrático para atuação das ONG’s como, reconheceu algumas de suas reivindicações o que, por sua vez, reafirmou sua importância social e promoveu uma maior credibilidade no seu compromisso com o social. Este novo panorama das ONG’s no princípio da década de 90 tem um caráter dinâmico devido às novas possibilidades

³⁷ Entrevista no. 14.

³⁸ SOUZA, op. cit.: 23. Além disso, as ONG’s “sabem” que “o capitalismo cresce e se desenvolve à sombra e graças ao Estado, cuja presença se mede fundamentalmente pela qualidade de suas políticas. Se a retórica liberal é antiestatal, sua existência é estatista” (Ídem: 23).

³⁹ Ídem: 22-23.

⁴⁰ Id. Ibid. Um exemplo do quanto tais idéias e virtudes podem ser frutíferas quando conseguem sensibilizar a sociedade civil através de uma mobilização junto as demais entidades afins, é o movimento *pró-impeachment* do presidente Fernando Collor: o “embrião do movimento cresceu em reuniões realizadas no IBASE com representantes da sociedade civil” (GUEDES, op. cit.: 02). A respeito dos debates que as ONG’s suscitam, mais especificamente o caso do IBASE, temos uma característica marcante destas entidades que é o “acompanhamento crítico do poder público” (AFONSO, Carlos apud GUEDES, op. cit.: 02). Nestes termos, não há como deixarmos de citar a “Ação da Cidadania Contra a Fome, Miséria e Pela Vida” para continuarmos na questão das idéias e virtudes das ONG’s. Este movimento talvez tenha sido o mais significativo nos últimos tempos em termos de uma sensibilização e envolvimento da sociedade civil como um todo: “a certa altura, 900 entidades e 11% da população já estavam diretamente envolvidos na tentativa de matar a fome com solidariedade” (Id. Ibid.).

que vão surgindo, mais concretamente o da ação civil, que vem procurar retirar da Constituição a efetivação do que foi proposto. Neste sentido, as ONG's vêm firmar-se também, como atores da sociedade civil.

Outros dois fatores contribuíram para a maior visibilidade e articulação das ONG's. O primeiro, diz respeito a um processo de articulação ente as ONG's iniciado em 1986 cujo impulso culminou com a criação da ABONG, comentada a seguir. Tal processo foi resultado da acumulação de intercâmbios e articulação entre as ONG's cuja mobilização contava com as reflexões relativas à questão do desenvolvimento, da cooperação internacional e identidade das ONG's⁴¹.

Quanto ao segundo, diz respeito a uma articulação que iniciou-se em maio de 1990 o qual contou com diversas entidades da sociedade civil e que vieram a compor o Fórum Brasileiro de ONG's que viria subsidiar a sociedade civil para o embate da Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92, que aconteceria paralelamente à conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED92.

É no sentido de uma pressão crescente da sociedade civil, mobilizada pelos movimentos sociais e, dentre seus atores constituintes, as ONG's, que se precisa estabelecer um espaço para o embate de certas questões. A ECO-92 surgiu, assim, como o espaço de reflexão sobre as questões do desenvolvimento e meio ambiente trazidas pela sociedade civil:

*menos do que uma 'tomada de consciência' das elites mundiais, representadas pelos seus governos, a convocação pelas Nações Unidas da maior reunião já havida de Chefes de Estado foi, em parte, a resposta encontrada para uma pressão originada nas bases das sociedades. O peso dos movimentos sociais de todos os tipos, a mobilização por seus direitos de minorias étnicas e culturais e a atuação de outros atores da sociedade civil global, inclusive as ONG's, estão na gênese da ECO-92.*⁴²

⁴¹ SANTOS, Ma. das Dores e CARDOSO, Ma. Irony. "Antecedentes e Novos Desafios". In: SANTOS, Ma. das Dores et alii. **Relações entre ONG's e Movimentos Populares Face a Problemática do Desenvolvimento e Meio Ambiente: A ECO 92 e seus Desdobramentos**. (mimeo). s/l, s/d: 03.

⁴² ROQUE, Atila. "Brincando nos Campos do Senhor". In: SANTOS, Ma. das Dores et alii., op. cit.: 25-26. Segundo o autor, neste encontro foram colocados modelos de sociedade alternativos em relação ao modelo dominante, tendo sido uma conquista marcante o espaço de discussão pública das grandes questões do desenvolvimento e meio ambiente: "deslocar essas questões dos domínios exclusivos dos governos e do mercado, trazendo-as para o debate ao nível das sociedades civis - local privilegiado de desenvolvimento do interesse público - talvez tenha sido, a longo prazo, a maior conquista trazida pelo processo da ECO-92".

Retomando o processo de articulação das ONG's, antecedendo a ECO-92, um dos pontos mais urgentes tratados nas discussões, dizia respeito à progressiva retirada de investimentos pelas agências de cooperação na América Latina, visando desenvolver trabalhos em outras regiões como Ásia e África⁴³. Tal diminuição de recursos, impulsionou as ONG's ao trabalho de “parceria” com organizações governamentais cuja política econômica direcionava para a formação de um terceiro setor voltado para o serviço público. No entanto, tal parceria (Estado-Sociedade), que se tornou a palavra de ordem no Brasil no início do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo a interpretação de Darcy de Oliveira, sugeria “quebra de polaridade”⁴⁴. Era preciso manter bem delimitada a identidade das ONG's sob pena de serem cooptadas pelo discurso governamental. A fundação de uma Associação Nacional de ONG's (ABONG) era essencial para estas e outras discussões.

Reconstituir os “movimentos” que culminaram na fundação da ABONG, tomar conhecimento a respeito das articulações realizadas, implica num retorno aos anos 80, quando houve um crescimento vertiginoso destas organizações no país.

Em 1986 houve um encontro nacional convocado pelo CENPLA, FASE e IBASE, a partir do qual sucederam várias reuniões regionais de ONG's somando esforços no sentido de sua articulação e discussão de temas comuns que vinham impondo a necessidade de uma maior reflexão por parte das ONG's⁴⁵.

Esse percurso de articulação teve como marco o seminário “Cooperação Internacional; Desafio e Possibilidades”, ocorrido em agosto de 1989 em Itatiaia, e do qual participaram 34 ONG's de vários Estados. Dentre as decisões tomadas inclui-se “a criação de foros estaduais permanentes de ONG's, bem como a realização, a partir

⁴³ Tais agências foram, sobretudo, as agências européias que “passaram a priorizar os países da Europa Oriental em razão da abertura do Leste europeu” (DOIMO, 1995, op. cit.: 212). No entanto, tem sido maior o número de agências norte-americanas que vêm investindo preferencialmente nas ONG's latino-americanas. Esta mudança poderia sugerir uma investigação no sentido de saber sobre o que muda na prática das ONG's latino-americanas, mais especialmente as brasileiras.

⁴⁴ HARAZIM, Dorrit. “À Busca de Parceiros”. Entrevista com Miguel Darcy de Oliveira. In: *Revista Veja*. São Paulo, Edit. Abril, 26/10/94: 08.

⁴⁵ ONG's/RJ. *Proposta para Discussão (Versão Definitiva) Constituição de uma Associação Nacional de ONG's*. (mimeo). Rio de Janeiro, 22/05/90: 01. Dentre os temas que vêm impor-se à reflexão das ONG's destacam-se, “a questão da sua própria identidade, a de terem ou não protagonismo próprio na sociedade civil, o seu papel na construção da democracia e face às grandes questões nacionais (a Constituinte, a Reforma Agrária, a dívida externa), a relação das ONG's com os movimentos populares e as Igrejas, as relações das ONG's com o Estado, a questão da cooperação internacional (novas formas de financiamento, novos atores na cooperação internacional, a atuação do Banco Mundial, mudanças no campo da cooperação internacional com o risco de marginalização da América Latina, etc.) e as formas de intercâmbio, cooperação e articulação entre as ONG's etc.” (Ídem: 01-02).

convocando a assembléia de constituição da Associação⁵³. Em anexo⁵⁴, enviaram o documento-base da Associação a ser discutido e aprovado na própria assembléia a ser realizada em agosto de 1991, ocasião em que estaria havendo a “Conferência sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional, organizada por um grupo de ONG's brasileiras com o apoio do PNUD”.

Atendendo a convocação, compareceram 108 ONG's na assembléia datada de 10 de agosto de 1991, de onde constituíram a Associação Brasileira de ONG's - ABONG⁵⁵. Tal Associação deverá “expressar a identidade comum de um conjunto de ONG's comprometidas com o processo de democratização da sociedade brasileira, que têm uma tradição de apoio e serviço aos movimentos populares de inspiração democrática, constituindo um segmento específico da sociedade civil, comprometido com os setores populares”⁵⁶.

A preocupação com a identidade destas organizações traz, simultaneamente, a preocupação com relação a sua estrutura organizacional. Assim, durante a primeira metade da década de 90, a discussão em torno de uma “formalização estatutária”, ou ainda, de um “ordenamento institucional”, vem permeando o cotidiano das ONG's em função de melhor delimitar seu *locus* na sociedade. Uma das questões que sugere uma maior vulnerabilidade destas organizações é o fato de serem organizações privadas, porém, sem fins-lucrativos; e, organizações do campo da sociedade civil, embora, voltadas para o atendimento público.

É justamente a intervenção das ONG's na esfera pública que suscita tal vulnerabilidade, pois, diante de um aparelho estatal que se reproduz e se perpetua através de uma conjugação com um mercado que se estende capilarmente por toda a

⁵³ GT de Criação da ABONG. **Convocatória da Assembléia de Fundação da Associação de ONG's**. (mimeo). Rio de Janeiro, 05/07/91, op. cit.: 01. Nesta correspondência, foram assinaladas as ONG's que comprometiam-se com a criação da Associação e realização da Assembléia: Caatinga, Centro Josué de Castro, ESPLAR, FASE, IBASE, IDAC, INESC, SOS-Corpo, UNIPOP.

⁵⁴ É interessante que esse documento possa ser lido, uma vez que trazem algumas reflexões em relação ao trabalho das ONG's, sua inserção na sociedade e seus objetivos institucionais, articulando e justificando com a necessidade de criação de uma Associação.

⁵⁵ ABONG. **Ata de Constituição da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais**. Op. cit.: 01. É proveitoso o acesso a este documento para quem deseja situar-se com relação aos principais pontos levantados e de como foi o processo de constituição da Associação. Das ONG's presentes, 38 eram do Rio de Janeiro, 19 de São Paulo, 16 de Pernambuco, 10 da Bahia, 08 do Distrito Federal, 07 do Rio Grande do Sul, 05 do Ceará (ESPLAR, CAPC, CETRA, IMOPEC, Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea), 04 do Pará e 04 da Paraíba.

⁵⁶ GT de Criação da ABONG. **Convocatória da Assembléia de Fundação da Associação de ONG's**. Op. cit.: 03. Atualmente, a ABONG já conta com “cerca de 230 ONG's associadas e não pretende representar o conjunto das ONG's

de 1990, de um fórum anual de ONG's, a nível nacional. Além disso, foram constituídos três grupos de trabalho (...) visando ao aprofundamento e produção de subsídios sobre questões de interesse comum das ONG's"⁴⁶.

Concomitantemente, as ONG's brasileiras e as latino-americanas começam a articular-se também visando, fundamentalmente, a discussão sobre a cooperação internacional. No final da década de 80, realiza-se um encontro em Bruxelas destas ONG's com agências europeias e canadenses com o objetivo de discutir a situação da América Latina e o perigo da sua marginalização no contexto da cooperação internacional.

As discussões sobre a cooperação internacional somam-se a outras discussões de ordem estrutural, e que vem impor um reordenamento institucional às ONG's. Tal quadro estrutural diz respeito às mudanças que vão ocorrendo no cenário sócio-político no contexto da história mundial em fins de 80 e início de 90. Fatos como a derrubada do muro de Berlim, a dissolução das Repúblicas Soviéticas, o neo-liberalismo e outros, vão compondo um novo cenário que impõe, no mínimo, uma revisão e questionamento de práticas institucionais.

A própria questão da parceria com o governo vem ocorrer num contexto onde o Estado vai se eximindo das funções sociais, terceirizando o atendimento e assistência pública, vindo a atuar como campo de abertura para políticas que visem, sim, promover o mercado do capital. Neste contexto, aproxima-se do terceiro setor de onde se encontra entidades como ONG's, caracteristicamente voltadas para a atividade pública. Além disso, as agências de cooperação vão se retirando para outros cenários, o que implica numa maior abertura por parte das ONG's em aproximar-se do governo pela questão de sobrevivência financeira e, por outro lado, institucional. Nesse processo, as ONG's terão que firmar seu compromisso com o bem-estar público assumindo as novas coordenadas que a história vem impor. Não mais de costas para o Estado, mas ao lado deste.

As transformações ocorridas trazem novos paradigmas, novas questões. O ressurgimento dos movimentos sociais com a entrada dos novos atores sociais vem

⁴⁶ Ídem: "02. Os GT's foram assim divididos: GT-I, relações com o Estado e a ABC (CEDI, CESE, FASE e IBASE); GT-II, Concepção de Desenvolvimento e seu impacto sobre a cooperação internacional (CECIP, CEDEC, IDAC, Rede Mulher); e GT-III, Banco Mundial (CEDI, Centro Luís Freire, IBASE e INESC).

trazer questões e temáticas até então não priorizadas. O movimento em defesa do meio ambiente, o movimento em defesa do direito das crianças e adolescentes e outros, irão influenciar também no estabelecimento de certas metas, dentre elas, a luta pela reformulação das políticas públicas, que invariavelmente encontram-se defasadas no que concerne ao social. As ONG's vêm não apenas participar destes movimentos como propor políticas públicas universais e introduzir práticas, serviços que possam mostrar-se alternativos aos trabalhos de cunho governamental, geralmente paliativos porque decorrentes de políticas compensatórias.

Apesar do interesse do governo em conjugar-se com as ONG's, o modo como estas priorizam certas questões, como a ética, a democracia, a solidariedade, e que vem fundamentar um de seus objetivos que é o estabelecimento de políticas públicas universais, incompatibiliza-se diante um Estado que vem atender a “coisa” pública com o mero propósito de conter uma parcela da população que encontra-se mobilizada, ou em vias de, em prol do atendimento de determinadas necessidades. Neste sentido, o objetivo do governo é estancar os movimentos, diluir e arrefecer as mobilizações sociais que possam interpor-se diante de sua atuação política e econômica. Assim determinado, o governo tende a captar as ONG's com as quais faz parceria, e/ou, ainda, fragilizar a imagem destas quando se vê vulnerável diante o embate com algumas.

A partir de uma reunião realizada no Rio de Janeiro em 28 de março de 1990 “para a discussão do impacto do Plano Collor e suas consequências para o trabalho e o funcionamento das ONG's”⁴⁷, e em função do contexto social de ampliação de suas atividades no campo da sociedade civil, das propostas de parcerias que vinham sendo colocadas por parte das instituições governamentais e das questões relativas à cooperação, se fazia mister “uma nova postura entre as ONG's no tocante à questão da sua articulação institucional”⁴⁸, a partir da afirmação de uma identidade comum. Neste sentido, fica então

colocada na ordem do dia a questão da constituição de um órgão representativo das ONG's, que seja a sua cara pública, e propicie uma interlocução com o Estado de modo a evitar que as nossas

⁴⁷ ONG's/RJ, op. cit.: 01. As entidades que participaram dessa reunião foram: ASPTA, CEDAC, CEDI, CENPLA, FASE, IBASE, IDAC, ISER, NOVA (RJ) e CESE (BA).

⁴⁸ Ídem: 03.

*entidades sejam levadas de roldão por iniciativas governamentais que deparariam com a nossa desorganização e falta de iniciativa política. Tomou-se consciência assim, do sentido de urgência do estreitamento da articulação das ONG's.*⁴⁹

Numa segunda reunião datada de 02 de abril de 1990, outras entidades⁵⁰ vieram somar-se à discussão ficando estabelecida uma comissão para elaborar uma proposta de constituição de uma Associação Nacional de ONG's.

Numa reunião posterior, 02 de maio de 1990, foi estabelecido um consenso em relação a proposta apresentada pela comissão, ressaltando-se que a concordância em criar-se uma Associação Nacional de ONG's não tinha como propósito nenhum tipo de monopólio da articulação de ONG's e muito menos a intenção de representar-se o universo das ONG's brasileiras.

Em novembro de 1990, houve um Encontro para discussão das “Alternativas de Financiamento às ONG's”⁵¹, tal evento tinha como preocupação o fato do Brasil não ser mais considerado como área prioritária para a cooperação internacional. Com o crescimento da demanda e a redução dos recursos, tal contexto vinha reforçar a necessidade e urgência de uma articulação entre as ONG's.

Finalmente, é concluído o documento de “Proposta para Discussão (Versão Definitiva) da Constituição de uma Associação Nacional de ONG's” que tem como base a “afirmação na sociedade civil brasileira da identidade própria das ONG's, o que passa pela reafirmação da sua autonomia face ao Estado, às Igrejas, aos movimentos populares, partidos e à Universidade”⁵².

Em 05 de julho de 1991 foi encaminhada uma correspondência, pelo GT responsável pelo processo de constituição da Associação Brasileira de ONG's,

⁴⁹ Id. Ibid.

⁵⁰ Ídem: 01. Tais entidades são, AGEN (SP), MNDDH, Projeto Kaiowa Nandewa, INESC (DF), Centro Luis Freire e Centro Josué de Castro (PE).

⁵¹ PANTOJA. Álvaro (CESE). **O Processo de Discussão e Articulação das ONG's (Entidades de Apoio e Serviço ao Movimento Social Popular) no Brasil em 1990**. (mimeo). s/l, s/d: 04.

⁵² Ídem: 03. Achamos curioso este documento, que tinha como objetivo apresentar tal proposta, ter sido elaborado apenas pelas ONG's do Rio de Janeiro, a despeito da comissão responsável por tal encaminhamento ter sido constituída também por ONG's de outras regiões como Distrito Federal e Pernambuco. E, independente da comissão, reuniram-se, neste processo, 17 ONG's ao todo, sendo 9 do Rio de Janeiro e 8 dos outros Estados. Sem querer entrar mais detalhadamente nesta questão, para não fugirmos do nosso propósito, não queremos de qualquer forma excluí-la. No entanto, na Ata de Constituição da ABONG, foi feito o devido reconhecimento: “A partir de um determinado momento, os fóruns de Recife e do Rio decidiram tomar a iniciativa de constituição desta Associação. Foi criado um grupo de trabalho que fez 3 reuniões e ao qual se incorporaram ONG's de outros Estados” (ABONG. **Ata de Constituição da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais**. (mimeo). Rio de Janeiro, 10/08/91: 02).

sociedade, é preciso ter propósitos bastante solidificados e uma estrutura bastante delimitada para não vir a sofrer nenhuma captação. Como “estrutura” entende-se uma série de requisitos como ética, política, cultura e outros, elementos que podem vir a fragilizar a hegemonia da elite pela conquista de uma “cultura democrática”.⁵⁷

Na trilha destas discussões, em agosto de 1995, as Associações Nacionais de ONG's da América Latina promoveram seu I Encontro em São Paulo no qual produziram um documento intitulado “Carta de São Paulo”⁵⁸, onde afirmaram sua identidade comum, objetivos etc.

Dentre os temas que vão se tornando mais frequentes, como “cidadania planetária” em função do fenômeno da globalização, e o papel das ONG's neste contexto, era preciso, então, delimitar sua atuação a partir de uma definição da organização propriamente dita, tendo em vista entender-se que a democracia, sobretudo nos países latinos, dependia sobretudo da pressão dos movimentos sociais e entidades que o articulavam.

Assim, tais organizações se definem pelo compromisso com o desenvolvimento econômico e social baseado em valores como solidariedade, justiça social e o aprofundamento permanente da democracia, delimitando sua atuação ao definir sua orientação de trabalho para os setores excluídos e discriminados da sociedade, reafirmando seu compromisso com a promoção e apoio aos movimentos sociais de base, auxiliando o fortalecimento e sensibilização dos diferentes atores sociais. Nesta linha, as associadas comungam das mesmas finalidades:

*...Facilitar o intercâmbio, interinstitucional e inter-regional, compartilhar informação, constituir-se em fóruns de reflexão sobre temas de interesse comum, promover a defesa dos direitos das ONG's e uma legislação mais adequada à identidade de seus membros, desenvolver as instituições do setor, assim como zelar por uma maior visibilidade e legitimidade do espaço das ONG's.*⁵⁹

brasileiras. A Receita Federal identifica que existem no Brasil 380.000 entidades sem fins lucrativos - cabendo nessa definição todo tipo de entidade” (BAVA, 1997, op. cit.: 07).

⁵⁷ Seria interessante tomar o texto de Silvio Caccia Bava (op. cit.), onde vem discutir a respeito das questões atuais das ONG's na “nova cultura democrática”, governo Fernando Henrique Cardoso. O autor vem ressaltar a atuação crescente das ONG's no espaço público, sublinhando três fatores que vêm contribuir para tal: a desmobilização da sociedade civil impulsionada pelo Estado, a destituição dos direitos sociais implementada pelo Estado e, o novo paradigma de desenvolvimento à nível internacional e que se refere “à construção de uma agenda social no interior do processo de globalização” (Idem: 02).

⁵⁸ JORNAL DA ABONG. *Carta de São Paulo* (Associações Nacionais de ONG's da América Latina). Mar/1996: 09, no. 14.

No que se refere às transformações atuais, reivindicam⁶⁰:

1. A manutenção da cooperação internacional, embora com o estabelecimento de novas relações pautadas na transparência e horizontalidade.
2. Direito de recebimento de recursos públicos a partir do reconhecimento da contribuição para o bem-estar público, reforçando a reivindicação da esfera pública como não sendo restrita ao âmbito governamental.
3. Estabelecer prioridades como a luta pelo desenvolvimento, pressupondo uma postura crítica e uma atuação propositiva neste âmbito. Além disso, foi considerado prioritário, dentre outros: elaborar uma carta de princípios que venham nortear diversas práticas; transparência no uso dos recursos; fiscalização das entidades; e, maior visibilidade através dos canais de comunicação.

Baseados nas mesmas preocupações, o novo Conselho Diretor, eleito na Assembléia de agosto de 1996 da ABONG, estabeleceu em sua 1a. reunião, em fins de outubro daquele mesmo ano, as prioridades para o biênio 97/98, a saber: fortalecer movimentos sociais e entidades populares; democratização do Estado; encaminhar alternativas de desenvolvimento; propor um novo pacto com a cooperação internacional; construir a identidade das ONG's; e, promover a consolidação institucional das ONG's⁶¹.

A propósito destas discussões, acima citadas, o Seminário Nacional da ABONG, no final de agosto de 1996, vem apontar, dentre outros, os seguintes desafios na atuação das ONG's nesse universo da esfera pública⁶²:

1. O primeiro diz respeito a questão da identidade, de onde se frisou que a identidade destas organizações não pode ser apreendida de forma descontextualizada, e sim através do entrelaçamento histórico, estabelecendo uma “diferenciação de campos”. Por exemplo, levantar questões à respeito da pertinência e implicação do conceito de terceiro setor, que pode referir-se a

⁵⁹ Id. *Ibid.*

⁶⁰ Cf. *Ídem*: 10-11.

⁶¹ JORNAL DA ABONG. **Nossas Prioridades 97/98** (Conselho Diretor da ABONG). Nov/1996: 06-07, no. 17. Quanto à diretoria eleita, temos: Silvio Caccia Bava (presidente), Jorge Eduardo S. Durão (secretário geral) e Nalu Faria Silva (tesoureira), compondo a diretoria executiva. Além destes, foram eleitos os conselheiros executivos e os representantes regionais conforme apresentação nesta publicação.

⁶² JORNAL DA ABONG. **A Nova Cultura Democrática**. (Seminário Nacional da ABONG). Nov/1996: 08-09, no. 17.

uma miscelânea de organizações, a saber, fundações empresariais, entidades assistenciais etc., além das próprias ONG's.

2. O segundo, que deverá ter como fundamento a questão da identidade, do marco legal, relaciona-se com a questão da parceria entre ONG's e governo. Este, voltado para políticas públicas compensatórias, eximi-se do compromisso para com “políticas públicas universais”. É preciso, a despeito da diferença entre ambos, que as ONG's estejam constantemente reafirmando este objetivo, na prática, tendo como critério básico a permanente discussão junto aos movimentos para que possam manter uma determinada posição diante do aparelho estatal.

A respeito da questão da identidade, podemos colocar que um dos fatores complicadores neste sentido é a pluralidade, diversidade das ONG's, uma de suas características fundamentais. Ademais, segundo Roque, “ao colocar sob uma mesma denominação organizações com características bastante diferenciadas entre si, as ONG's sofrem com a carência de uma maior definição sobre a própria identidade *vis-a-vis* outros atores sociais”⁶³. Ou seja,

*Este processo de afirmação da identidade das ONG's, não pode ser desvinculado do fato de que, como parte da sociedade civil, as ONG's são atores sociais entre outros, participando do processo de construção de uma sociedade democrática. É o próprio processo de democratização da sociedade brasileira que tem levado à complexificação da sociedade civil, com a emergência de novos atores, a constituição e o reconhecimento de uma pluralidade de sujeitos coletivos populares, com papéis próprios e diferenciados nos processos de transformação da sociedade brasileira.*⁶⁴

Basicamente, a questão da pluralidade destas organizações dificultam a articulação do conceito convencional de identidade visto enquanto unidade, enquanto homogeneidade. Ao contrário, tendo em vista que tais organizações são compostas por uma diversidade de sujeitos, a identidade, aqui entendida, não diz respeito à composição destas entidades, mas à visualização de suas práticas pautadas num discurso comum. A unidade, assim, remete-se ao discurso, sendo este, portanto, o elemento central na discussão sobre a identidade. Ademais, se entendemos que

⁶³ Op. cit.: 28.

⁶⁴ GT de Criação da ABONG. Convocatória da Assembléia de Fundação da Associação de ONG's. Op. cit.: 02.

afirmar a identidade consiste em opor-se em relação a outras identidades⁶⁵, ressaltando que tal oposição não visa a anular as outras e sim demarcar uma diferenciação. veremos que é através da discussão com relação ao marco legal das ONG's que se poderá, efetivamente, apresentar sua identidade mais concretamente. Neste sentido, o presidente da ABONG expressa:

*Precisa existir na sociedade também um olhar crítico que se engaje no processo de construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária; portanto, que politize o seu discurso. Esse campo de identidade é um campo no qual as associadas da ABONG se inscrevem.*⁶⁶

Fazemos um parênteses para a importância da frase “politize seu discurso”, pois isto tem consequências, também políticas, relevantes. A sociedade civil, embora reconhecidamente campo onde situam-se indivíduos e instituições que se pretendam independentes, não pode ser pensada sem a relação, oposição, a outras duas categorias: mercado e Estado. Depreende-se então que, enquanto categoria social, compõe uma rede de poder juntamente com estes últimos. Assim imbricada, não podemos pensar num discurso não-político, mas na questão política que a ausência de um posicionamento denota, sobre como o poder tem normatizado os indivíduos a tal ponto que não conseguem pronunciar-se como sujeitos, autônomos, desejantes. Portanto, falar sobre a necessidade que a sociedade tem de “politizar seu discurso” omite a questão política que está por trás desta ausência, ou seja, omite sobre a questão do poder que está aí implícita. Se a sociedade de alguma forma não se pronuncia, é porque existe um poder que barra e invalida seu discurso, seu saber. Para Foucault, “os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema”⁶⁷. Tais considerações revelam a importância, ou mesmo urgência, dos profissionais trazerem as reflexões dirigidas ao corpo estatal, ao poder disseminado nas suas organizações, para dentro de suas práticas, de seu discurso, como requisito necessário para

⁶⁵ Ver Doimo, 1995, op. cit.: 185.

⁶⁶ 1997, op. cit.: 04. É neste sentido que, apesar de se falar que as ONG's fazem parte do Terceiro Setor, é preciso ressaltar que não significa identificar-se com ele, tendo em vista que é composto por toda e qualquer entidade da sociedade civil que vem prestar serviço à população fazendo as vezes do Estado. Desta feita, assim se posiciona Caccia Bava: “Nós - e eu falei isso de público lá no 3o Encontro Ibero Americano do Terceiro Setor - não nos reconhecemos como parte do Terceiro Setor. Não achamos que esse modelo teórico contempla quem nós somos e o que fazemos” (Id. Ibid.).

⁶⁷ 1990, op. cit.: 71 (Capítulo: “Os Intelectuais e o Poder”, pág. 69-78).

contemplar o poder onde se instala, onde se infiltra, produzindo determinados comportamentos sociais, dentre eles, o do discurso aparentemente esvaziado de um saber político.

Bem, quanto à demarcação das diferenças como via para o estabelecimento de uma identidade, temos a seguir:

A gente vem já há alguns anos discutindo a nossa identidade e a discussão da nossa identidade passa também pelo marco regulatório da gente, lá onde a gente está inserido dentro da lei, quais são os direitos e as garantias que nós ONG's, com esse perfil - que somos diferentes de outras não-governamentais - temos. Então nós estamos numa discussão, já há alguns anos, e no ano passado nós montamos um grupo de trabalho pra começar a fazer uma investigação, uma pesquisa sobre toda a legislação no plano federal, no plano estadual pra ver como é que a gente pode regular na vida jurídica a nossa situação, que é diferente da situação de outras não-governamentais, por exemplo de entidades filantrópicas. Nós não somos entidades filantrópicas, quer dizer nós não fazemos assistencialismo, nós fazemos um outro tipo de assistência. É uma assistência porque a gente presta serviços, nesse sentido o tempo todo te dizendo da promoção de defesa de direitos, mas não fazemos "assistência social", que é por exemplo o tipo de trabalho que as filantrópicas fazem...

...As ONG's têm uma diferença de outro tipo de aglutinação de pessoas, de grupos, por exemplo, as ONG's elas não representam ninguém (...) O ESPLAR se constitui como as outras ONG's que vem, que tem toda essa trajetória de luta, um grupo de pessoas que tinha trabalhos nos seus espaços resolvem fazer um trabalho, por exemplo no nosso caso, de apoio ao movimento sindical rural (...) Então a gente não representa um movimento sindical, a gente não representa um movimento popular, a gente atua na defesa da promoção de direitos, no incentivo a luta por direitos de cidadania e a gente não fala em nome de ninguém. A gente fala no nosso nome e aí essa é a grande diferença...⁶⁸

Neste sentido Fernandes⁶⁹ coloca que “o valor das ONG's deriva do que fazem e não de quem representam. Estritamente falando, não podem falar em nome dos outros. Sindicatos, associações de bairro e outras organizações que prestam serviços a seus membros talvez exerçam o mesmo tipo de atividade, mas não seriam consideradas ONG's tampouco”.

A respeito da discussão sobre a identidade, passando pela questão do marco legal, Fernandes comenta: “Elas também não são agências de financiamento, o que as

⁶⁸ Entrevista no. 14.

⁶⁹ Op. cit., 1995: 25.

torna diferentes das fundações”⁷⁰, no entanto, como entidades civis sem fins lucrativos, as ONG's podem constituir-se como associações ou como fundações. As fundações constituem-se a partir de um patrimônio prévio e de um instituidor. No entanto, 95% das ONG's registram-se como associações⁷¹.

Sendo entidades sem fins lucrativos e voltadas para a ação pública, as ONG's têm direito a algumas isenções fiscais. Além disso, o registro junto aos órgãos governamentais possibilita outros benefícios como incentivos fiscais etc.. Tais registros são o de entidade pública (municipal, estadual ou federal) e o registro no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social).

Segundo a pesquisa de Landim e Cotrim⁷², apenas uma minoria possui tais registros, devido aos obstáculos legais e burocráticos. Um destes obstáculos se constitui devido ao caráter obsoleto das legislações que regulam estes órgãos governamentais e que provém do período getulista. As ONG's não eram reconhecidas nesta legislação, ignorando-se o ponto central de sua identidade que é o seu caráter público.

Devido a isso, a ABONG, e outras entidades da sociedade civil, encabeçaram um movimento em 1993, junto ao Ministério do Bem Estar Social, que culminou com o “reordenamento jurídico-institucional (sanção da nova Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, em dezembro de 1993, entre outras medidas), ampliando-se o conceito de identidade de assistência social, o qual passa a incorporar as ONG's que atuam na defesa de garantia de direitos”⁷³.

Uma das ações deste movimento era a denúncia do clientelismo político destes órgãos que acarretou, também, na extinção do CNSS (Conselho Nacional de Assistência Social) e a criação, em fevereiro de 1994, do CNAS. Dando continuidade a esta mobilização, a ABONG e as demais entidades, vêm reivindicando a promoção de um novo regimento para as relações entre o Estado e as entidades privadas sem fins lucrativos no Brasil, que promova reformas institucionais e legais que possibilitem uma maior transparência dessas relações.

⁷⁰ Op. cit., 1995: 25. Sobre as fundações, ver os comentários do autor nas páginas 26-27 desta publicação.

⁷¹ Landim e Cotrim, op. cit.: X.

⁷² Id. Ibid..

⁷³ Id. Ibid.

É preciso que a legislação existente referente às entidades sem fins lucrativos, incorporem o perfil das ONG's, pois, conforme já mencionamos, dentre as entidades sem fins lucrativos, encontra-se uma série de organizações, dentre elas as ONG's com características que as diferenciam das demais. No entanto, em função desta defasagem, mesmo as ONG's atuando no serviço público, não são reconhecidas enquanto entidade pública pelo Estado. Como decorrência, “essa não condição tem impedido e/ou dificultado o acesso das ONG's às garantias e benefícios legais no plano da legislação vigente que tanto envolve isenções tributárias como a entrada facilitada em processos licitatórios promovidos pelo Estado, sem falar em outras garantias que poderiam advir do reconhecimento estatal da contribuição que as ONG's têm dado ao desenvolvimento”⁷⁴. É preciso, pois, atualizar tal legislação uma vez que está basicamente direcionada para as organizações beneficentes.

No que se refere à questão da “parceria”⁷⁵, colocamos como é fundamental a discussão com relação ao marco legal, identidade, para que os problemas decorrentes da parceria das ONG's com outras instituições, notadamente as governamentais, possam tornar-se minimizadas. Neste sentido, Roque comenta que,

*classificadas muitas vezes como pertencentes a um 'setor independente' ou parte de um grupo mais amplo de 'organizações voluntárias privadas', as ONG's são cada vez mais atraídas para o universo conceitual neo-liberal, onde o mercado produz os valores norteadores da ação. Definir o seu campo e o caráter da sua ação é, certamente, o maior desafio a ser enfrentado pelas ONG's, na medida em que se tornam cada vez mais visíveis e reconhecidas enquanto atores sociais.*⁷⁶

A partir de uma identidade bem definida, sua relação de parceria estará melhor delimitada. Esta questão da identidade, como já vimos, passa pela diferenciação com relação aos movimentos sociais, compondo um perfil de ator social com características próprias. Isto vem embasar as discussões frequentes que tem ocorrido em função do trabalho das ONG's com o Estado, ficando desacreditadas por terem-se constituído, num primeiro momento, e em outro contexto histórico, de “costas” para o Estado. É

⁷⁴ COMISSÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE ONG's. Relatório do II Encontro Estadual de ONG's. Fortaleza, 30/08/96: 02.

⁷⁵ Segundo a pesquisa de Landim e Cotrim, apesar do elevado número de parcerias de ONG's com governo, apenas “3,2% de seus fundos provêm de órgãos governamentais” (op. cit.: XVIII).

⁷⁶ Op. cit.: 29.

preciso assinalar, no entanto, que “apesar de terem se desenvolvido contra o Estado, não aderem à proposta neo-liberal do Estado mínimo. Querem isto sim, contribuir para a constituição de um Estado democrático, honesto, competente, eficaz e socialmente responsável”⁷⁷.

Quanto a esta questão, ONG's, movimentos sociais e Estado, acrescentamos o seguinte trecho do GT de constituição da ABONG:

... Não vemos nenhuma contradição entre a interlocução das ONG's com o Estado e o reforço aos movimentos populares dentro do conflituoso processo de construção de uma sociedade democrática. Se as ONG's se ausentam do debate público e da interlocução com o Estado, na verdade estão deixando de dar um importante apoio aos movimentos populares. Aqui temos de enfrentar claramente o falacioso argumento, de inspiração basista ou centralista e autoritária (extremos que se tocam neste caso), segundo o qual as ONG's ao se assumirem como atores sociais com um papel político próprio estariam ameaçando o protagonismo dos movimentos sociais. Este entendimento é frontalmente contrário ao reconhecimento da pluralidade e diversidade dos sujeitos coletivos na construção da democracia na perspectiva anti-capitalista que corresponde aos interesses e necessidades das camadas populares. As diversas lutas lideradas por atores sociais específicos (e não vemos por que excluir desse campo a intervenção social das ONG's) enriquecem o processo cujo objetivo é a democratização das relações sociais na sociedade civil. E este objetivo só poderá ser atingido se a democratização alcançar o nível especificamente político do Estado.⁷⁸

Assinalando a relação das ONG's com a questão do poder - cujas raízes mesmo de suas constituições dão-se no campo de um exercício de poder, travando relações nesse âmbito enquanto contra-poder tanto no que se refere à dominação de um Estado autoritário, quanto de um mercado fechado, desigual, ambos promotores do quadro atual de ampla diversidade social no sentido das desigualdades político-econômicas - é preciso reafirmar que a “intervenção social” destas não pode prescindir de um referencial que contemple a questão do poder, precisando tais organizações refletir a respeito deste mais aprofundadamente e articuladamente. Aqui, ressaltamos um dado

⁷⁷ GT de Criação da ABONG. **Convocatória da Assembléia de Fundação da Associação de ONG's**. Op. cit.: 03.

⁷⁸ GT de Criação da ABONG. **As ONG's e a Esfera Pública: Novos Elementos para a Discussão da Proposta de Constituição de uma Associação Nacional de ONG's**. (mimeo). s/l, abr/91: 02. Este texto foi elaborado com o propósito de contribuir para o esclarecimento de alguns pontos da proposta de criação da ABONG, especificamente no que se refere a discussão sobre a identidade das ONG's, tendo em vista os obstáculos que vieram interpor-se a esta empreitada. O texto é bastante esclarecedor, atendo-se, fundamentalmente, no tema “Qual é a referência para a Associação: o Estado ou os Movimentos Populares?”

que nos chama atenção: é que dentre os diversos textos, documentos, com os quais nos deparamos, raros fazem reflexão pautada numa teoria sociológica, num determinado pensador etc. As reflexões críticas, a postura questionadora muito bem articulada em termos das questões cotidianas, de um fato político, são extremamente pertinentes. Mas este apreço pelas questões político-econômicas atuais que se refletem incisivamente no corpo social e, por sua vez, sobre as ONG's precisam ser abordadas de uma forma tal que possam realmente ser atingidas, lá onde vão se gerindo.

Achamos que neste sentido, as ONG's têm se portado de forma pragmática, cujos resultados talvez não tenham sido mais satisfatórios devido a uma necessidade de pararem um pouco para refletir não sobre a direção e sentido de suas práticas, que estão bem definidos, mas para refletirem a respeito dos instrumentos nos quais tais práticas se efetivam. A visão do poder Estatal, o lugar que se aportam na trama social, é bastante consistente, mas demonstram desconhecer a “elasticidade” deste poder, cujo alcance incide em seus próprios espaços⁷⁹.

Tal desconhecimento ocorre, pensamos, em função de uma visão empirista a respeito do poder. A relação que estabelecem com o governo, por exemplo, nos trabalhos em parceria denota a implicação destas na estrutura de poder e a veracidade daquilo que Foucault denomina de relações de poder. Neste sentido, o Estado não detém unicamente o poder, as ONG's também constituem tal poder estando nele imbricadas. Se existe uma tentativa de captação por parte do Estado, isto confirma o peso que elas têm nas relações de poder e sua potência enquanto dispositivos de fortalecimento das instâncias sociais nestas relações.

Pensamos que imbuir-se de reflexões teóricas articuladas com uma preocupação com a prática social não desmerece suas “militâncias”, muito pelo contrário. A teoria nesse caso vem somar-se a uma série de instrumentos que possuem. Quando nos referimos à teoria nos referimos a um suporte para orientar tais reflexões, como Foucault, por exemplo. E, a partir dele, não encaminhar-se no sentido da teorização do

⁷⁹ “O aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa. O que me parece, inclusive, apontar para uma consequência política contida em suas análises, que, evidentemente, não têm apenas como objetivo dissecar, esquadrihar teoricamente as relações de poder, mas servir como um instrumento de luta, articulado com outros instrumentos, contra essas mesmas relações de poder. É que nem o controle, nem a destruição do aparelho de Estado, como muitas vezes se pensa - embora, talvez cada vez menos - é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade” (MACHADO, ROBERTO. In: FOUCAULT, 1990: XIII).

poder, mas de sua análise. Ou seja, “não se trata de uma descrição acontextual, a-histórica, objetiva (...) ‘Se o poder é, na realidade, um conjunto de relações abertas, mais ou menos coordenadas (e, de fato, mal coordenadas), então o único problema consiste em se munir de uma rede de análise que torne possível uma analítica das relações de poder’”⁸⁰.

Ou seja, se o poder, “não é o controle de um conjunto de instituições, nem a racionalidade escondida da história”, não é uma mercadoria, uma posição, uma coisa, ou qualquer “fenômeno” que se possa circunscrever, isolar, pois ele é espacial e temporariamente localizável, ou melhor, é móvel, e se institui, se materializa, através da “operação de tecnologias políticas através do corpo social”, a tarefa da análise consiste em identificar de que modo ele opera. Portanto, trata-se menos de “‘avançar em direção a uma ‘teoria’ do que em direção a uma ‘analítica’ do poder: (quer dizer) em direção à definição do domínio específico formado pelas relações de poder e pela determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo’”⁸¹.

Assim, baseados em Foucault, podemos constatar que as práticas sociais das ONG's estão imbricadas numa prática discursiva, cujos enunciados são produções de poder. A despeito de uma particularidade, de uma “identidade social” das ONG's, o poder que subsidia seus discursos é o mesmo que, por sua vez, subsidia as demais organizações, inclusive as governamentais. Pois, o poder é um só e dissemina-se por todo o corpo social, assumindo diversas características, posições etc. Na geografia da estrutura social, há que se demarcar o lugar de suas práticas, de seus discursos, num exercício de uma analítica do poder (para além do prático/teórico), que possa conferir-lhes a topologia desta trama de poder dentre a qual as ONG's são uma das peças constituintes.

É preciso acrescentar às delimitações provindas das discussões a respeito da identidade, marco legal e parceria, o lugar que lhe cabem na rede de poder. Seja enquanto atores sociais, enquanto assessores dos movimentos sociais etc., o lugar que ocupam é um lugar de poder. Sem a compreensão deste lugar, de sua topologia, tornam-se vulneráveis à uma prática que acaba por reproduzir as mesmas relações de

⁸⁰ DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 202.

⁸¹ *Idem*: 203.

poder instituídas, comprometendo, inclusive, a própria demarcação institucional das ONG's. Portanto, “para compreender o poder e sua materialidade, seu funcionamento diário, devemos nos remeter ao nível das micropráticas, das tecnologias políticas onde nossas práticas se formam”⁸². Firmar-se nisto, acreditamos, fornecerá conseqüências políticas de longo alcance.

Ademais, considerando que as relações de poder vão instituindo as bases nas quais o Estado se manterá, mobilizar-se à nível dos microespaços incide, por sua vez, sobre a estrutura estatal, pois o poder não está restrito às instituições políticas. Este é o grande álibi das ONG's, que estão mais próximas das “bases”. Estando o poder disseminado em todas as instâncias sociais, implicado em todas as práticas sociais, lutar contra seu exercício é localizar-se dentro destes espaços, (re)posicionando-se de forma a enfrentá-lo, miná-lo. Enfim, o lugar mesmo onde localizam-se as práticas das ONG's, ou seja, suas relações sociais e o discurso que as subsidia, compõe a trama do poder, sendo constituídas e constituindo seu exercício.

Cremos que tais reflexões somadas ao momento atual de (re)definição institucional das ONG's, sendo incorporadas aos trabalhos de sistematização metodológica poderá auxiliar as ONG's a pensar numa “localização” e numa “implicação”, onde possam (re)definir-se e (re)posicionar-se a partir das reflexões sobre suas relações sociais e discursos, ou seja, sobre as próprias práticas sociais dentro da rede de poder.

III.2 - ONG'S DESTINADAS AOS ADOLESCENTES - DEMARCAÇÃO LOCAL

Para caminharmos no sentido de uma demarcação local das ONG's, no Ceará, apresentaremos, inicialmente, uma pesquisa desenvolvida pelo Projeto DEMO no Nordeste⁸³. Segundo esta pesquisa, existe um campo de aproximadamente 525 “organizações sem fins lucrativos, legalmente constituídas e autônomas, que

⁸² Id. Ibid..

⁸³ “Desenvolvimento Institucional e Metodologias de Trabalho em ONG's no Nordeste”, composto pelas seguintes ONG's: Centro Luiz Freire, Centro Josué de Castro, FASE, Centro Dom Hélder Câmara e a agência alemã: SACTES.

desenvolvem trabalhos na área social” no nordeste⁸⁴. A pesquisa retirou uma amostra que corresponde a 20% deste universo, das quais predominam cinco áreas de atuação: crianças e adolescentes, ecologia e meio-ambiente, desenvolvimento rural e mulheres. Um acentuado número mencionou múltiplas áreas de atuação.

Tais ONG's mantêm uma certa equivalência na localização de seus trabalhos, tanto no interior quanto na região metropolitana, embora mantenham suas sedes nas capitais.

Confirmando a tendência das ONG's de incorporarem novas temáticas em sua agenda de trabalho, a pesquisa demonstra um crescimento percentual em quase todas as áreas de trabalho, com destaque para as áreas de educação, organização popular e saúde, sendo educação e saúde os que mostraram um acréscimo maior em relação a atuação das ONG's no período anterior a 90. Contribui para isto o fato destas áreas encontrarem-se entre as que incorporaram a rede pública como alvo da sua intervenção.

Vale ressaltar que os principais temas trabalhados pelas ONG's que atuam no interior são: “organização popular”, “uso e ocupação da terra”, “emprego e renda” e “meio ambiente”. Com relação as que atuam na capital são: “educação”, “direitos humanos”, “saúde”, “artes e cultura”⁸⁵.

Quanto as formas de intervenção, predominam a “assessoria” e “formação/capacitação”, o que já era uma tendência no período anterior a 90. Este dado coincide com o que foi colocado na pesquisa de Landim e Cotrim, de que constituem as categorias principais que definem os trabalhos das ONG's. No entanto, “a novidade é que esses serviços incluem, hoje, entre os seus destinatários, também os funcionários públicos, particularmente, aqueles que atuam na prestação direta de serviços à população, tais como: professores, profissionais de saúde etc.”⁸⁶ Assim, quanto ao público atingido, a pesquisa também revela uma grande variedade, relacionando-se com a tendência das ONG's “de perceber e trabalhar o sujeito na totalidade de suas relações, o que implica em atuar, também, junto a outros atores que

⁸⁴ Ídem: 04.

⁸⁵ Cf. Ídem: 08.

⁸⁶ SOUZA, Cléyde et alii, op. cit.: 09.

interagem com o seu público principal"⁸⁷. Neste sentido, o peso atribuído aos órgãos públicos como público alvo, tem a ver com a preocupação das ONG's de contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado à população pelo Estado.

Confirmando o caráter predominante no que se refere à parceria, apenas 19% das ONG's não realizam tal atividade. Vale ressaltar a diversidade pela qual o termo parceria é compreendido, "como todo o universo das ONG's, o termo parceria vai, pouco a pouco, assumindo contornos mais claros, definidos pelas próprias práticas desses atores"⁸⁸.

Face às mudanças dos últimos cinco anos, relacionadas a Constituinte, a ECO-92, ao incremento das parcerias com o governo, ao contexto da cooperação internacional, e outros já apontados, vem ocorrendo um fenômeno de grande importância nas ONG's, especialmente aquelas com maior tempo de existência, que é a "redefinição institucional". Segundo a pesquisa do DEMO, 59% das ONG's atravessaram tal processo, seja somente à nível de discussão, de desenvolvimento ou conclusão do processo, estando várias delas absorvidas por esta questão. Tal redefinição incorpora mudanças que se concentram nas seguintes áreas, respectivamente: formas de gestão/articulação interna; tipos de serviço/intervenção; áreas temáticas; organização jurídica/institucional; tipos de público; e, áreas geográficas⁸⁹.

Com relação à demarcação local temos, atualmente, 43 ONG's no Ceará, sendo 8 delas (18,6%) do interior. Procurando fazer um levantamento da clientela atingida, prioritariamente, pelas ONG's cearenses, apresentamos o seguinte quadro⁹⁰:

⁸⁷ Ídem: 10. "A título de exemplo, podem ser citados (...) os programas voltados para as crianças e adolescentes que perceberam a necessidade de envolver, como parte do seu público, também os educadores, tanto os das redes alternativas, quanto os das escolas públicas" (Id. Ibid.).

⁸⁸ Ídem: 13.

⁸⁹ Para quem desejar aprofundar-se no aspecto mais administrativo, digamos assim, destas ONG's, a pesquisa da DEMO apresenta de forma bastante clara e bem elaborada tanto a questão da redefinição institucional, como também desenvolve outros pontos importantes, tais como: avaliação e planejamento; gestão e organização interna; estrutura jurídico-institucional; capacitação de pessoal e demandas específicas; sistematização metodológica; e, captação e aplicação dos recursos (Ídem: 25-52).

⁹⁰ Ressalvemos que a clientela foi estabelecida segundo informações das ONG's fornecidas quando das inscrições para alguns encontros realizados, como também através de alguns contatos telefônicos e outros. Algumas delas conjugam mais de uma clientela.

CLIENTELA	TOTAL
Público em geral ⁹¹	18 (41,9%)
Crianças e adolescentes ⁹²	10 (23,2%)
HIV (portadores)	7 (16,3%)
Meio-ambiente	7 (16,3%)
Trab. Rurais/Camponeses	7 (16,3%)
Sindicatos rurais	6 (13,9%)
Educadores/Técnicos	5 (11,6%)
Mulheres	5 (11,6%)
Outras ONG's	3 (7,0%)
Homossexuais	2 (4,6%)
Org. popul./Mov. urbanos	2 (4,6%)
Assoc. de mor./Mov. de bairro	1 (2,3%)
Portadores de deficiência	1 (2,3%)
Sindicatos urbanos	1 (2,3%)
Trabalhadores urbanos	1 (2,3%)

Com relação ao surgimento das primeiras ONG's no Ceará, temos o seguinte⁹³:

1. Centro de Pesquisa e Assessoria - ESPLAR (1974), visa contribuir no processo de democratização da sociedade através da produção de conhecimentos e ações de intervenção social voltadas para a organização das classes trabalhadoras e dos movimentos populares, desenvolvendo as atividades de assessoria, pesquisa e “capacitação técnico-política”.⁹⁴
2. Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA (1978, de fato e 1982, legal), vem prestando assistência jurídica na área do direito agrário e trabalhista junto as organizações populares, promovendo a criação/formação de lideranças comunitárias e sindicais, e difundindo informações ao movimento popular, através das atividades de educação para a cidadania e assessoria jurídica aos trabalhadores rurais.

Tendo em vista a seleção elaborada de forma “informal”, sem um levantamento prévio mais exaustivo, é provável que haja alguma discrepância embora, cremos, não deva alterar significativamente os dados apresentados.

⁹¹ A maioria das ONG's que trabalha com o público em geral são ONG's ligadas à comunicação e meio-ambiente.

⁹² Destas, 7 trabalham com crianças e adolescentes (16,3%) e 3 trabalham especialmente com adolescentes (7,0%).

⁹³ Aqui ainda procuramos nos guiar pela pesquisa de L. Landim e L. Cotrim, onde citaremos aquelas ONG's cadastradas na ABONG e que foram incorporadas na pesquisa, (op. cit.: 86, 66 e 153, respectivamente).

⁹⁴ Encontramos nos arquivos do IMOPEC, referência a ONG: “FASE”, em alguns relatórios de encontros realizados pelas ONG's locais. No entanto, não encontramos nomes, nem datas. Temos apenas que foi contemporânea ao ESPLAR, CETRA e IMOPEC, sendo provável que tenha sido a primeira ONG a estabelecer-se em Fortaleza.

3. Instituto da Memória do Povo Cearense - IMOPEC (1987, de fato e 1988. legal), procura realizar pesquisas sobre a cultura e a religiosidade do povo cearense, documentar as experiências do movimento popular cearense, e assessorar diversas entidades no “registro, arquivo, divulgação e estudo da memória popular dos movimentos sociais”, tendo como atividades principais a educação popular, documentação, informação e assessoria às entidades vinculadas aos movimentos sociais.

É interessante pensarmos na questão das ONG's tomarem como objeto, aquelas situações tidas como um problema social. Neste sentido, é curioso relacionarmos o objeto de trabalho das ONG's citadas com o momento histórico de sua constituição. O que confirma o afinamento destas entidades com a questão social.

Estendendo o histórico destas ONG's no sentido do desenvolvimento e ampliação de um “campo de ONG's” no Ceará, apresentaremos a seguir um esboço de como se deu a evolução destas organizações no Estado.

O Fórum de ONG's começou a surgir em Fortaleza após o “Encontro de Entidades que Atuam no Meio Rural no Nordeste”⁹⁵, ocorrido em Natal no início de 1988.

*O Fórum se constitui em 88, ainda sem uma definição clara do que pretendia, reunindo entidades de assessoria do campo e da cidade, direções do movimento e profissionais que prestavam assessoria ao movimento sindical rural. Naquele momento, havia uma necessidade primeira de nos conhecermos, de cada um saber o que o outro fazia, onde atuava, como atuava, bem como o que estava acontecendo nas diversas regiões do Estado.*⁹⁶

A partir de 1988 foi dado prosseguimento a esta discussão e tiradas algumas propostas de ação e compromissos que, no entanto, não chegaram a viabilizar-se de todo. Foi diagnosticado, então, uma primeira dificuldade desta articulação que dizia respeito ao fato de que dentre aqueles que participavam dos encontros, alguns nem sempre tinham mandato de suas diretorias para estabelecer compromissos. No encontro citado, foi afirmado o caráter do Fórum de Entidades: espaço de articulação

⁹⁵ “Até bem pouco tempo atrás, a articulação entre as entidades tomou a forma de REDES específicas (à nível estadual, regional, nacional e latino-americano), organizadas por setor de atuação: alfabetização de adultos, documentação, comunicação, direitos humanos, tecnologia alternativa etc.” (PANTOJA, Álvaro (CESE). **O Processo de Discussão e Articulação das ONG's (Entidades de Apoio e Serviço ao Movimento Social Popular) no Brasil em 1990**. Op. cit.: 01).

através do qual se discutirá as questões agrárias e lutas do campo, as questões da educação popular, sem, contudo, constituir-se num espaço deliberativo. Este caráter do Fórum foi reafirmado no final de 89, tendo havido o prosseguimento de sua implantação e legitimação no ano seguinte. Em março de 1990 foi confirmado a abertura do Fórum às entidades de assessoria e apoio, o respeito à autonomia das entidades participantes, e outros.

Nos dois últimos encontros de 1990, as discussões acentuaram-se em torno da cooperação internacional que vinha sendo o grande tema discutido pelas demais ONG's do país, tendo em vista o contexto já referido e, ainda, quanto as possibilidades de constituição de uma Associação Nacional de ONG's, baseado em algumas iniciativas que vinham sendo tomadas neste sentido. No dia 13/09/90, houve um encontro cujo tema era a articulação das ONG's do Ceará tendo em vista a proposta de articulação nacional das ONG's para a constituição de uma Associação⁹⁷. Nesta reunião as ONG's se posicionaram no sentido de chamar atenção para o fato de que as ONG's do Rio e São Paulo já vinham discutindo sobre uma Associação há quatro anos, e que somente agora as entidades do resto do país estavam sendo convidadas para participar deste debate, e acrescentaram: "o documento diz que é uma 'proposta para discussão', mas fecha o espaço de discussão quando diz que são as entidades signatárias que vão dar o perfil 'por termos a iniciativa política da sua constituição'"⁹⁸. Assim, tendo em vista que a discussão não chegou para a maioria das entidades, a formação da Associação neste contexto foi considerada precipitada.

Ainda em 1990, em 22 de outubro, houve uma reunião em que foi discutida a questão do Fórum de ONG's no Ceará. Algumas questões interessantes foram levantadas como: se a criação do Fórum teria como objetivo enquadrar as ONG's na função de *lobby*; saber em quê o Fórum viria acrescentar ao conjunto das entidades; e,

⁹⁶ Carta Convocatória para Rearticulação do Fórum/CE de ONG's. (mimeo). Fortaleza, 19/02/93: 01.

⁹⁷ ONG's/RJ. **Proposta para Discussão (Versão Definitiva) Constituição de uma Associação Nacional de ONG's**. Op. cit..

⁹⁸ FÓRUM DE ONG's DO CEARÁ. Relatório do Encontro de ONG's do dia 13/09/90. No entanto, em 20 de novembro foi enviada uma outra carta para as demais entidades cujo texto estava mais "cuidadoso". Dizia que, tendo em vista o processo iniciado em março daquele ano relacionado à proposta de constituição de uma Associação Nacional de ONG's, os Fóruns de ONG's do Recife e Rio de Janeiro avaliaram nos últimos encontros que a questão, já amadurecida, poderia ser encaminhada para uma resolução prática. Assim, tal carta vinha convocar as demais ONG's a participar das iniciativas que seriam tomadas pelos dois Fóruns para a realização, no início de 1991, de uma reunião geral visando a constituição formal da Associação. Assinaram: o Fórum do Recife (Centro Luiz Freire, Centro Josué de Castro) e o Fórum do Rio de Janeiro (IBASE, FASE e IDAC). (FÓRUM DE ONG's. Relatório do Encontro de ONG's. Rio de Janeiro, 20/11/90).

que deveria funcionar como mecanismo de implementação das propostas realizadas⁹⁹. Em 11 de dezembro de 1990 houve a fundação do Fórum, tendo como objetivo inicial aprofundar a discussão sobre a conjuntura estadual e nacional e, participar do encontro preparatório do Fórum Brasileiro de ONG's, em 1992, no Rio de Janeiro.

Em 1991, foi realizado um “Ciclo de debates sobre a cooperação internacional como preparatório do Encontro do PNUD”¹⁰⁰. E, durante o período de 1991/1992, as entidades foram se voltando para reuniões com temáticas específicas e eventos cujos temas eram de interesse comum. Diante das várias dificuldades surgidas, especialmente em 1992, e, sabendo que “os movimentos sociais se alimentam também da expectativa de que existem organizações que estão juntas no apoio às suas lutas”¹⁰¹, procurou-se superar tais dificuldades rearticulando-se o Fórum novamente em 1993, onde se sublinhou a importância da harmonia e respeito mútuos para a sua efetivação. Neste sentido, foi proposta a retomada das reuniões para março daquele ano colocando-se que “para tanto, precisamos, de forma madura, repensar a nossa relação com base em princípios que sejam fundamentais para nossa sobrevivência enquanto grupo. Estabelecidos os parâmetros dessa relação, poderemos planejar ações dentro do espírito que nos conduziu durante todos esses anos. É esse, pois, o objetivo da nossa carta e do nosso encontro”¹⁰².

Em 1995, no mês de setembro, houve o I Encontro Estadual de ONG's, onde procurou-se refletir acerca das relações destas com o Estado. A partir das discussões realizadas, Magnólia Said (ESPLAR) produziu um texto refletindo sobre esta temática¹⁰³. Dentre outros, chama atenção para o fato de que no 3º. período do “governo das mudanças”, as instituições governamentais venham aproximar-se das ONG's - quando até então não reconheciam seu papel enquanto atores sociais, voltados para o serviço público - colocando que é preciso ter bem claro qual a diferença entre ambos na proposta de um trabalho comum de políticas públicas para que, inclusive, as ONG's possam demarcar com maior exatidão seu papel neste processo e manter-se

⁹⁹ FÓRUM DE ONG's DO CEARÁ. Relatório do Encontro de ONG's do dia 22/10/90.

¹⁰⁰ Ídem: 02.

¹⁰¹ Ídem: 03.

¹⁰² Id. Ibid.

¹⁰³ JORNAL DA ABONG. **O Papel das ONG's na Avaliação de Políticas Públicas e Projetos de Desenvolvimento.** (Magnólia Said). Out/1995: 09-10, no. 12.

sólidas diante das tentativas de “cooptação”¹⁰⁴. Ademais, segundo a autora, para debater políticas públicas é preciso discutir-se sobre qual projeto de desenvolvimento estão se embasando, sobre a viabilidade deste. É preciso, ainda, capacitar os agentes populares para esta discussão, bem como basear-se nas experiências de trabalho das ONG's, consideradas de bons resultados, para discuti-las com o governo: “resgatar as experiências acumuladas na construção de políticas públicas até agora levadas a efeito pelas ONG's, aprofundando o debate sobre o verdadeiro papel nesse governo”¹⁰⁵.

Tal reflexão aporta-se numa questão básica que é a diferença existente entre o que o governo e o que as ONG's entendem por política pública. Neste sentido, a autora supracitada apresenta tal diferença da seguinte forma:

Para as ONG's associadas da ABONG, existe uma diferença conceitual entre Políticas Públicas e Políticas Governamentais. As Políticas públicas se consubstanciam em compromissos e práticas originárias do poder público ou privado para a cidadania. Nesse sentido, independente de quem propõe políticas, há que se considerar a responsabilidade de politização dos cidadãos enquanto sujeitos e objetos dessas políticas. Entretanto, as políticas governamentais não necessariamente estão voltadas para a construção da cidadania, embora manifeste ao nível do discurso, a preocupação com o bem comum e/ou com as necessidades da maioria da população (...) As políticas públicas têm um sentido mais geral e devem se expressar nos espaços micros. Até chegar ao cidadão as políticas do governo passam pela mediação dos técnicos governamentais e pela burocracia, com desdobramentos que podem ou não desvirtuar os objetivos previstos.¹⁰⁶

Ao final do Encontro Estadual de ONG's, foi proposto que fosse dado prosseguimento ao Encontro, na forma de reuniões temáticas, onde as questões com relação à parceria com o governo e outras pudessem ser aprofundadas. No entanto, a única reunião que realmente se efetivou foi o do grupo temático da Criança e do Adolescente, que já estava articulado¹⁰⁷. Realmente, o panorama do Estado, no que se refere à participação da sociedade civil na questão da Criança e Adolescente, é de um engajamento e mobilização satisfatórios que já vinha se fortalecendo desde a década de 80, conforme já comentamos.

¹⁰⁴ Embora seja comum o termo “cooptação” no meio das ONG's, utilizamos o termo “captação” por entendermos que contempla melhor o sentido atribuído para a relação Estado-ONG's. O termo “cooptação” tem mais um sentido de associação, que não é o caso.

¹⁰⁵ Ídem: 10.

¹⁰⁶ Id. Ibid.

No final de 1995 começou a organizar-se, em Fortaleza, o Fórum DCA-Estadual (Fórum Permanente das Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente). Tal Fórum pretende ser “uma articulação permanente das entidades não-governamentais que trabalham na defesa e promoção dos direitos infanto-juvenis no Brasil”¹⁰⁸, de forma a fomentar um espaço de discussão na sociedade civil sobre seu posicionamento diante do cenário atual referente à criança e o adolescente, exercendo um papel propositivo no que se refere a criação de políticas garantidoras do exercício da cidadania.

Em 1996, 12 e 13 de agosto, houve o II Encontro Estadual de ONG's com o tema: “Redesenhando as ONG's para o Ano 2000”, onde participaram 46 ONG's para discutir os temas propostos: “Conjuntura Internacional, Nacional e Estadual”; “Identidade das ONG's”; “Relações de Parceria”; e, “Marco Legal para as ONG's”¹⁰⁹.

Neste seminário, foi formalizado o Fórum Estadual de ONG's, definindo-o como “instância permanente de representação formal de entidades, instaladas no Estado do Ceará, denominadas Organizações Não-Governamentais sem fins lucrativos comprometidas com os problemas sociais e com o objetivo principal da construção da cidadania para a transformação social”¹¹⁰.

Conforme o contexto dos movimentos sociais, o surgimento das ONG's que trabalham com a questão da criança e adolescente vêm comprovar sua relação direta com tais movimentos. Vem confirmar, também, o compromisso das ONG's com a questão social, colocada por Clêyde Souza¹¹¹ da seguinte forma: “Pode-se afirmar que quando uma determinada situação passa a ser percebida como um problema social, ela também se constitui, simultaneamente, num objeto de trabalho para as ONG's”.

Segundo a pesquisa de Leilah Landim e Leticia Cotrim¹¹², ao final da década de 80 é notório o aumento de ONG's que vêm trabalhar com esta temática, assim como já

¹⁰⁷ COMISSÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE ONG's. **Carta sobre o Cenário Estadual das ONG's**. Fortaleza, 26/04/96: 01.

¹⁰⁸ Circular do Fórum DCA-Estadual. Fortaleza, 12/08/96. Dentre as entidades articuladoras do Fórum, encontram-se: CEDECA, GAPA, CASA, CRESS e CUT. Vale ressaltar que o Fórum privilegia a participação da sociedade civil, não cabendo a ele ser restritivo com relação as entidades que não correspondam ao perfil de ONG. O critério seria a legitimidade da entidade no que se refere ao compromisso com a questão da criança e do adolescente.

¹⁰⁹ COMISSÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE ONG's. **Relatório do II Encontro Estadual de ONG's**. Op. cit..

¹¹⁰ FÓRUM ESTADUAL DE ONG's DO CEARÁ. **Carta Princípio**. Fortaleza, 13/08/96: 01. Tal Fórum é composto pelas seguintes ONG's: CASA, CETRA, ESPLAR, GAPA-CE e Visão Mundial.

¹¹¹ Et alii. Op. cit.: 04.

¹¹² Op. cit.: 217.

era visível e reconhecido o movimento em prol da defesa de seus direitos que culminou com o já citado art. 227 da Constituição que, por sua vez, e com a continuidade do movimento, consolidou-se em forma de uma lei, de um “código” específico para as crianças e adolescentes que vem assinalar a garantia de direitos elegendo-os como prioridade no cenário social.

Para apresentarmos alguns dados, e para continuarmos fundamentados na pesquisa de Landim e Cotrim, 63,7% das ONG’s declararam que criança e adolescente está entre as cinco principais categorias de público atingido, realidade que, segundo L. Landim¹¹³,

aponta, por um lado, para a flexibilidade que têm as ONG’s de sensibilização e ação imediata com relação as questões sociais emergentes na cena nacional, incluindo-as em suas prioridades. Por outro lado, vemos aproximarem-se do universo das ONG’s várias entidades que se dedicam a trabalhos considerados pelo senso comum como assistenciais, as quais por suas origens e alianças distanciavam-se desse conjunto mais ‘politizado’: os discursos e os objetivos da ação social tradicional também vêm se transformando no sentido da busca de cidadania e justiça social.

Realmente, vendo o histórico destas ONG’s¹¹⁴, constatamos a mudança de algumas delas ao longo do tempo, de uma atividade meramente assistencial para um trabalho mais engajado, próprio do perfil daquilo que se entende por ONG. Por outro lado, conforme a autora comenta, mesmo aquelas entidades que constituíram-se como ONG’s desde o princípio vem redimensionando suas atividades - principalmente aquelas voltadas para a educação popular, movimentos urbanos - incorporando o trabalho com crianças e adolescentes nas suas práticas, tendo em vista o contexto no qual estão inseridas e que denotam, mais uma vez, suas raízes nos movimentos sociais e seus compromissos com as questões sociais.

Assim, das ONG’s acima, 30,6% menciona a criança e o adolescente como sendo seu público principal. Outro dado significativo é que 68,42% destas surgiram no período de 1988/89, auge do movimento em defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

¹¹³ Ídem: XVI.

¹¹⁴ Nas páginas 216 e 217 (Ídem), podemos ver a relação destas ONG’s pesquisadas.

No que se refere às ONG's voltadas para a criança e o adolescente no Ceará, mais especificamente o adolescente, deparamo-nos com a dificuldade de mapeamento destas entidades tendo como questão fundamental o já referido tema da "identidade".

Não existe um local específico para reuniões, cadastramentos etc. relacionados às ONG's em Fortaleza. Qualquer levantamento deverá dirigir-se ao acervo bibliográfico de algumas ONG's que conta com pastas relacionadas aos assuntos da ABONG e/ou às reuniões para discussões e articulações das ONG's regionais, hemeroteca que coleciona recortes sobre ONG's etc.

A história recente das ONG's, somada a uma defasada visibilidade decorrente de seu caráter clandestino dos primeiros tempos, vem somar-se à dificuldade local de manter uma memória dos fatos históricos, especialmente quando relacionado a um discurso que se diferencia do discurso oficial.

Na realidade, o que existe de "cadastro" das ONG's cearenses, deve-se aos dois encontros estaduais realizados dos quais foi tirado uma relação das entidades participantes autodenominadas de ONG's. Destas, muitas não atendem ao perfil de ONG da ABONG ficando um número significativamente menor¹¹⁵.

Na prática, o desconhecimento da identidade das ONG's vem confundir a opinião pública quanto às reais determinações destas organizações, o que, por sua vez, colabora para um desgaste das mesmas, pois muitas vezes são confundidas com outras organizações que de forma alguma estariam dentro do perfil de ONG's.

O próprio COMDICA, que tem como determinação legal a formação de uma direção paritária composta de organizações governamentais e não-governamentais, fomenta tal confusão ao abarcar sob a denominação "não-governamental" as mais diversas organizações¹¹⁶. Embora não seja sua função preocupar-se com as particularidades das não-governamentais, como órgão representativo das entidades que

¹¹⁵ Ver a relação das ONG's, em anexo.

¹¹⁶ Em 20 de março de 1996, o COMDICA "elegeu oito ONG's para compor seu colegiado". Foram eleitas: MNMMR, *Terre des Hommes*, Sociedade Pestalozzi, Projeto Comunitário Sonho da Criança, Instituto Daniel Berg, Plano de Aproveitamento Jovem, Sociedade Batista Beneficente e Missionária e Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. (CEDECA. *Saindo do Papel*. Fortaleza, Imp. Expressão Gráfica, mar/1996. Boletim no. 03: 09). Tais entidades são efetivamente ligadas à sociedade civil de âmbito não-governamental. O fato de serem não-governamentais somado à difusão do termo ONG, acaba confundindo o limite entre as reais organizações não-governamentais das demais "entidades" também não-governamentais. Para além da discussão da identidade das ONG's e marco legal, talvez fosse interessante ampliar tal discussão para a sociedade civil como um todo de forma a tornar ambas, "ONG's" e "não-governamentais", cuidadosas com suas delimitações.

trabalham com a criança e adolescente deve estar a par das diferenças existentes entre elas, inclusive como uma forma de aperfeiçoar sua administração.

Tal entidade, possui uma relação das organizações que trabalham com a criança e o adolescente no Estado no âmbito não-governamental e, equivocadamente, nomeia todas elas sob a mesma denominação, ONG:

Nós temos aqui 600 ONG's cadastradas... aí as vezes me pergunto assim: 'se tem 600 organizações ainda tem criança na rua?' (...) Muitas dessas entidades nós, infelizmente, não podemos fiscalizar por falta de materiais, né? Mas, acreditamos que muitas delas sejam até mesmo de fachada, né, só tem mesmo a instituição (...) Nós temos duas estagiárias de assistência social (...) que, dentro do possível, elas partem para visita dentro do local. Pra ver se realmente... porque o processo é complexo, pra ver se realmente tem a criança, se realmente faz aquele atendimento previsto...¹¹⁷

São realmente muitas as entidades cadastradas, e são muitas as que precisariam ser avaliadas quanto ao comprometimento e envolvimento com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. No entanto, o que é perigoso, é a confusão com relação à identidade das mesmas, por exemplo:

... 'A preocupação central das ONG's cadastradas no COMDICA tem sido a educação formal até a 1ª. série do 1º. grau (...) Poucas entidades têm preocupação com programas na área de saúde da criança e adolescente'. No que tange a programas preventivos/educativos ligados à AIDS, afirma que as ONG's não priorizam tais projetos por questões técnicas. A grande maioria dos representantes das ONG's são pessoas com baixa escolaridade...¹¹⁸

Tal afirmação corresponde realmente às entidades cadastradas no COMDICA, mas de forma alguma coincide com a realidade das ONG's que trabalham com a criança e o adolescente. É, portanto, imprescindível que se esclareça sobre as diferenças existentes entre as organizações não-governamentais, sob pena de dificultar o entendimento e visualização do trabalho das ONG's, bem como o próprio universo das entidades ligadas ao COMDICA.

Procurando dar uma averiguada na lista das entidades do COMDICA, e fazendo uma divisão segundo o tipo de entidade cadastrada, percebemos que apenas 2,5% das

¹¹⁷ Entrevista no. 07.

¹¹⁸ MORAIS, Ana Tâmisia e MESQUITA, Benedita. Op. cit.: 30-31. Os dados foram fornecidos por um integrante do COMDICA.

entidades relacionadas são ONG's¹¹⁹. Portanto, falar do universo das entidades filiadas ao COMDICA, de forma alguma significa falar das ONG's que trabalham com a criança e o adolescente no Ceará.

Uma das entrevistadas levantou esta problemática ao comentar sobre a atuação dos Conselhos:

...Das ONGS que trabalhavam com adolescentes aí você tem dois pontos; as entidades que são entidades de defesa, de direitos, que podem estar nesse perfil de ONG, e as entidades que são entidades de atendimento. As entidades de atendimento eu vejo a grande maioria dessas entidades com séria restrições tá? Eu vejo essas entidades muito preocupadas em defender aquela coisa miúda, a coisa assim da verba pra manter a sua entidade. As que eu concebo como ONG não, as que eu concebo como ONG, elas tem uma visão pelo menos algumas que tem assim conhecimento e tal eu acho que elas tem realmente o propósito de trabalhar o projeto geral sabe...¹²⁰

Aí está, certamente, uma das questões que vem fragilizar o funcionamento dos Conselhos. Incorporando o lado não-governamental temos, tanto ONG's, que são uma minoria, quanto outras entidades não-governamentais que, muitas vezes, estão comprometidas com setores do governo¹²¹. Assim, continua a entrevistada:

A ABONG que é a associação brasileira de ONG's vem discutindo, vem procurando definir melhor o perfil de ONG (...) O Nome ONG, organização não-governamental, se você for pegar o nível legal é qualquer organização que não seja governamental (...) Então o quê que acontece na área da criança e adolescente? Tem aqui a associação de moradores e tem uma creche aqui então ela trabalha com crianças, aí tá dentro do critério para integrar o conselho municipal, agora qual é o comprometimento político dessa "ONG" com a defesa dos direitos da criança e do adolescentes? Então a fragilidade dos conselhos se deu exatamente por conta do quadro de ONG's que tinha pra fazer parte não-governamental dentro do conselho (...) Você chega em determinados municípios aí tá lá a associação do distrito (...) basicamente formada pela associação de moradores porquê? Porque as associações são as entidades não-governamentais que desenvolvem algum trabalho com crianças, lá no seu distrito, ou no bairro, ou alguns municípios já mais desenvolvidos (...) Se você for pegar o nível de representação como ONG no conceito que a ABONG quer dar, você não ia ter conselho, porque não ia formar paridade, não ia ter a quantidade pra formar (...) É o que tem dificultado a

¹¹⁹ Em 09/05/96, recebemos a referida lista totalizando 528 entidades credenciadas ao COMDICA. Procurando subdividi-las segundo tipos diferenciados de organizações, obtivemos: 190 (36%) associações comunitárias (englobando associações de bairro, assoc. de pais e mestres de escolas comunitárias, conselhos comunitários etc.); 88 (16,7%) associações de moradores; 79 (15%) institutos pedagógicos (seja colégios, creches, escolas de excepcionais, centro esportivos etc.); 47 (8,9%) entidades ligadas à Igreja (paróquias, congregações, arqui-dioceses etc.); 46 (8,7%) associações beneficentes; 16 (3%) fundações (por ex., FEBEM, FUNCÍ, SESI, LIONS etc.); 13 (2,5%) ONG's; 09 (1,7%) centros sociais (clubes, etc.); 09 (1,7%) sindicatos; 04 (0,7%) clínicas; e, 30 (5,1%) outras entidades.

¹²⁰ Entrevista no. 10.

¹²¹ Sendo este propriamente o problema das entidades não-governamentais, e não o fato de não serem ONG's.

implantação efetiva dos conselhos, pois como é que essas entidades vão ter condições de elaborar planos anuais (...), políticas especiais, como está no Estatuto, definir as políticas públicas, se essas entidades vivem basicamente de convênios com prefeituras? Como é que elas vão se impor diante do lado governamental?...¹²²

Segundo a relação do COMDICA comentada acima, 36% das entidades cadastradas são associações comunitárias e 16,7% são associações de moradores, ou seja, aproximadamente metade das entidades das quais muitas não trabalham diretamente com a criança e o adolescente e foram criadas com fins eleitorais.

Além disso, muitas destas entidades cadastradas desenvolvem trabalhos filantrópicos, o que, por definição, exclui a possibilidade de serem ONG's. Destas entidades, 8,9% são vinculadas à Igreja e 8,7% às associações beneficentes.

Com relação ao trabalho filantrópico, o presidente da ABONG se posiciona da seguinte forma:

O objeto da filantropia é o atendimento de carências materiais. Se alguém está com fome, temos que dar comida. Nunca se considera essa pessoa que está sendo atendida como um cidadão, que merece respeito, que merece dignidade, que merece um espaço público para participar das decisões que envolvem a sua vida. A questão é: nós não acreditamos que existam mantimentos básicos para atender todos esses pobres no campo da filantropia. Se estamos em um país em que 60% da população ganha menos que 3 salários mínimos, sendo ao mesmo tempo um dos países de pior distribuição de renda do mundo, temos que pensar não só em alimentar as pessoas que estão carentes - o que é muito importante, não se pode deixar de considerar isso - mas em resgatar uma dimensão da humanidade dessas pessoas que é o respeito próprio, é o orgulho, é o se sentir pertencendo a, é o ter esperança de poder melhorar a sua vida (...) É um trabalho que eu identificaria como construção da cidadania - sem desmerecer a necessidade e a importância de um trabalho filantrópico. Apenas que ele não é suficiente; ele não pega essa dimensão política, cidadã.¹²³

Assim, entende-se que as ONG's que trabalham com a criança e o adolescente, longe de negar a necessidade de atendimento das carências materiais, entendem que tal atendimento deve dirigir-se a um sujeito. Tendo em vista que não é a condição de carente que os define, mas o contexto em que estão inseridos, é preciso repensar este contexto e promover a mudança necessária para que possam firmar-se como sujeitos, sujeitos de direitos. Certamente, isto corresponderia à existência de uma sociedade

¹²² Entrevista no. 10.

civil, fortalecida, constituída a partir da diversidade de sujeitos sociais e cujas relações de poder sejam permanentemente postos em análise¹²⁴.

Esta seria, a grosso modo, o discurso que subsidia a prática das ONG's destinadas as crianças e adolescentes e que, diferenciam-se das demais entidades não-governamentais cadastradas no COMDICA. Ademais, estas ONG's firmaram-se, sobretudo, a partir da luta pela defesa dos direitos das crianças e adolescentes vindo a se solidificar e ampliar a partir da aprovação do Estatuto.

As ONG's destacam-se com relação à preocupação da garantia do “acesso a bens e serviços essenciais à vida” o que pressupõe o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e que, por sua vez, significa lutar pela transformação da sociedade atual. No entanto, há de se ressaltar o peso atribuído ao valor jurídico a respeito da questão do “sujeito de direitos”, “cidadania”. O sujeito para tornar-se “autônomo”, implica numa questão mais ampla que para além do campo jurídico, deve remeter-se ao campo disciplinar. O Estatuto diz respeito a uma “(re)arrumação” do jurídico que, de forma alguma, assegura uma “(re)arrumação” das relações de poder travadas nos microespaços da sociedade, cujas organizações sociais estão sobremaneira premidas por um poder disciplinar que interfere negativamente no projeto de “emancipação” de um sujeito de direitos. Enquanto as instituições sociais implementarem atividades homogeneizantes e o direito à diversidade não seja reconhecido, não podemos, de fato, falar de sujeito algum.

Bem, quanto ao número de ONG's destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes no Ceará, foram “contabilizadas” 10 ONG's (23,2%), sendo 7 delas (16,3%) voltadas para ambas clientelas: Casa da Esperança, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), Comunidade Educacional Padre Anchieta (CEPAN), Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescentes (EDISCA), Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC), Instituto de Prevenção à Desnutrição e Excepcional (IPREDE), Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)¹²⁵.

¹²³ BAVA, 1997, op. cit.: 06-07.

¹²⁴ A respeito do termo “sujeito” ver notas de rodapé no. 04 da Apresentação e no. 21 e 22 do Capítulo I.

¹²⁵ Ressalvemos que destacamos aqui aquelas ONG's cuja clientela prioritária é a criança e o adolescente. Dentre as ONG's que não se incluíram aqui, algumas também desenvolvem atividades com esta população, embora não constituindo-se como atividade ou clientela principal.

Selecionamos três ONG's que trabalham especialmente com adolescentes (30% dentre as 10 comentadas) para entrevistarmos. Destas, duas trabalham com crianças, mas destacam-se nas atividades com adolescentes: *Foundation Terre des Hommes* e Fundação Casa Grande - Memorial do Homem do Kariri. A que trabalha especificamente com adolescentes é o Centro de Assessoria ao Adolescente (CASA).

Uma vez que o MNMMR ainda não tinha se constituído enquanto instituição propriamente dita em Fortaleza e, uma vez que a Pastoral do Menor enquanto movimento ligado à CNBB não é considerada ONG em *strictu sensu*, tem-se elegido como ONG pioneira nos trabalhos institucionalizados com adolescentes a *Terre des Hommes* ¹²⁶ surgida em 1986, em Tauá. Em 1987,

*com a vinda de Françoise sempre à Fortaleza - nessa época já havia um trabalho em Tauá, pioneiro, por sua vez, no Brasil - ela começou a perceber também os primeiros sinais de número de crianças nas ruas, nas praças, nos semáforos, e aí surgiu a necessidade de se implantar também em Fortaleza um trabalho com estas crianças, porque não existia nenhuma ONG que trabalhava com essas crianças, tinha as entidades governamentais, as casas da FEBEMCE, mas ONG, não.*¹²⁷

Esta ONG trabalha, basicamente, com as crianças e adolescentes que estão nas ruas. Inicialmente, procura constituir um vínculo através do qual tenta despertar na criança e/ou adolescente a vontade de sair das ruas, tendo em vista a oportunidade de uma reabilitação/resocialização, escolarização e profissionalização:

*Primeira fase que nós consideramos é o trabalho da rua (...) um trabalho muito de contato com essas crianças, estabelecendo uma relação de confiança, de amizade, e tentando (e aí é o grande objetivo do trabalho) motivar essas crianças, fazer todo um trabalho de motivação, pra que possam sair das ruas, porque pra gente também é fundamental essa coisa, o desejo das crianças querer sair das ruas.*¹²⁸

¹²⁶ “De origem suíça, o ‘Terre des Hommes’ foi idealizado por Edmond Kaiser em 1960 com o objetivo de prestar assistência às crianças carentes sem distinção política, racial e religiosa, principalmente nos países pobres” (TRIBUNA DO CEARÁ, Projeto “Terre des Hommes” Auxilia Crianças Carentes. Fortaleza, 18/03/91). “Basicamente, atua na área de educação com crianças e adolescentes nos países de terceiro mundo. Essa instituição vive também de campanhas, da Suíça e nos países da Europa, como França, Alemanha e outros, uma campanha geralmente em dezembro que é muito parecida com a que acontece aqui, do UNICEF (...) realizada através da televisão, da mídia e com esse dinheiro que eles recolhem, eles repassam para os projetos existentes nos países. Aqui no Ceará, no Brasil, ela surgiu em 1986. Foram levadas algumas imagens da Região dos Inhamuns para lá, para a Europa, a questão do flagelo da seca, as pessoas comendo lagarto, essas coisas. Essas imagens que a gente está cansado de conhecer. Isso causou interesse por parte deste movimento em tentar conhecer essa realidade. E vieram, e implantaram em Tauá, que até hoje permanece um trabalho. Trabalho principalmente com a organização de cooperativas agrícolas e creche comunitária, isso em 86...” (Entrevista no. 09).

¹²⁷ Entrevista no. 09.

¹²⁸ ídem.

O projeto é destinado a crianças e adolescentes que encontram-se em “situação de risco”, entendido como o menino envolvido com drogas, a menina envolvida com a prostituição etc., “visando sua saída da rua e a construção de um futuro digno com direitos e deveres de todo cidadão”¹²⁹. Os casos mais complexos que exigem um maior trabalho de resocialização e reintegração, são encaminhados para um sítio, no caso do menino, ou uma casa, no caso da menina. Ficam por um tempo isolados, participando de atividades que contemplem alimentação adequada, hábitos de higiene etc. Posteriormente, são encaminhados para a escolarização e para o treinamento profissionalizante, de onde, então, procura-se encaminhá-los ao mercado de trabalho.

Uma vez empregados terão recursos para manterem-se preferencialmente morando em repúblicas ou com os avós. A questão do retorno as famílias é um problema permanente, embora o programa procure realizar um acompanhamento também junto à família. Neste sentido, um profissional relata que

*alguns encaminhamentos são feitos com essa família, no sentido também de trabalhar no possível retorno dessa criança, mas infelizmente a lógica e a dinâmica das família é muito complicada. O pai alcoólatra, a mãe vive com um padrasto que explora a sexualidade das crianças, uma série de dificuldade e realmente a situação da família é complicada demais...
...O que nós temos conseguido a nível de retorno desses adolescente, tanto a menina, quanto o menino, com a sua família, é a nível da figura da avó. A avó, é uma figura extremamente forte neste processo (...) Quando termina esse processo, ou eles moram em repúblicas, ou casam, essas coisas todas (...) A gente acha que não é interessante que essa criança volte pra viver numa situação como essa, que seria fatalmente, como já foi em outras experiências, exploradas novamente pelos pais.¹³⁰*

Quanto às atividades de parceria, a ONG tem desenvolvido trabalhos da seguinte forma:

...Nós entramos com a nossa proposta educativa, com a nossa experiência de trabalho. O Semear nós passamos um ano, o objetivo do projeto Semear era nós entrarmos na implantação, toda a seleção do pessoal, dos profissionais, a capacitação, criamos o corpo do projeto e ai nos retiramos, o projeto se deu nesse nível. Com a FEBEMCE é a mesma coisa, a gente entra muito com a proposta educativa da Terra dos Homens.¹³¹

¹²⁹ Documento de Divulgação do “Projeto de Atendimento à Crianças e Adolescentes em Situação de Risco” do *Terre des Hommes*. Fortaleza, jun/1995.

¹³⁰ Entrevista no. 09.

¹³¹ Entrevista no. 09.

A Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri¹³² atua no interior e foi fundada em 1992, tendo como sede a Casa Grande que foi tombada como patrimônio histórico. É

Escola de mitologia e arqueologia pra criança, museu vivo. Funciona pra Nova Olinda como um centro de cultura, um centro cultural que funciona pra região do Cariri como centro de pesquisa nessa área de mitologia e arqueologia, de sítios arqueológicos, catalogar pinturas rupestres, cerâmica e na parte de mitologia também catalogar e repassar as lendas pras crianças. A casa ela é administrada por crianças, a criança chega ai começa a aprender as lendas e passa a ser recepcionista da Casa Grande, depois de recepcionista vem a ser diretor da casa, ai tem vários setores, tem a biblioteca... A Casa Grande dispõe de um espaço, de um anfiteatro, uma biblioteca, o museu, uma videoteca, uma cordelteca, uma rádio comunitária... Inclusive é quem mantém o projeto, a rádio comunitária. Também tem uma parte de imagem e som sobre a região, slides, gravação de fitas com pessoas.¹³³

Uma média de 200 meninos(as) participam das atividades. A cidade tem um grande número de crianças e, apesar de ter pretendido trabalhar com adolescentes, foram as crianças que chegaram primeiro na ONG. Talvez pela curiosidade, talvez pelo desprendimento maior em relação a outros modos de socialização. Os jovens já estão mais embebecidos da cultura televisiva, etc. Além disso, os resultados com aqueles que iniciam as atividades na ONG desde criança são mais evidentes, pois a Casa passa a influir na sua formação de forma mais incisiva. Segundo o fundador da Casa Grande, é mais difícil trabalhar com jovens que não tiveram essa “base”. Constata, ainda, que reduziu bastante o número de crianças que ficavam nas ruas sem uma atividade qualquer. Neste sentido, a Casa Grande tem contribuído satisfatoriamente para um fator ainda comum na cidade, o índice de alcoolismo na infância:

Então os meninos na época do plantio vão pra roça (...) e ai perdem a escola e entram no processo (onde não tem centro de cultura), processo de alcoolismo. Existe um processo de alcoolismo na infância em Nova Olinda que é uma coisa séria. Eu tenho perdido assim alguns meninos, meninos que chegaram lá não como criança, mas que já chegaram numa idade que tavam com pé lá e outro cá (...) De vez em quando morre um inchado de cachaça.¹³⁴

¹³² “Cariri com ‘k’ porque trata de Cariri étnico” (Entrevista no. 15).

¹³³ Entrevista no. 15.

¹³⁴ Ídem.

A Casa Grande pretende contribuir para a formação de “uma geração de qualidade para a cidade (...) de uma identidade, e formação de uma liderança também”. As crianças que participam das atividades, por exemplo, na rádio comunitária, passam a ficar conhecidas pelo trabalho que desenvolvem e a serem solicitadas também. “Tem menino da Casa Grande que é dispensado de fazer prova pra ele narrar a história do município...” Algumas vezes quando a cidade recebe alguma visita que “o órgão oficial, no caso a prefeitura, não recebe (...) eles recebem”.

Um dos programas desenvolvidos na rádio é o “planeta criança”, onde se “aborda nutrição, educação e o Estatuto (...) 3ª idade, educação sexual (...) e também novelinha falando de saúde, cólera, AIDS...”

Com relação às atividades mais ligadas à arqueologia, a Casa Grande orienta aqueles que possuem sítios arqueológicos em suas propriedades:

A gente identifica o sítio, uma caverna com pinturas rupestres. Quem sabe daquela caverna é o dono da terra, comunica, a gente vai lá então, a gente identifica algumas informações que ele tenha a respeito daquelas pinturas, porque tem gente que pensa que ali é botija, aí pega, cava, estraga o painel de pintura, então a gente informa do que se trata (...) O trabalho da Casa Grande é um trabalho mesmo assim de resgatar essa parte de patrimônio histórico na parte de cultura material e imaterial do homem.¹³⁵

A ONG também já realiza um bom intercâmbio, por exemplo:

A gente recebe estudante de fora, por exemplo, agora tem um antropólogo doutor em antropologia da Universidade de Colônia/Alemanha, fazendo uma pesquisa lá sobre sabedoria do camponês, em planta, remédio, essas coisas, ele veio através da USP (...) e a Casa Grande o recebeu. Tá fazendo um trabalho de mapeamento. A gente sempre recebe estudante da Alemanha que vem passar mês lá brincando com os meninos, os meninos até aprenderam “alomês” lá, que é uma mistura de alemão com inglês, tem uns que arranha umas coisas.

E tem o UNICEF que promoveu 3 oficinas lá, foi sobre jornal comunitário, rádio comunitário e pintura mural. Pintura do muro porque a gente tem uma intenção de pintar os muros da cidade, aqueles muros com motivos da História local, então você anda na cidade aprendendo a história. O projeto da Casa Grande com a comunidade é um projeto mesmo assim de interação sabe, a Casa Grande tá no processo de arborização, a Casa Grande tá num processo de reciclagem em termos de coleta de lixo...¹³⁶

¹³⁵ Entrevista no. 15.

¹³⁶ Idem.

reconhecem a existência dos micropoderes e de suas diversas manifestações. A forma como discutem a questão da parceria, protegendo-se contra um exercício de poder a partir da afirmação de uma identidade, demonstra o reconhecimento do diverso e de sua possibilidade de resistência.

No entanto, existem encenações de poder dificilmente percebidos nos seus espaços. Conforme já comentado, as ONG's reconhecem a existência do poder diluído nas diversas estruturas sociais, mas tendem a reconhecê-lo na forma jurídica com a qual se apresenta. É o poder jurídico que invariavelmente reportam-se em suas críticas e mobilizações. No entanto, também conforme já assinalado, existe um poder que dissemina-se igualmente por entre as várias instituições sociais, tomando forma em diversos mecanismos destas instituições, mantendo-se velado ao firmar-se positivamente junto às práticas sociais. Por exemplo, a forma como se institui um projeto para trabalhar questões referentes à sexualidade do adolescente pode esboçar um dispositivo através do qual o poder disciplinar vai exercer sua prática normativa. O encaminhamento disso se dá, fundamentalmente, ao elaborar-se tal projeto ancorando-se nas estatísticas de saúde pública, estreitamente vinculadas à prática médica.

A partir mesmo das entrevistas realizadas com os representantes das ONG's destinadas aos adolescentes no Ceará, podemos extrair alguns trechos que ilustram esta vinculação com o discurso médico, higienista.

É interessante o fato de que os projetos mais corriqueiros quanto a uma parceria com o governo, diz respeito aos trabalhos que se destinam a tirar as crianças e adolescentes da rua. Do lado do governo, existe a preocupação com relação ao espaço urbano, que remonta ao início do século quando as crianças e adolescentes passaram a ser retiradas da rua, atrelando-se então, da mesma forma, aos dispositivos implementados pela prática da medicina social. Embora por parte das ONG's, haja outros interesses em questão que ultrapassem a simples retirada de meninos e meninas das ruas, interesses estes na área da educação, da saúde e outros, mas que não são contemplados nas parcerias com o governo.

Aquilo que se destaca nestas áreas, do lado governamental, se restringe à questão disciplinar, normativa de formação de mão-de-obra. Os trabalhos destinados aos adolescentes são via de regra ligados à profissionalização. Estes adolescentes, de

classes economicamente inferiores, não têm a opção pelos estudos convencionais, pela escolha de uma carreira universitária, porque o sistema os exclui e, assim retirados, terão uma educação essencialmente funcionalista, pragmática, que os preparem simplesmente para o mercado.

Recentemente, uma ONG em especial, o CEDECA¹⁴⁰, retomou estas questões implementando uma campanha em parceria com entidades comunitárias, sindicais e estudantis denominada: “Educação - Faça Valer Esse Direito”. Partindo de um trabalho de conscientização dos pais sobre o direito à educação, cadastrou o retorno daqueles que não conseguiram matricular seus filhos na escola por falta de vagas, colecionando um valioso dossiê que veio a comprovar a insuficiência de vagas nas escolas, a despeito das propagandas governamentais. A ONG propunha uma ação judicial caso não fosse apresentada uma solução para os pais que estão com seus filhos fora da escola. Logo em seguida, como forma de “silenciar” esta campanha, o governo implementou o programa “Criança Fora da Rua - Dentro da Escola”, onde juntou a demanda pela escola com sua preocupação de retirada das crianças da rua.

Na área da saúde a problemática se repete. O governo não prioriza esta área e apenas privilegia medidas paliativas para conter riscos de epidemias, aumento de taxas de mortalidade etc. e deter possíveis mobilizações da sociedade civil. Como forma de contribuir para esta área deficitária, algumas ONG's trabalham nesta área, procurando realizar um trabalho preventivo com a divulgação de informações. No caso da população adolescente, cujos serviços públicos especialmente voltados para suas necessidades são mais raros, as ONG's que trabalham com esta clientela tem privilegiado sobremaneira as temáticas referentes à saúde em suas atividades.

Quanto a estas, deparamo-nos com trabalhos preventivos que abordam temas como nutrição, doenças epidêmicas, DST's, sexualidade e outros. Muitas vezes, no entanto, constituem-se em meras atividades informativas sem a participação e envolvimento efetivo dos adolescentes. Frases como “a gente vai capacitar...”, “a gente vai treinar...”, denotam a importância conferida às atividades informativas e o disciplinamento subjacente a esta prática.

¹⁴⁰ Surgido em 1994, seu objetivo principal consiste em “combater as violações aos direitos de crianças e adolescentes especificamente decorrentes de ações ou omissões do poder público (...) buscando esclarecer a população quanto aos instrumentos através dos quais seus direitos podem ser garantidos” (CEDECA, *Saindo do Papel*. Op. cit.: 10).

Lembremos que as práticas discursivas instituem práticas sociais que por sua vez têm o poder de formar objetos e sujeitos. Parece que as ONG's "conseguem" dar conta do poder regulador que existe fora destas práticas, os quais Foucault denominou de campo "não-discursivo", onde o poder jurídico se aporta e se efetiva. Quanto a isso, o discurso das ONG's e seu posicionamento com relação a este campo, seja a economia, política etc. vem constituir-se numa resistência ao poder. No entanto, as regularidades das práticas discursivas, a despeito da incidência do campo não-discursivo, instituem efeitos de poder. Ou seja, como já frisamos, o poder não incide sobre a população, no caso adolescentes, ao largo das ONG's, de fora delas, incide também através de seus próprios mecanismos, sendo um deles o dispositivo da sexualidade. É neste sentido que o pensamento foucaultiano é uma referência preciosa pois, apesar da dificuldade de "visualizar" as próprias práticas sociais - uma vez que o profissional é, em parte, produzido por elas - o método genealógico vem possibilitar o diagnóstico e compreensão do significado das práticas sociais a partir do seu próprio interior. Neste sentido, "Foucault inaugura um novo nível de inteligibilidade das práticas que não pode ser captado pela teoria; ao mesmo tempo, ele introduz um novo método de 'deciframento' do significado destas práticas. Utilizando este método, a teoria não apenas está subordinada à prática, mas também é mostrada como um dos componentes essenciais através dos quais as práticas organizadas operam"¹⁴¹.

No entanto, a despeito de reproduzirem determinados efeitos de poder através da veiculação de determinados discursos - sobretudo o discurso médico, talvez porque seja considerado "cientificamente neutro" e também porque tem sido através dele que a modernidade tem pensado determinadas questões, dentre elas a questão da sexualidade, como veremos adiante - as ONG's podem ser consideradas legítimas quanto a luta pelo direito à cidadania, uma vez que organizam-se, institucionalmente, de forma cuidadosa e zelosa, procurando gerir nos seus espaços o ideal democrático. Neste sentido, Kaminsky¹⁴² comenta que "a partir da vigência do estado de direito, a transição democrática deve empreender uma pertinaz tarefa de difusão até penetrar nos

¹⁴¹ DREYFUS E RABINOW, op. cit.: 115.

¹⁴² KAMINSKI, Gregório. "Instituições, Democracia e Sociedade". In: BERLINCK, Manoel e RODRIGUEZ, Sérgio. **Psicanálise de Sintomas Sociais**. São Paulo, Edit. Escuta, 1988: 220.

subterrâneos microfísicos da sociedade. Para se enraizar, a democracia política deverá transcender a si mesma e aportar nos espaços infinitesimais sociais ou micropolíticos”.

A garantia da “permanência” desta democracia está no exercício constante de instituí-la, promovê-la incessantemente. Qualquer parada deste movimento, qualquer desatenção, e este estado pode alterar-se, pois é dinâmico. Portanto, é “indispensável intervir no próprio reticulado de relações de poder que operam, inclusive, nas mais ínfimas gestões”¹⁴³. Nestes termos, manter-se atento quanto as relações empreendidas com os adolescentes, embasadas e geridas pelo discurso que veiculam, é uma forma de manter as ONG's legítimas quanto ao seu ideal de reconhecimento dos sujeitos de direitos¹⁴⁴.

A sistematização metodológica, ora implementada pelas ONG's, poderá ser articulada como um dos dispositivos de “resistência” à persistência de mecanismos “anti-democráticos” que comumente tendem a surgir. Por tais mecanismos entendemos os dispositivos com os quais as instituições lançam mão para manter um determinado poder. Assim, “é tarefa de intelectuais e profissionais desmantelar nossos próprios autoritarismos teóricos e práticos (...) Enquanto profissionais, não é conveniente que nos convertamos somente em ‘caçadores’ de sintomas sociais; é muito melhor intervir desde suas usinas produtoras: as instituições”¹⁴⁵.

Aqui, entendemos que as ONG's além de uma prática que se pretende crítica, atenta às mobilidades sociais advindas das estratégias de poder, procuram, nesta prática, intervir na realidade a partir do estabelecimento de um processo de emancipação dos sujeitos sociais onde possam reagir ao poder, confrontar-se com o poder. Mas, enquanto “instituições”, as ONG's também configuram-se enquanto “usinas produtoras”. Os trabalhos educativos, notadamente tratando de informações a respeito do corpo, acabam implementando a tecnologia política do corpo. Apesar da positividade dos trabalhos a respeito das DST's/AIDS e outros, existe todo um poder que pretende operar sobre os corpos adolescentes relacionado ao sistema econômico que requer corpos úteis e produtivos. Dessa feita, uma vez que as instituições

¹⁴³ Ídem: 221.

¹⁴⁴ Sobre uma discussão a respeito do ‘sujeito de direito’ e ‘sujeito do desejo’, ver BIRMAN, Joel. ‘Barbárie, Cidadania e Desejo’. In: FRANÇA, Ma. Inês (org.). **Desejo, Barbárie e Cidadania - Uma Articulação entre Psicanálise e Política**. Petrópolis, Edit. Vozes, 1994: 164-167.

¹⁴⁵ Ídem: 223.

desenvolvem tecnologias de poder, os profissionais engajados nas ONG's precisam implementar dispositivos que desnudem este processo em suas práticas, sob pena de reproduzirem uma prática disciplinar. É importante que se tenha claro que a disciplina é uma técnica que 'investe' sobre as outras formas de poder que existem na sociedade "ou as coloniza, reunindo-as, estendendo seu alcance, estabelecendo sua eficácia e 'sobretudo, permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais resistentes e mais distantes'"¹⁴⁶.

No entanto, a despeito da ingerência da disciplina em suas práticas, as ONG's configuram-se como uma nova forma de fazer história, seus elementos constituintes permanentemente envolvidos com as questões sociais, políticas e econômicas, constituem-se como militantes de uma ordem que estabeleça a igualdade de direitos, dentre eles, o direito à diferença, ao desejo dos indivíduos. Falando em cidadania tais personagens embasam-se num campo ético político, conforme pudemos ver no histórico das ONG's, que pleiteia, dentre outros, o respeito às diferenças, às multiplicidades.

O reconhecimento de um corpo social constituído de multiplicidades, direciona o campo ético político para uma concepção de sociedade que não cumpre com a linearidade com a qual o projeto iluminista procurou delinear-la, uma sociedade homogênea, uma sociedade regida pela razão a partir da qual poderá atingir a felicidade e liberdade plena. A governamentalidade é vista como permanentemente tencionada em função das diferenças, em função de uma infinidade de devires que compõem o presente e que comprovam cotidianamente o fracasso da razão iluminista.

A preocupação das ONG's com relação as parcerias denota o saber da impossibilidade de uma homogeneidade entre diferentes corpos institucionais. Além disso, a urgência que estabelecem para a discussão da identidade de suas organizações não pretende torná-las uniformes entre si, mas estabelecer a diferença do conjunto destas organizações para com as demais. Ao implementarem as discussões com relação ao marco legal, que delimitaria esta identidade, as ONG's estão antes de nada, demarcando suas diferenças no âmbito da sociedade civil e política.

¹⁴⁶ DREYFUS E RABINOW, op. cit.: 169.

Segundo Birman¹⁴⁷, “a estruturação do poder e a constituição da ordem política são formas de retirar as individualidades de sua diferença radical, para inseri-las num projeto comum”. As ONG’s reivindicam um projeto diferenciado, de forma a atender às demandas plurais da sociedade. Neste sentido, opõem-se ao projeto comum que implicaria numa homogeneização das subjetividades. Isto os predispõe para uma prática educativa que, embora possa veicular discursos que promovam um direcionamento das subjetividades, possa ser revisitada e questionada com maior “desembaraço”.

¹⁴⁷ BIRMAN, Joel. “Retórica e Força na Governabilidade - Sobre a Política e o Poder no Discurso Freudiano”. In: FRANÇA, Ma. Inês (org.). Op. cit.: 59.

CAPÍTULO IV

ONG'S E ADOLESCÊNCIA - DEMARCAÇÃO EDUCACIONAL

IV.1 – O CAMPO EDUCATIVO DAS ONG'S

Sendo as atividades educativas com adolescentes realizadas no campo da educação popular e procurando demarcar a importância desta no cotidiano das ONG's, é interessante resgatarmos um pouco o histórico da educação popular de forma que compreendamos melhor como vem vincular-se à prática das ONG's, como também trazer algumas reflexões atuais a seu respeito que irão implicar, conseqüentemente, num questionamento sobre a prática das ONG's neste âmbito. Para tanto, retrocederemos para o campo da educação popular no período do surgimento das ONG's no Brasil, anos 60.

Neste período, houve um movimento de cultura popular¹ integrado por intelectuais que participavam dos movimentos das classes populares, assumindo o papel de intelectuais orgânicos, cujo objetivo era realizar uma produção cultural destinada a população que possibilitasse a elevação da “consciência social” e a futura integração desta no movimento popular. Neste contexto, houve a abertura “para o pensamento renovador em educação”, onde então, será gestada a educação popular constituída como um instrumento a favor da transformação social comprometida com o movimento popular², e da qual era composta por três grupos de atividades educativas: alfabetização, educação de base e a cultura popular³.

Como marco desta prática temos, o “Movimento de Cultura Popular” no Recife, onde surgiu o método Paulo Freire de alfabetização de adultos. Mas também, outras organizações vieram compor o quadro do movimento de cultura popular, e a servir

¹ Ídem: 16. A este respeito, ver o pequeno histórico elaborado por Doimo (1995, op. cit.: 73-80), evidenciando o elemento comum no discurso dos atores sociais daquela época que dizia respeito a idéia do povo enquanto sujeito.

² O movimento popular venceu pelo voto em Recife e Natal, ou em instituições que estavam atentas às mudanças sociais, como a Igreja Católica e União Nacional dos Estudantes - UNE. Nestes locais, “ocorreram oportunidades de práticas de cultura popular que conflitaram com a educação conservadora, encastelada na cátedra universitária vitalícia” (CUNHA e GÓES, op. cit.: 16).

³ Segundo Brandão (apud Doimo, 1995, op. cit.: 129), “educação popular é o nome dado (...) a todo o tipo de prática de mediação que promove ou assessora os movimentos populares [...], cuja teoria, desde Paulo Freire, faz a denúncia dos usos

como bases para a questão da educação popular. Foram eles a “Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, ocorrida em Natal, 1961, através da Secretaria Municipal de Natal; o “Movimento de Educação de Base” desenvolvido pela Igreja Católica; e o “Centro Popular de Cultura”, órgão cultural da UNE⁴.

Estas quatro organizações, marcantes no campo do movimento de educação e cultura popular, constituíram-se como referência no campo da educação popular brasileira por terem elaborado experiências educacionais “alternativas” ao ensino tradicional, todas elas pautadas na questão política, de conscientização, sempre preocupando-se com a erradicação do analfabetismo daqueles que além de não saberem realizar a leitura convencional, “não sabiam ler sua própria realidade”.

A partir destas experiências ocorridas no período de 1960 e 1961, proliferaram uma série de outras experiências, muitas delas incorporando atividades de alfabetização de adultos, e as quais foram trazidas no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado no Recife em setembro de 1963.

Após o golpe, aqueles que eram comprometidos com uma educação voltada para a transformação do social foram perseguidos, tidos como subversivos e aos poucos foi se dando a desmobilização de todo o movimento tendo como influência neste processo, a “assistência técnica” norte-americana, sobretudo no governo Castelo Branco. Deu-se, assim, a impetração de um sistema educacional funcionalista, tipicamente americano, que viria taponar a prática dos intelectuais orgânicos e colaborar para a formação de outros intelectuais, afeitos em tecnocracias, distantes das questões sociais e que viriam reforçar a educação convencional.

Mesmo assim, outras organizações surgiram no final dos anos 60, implementando a educação popular, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e as ONG's, preocupadas com a questão social e comprometidas com uma ética política que valorize o sujeito histórico reconhecendo a cidadania como condição de viabilização de uma sociedade democrática. Tais organizações contemplaram em suas atividades trabalhos de educação popular que se pautaram nas experiências já

políticos da educação opressora e cuja prática converte o trabalho pedagógico do educador em favor do trabalho político dos subalternos”. Ainda a respeito da educação popular, ver Doimo págs. 129 a 134.

⁴ Cf. CUNHA e GÓES, op. cit.. Na obra citada, os autores apresentam um histórico resumido de cada um desses movimentos.

comentadas, especialmente a educação libertadora de Paulo Freire. Referindo-se a eles, temos a seguinte passagem:

Esse processo não alfabetizava apenas, levava as pessoas a aprenderem a 'ler', isto é, a decodificar sua própria história, 'escrevendo' e criando uma nova história unicamente pertencente a elas - e não apenas a história feita pelos poderosos. As ONG's facilitaram em todo o mundo a ação de animadores que utilizavam uma pedagogia libertadora. Essas ações geraram todo o tipo de iniciativas locais promissoras: associações de camponeses no Burkina Faso, sindicatos urbanos e rurais na Índia, comunidades eclesiais de base no Brasil, associações de mulheres na Jamaica, comitês de bairro nas Filipinas etc. Ao tomarem consciência das causas de sua miséria, esses grupos conseguiram, efetivamente, dar fim a abusos locais, lançando microprojetos que melhoraram sua renda ou suas condições de vida.⁵

Assim, a prática da educação popular instituiu-se como

...um conjunto de ações educativas, permeadas por princípios teóricos que aliam a alfabetização ao movimento da organização popular. É uma concepção onde o processo educativo é visto como emancipador, na medida em que promove a conscientização política dos setores populares e incentiva a sua organização e autonomia, engajado num projeto de transformação social. Essa compreensão político-pedagógica da educação das classes populares se configura, principalmente, a partir da década de 60 como Educação Popular.⁶

Tendo em vista a “aliança entre a alfabetização e a valorização da cultura popular, com o propósito da ampliação da participação dos setores populares”⁷, a educação popular vai tornando-se sinônimo de alfabetização de jovens e adultos, graças ao alto índice de analfabetismo do nosso país cuja população era considerada, em sua maioria, economicamente ativa. Era preciso “despertar” esta população das malhas do imperialismo, onde era vulnerável à captação diante da falta de uma leitura concreta e crítica diante da realidade. No entanto, ao longo de sua prática e das

⁵ “O Fim dos Modelos de Desenvolvimento”. S/a, s/l, s/d: 33. O autor acrescenta a seguinte nota: “Os exemplos citados neste trabalho provêm de projetos reais, apoiados por organizações não-governamentais. Esses projetos não foram, em geral, focalizados em publicações”.

A respeito de algumas realizações, ver o estudo recente de ROUILLE D'ORFEUIL, Henri. *Coopérer autrement. L'engagement des organisations non gouvernementales*. l'Harmattan, Paris, 1984”.

⁶ FISHER, Nilton B. “Uma Política de Educação Pública Popular de Jovens e Adultos”. In: **Em Aberto**. Brasília, ano 11, no. 56, out/dez, 1992: 70.

⁷ Ídem: 68.

transformações que se dão, a educação popular vai se redimensionando, conforme aponta Doimo⁸:

Antes invariavelmente associada a experiências de alfabetização de adultos, a educação popular passa, a partir de meados dos anos 70, a ser preferencialmente utilizada em seu sentido estritamente organizativo-conscientizador e a agregar novos valores ético-políticos como a 'democracia de base' e a 'autonomia', dentro da metáfora do 'povo como sujeito de sua própria história'. Através desta nova acepção, diversos pequenos organismos já existentes reelaboraram seu perfil, abandonando práticas assistencial-filantrópicas, e centenas de outros foram criados para incentivar a 'organização popular'.

Dentre estes “pequenos organismos já existentes”, e mesmo dentre “as centenas de outros que foram criados”, encontram-se as ONG’s. Conforme a pesquisa, já citada, de Landim e Cotrim⁹, as atividades das ONG’s têm como denominador comum a preocupação educativa, seja desenvolvendo as atividades de assessoria, informação, capacitação, campanhas etc., todas denotando o caráter educativo. Outras atividades, tidas como principais, nomeiam-se diretamente vinculadas à educação como, a educação política, a educação popular e a educação para a cidadania¹⁰. Assim, as ONG’s possuem um “caráter eminentemente educativo, em sentido amplo, tanto ao nível de ações localizadas como de formação de opinião pública; tanto ao nível técnico quanto político: como tem sido freqüentemente definido, exercitam uma ‘pedagogia política’”¹¹. Segundo a autora, “caso agregássemos todas as respostas para educação veríamos que 31,2% das ONG’s a escolheu como atividade principal”¹².

Embora as atividades diretamente ligadas à educação tenham sido subdivididas em educação política, popular e para a cidadania, cremos que todas estão ligadas à questão da educação popular, uma vez que têm em comum a atenção com a formação política das camadas populares, expressando “a preocupação das ONG’s com a constituição de sujeitos sociais populares, representativos e capacitados para intervirem no espaço público”¹³. A educação popular, antes centrada na alfabetização

⁸ 1995, op. cit.: 129-130.

⁹ Op. cit.: XIII.

¹⁰ Estas últimas foram consideradas atividades principais de 14,7% e 14,1% das ONG’s, respectivamente (Id. Ibid.).

¹¹ Id. Ibid.

¹² Ídem: XIV.

¹³ SOUZA, Cléyde et alii (Projeto DEMO). Op. cit.: 25. Aqui também, quando os autores irão analisar os programas desenvolvidos, dividem as atividades educativas em dois tópicos, a saber: educação e cultura, e educação popular (Ídem: 18/25). Para efeitos esquemáticos justifica-se tal divisão. No entanto, da mesma forma que na pesquisa de Landim, é

de adultos, tem ampliado suas atividades sem contudo prescindir do compromisso com a questão da formação de uma consciência crítica, onde o sujeito reconheça seu papel enquanto ator social. Em função dessa preocupação, a EP vai incorporar o discurso da cidadania viabilizando espaços de reflexão a respeito da defesa dos direitos dos indivíduos, condição, inclusive, para que possam exercer seu papel de atores sociais.

Com relação à incorporação do discurso da cidadania, Fernandes¹⁴ coloca:

Simultaneamente à internacionalização, dá-se um retorno aos valores territoriais, a lealdades locais, identidades diferenciais, hierarquias sagradas etc. (...) pelo qual o direito de ser diferente ganha uma proeminência que subverte as idéias clássicas do Iluminismo sobre consenso e cidadania.

Ou seja, a construção da cidadania não passa exclusivamente pelo político-partidário, eixo vertical, mas requer uma democratização geral no âmbito da sociedade civil que pressupõe um alinhamento horizontal de “organizações multidirecionais” que possam promover tal democracia, interpondo-se entre o Estado e a sociedade¹⁵. Tais organizações são, por excelência, as ONG's, as quais procuram em sua prática educativa, conscientizar sobre este caráter mais “global” da cidadania de forma a promover o seu exercício pelas camadas populares.

Subentende-se, então, a tendência a respeitarem questões de ordem mais subjetivas, uma vez que estão mais atentas aos movimentos “diferenciados” existentes nos diversos “espaços” sociais.

No caso dos contatos com as entidades participantes do movimento em prol da defesa dos direitos da criança e do adolescente no Ceará, e, mais especificamente, durante as entrevistas realizadas com as ONG's, foi constatado, também, a importância da discussão acerca da cidadania no cotidiano destas organizações. No entanto, percebe-se que esta discussão é veiculada através de atividades educativas sejam elas palestras, cursos, e outros. Não diríamos, portanto, que a educação para a cidadania

interessante que não se perca de vista que todos compõem uma só área de atuação: educação, e que mesmo naquelas atividades voltadas para o aperfeiçoamento de professores da rede oficial de ensino e/ou as atividades desenvolvidas em parceria com o Estado com educação pré-escolar etc., a educação, para as ONG's, não é apenas a garantia de um direito, mas se constitui como uma prática política.

¹⁴ Apud DOIMO, 1995, op. cit.: 211.

¹⁵ Ver DOIMO, id. ibid.

veio conviver ou substituir a educação popular, como mencionou Landim, mas passou a ser incorporada nas suas atividades, no seu discurso¹⁶.

Para além de uma “formação do crítico-político-militante”, é preciso conscientizar-se da necessidade do “resgate da dignidade humana”, visto sob os vieses da cidadania, da questão da subjetividade. A educação popular, especialmente travada dentro das ONG's nos últimos anos, vai incorporando outros elementos em função de algumas mudanças conjunturais. Para além das questões relativas ao nacionalismo e desenvolvimentismo acrescenta-se a cidadania; os sujeitos sociais tornam-se mais complexos e inclui setores não organizados fugindo à categoria clássica de trabalhador etc.¹⁷. Segundo Fischer¹⁸, é preciso estabelecer uma prática pedagógica com o jovem e/ou adulto aprendiz, “percebendo-o em toda a sua dimensão humana, como sujeito frente à vida que busca, na sobrevivência cotidiana, o respeito à sua dignidade de cidadão”.

Este processo de mudança tem sido acompanhado por discussões dentro do próprio eixo da educação popular. Alguns adiantam-se em pleitear o fim da EP tendo em vista que foi um tipo de militância política do tempo da ditadura que não tem mais sentido com a democratização, e uma vez que o pensamento de esquerda está em “desuso”; e que, para além de uma educação de adultos, trata-se de voltar-se para a sociedade civil, no campo de uma educação comunitária¹⁹. Apesar de uma certa “radicalidade”, esboça-se a direção que vem tomando algumas discussões nessa área.

Em contraposição, outros propõem que se organize o campo disperso sobre o qual os educadores têm operado, reunindo suas mais diversas experiências e que caminhem no sentido de uma refundamentação que deveria considerar alguns elementos considerados fundamentais na prática atual da EP tais como: a opção ético-política de transformação; corte educativo com práticas específicas coerentes com a concepção de EP; comprometimento com a construção de um poder popular;

¹⁶ Cf. 1996, op. cit.: XIV. A divisão que a autora faz em relação à educação e à cidadania, fundamenta-se na colocação das próprias ONG's pesquisadas. Neste sentido, Leilah Landim comenta: “É interessante acrescentar que, indagadas sobre as palavras definidoras dos temas com que trabalham, cidadania mereceu o primeiro lugar tanto em termos de frequência de menções por entidade (83,4% do universo, ou 121 ONG's, a mencionaram), como também foi a mais citada, enquanto ‘tema número um’ (29 entidades, ou 20% do universo, mencionou cidadania como seu tema principal). E o segundo lugar, dentre os temas, também nesses dois casos, coube coerentemente a educação” (Op. cit.: XIV).

¹⁷ Cf. FISHER, Nilton B.. Op. cit.: 72-73.

¹⁸ Ídem: 73.

construção de uma organização pautada na participação coletiva; e, compromisso com a qualidade de vida²⁰.

Tal redirecionamento, ou melhor, questionamentos com relação a educação popular encontram suas origens já nos anos 80, quando “deixou de ser somente um modelo emergente e auto-referenciado de educação, para se transformar numa prática político-educacional, cujo ponto de referência é o movimento popular e suas organizações” onde, para a EP, “o sentido deste trabalho pedagógico é converter o trabalho social da comunidade local em movimento popular de dimensão política”²¹.

Essencialmente, portanto, para além da educação de adultos, a educação popular vem constituir-se numa prática educativa também dirigida a crianças, adolescentes, e que não visa necessariamente a questão da alfabetização, passando a incorporar outras práticas que possibilitem o resgate do indivíduo enquanto sujeito histórico, co-autor da história na qual está inserido através do exercício pleno da cidadania. Através dos diversos relatos e experiências que irão desenvolver-se dentro do movimento popular a partir, sobretudo, dos anos 80, pode-se confirmar este alargamento na concepção de EP. Na realidade,

*A EP é um espaço e uma ferramenta educativa, destinada a potencializar a capacidade dos grupos populares para se converterem em sujeitos de seu próprio processo educativo e destino, fazendo da educação um instrumento a serviço de sua libertação (...) No sentido da construção de um projeto político-social de acordo com os interesses populares.*²²

Podemos dizer que a amplitude na prática educacional popular deu-se tendo como influência o contexto diverso, heterogêneo, no qual se desenvolveu nos últimos anos: o universo das ONG's. As ONG's são atualmente consideradas, pelos profissionais da EP, como recursos significativos em função “das vantagens comparativas para impulsionar processos educativos com a participação das bases, sua flexibilidade e capacidade inovadora”²³.

¹⁹ MEJÍA, Marco R. “Educação e Política - Fundamentos para uma Nova Agenda Latino-Americana”. In: GARCIA, Pedro B. et alii. Op. cit.: 81.

²⁰ Cf. Ídem: 83-84.

²¹ VARGAS, Jorge O. “As Polêmicas e a Afirmação da Educação Popular na América Latina”. In: GARCIA, Pedro B. et alii. Op. cit.: 105-106.

²² Ídem: 106-107.

²³ LA MAZA E. “Abrir Janelas para o Futuro. Cinco Reflexões sobre Alianças para a Educação Popular”. In: GARCIA, Pedro B. et alii. Op. cit.: 18.

No caso das ONG's do Ceará que trabalham com adolescentes, a preocupação com relação à questão da cidadania é a grande tônica dos trabalhos. Procura-se mostrar os direitos ao mesmo tempo que procura-se incentivar uma certa mobilidade de forma a garantir a participação dos adolescentes na luta pelos seus direitos.

Tal prática educativa destinada aos adolescentes foi, especialmente, gerada no campo do movimento social de defesa dos direitos da criança e do adolescente no Ceará. O MNMMR e a Pastoral do Menor, através dos educadores de rua, inauguraram a prática da educação popular com adolescentes para além da questão da alfabetização. Não podemos deixar de frisar a contribuição do NUCEPEC neste processo. Embora integrante de uma OG, o NUCEPEC teve uma grande participação na mobilização em prol da aprovação do Estatuto, da criação dos Conselhos etc. Em parceria com o MNMMR, Pastoral do Menor e ONG's que vieram a surgir voltadas para a criança e o adolescente, o NUCEPEC contribuiu significativamente para a ampliação da prática da educação popular no Ceará²⁴. A este respeito, temos o seguinte depoimento:

Esse trabalho era feito na rua, as vezes na sede do movimento, as vezes marcando encontro, fazendo encontro, chamando meninos. Então, é toda uma politização dos meninos. Foi quando surgiu a figura do educador social de rua, surgiu na Pastoral do Menor, que também começou com um trabalho na rua, e surgiu depois no Movimento. Houve um momento muito rico de construção de uma bibliografia que começou com um trabalho junto com o Paulo Freire e que desembocou no livro 'Educador Social de Rua'. Então a gente foi construindo essa bibliografia, através dos encontros, através de reflexões, foi um momento muito bonito.²⁵

Embora a criação do Estatuto contribua para firmar-se uma prática educativa pautada num outro modelo que não o assistencial e correccional-repressivo, privilegiando uma “proposta de trabalho sócio-educativo emancipador baseado na noção de cidadania²⁶, as OG's conservam o modelo da educação conservadora, sustentadas por um discurso normatizante do adolescente²⁷. Em contraposição, as entidades vinculadas ao movimento de defesa da criança e do adolescente, das quais hoje em dia destaca-se a presença significativa das ONG's, fundamentam-se neste discurso emancipador opondo-se, textualmente, às práticas normatizantes,

²⁴ Ver capítulo II.

²⁵ Entrevista no. 06.

²⁶ Costa, s/d. op. cit.: 34.

²⁷ Ver capítulo II.

disciplinadoras. Conforme uma entrevistada, “as ONG’s estão mais comprometidas (...) com o adolescente como sujeito histórico, como sujeito de direitos. do que as OG’s”²⁸. No entanto, é preciso debruçar-se na atividade de avaliação destas práticas educativas e averiguar como têm sido avaliadas e mantido este compromisso no cotidiano das ONG's, uma vez que existe uma certa defasagem no que se refere à organização formal das atividades educativas na área dos movimentos sociais e das organizações a eles vinculados, que implica numa certa dificuldade de planejamento, avaliação etc.

Retomando um dos itens avaliados na pesquisa do DEMO que se refere à “sistematização metodológica”²⁹ apontaremos alguns pontos levantados. De antemão, por “sistematização metodológica”³⁰ compreende-se a “reflexão sobre a ação”. De acordo com os dados coletados, tem havido pouca reflexão por parte das entidades com relação à sua prática. Os autores apontam “as pressões do trabalho cotidiano, o trefismo” como uma das maiores dificuldades. Assim, segundo os autores, “a prática institucional de desenvolver a sistematização dos trabalhos ainda é precária entre as ONG's, considerada, portanto, como uma lacuna que poderia ser sanada pela capacitação de seus elementos”³¹. Revelam, ainda, que “31% não praticam qualquer sistematização de seu trabalho. Pouco mais da metade são das áreas de meio ambiente e criança e adolescente”³². Conforme sintetizam na publicação do Jornal da ABONG,

*surge uma grande demanda por reciclagem do saber. A procura de renovação do modo de fazer parece ter sido consequência da conjunção do exaurimento de formas incorporadas e tradicionais de trabalho e crise de paradigmas, com a pressão da cooperação internacional por maior organicidade institucional. A procura por novas abordagens e metodologias de trabalho pode significar a busca de parâmetros institucionais adequados.*³³

Mesmo não tendo sido discutido diretamente com os profissionais entrevistados, durante a coleta de dados junto às ONG's, este ponto referente à sistematização metodológica chamou-nos atenção quando discutimos a questão da efetivação dos

²⁸ Entrevista no. 03.

²⁹ SOUZA, Clêyde et alii (Projeto DEMO). Op. cit.: 39-40.

³⁰ Ver capítulo III.

³¹ SOUZA, Clêyde et alii (Projeto DEMO). Op. cit.: 39.

³² Id. Ibid..

³³ JORNAL DA ABONG. **O Perfil das ONG's Nordestinas** (Projeto DEMO). Out/1995: 06, no. 12.

trabalhos e percebemos que alguns pontos ficam a descoberto como, por exemplo, o acompanhamento de trabalhos realizados, a avaliação destes etc. A questão do trefismo é notória, pois os profissionais, muitas vezes em função de um acúmulo de atividades por conta de um quadro reduzido, não têm tempo de dedicar-se mais minuciosamente para o planejamento, as discussões em grupo, e, até mesmo o aprofundamento teórico, a reciclagem técnica etc..

Nessa medida, vai-se amontoando trabalhos e mais trabalhos numa rotina acelerada, cujo resultado passa a ser a mera execução de atividades preestabelecidas. É neste ponto que a educação popular tem sido criticada no que se refere à sistematização, à fundamentação teórica, precisando realmente discutir-se como superar tais dificuldades sob pena de vir a tornar-se uma prática educativa limitada diante do que se pretende alcançar.

Embora visem a formação de sujeitos ativos enquanto atores sociais, as atividades dirigidas aos adolescentes na medida que perdem espaço para uma reflexão, para uma discussão, possibilita a reprodução de um discurso normativo constituído, sobretudo, pelo discurso medicalizante que tem fundamentado a referência acerca do adolescente. Caso esta referência não seja questionada, caso não haja um exercício de discussão e reflexão com relação às atividades desenvolvidas com adolescentes, é quase impossível que a prática desses profissionais venham a diferenciar-se dos demais trabalhos a eles destinados. Neste sentido, Jorge Vargas³⁴ acrescenta:

Sustenta-se que falta reflexão sobre a EP, enquanto prática pedagógica; o pedagógico tende a se reduzir ao estritamente metodológico e este, por sua vez, a um problema de apropriação e manejo de determinadas técnicas. Assim, embora se reconheça como um dos destaques da EP a sua qualidade crítica e problematizadora, não é difícil constatar que, em muitas experiências de EP, desenvolvem-se discursos fechados, normativos e categóricos, que não problematizam nem levantam questões ou contradições.

As propostas de educação popular destinadas à adolescência, que procuram discutir a questão da cidadania, da formação política das classes populares, etc. estão ancoradas numa determinada compreensão sobre o sujeito adolescente. Estando esta compreensão fundamentada no discurso médico, cientificista, pode vir a corromper

³⁴ Op. cit.: 108.

toda uma proposta emancipatória, uma vez que tal discurso é, por excelência, um discurso pelo qual se viabiliza um poder que se infiltra, se expande e se multiplica nos mais diversos espaços, circunscrevendo os corpos para a disciplinarização dos sujeitos, lugar no qual se destina o poder.

É preciso, enfim, submergir nas práticas sociais das ONG's, procurando ater-se sobre o discurso que subsidia tais práticas. Revisitar os espaços institucionais implementando uma analítica de como o poder articula-se com o saber dos agentes sociais no que se refere à concepção de adolescência e aos efeitos de poder provindos de suas práticas. Sabendo-se que a concepção, ou melhor, a categoria adolescente foi construída historicamente, desvencilhar-se deste histórico implica numa limitação a respeito desta e, conseqüentemente, numa vulnerabilidade com relação ao poder médico que assumiu o saber a seu respeito, apresentando uma concepção naturalizada, estática, cuja apreensão impossibilita a visualização dos dispositivos de poder que tal saber veicula.

IV.2 – A CONCEPÇÃO DE ADOLESCÊNCIA – DEMARCAÇÃO DISCURSIVA DAS ONG'S

O conceito referente à adolescência é um conceito relativamente novo na história. Segundo Philippe Ariès³⁵, na idade média houve a retomada de alguns textos da ciência antiga cujas preocupações dizia respeito ao entendimento da biologia humana. Na obra *Grand Propriétaire de Toutes Choses*³⁶ havia um texto, considerado de grande importância, que tratava do tema das “idades da vida” e que, segundo dizia, as idades eram divididas em sete, de acordo com o número de planetas. Destaquemos as quatro primeiras: a primeira idade ia até os sete anos e era denominada de “infância”, sendo o indivíduo nomeado de *enfant* (criança) e que significava não falante; a segunda idade chamava-se “*pueritia*” e estendia-se até os 14 anos; em seguida, vinha a “adolescência” que terminava aos 21 anos (embora alguns autores chegassem a concebê-la até aos 35 anos) e que era assim chamada devido ao fato da pessoa ser

³⁵ *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Edit. Guanabara, 1981: 33-41.

suficientemente grande para procriar; finalmente, a quarta idade era denominada “juventude” onde a pessoa alcançava a plenitude de suas forças e findava por volta dos 45, 50 anos.

Enquanto a juventude significava a “força da idade”, a adolescência permanecia indissociada da infância até aproximadamente o séc. XVIII. A indiferença ainda predominante com relação aos fenômenos biológicos fazia com que permanecesse a idéia de uma infância prolongada, não limitada pela puberdade, onde as crianças não eram caracterizadas de forma diferenciada, e sim vistas como homens pequenos e cuja vida cotidiana se dava em meio a dos adultos, sem separações.

Até aproximadamente o séc. XVII não existia o sentimento moderno da infância. No entanto, esta ausência do sentimento de infância não implicava a questão afetiva, propriamente, e sim a uma falta de “consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto”³⁷. Embora se date o início da percepção da particularidade infantil a partir do século XIV, através das artes, iconografia, religião e, mais tarde, através dos trajes, a sua representação e sua nomeação propriamente dita somente ocorrerá posteriormente ao surgimento do “sentimento da infância”.

Em torno do séc. XVII começa a expressar-se o sentimento da infância, inicialmente, de dentro da própria família. Segundo Ariès, “um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de ‘paparicação’. Originariamente, esse sentimento pertencera às mulheres, encarregadas de cuidar das crianças – mães ou amas”³⁸. A partir do séc. XVIII, o novo sentimento da infância vem afirmar-se na família burguesa, que passa então a dispensar uma atenção mais especial para a população infantil. Tal sentimento sofreu influência de toda uma literatura moral e pedagógica que começou a se disseminar pela Europa, a partir de uma cristianização crescente dos costumes e do estabelecimento de práticas de higiene que procuravam diminuir o alto índice de

³⁶ “Grand Propriétaire de Toutes Choses”: compilação latina do século XIII que retomou todos os dados dos escritores do Império Bizantino” (Cf. Ídem: 34).

³⁷ Ídem: 156.

³⁸ Ídem: 158.

mortalidade infantil e sanar as precárias condições de saúde dos adultos.

O sentimento da infância entre os moralistas e educadores do séc. XVII diferenciava-se dos espaços familiares na medida que “o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral (...) Tentava-se penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação (...) O tom às vezes era austero e a ênfase recaía sobre a severidade, por oposição ao relaxamento e às facilidades dos costumes”³⁹. Assim,

O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela ‘paporicação’ – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar.⁴⁰

Enquanto na Idade Média as escolas eram destinadas aos clérigos sem distinção de idades e caracterizava-se por uma relativa liberdade de costumes, a partir do séc. XV vai destinar-se à formação moral e intelectual das crianças separando-as da sociedade dos adultos e exercendo uma disciplina mais autoritária. Tal qual na sociedade de modo geral, tais escolas irão manter a “indistinção” quanto à infância e adolescência, a começar pela não valorização da diferença de idade entre os alunos. Geralmente, iniciava-se a escola com 10 anos e numa mesma sala encontrava-se alunos das mais variadas idades. No decorrer do séc. XVI, passa a se diferenciar a massa escolar segundo a faixa etária, reconhecendo as particularidades da infância e da juventude, sendo assim instituídas as classes escolares.

De uma simples sala de aula, com apenas um mestre por sala, com alunos predominantemente do sexo masculino e cuja preocupação se centrava na formação técnica dos clérigos, o colégio passou a ser, na idade moderna, uma “instituição

³⁹ Ídem: 162-163.

⁴⁰ Ídem: 163-164.

complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude”⁴¹. Orientados sob o novo sentimento da infância, as instituições escolares abandonam a rigidez disciplinar em proveito de uma nova concepção de educação que “procura despertar na criança a responsabilidade do adulto”⁴².

Apesar da valorização infantil, ainda permanecia a indiferenciação entre infância e adolescência, permanecendo assim até aproximadamente meados do séc. XIX. À medida que se incentivava que todos os alunos percorressem todas as séries, e, à medida que surgiam novos desafios para a pedagogia como a homogeneização das classes, a diminuição do número de alunos por classe etc. passou-se a se exigir maior rigor na correspondência entre idades e classes. As idades, então, começam a ter uma importância cada vez mais reconhecida. Neste sentido, Ariès comenta que “sem o colégio e suas células vivas, a burguesia não dispensaria às diferenças mínimas de idade de suas crianças a atenção que lhes demonstra, e partilharia nesse ponto da relativa indiferença das sociedades populares”⁴³.

Ariès, assinala um percurso similar ao de Foucault com relação à medicina social. Ao contrário da tradição histórica, percebe-se, através desses autores, que a direção de suas pesquisas se dá do geral para o particular, assinalando as transformações ocorridas no espaço público e as concomitantes produções que se dão no espaço privado. Tanto quanto a prática médica dirigida à população possibilitou o advento de uma prática de uma medicina individualizante, clínica, as escolas foram espaços onde, a partir de uma faixa extensa da população, pôde-se ir separando-a, delimitando-a, esquadrinhando-a, ao mesmo tempo que circunscrevendo-a em espaços isolados a partir dos quais seria “examinada”, estudada. A partir daí todo um saber a respeito dos indivíduos se estrutura⁴⁴.

Assim, a organização escolar e a disciplina pedagógica foram partes importantes de um percurso histórico onde se presenciou o advento da “criança” e do “adolescente”, ambas categorias da modernidade. O investimento no corpo através da

⁴¹ Ídem: 170.

⁴² Ídem: 182.

⁴³ Ídem: 177.

⁴⁴ Muitos estudos realizados na área da sociologia e da história, que procuraram investigar a respeito do surgimento do termo adolescência, “colocaram em evidência a necessidade que a sociedade tinha em designar uma certa categoria etária, a fim de integrá-la na sociedade global, para exercer sobre esse novo conjunto uma disciplina mais vigilante” (ALBERTI, op. cit.: 25).

disciplina nos espaços institucionais, atesta a hipótese de Foucault a respeito de que o controle da sociedade sobre os indivíduos começa pelo corpo, daí considerar-se o corpo como realidade bio-política e a medicina, ou a pedagogia - no caso, como estratégias bio-políticas⁴⁵. Estratégia esta que institui a escola como uma das instituições de implementação da tecnologia disciplinar. A pedagogia, portanto, enquanto “disciplina” do saber (como a criminologia, higiene social, demografia etc.), constitui-se ligada à expansão das tecnologias disciplinares situando-se primeiramente no âmbito escolar, uma vez que a escola, como instituição de poder, necessitava “de discursos e práticas novos, mais refinados e operacionalizados (...) Estas disciplinas sociais ditas científicas desenvolveram suas próprias regras de evidências, seus próprios modos de recrutamento e exclusão, seu próprio esquadramento disciplinar; porém, fizeram-no dentro do contexto mais abrangente das tecnologias disciplinares”⁴⁶.

Esta expansão das tecnologias disciplinares coincide com a emergência do biopoder (séc. XVIII) como tecnologia política do Estado. Tal tecnologia advinha de um saber administrativo sobre o Estado ou seja, sobre sua população; através de seu controle, mensuração, o que denota a transformação da política em biopoder que se ramifica nas instituições e investe nos indivíduos. Assim, o indivíduo moderno - seja a criança, o adolescente - surge na modernidade como objeto e preocupação política e científica. Considerado um recurso para o Estado moderno e seu aparelho administrativo, “o indivíduo interessava na medida em que podia contribuir para a força do Estado. As vidas, as mortes, as atividades, o trabalho, as misérias e as alegrias dos indivíduos eram importantes por constituírem preocupações cotidianas que se tornavam politicamente úteis”⁴⁷.

⁴⁵ Cf. FOUCAULT, 1990, op. cit.: 80.

⁴⁶ DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 177.

⁴⁷ Ídem: 153.

É interessante o comentário a seguir a respeito do significado das palavras que vieram nomear alguns indivíduos e a relação com nossa discussão a respeito do discurso engendrar uma determinada manutenção de poder: “Palavras que significam ‘criança’, ‘menino’ e ‘menina’, por exemplo, são utilizadas regularmente para significar ‘escravo’ ou ‘servo’ em grego, latim, árabe, sírio e em muitas línguas medievais. É isto uma sutileza filológica e social? (...) Surge a tentação de deduzir, deste vínculo lingüístico, que as crianças ocuparam a posição de escravos, mas é mais provável que a conexão verbal seja ligada ao fato de que os próprios papéis sociais (escravo, servo, servo de gleba, etc.) eram equivalentes ao papel social da ‘criança’, quanto a poder e condição jurídica, seja qual fosse a idade da pessoa...” (BOSWELL apud MENDEZ, Emilio Garcia. “Legislação de ‘Menores’ na América Latina: Uma Doutrina em Situação Irregular”. In: SIMONETTI, Cecilia. Op. cit.: 25).

Segundo Lins⁴⁸, “no sentido moderno, a palavra adolescência nasceu de uma reflexão demográfica e social sobre as idades da vida. A demografia que os ingleses chamam ‘aritmética política’, começou a se desenvolver após o séc. XVII. A partir da Segunda metade do séc. XVIII, os demógrafos, vão dividir a vida em diversas faixas de idade: - velhice, juventude, idade matura – cada uma ganha o seu sentido nessa época”⁴⁹. Sabemos que a demografia irá aliar-se à medicina social no projeto de higienização dos espaços, configurando uma prática estreitamente vinculada ao advento do sujeito moderno

Portanto, a datação histórica do surgimento do adolescente enquanto indivíduo moderno, coincide com a tomada pelo poder de seu corpo⁵⁰. Tendo em vista a relação do indivíduo moderno com o poder disciplinar, depreende-se que o indivíduo é considerado constituído como sujeito/objeto: sujeito de uma subjetividade e objeto de práticas disciplinares. Sujeito, neste contexto, tem o sentido de “sujeito a”, portanto “sujeito a” uma dominação, e aqui, entenda-se a subjetividade como constituída, produzida a partir da inserção social deste indivíduo⁵¹.

A prática confessional⁵², instituindo a busca de uma verdade de si, e, o dispositivo da sexualidade afirmando que a verdade dirá respeito ao sexo, organizam uma subjetividade constituída por um segredo sobre o sexo que consistirá na verdade do próprio sujeito. Na busca dessa verdade imanente, constitui-se os saberes do homem – dentre eles a educação - sustentados por “tecnologias do eu”. Tais tecnologias produzirão, por sua vez, a subjetividade do qual o indivíduo “estará sujeito”, através das relações de poder⁵³.

⁴⁸ LINS, Daniel. “A Adolescência e a História”. (mimeo) Texto do curso de especialização “Família, Famílias” do Centro de Estudos da Família. Fortaleza, janeiro de 1997: Op. cit.: 03.

⁴⁹ Segundo Ariès (Op. cit.: 47), somente no séc. XX a adolescência passa a ser a idade favorita, “empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente”. Conforme o autor, “tem-se a impressão, portanto, de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a ‘juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX, e a ‘adolescência’, do século XX. Essas variações de um século para o outro dependem das relações demográficas. São testemunhos da interpretação ingênua que a opinião faz em cada época da estrutura demográfica, mesmo quando nem sempre pode conhecê-la objetivamente” (Ídem: 48).

⁵⁰ “O indivíduo moderno - objetivado, analisado e fixado - é uma realização histórica. O poder não aplica seu saber, suas investigações, suas técnicas ao universal, mas ao indivíduo como objeto e efeito de um entrecruzamento do poder e do saber. O indivíduo é o produto de desenvolvimentos estratégicos complexos no campo do poder e de múltiplos desenvolvimentos nas ciências humanas (DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 176).

⁵¹ Ver o capítulo “Verdade e Poder” (FOUCAULT, 1990, op. cit.: 01-14).

⁵² Ver FOUCAULT, 1997, op. cit..

⁵³ Esclareceremos melhor a respeito do dispositivo da sexualidade e da “tecnologia do eu” mais adiante, nas páginas 194 e 195.

A literatura bem expressa essa incorporação da “tecnologia do eu”⁵⁴. Foucault, em “História da Sexualidade”⁵⁵ assinala este estilo literário, de tematizar a respeito de si próprio, discorrendo a respeito de temas mais subjetivos, como uma mudança na literatura que passa a incorporar o discurso de verdade que a prática confessional instituiu. Segundo ele, “de um prazer de contar e ouvir, dantes centrado na narrativa heróica ou maravilhosa das ‘provas’ de bravura ou santidade, passou-se a uma literatura ordenada em função da tarefa infinita de buscar, no fundo de si mesmo, entre as palavras, uma verdade que a própria forma da confissão acena como sendo o inacessível”.

Neste sentido, podemos mencionar vários autores que falaram sobre a adolescência em suas autobiografias ou mesmo poesias, dentre eles, Jean-Jacques Rousseau⁵⁶ (“Emílio”, 1762); “Sturm und Drang”⁵⁷ (Movimento literário alemão, do final do séc. XVIII, que constituía numa reação jovem contra o iluminismo); René Chateaubriand⁵⁸ (“René”, início do séc. XIX); Goethe⁵⁹ (“Poesia e Verdade”, 1812); Victor Hugo⁶⁰ (“Os Trabalhadores do Mar”, 1866); Gustave Flaubert⁶¹ (“Setembro”, meados do séc. XIX); e, Frank Wedekind⁶² (“O Despertar da Primavera”, 1891).

Embora Rousseau tenha sido precedido por alguns escritores que abordaram a

⁵⁴ O advento da categoria “adolescente”, bem como o de “criança”, que se deu em função do saber pedagógico, ou mesmo médico, relacionava-se com todo um discurso difuso socialmente que, por sua vez, possibilitou a organização da disciplina pedagógica e sua inserção em diversas instituições. O *locus* no qual se aportava este discurso era, por excelência, a literatura. No entanto, outros saberes contribuíram para a realização das disciplinas pedagógicas e médicas dirigidas ao adolescente, um deles diz respeito à história natural. Neste campo, destaca-se um naturalista francês denominado Georges Louis Leclerc Buffon (1707-1788) que estudou a sexualidade humana e situou a puberdade como fenômeno próprio da espécie humana (Cf. LINS, op. cit.: 01).

⁵⁵ Cf. 1997, op. cit.: 59.

⁵⁶ DOLTO, op. cit.: 40-42. Embora não utilizando o termo adolescente, Rousseau se refere a esta descrevendo a crise que se vivencia nesta fase a qual denomina de segundo nascimento: “nascemos, por assim dizer, em duas etapas: uma para existir, outra para viver; uma para a espécie; outra para o sexo...” (Ídem: 41).

⁵⁷ ALBERTI, op. cit.: 48-53. Herder, um dos expoentes do movimento, utiliza “a idéia de juventude na classificação das coisas, intermediando a infância e a fase adulta, tal como foi empregada no final do séc. XVIII, em diferentes campos. A importância do jovem no discurso adquire aos poucos novo estatuto” (Ídem: 52). “O Movimento *Sturm und Drang*, efetivamente, é uma das bases que lança a questão do adolescente, permitindo, anos depois que, em torno da questão, a ciência criasse conceitos” (Ídem: 56).

⁵⁸ DOLTO, op. cit.: 43.

⁵⁹ ALBERTI, op. cit.: 44-48. Foi um dos “cabeças” do *Sturm und Drang*, com a obra “Sofrimentos do Jovem Werther” (1774).

⁶⁰ DOLTO, op. cit.: 40. Num dos trechos dessa obra, Victor Hugo define adolescência da seguinte forma: “...ela tinha essa graça fugaz que marca a mais deliciosa das transições, a adolescência, os dois crepúsculos confundidos, o início de uma mulher com o fim de uma criança”. Ao que Dolto acrescenta: “o início de uma mulher é uma aurora; não é um crepúsculo (...) Hoje compreendemos: a aurora de um adulto no crepúsculo de uma criança”.

⁶¹ Ídem: 43. Segundo Dolto, foi com ele que se expressou o primeiro lirismo da adolescência.

⁶² ALBERTI, op. cit.: 53-56. Um dos precursores do expressionismo.

temática da adolescência⁶³ ao tecer romances envolvendo personagens jovens. acreditamos que Rousseau tenha sido o primeiro a refletir mais detidamente sobre esta fase. Vejamos um trecho de sua obra “Emílio”⁶⁴:

...Mas o homem, em geral, não foi feito para permanecer na infância. Sai dela no tempo prescrito pela natureza; e esse momento de crise, embora muito curto, tem influências duradouras. Como o bramido do mar precede de longe a tempestade, esta tormentosa revolução anuncia-se através do murmúrio das paixões nascentes; uma fermentação surda adverte sobre a proximidade do perigo. Uma mudança no humor, arrebatamentos freqüentes, uma contínua agitação de espirito tornam a criança quase indisciplinável. Ela fica surda à voz que a torna dócil; é um leão em sua febre; não reconhece seu guia, não quer mais ser governada. Aos indícios morais de um humor que se altera, juntam-se mudanças sensíveis na aparência. Sua fisionomia se desenvolve e marca-se com um aspecto (...). É aqui o segundo nascimento de que falei; é aqui que o homem nasce verdadeiramente para a vida, e que nada de humano é estranho para ele. Até aqui nossas preocupações não passavam de jogos infantis; só agora elas adquirem verdadeira importância. Esta época, quando acabam as educações comuns, é exatamente a época em que a nossa deve começar...

Segundo Daniel Lins⁶⁵, na obra *Émille*, mais especificamente no livro IV: “Da Adolescência”, Rousseau advoga que as paixões amorosas advindas do descobrimento do sexo devem ser controladas por serem ameaçadoras ao indivíduo. A leitura, ginástica e filantropia possibilita o adolescente a voltar-se para os outros, pois comumente encontra-se absorvido em seu narcisismo. Tais recomendações relacionam-se à preocupação de Rousseau em fundar uma sociedade “baseada no contrato que cada indivíduo é capaz de firmar com os outros, verdadeiro fundamento do vínculo social”. Estas recomendações serão retomadas, posteriormente, pelos educadores e médicos do séc. XIX⁶⁶ que irão organizar suas disciplinas a partir da circunscrição do adolescente, conforme citamos acima, de onde serão instituídos os saberes científicos a respeito deste.

Os romancistas até o início do século XX, descreviam a adolescência como um

⁶³ Dante em “Paolo e Francesca” (final do séc. XIII); Shakespeare em “Romeu e Julieta” (1594-95) (Ver DOLTO, op. cit.: 42).

⁶⁴ Cf. Ídem: 41-42.

⁶⁵ Op. cit.: 01-02.

⁶⁶ Segundo Lins (Ídem: 02), “os médicos escrutam o corpo do adolescente e seu psiquismo. Após 1830, as teses de medicina consagradas aos problemas da puberdade, a sua etiologia, a sua clínica e seus remédios, se multiplicaram”.

período de crise subjetiva tendo sido, posteriormente, concebido como um estado, passando a ser “institucionalizada como uma experiência filosófica, uma mudança obrigatória da consciência”⁶⁷. Será, portanto, somente no séc. XX, especialmente após a guerra de 1914, que a adolescência passa a tornar-se um fenômeno reconhecido e valorizado. Enquanto fenômeno, passa a ser especificamente estudada.

Um dos primeiros a preconizar o estudo da adolescência foi Stanley Hall cuja corrente de pesquisa remontava à década de 1890. “Nessa época começou-se a fazer o inventário da chamada literatura efébrica e a advogar em favor da hebologia. O adolescente, como tal, é considerado um tema de observação privilegiada”⁶⁸. Em 1904, Hall publicou “A Psicologia da Adolescência”. Segundo Dolto⁶⁹,

*Stanley Hall foi um precursor no seu tempo, por ter exposto o problema de uma ciência do homem ainda inexistente na época e ter criticado a psicologia de gabinete em favor de uma psicologia de campo. Mas sua visão do ‘remédio pedagógico’ não ultrapassa a de Rousseau: encorajar os impulsos, os instintos, inclusive os instintos predadores, a fim de estruturá-los e evitar assim que ressurgam na idade adulta sob a forma de agressividade violenta. Para produzir essa catarse nos jovens em idade púbere, ele propõe, ingenuamente, o contato com o grande livro da natureza e as narrativas de grandes feitos do passado”.*⁷⁰

Embora aliadas desde o séc. XIX, será no início do século XX que educação e medicina social irão conjugar-se para exercerem a normatização dos jovens. A evolução da pedagogia e do projeto higienista se encarregarão de prover as instituições sociais dos instrumentos necessários de normatização desta idade agora privilegiada. Assim, aliado ao projeto higienista, o colégio ou as instituições corretivas

⁶⁷ DOLTO, op. cit.: 50.

⁶⁸ Ídem: 57. Em 1898, Lancaster publicou uma obra que consistia numa análise de duzentas biografias de pessoas célebres onde observava suas tendências dominantes no período da adolescência (Id. Ibid.).

⁶⁹ Ídem: 58.

⁷⁰ Na Sociologia, a adolescência foi tematizada desde sua fundação com Durkheim na obra “O Suicídio”(1897), onde fala que a “juventude é um momento crucial na formação do vínculo social e trata-se de uma idade de predileção para o suicídio” (Cf. LINS, op. cit.: 05).

Outro saber que também vêm estudar o adolescente é a Psicanálise. Inicialmente utilizando o termo puberdade, compreendendo as transformações corporais e psíquicas. Para Freud, três excitações concorrem para a evolução que essa etapa comporta: “do mundo externo, através da excitação das zonas erógenas; do mundo orgânico e; da vida ‘psíquica’” (ALBERTI, op. cit.: 23-24). Será a respeito deste último que Freud irá trabalhar no seu “Ensaio sobre a Sexualidade” (1905), a respeito da puberdade, destacando que o trabalho psíquico de maior importância nessa fase consiste no desligamento da autoridade dos pais.

No entanto, Freud como Melanie Klein, irão referir-se a esta fase utilizando de preferência o termo puberdade. Será com Ernest Jones, em 1923, que o termo adolescência será empregado realmente pela primeira vez na psicanálise, com o sentido de “um período construído sobre o modelo dos estágios da primeira infância e cujo final feliz é marcado pelo estabelecimento de uma harmonia definitiva advinda da fusão dos diferentes objetivos pulsionais, em direção à genitalização” (Ídem: 24).

(reformatórios, inicialmente ligados ao SAM, FEBENCE e outros), vêm exercer uma tutela sobre os jovens da qual a família passa a ser conivente ao reconhecer-se ignorante de sua capacidade higienizante. Delega-se assim um poder às instituições que irão exercê-lo para fins de controle social. Este poder, conforme apontou Foucault, deu-se notadamente pela regulação do corpo.

Sabemos que a medicina vem interessar-se pela sexualidade a partir do séc. XVIII, segundo Donzelot⁷¹, “mais sob o ângulo dos fluxos propriamente corporais do que dos fluxos sociais”. No entanto, à medida que a medicina vai elaborando um saber sobre o corpo sua prática irá aperfeiçoando um poder sobre os mesmos que, em última instância, incorre nos fluxos sociais, na tentativa de sua regulação. Inicialmente no campo da higiene privada, a medicina vai estendendo o trabalho dirigido à sexualidade como sendo uma preocupação do Estado. Passando por cima do arbítrio das famílias e da Igreja, a medicina vai gerindo um controle cada vez maior sobre os corpos até chegar na regulação das relações propriamente⁷².

Neste processo, a instituição familiar será “intimada” a exercer o seu papel no trabalho de regulação social. Em conjunto com a medicina social, a família (através da mãe) e a instituição escolar, serão consideradas como instâncias fundamentais para o desenvolvimento infantil, pois a “mãe devotada e a criança bem-amada vão ser o adubo e a semente do adolescente, futuro adulto patriótico”⁷³. O adolescente, até então absorvido em si mesmo, passa a voltar-se para o mundo a partir do “interesse sexual” estando num “mundo de amor” que a tudo contempla: “ama a Deus com a exaltação do amante, ama a pátria com o entusiasmo da mocidade”⁷⁴. Assim, o patriotismo encontrava na puberdade um meio promissor de permanência e

o adolescente, como consequência, devia merecer cuidados especiais.

⁷¹ Op. cit.: 155.

⁷² Dentre a regulação das relações impetrada pelo projeto higienista, temos: o projeto higienista vem incentivar o “amor físico”, o direito da mulher ao prazer, como meio de atender aos preceitos higiênicos de diminuição da prostituição e, conseqüentemente, das doenças venéreas, bem como garantir “o progresso populacional e a moralidade da família” (Ver COSTA, 1989, op. cit.: 215-274). Através do sexo, o amor “se adaptava à realidade, inserindo-se maduramente na política de conservação biológica e moral da espécie” (Ídem: 231), através dele a higiene estimulava a responsabilidade do casal na manutenção do casamento e o sexo poderia permanecer circunscrito aos limites da casa. Além de fecunda, a família deveria ser responsável pela manutenção dos filhos, “do contrário, a carga financeira da educação dessas crianças abandonadas recairia, novamente, sobre a administração pública; ou, o que era mais grave, a mortalidade infantil tenderia a aumentar...” (Ídem: 234). Temos ainda o combate ao onanismo, já comentado, onde a criança e/ou o jovem não deveria debruçar-se sobre atitudes isoladas e que, acreditava-se, causavam danos a sua saúde e, conseqüentemente, interferiam em sua socialização. As instituições escolares diziam, assim, cumprir com um objetivo social. (Ver abaixo, nota de rodapé no. 76).

⁷³ COSTA, Ídem: 73.

⁷⁴ CARRÃO (1848) apud COSTA, Ídem: 72.

*Sua heterossexualidade era a via real de acesso ao patriotismo. O nacionalismo político ganhava, assim, uma nova origem biológico-moral e a medicina inventava um personagem higiênico, cuja existência social era, até então, quase despercebida.*⁷⁵

O sujeito adolescente considerado como recurso à manutenção do poder estatal é investido, portanto, de tecnologias disciplinares cujos efeitos produz, dentre outros, a interiorização do discurso patriótico. Em função destas tecnologias, tal personagem é circunscrito à procedimentos de treinamento que incidirão minuciosamente sobre seus corpos. Um destes procedimentos é o controle do onanismo, na realidade, uma ação higienista que vela a tomada do corpo pelo poder. Já desde o séc. XIX as escolas e reformatórios regiam um controle sobre os corpos justificando-se na necessidade de controle de suas sexualidades⁷⁶. Além das disposições físicas como cadeiras afastadas, luzes acesas durante a noite, separação por faixa etária, havia todo um controle através da observação de seus leitos e vestes, de suas “disposições morais” através de “questões astuciosamente” formuladas, de seus trejeitos etc.⁷⁷. É, portanto, ao mesmo tempo que o corpo torna-se alvo de poder que o indivíduo é nomeado, classificado, serializado, ou seja, investido por uma disciplina que o fabrica tomando-o como objeto e instrumento de seu exercício.

No entanto, àqueles adolescentes não inseridos nas instituições sociais, notadamente a escola, e cuja família fracassava como reprodutora do modelo burguês de “higiene social”, por constituir-se de forma diferenciada, vêm instituir-se leis e códigos para regulá-los, através de todo um dispositivo jurídico que garantirá sua permanência dos adolescentes em alguma instituição que possa realizar sua disciplinarização. Existe, portanto, um discurso ambivalente sobre o mesmo sujeito adolescente que irá remeter-se, inicialmente, à diferença de classes sociais. Neste sentido, comenta uma entrevistada:

⁷⁵ Id. Ibid.

⁷⁶ Uma das técnicas que pressupunha o controle do onanismo, era o exercício físico, com o propósito de tirar a atenção das zonas erógenas. Dentre as mudanças instauradas pelas reformas urbanas no início do século, baseadas na medicina social, está a profusão de praças destinadas, entre outros, para o exercício físico. Segundo CORDEIRO (op. cit.: 62), “nessa época começa a surgir a prática da ginástica infantil (...) A regeneração das praças vai além do mero aformoseamento: facilitava novas regras de convívio e estimulava a prática de novas atividades como esta”. (Ver capítulo I, nota de rodapé no. 78 que comenta sobre a obra de Tissot (1760, op. cit.) sobre o controle da masturbação).

⁷⁷ Ver COSTA, 1989, op. cit.: 175-214. A preocupação com relação ao sistema de internato para adolescentes era que originavam comportamentos considerados perigosos, que se davam em função do ofuscamento da idade pelo sexo, quais sejam: o prazer solitário e a homossexualidade (Cf. LINS, op. cit.: 02).

...Adolescente, pobre, nós internalizamos e representamos na nossa sociedade como devendo trabalhar para não perambular enquanto que o adolescente de classe média alta se ele vai trabalhar é como estágio (...) Para criança e o adolescente de classe baixa nós vemos no trabalho uma forma obrigatória de vida pra ele (...) E fazemos um raciocínio totalmente contrário, uma lógica totalmente contrária quando isso se dá em relação às outras classes.⁷⁸

A construção histórica do discurso a respeito da adolescência revela sua correlação com o poder, conforme assinalamos. Pensar o adolescente sem remeter-se a esta consideração histórica, circunscrevendo-o numa visão organicista, medicalizada, que subsidia uma concepção naturalizada a seu respeito, dificulta a percepção das diferenças de práticas discursivas estabelecendo relações diferenciadas no plano do poder. Portanto, é evidente que todos os indivíduos são “regidos” pelo biopoder, mas estando este vinculado ao Estado e sendo o Estado composto por uma elite hegemônica, depreende-se que adolescentes de classes diferentes sofrerão efeitos de poder diferenciados. Ao mesmo tempo que homogeneiza-se o “organismo” adolescente, imputa-se formas diferenciadas de tecnologias disciplinares. Assim, aos mais abastados institui-se outros mecanismos, diluídos sobretudo na realidade escolar, não ficando, portanto, isentos dos projetos de normatização.

Projetos estes vinculados ao dispositivo da sexualidade através dos quais o biopoder irá investir sobre o adolescente. As práticas governamentais, enquanto instrumento e efeito do biopoder, irão garantir o controle desta população através de uma série de dispositivos subsidiados na tecnologia jurídica e disciplinar. Daí que, igualmente ao conceito de adolescência, a sexualidade deve ser vista como uma “construção histórica e não como uma essência subjetivante”⁷⁹.

Dentre os dispositivos subsidiados pela tecnologia disciplinar temos o dispositivo da sexualidade, através do qual o biopoder irá investir sobre o adolescente. Tal dispositivo, tendo incidido inicialmente sobre as relações de aliança, os prazeres, os órgãos sexuais, as relações inter-individuais e outros, produziu uma série de discursos dos quais adveio, posteriormente, o discurso sobre o sexo⁸⁰. “Este discurso colocou o sexo como uma pulsão tão poderosa e tão irracional que as formas dramáticas do auto-

⁷⁸ Entrevista no. 03.

⁷⁹ DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 185.

⁸⁰ A respeito de uma diferenciação entre sexo e sexualidade, ver: DREYFUS e RABINOW, Ídem: 188.

exame individual e do controle coletivo tornaram-se um imperativo de modo a manter essas forças controladas”⁸¹. Temos assim, outra tecnologia incorporada ao biopoder, através do dispositivo da sexualidade, denominada por Foucault de “tecnologia do eu”, instituída pela prática da confissão do sujeito individual, pela auto-reflexão ou pelo discurso. Além das tecnologias ligadas à disciplina que tomam o indivíduo como objeto, temos as tecnologias ligadas ao “cuidado de si” tomando o indivíduo como sujeito⁸². Em função do biopoder, o sexo não deverá ser simplesmente “avaliado”, “julgado”, mas, “administrado”. Esta administração é assumida tanto pelos diversos aparelhos do Estado quanto pelos indivíduos que o compõem. Com a interiorização deste poder através do “controle de si”, se tem garantida a perpetuação do dispositivo da sexualidade.

Ao incorporar o sexo no discurso, o dispositivo da sexualidade passou a fazer parte de uma medicina do sexo, que passa a separar-se da medicina do corpo. Separação esta baseada no “isolamento de um ‘instinto’ sexual suscetível, mesmo sem alteração orgânica, de apresentar anomalias constitutivas, desvios adquiridos, enfermidades ou processos patológicos”⁸³.

Acreditamos que foi no bojo de uma medicina do sexo que veio a surgir a “educação sexual”, tendo como princípio a regulação social através do controle dos corpos. É interessante associarmos o aparecimento destas três instâncias no séc. XX: o adolescente como idade privilegiada, e realmente “posto” em discurso; o sexo; e, a educação sexual que tem como princípio a regulação social do controle dos corpos. Quanto a esta, Donzelot⁸⁴ assinala a concepção de educação sexual, introduzida pela Sociedade de Profilaxia Sanitária e Moral da França, no período das duas guerras:

A educação, ou melhor, ‘a civilização do instinto sexual (...) deve consistir numa espécie de vacina capaz de criar um certo automatismo psíquico, de habituar o cérebro a associar às idéias eróticas a representação de suas conseqüências possíveis’. Que são, evidentemente, as diversas formas de doenças venéreas, apoiadas em tabelas e figuras edificantes. Procedendo a uma tal educação antes do nascimento do instinto coletivo, anônimo, desarticula-se sua carga

⁸¹ Ídem: 186.

⁸² Id. Ibid. Para um maior aprofundamento a respeito do dispositivo da sexualidade, do biopoder etc., ver “A História da Sexualidade” (FOUCAULT, 1997, op. cit.) e o capítulo intitulado “A Genealogia do Indivíduo Moderno como Sujeito” (DREYFUS e RABINOW, op. cit.).

⁸³ FOUCAULT apud DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 189.

⁸⁴ Op. cit.: 168.

*perturbadora, para contê-la até a idade da reprodução normalizada, podendo-se esperar, desse modo, obter um sexo sadio, vigoroso e disciplinado. O ideal é eliminar a sexualidade não reprodutora como uma doença...*⁸⁵

No Brasil temos, já desde o início do século, a medicina social instaurada nas escolas discorrendo a respeito da puericultura, das doenças venéreas e outros, embora ainda não nomeados de educação sexual⁸⁶. Com a nomeação desta prática e sua difusão, institui-se a disciplina de “planejamento familiar” e, posteriormente, a demanda por inclusão do trabalho de educação sexual nas escolas. A partir da prática de educação sexual, reforça-se a prática higienista nas escolas e intensifica-se o controle dos corpos através do cuidado de si.

No caso dos trabalhos desenvolvidos nas ONG's, chamou-nos atenção a presença do discurso da sexualidade alinhavada ao discurso sobre a adolescência, confirmando o que foi dito a pouco sobre o investimento do biopoder sobre o adolescente através do dispositivo da sexualidade. Ou seja, a adolescência pôde surgir como categoria na medida em que a sexualidade entrou em discurso e, à medida que o sexo passou a fazer parte do dispositivo da sexualidade, os trabalhos com adolescentes intensificaram-se. Assim, ao falar sobre a adolescência, invariavelmente o profissional faz referência à sexualidade:

*O adolescente, a gente sabe perfeitamente que é, quer dizer, é ligado a uma transformação pessoal né, a uma formação do ser humano, é quando ele vai pra puberdade, né isso quando ele vai amadurecendo, vai se despertando, tornando homem, a menina vai se tornando mulher, não é?*⁸⁷

*O adolescente entra no mundo dele de acordo com as informações que ele vai obtendo da forma que puder (...) AIDS, planejamento familiar são consequências (...) o mais importante nesse trabalho é discutir o todo da sexualidade que envolve não só aspectos sexuais, mas, principalmente afetivos (...) Discutir, primeiramente, o ser, entra aí uma visão ecológica, onde a sexualidade é parte importantíssima, no sentido da espiritualidade, da ecologia, numa visão muito maior que integra esse homem com outro ser, com o planeta, o universo... sei lá!...*⁸⁸

⁸⁵ Reforçando o controle através da educação sexual, vem surgir em 1956 na França, o Planejamento Familiar que reconhece a educação sexual como instrumento da profilaxia dos “distúrbios do desentendimento conjugal e da desadaptação escolar” (Ídem: 176-177). Em 1967, é estipulada a lei Neuwirth que autoriza o ensino sobre a sexualidade nas escolas.

⁸⁶ Segundo o “Regulamento da Instrução Primária”, de 1912, uma das disciplinas que compunham o ensino nas escolas públicas primárias denominava-se “Lições de Cousas ou primeiras noções científicas” que, dentre outros, englobava: “o estudo de nomes e usos dos objetos mais comuns; divisão do tempo; corpo humano e cuidados higiênicos; alimentação, roupas e habitação (...) propriedades físicas do corpo” etc. (Cf. CORDEIRO, op. cit.: 110).

⁸⁷ Entrevista no. 06.

⁸⁸ Entrevista no. 16.

Sem querer negar a particularidade do “organismo adolescente”, ressaltamos a importância de se apontar e questionar a incorporação do saber médico no discurso da sexualidade, como também da adolescência. Tal saber contribui para uma visão naturalizada destes dificultando uma compreensão da construção histórica de ambos discursos no campo das relações de poder, subsidiando, por sua vez, práticas disciplinadoras. Durante a realização das entrevistas, nenhuma vez a adolescência foi referida de forma crítica, questionando-se a historicidade do conceito, pelo contrário, ressalta-se o aspecto orgânico associado à sexualidade.

Neste ponto, gostaríamos de chamar atenção, ainda, para o fato de que até a década de 80, o adolescente não tinha uma assistência assegurada em termos de uma especialização médica que o atendesse. Em meados desta década, durante um Congresso de Pediatria, ficou assegurado o atendimento do adolescente pela medicina pediátrica. Até então, já não era mais assistido nem pelo pediatra e nem pelo clínico geral. Sendo a pediatria uma especialidade que atende à crianças, parece um retrocesso esta nova “indiferenciação” entre crianças e adolescentes. O procedimento de encaminhá-lo ao pediatra denota a negação radical com relação à sua vida sexual. É interessante pensarmos sobre este dispositivo, quando “o sujeito tem agora a possibilidade e a maturação biológica suficiente para colocar em ato seu desejo edípico”⁸⁹.

Esta “circunscrição” do adolescente acontece numa década em que surge um amplo movimento em defesa dos seus direitos, a intensificação de programas de educação “de rua” e o incremento do número de ONG's destinadas a esta clientela. Do lado governamental, já comentamos o caráter normatizador dos trabalhos implementados. No que se refere ao campo das ONG's e da conquista no plano jurídico, da garantia dos direitos dos adolescentes, parece haver toda uma configuração de novos dispositivos que venham libertá-lo da doutrina correcional-repressiva que prevalecia até então.

No entanto, conforme já mencionado, o poder não é essencialmente negativo, é produtor de positivities que possibilitem seu exercício. Por outro lado, não existe

⁸⁹ ALBERTI, op. cit.: 21.

apenas o poder jurídico, mas outros mais minuciosos que permeiam todas as instâncias sociais. Tendo o saber médico produzido uma série de positivities que veio a instaurar formas diversas de disciplinamento, e uma vez que a inserção desse saber na sociedade se dá de forma intensa, tem sido através de sua incorporação que diversas instituições sociais têm instaurado um domínio sobre os indivíduos, através da disciplina e do “cuidado de si”.

Neste sentido, parece-nos preocupante o fato de que, invariavelmente, os programas educacionais dirigidos aos adolescentes compõem, no seu conteúdo, referências à sexualidade. Embora não sejam nomeados de educação sexual, na prática, as temáticas trabalhadas são as mesmas: anatomia e fisiologia, puberdade, gravidez, concepção, anticoncepção, DST's e AIDS, tabus e preconceitos⁹⁰. A partir de algumas entrevistas confirmamos a existência destas temáticas:

A oficina de sexualidade a gente inicia sensibilizando o grupo (...) pra entrar em contato com a sexualidade (...) Em seguida a gente vai fazer a divisão dos grupos, onde cada um vai ficar com um determinado assunto e vai explorar um pouco esse assunto e depois vai apresentar pro grupo o trabalho que fez (...) É um tcham, é um contato que você vai ter com DST, por exemplo, com AIDS e com a questão do corpo, com toda a história de como funciona gravidez, métodos enfim, a questão dos preconceitos, a questão dos tabus, a gente divide todos esses temas por grupos, cada um fica com um e a gente dá o material e eles exploram esse tema e depois eles vão apresentar pro grupo da maneira mais criativa possível, ou você vai fazer um livro ou você vai fazer uma dramatização, você vai ter que passar esse assunto pro grupo...⁹¹

Quando a gente falava das questões mais específicas, da questão da sexualidade, a questão de comportamento, essa coisa toda, a gente procurava sempre fazer um ponto de ligação com o Estatuto, mostrando sempre o direito (...) Se trabalhava muito a questão das informações a cerca das DST's e da questão da gravidez precoce. Como eram oficinas a gente trabalhava sempre com materiais, vídeos, a gente mostrava o vídeo, os adolescentes discutiam eles próprios e tal... como é que eles viam a questão do próprio corpo, e a partir daí iam surgindo as discussões. A metodologia era muito de jogar o tema como instrumento, ou vídeo, ou texto e trazer pra discussão (...) era muito na questão da informação.⁹²

...O CAPC⁹³ tinha um projeto que a gente chamava de oficinas, oficinas

⁹⁰ Conteúdo do tópico “Educação para a Sexualidade”, extraído de um folder sobre “Introdução a Metodologia de Trabalho: Adolescência e Sexualidade”, promovido por uma ONG.

⁹¹ Entrevista no. 05.

⁹² Entrevista no. 10.

⁹³ Centro de Apoio a Projetos Comunitários, é uma outra ONG, já extinta, que surgiu em 1989 trabalhando com crianças, adolescentes e mulheres. Embora extinto, desenvolveu um trabalho que ficou como modelo para outras instituições,

com adolescentes. Essas oficinas consistiam em trabalhos grupais de adolescentes onde a gente levava algumas discussões, tinha algumas vivências e algumas dinâmicas (...) Trabalhávamos assim: levávamos um filme e aí se discutia aquele filme, o vídeo, discutia aquilo ali, a questão da gravidez na adolescência, a questão da homossexualidade, textos nesse sentido e a gente discutia (...) A gente trabalhava sempre em dois dias com esses grupos, sabe, e aí dava pra eles informações sobre os direitos ou seja, a gente passava pra eles informações acerca do Estatuto...⁹⁴

Outro ponto que aparece nas entrevistas é a ênfase dada aos trabalhos de “dinâmicas de grupo”. Geralmente justifica-se a ingerência destes “dispositivos de assimilação” em função dos adolescentes “não se concentrarem”, “serem dispersos” etc. Na realidade, acreditamos que os adolescentes resistem a um trabalho que imputa-lhes um saber a despeito deles mesmos, de seus desejos, de duas demandas. Comumente, se atribui como uma das causas da resistência dos adolescentes, a questão do linguajar médico, eminentemente técnico, introduzido pela “medicina do corpo”. Assim justificado, recomenda-se incorporar os termos que os adolescentes usam⁹⁵, (re)instrumentalizando o saber médico de forma que possa ser melhor assimilado. A questão cultural aí implícita, e a investigação dos meandros desta peculiaridade, reverte-se num instrumento de poder no campo da prática médica.

Não devemos descartar, porém, a dificuldade do trabalho com adolescentes advinda do processo “psíquico”, digamos assim, destes indivíduos. É um dado clínico a “crise identitária” da estrutura adolescente, tal fato, intensifica uma possível resistência com relação aos profissionais em função da transferência que se estabelece entre ambos e que, por sua vez, incide no próprio profissional, também em função de sua estrutura subjetiva. É comum alguns profissionais se depararem, igualmente, com uma resistência proveniente do que o sujeito adolescente suscita diante sua estrutura. Sendo assim, a adolescência se constitui como uma “crise identitária” onde é

especialmente para profissionais e jovens que participaram das oficinas realizadas pela ONG com o objetivo de treiná-los para repassarem tal trabalho. A oficina com adolescentes constituiu-se como um dos trabalhos mais marcantes da ONG e abordava, dentre outros, a questão da integração entre os adolescentes, o relacionamento familiar, a participação na comunidade, sexualidade e temas relacionados com o ECA. Tinha como objetivos: “1) Incentivar nos adolescentes o hábito de buscar informações, proporcionar vivência de situações de confiança, integração e afetividade; 2) Incentivar formação de grupos de estudo em torno de questões relacionadas com a adolescência; 3) Incentivar a participação dos adolescentes nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente” (ALBUQUERQUE, Tereza Cristina. “Oficinas de Adolescentes”. In: **Formação de Lideranças Comunitárias**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste. 16/04/92. Fascículo 13: 05.

⁹⁴ Entrevista no. 10.

recolocada em questão a identidade daqueles com os quais se depara, sendo os adolescentes, portanto, “suportes do sintoma em sua dimensão dupla, ao mesmo tempo individual e social”⁹⁶.

Assim, muitas vezes, os procedimentos metodológicos altamente enfatizados, revela uma possível dificuldade do profissional em relacionar-se com o adolescente. É raro um trabalho, uma oficina com adolescentes que não seja antecedida por uma dinâmica e, quando a dinâmica não é satisfatória, o profissional se depara muitas vezes com uma angústia sem saber como proceder, como continuar seu trabalho.

Ainda com relação à discussão acerca da sexualidade com os adolescentes, os profissionais fazem algumas colocações com relação a uma certa postura durante os trabalhos:

...O principal é a questão de você não passar o preconceito, você repassar as informações da forma mais correta (...) Não existe assim o certo ou errado, quando se trata da sexualidade, é uma questão ainda a ser discutida, você não pode chegar, você como educador, colocando seu ponto de vista como se ele fosse o único e verdadeiro...⁹⁷

A informação é concebida como um dado inquestionável e natural, aqui, percebe-se a introjeção do saber médico, a pouco mencionada, na forma como se veicula a positividade que este saber produz, por exemplo, ao mencionar as informações a respeito da AIDS, ou da iniciação sexual e seus riscos (gravidez, DST's etc.), todas elas velando formas sutis de dominação. Ademais a informação passa a ter uma importância significativa em função de que o controle do corpo, concretamente falando, é impossível. Será a informação assimilada pelo adolescente que poderá surtir efeito normalizador, é o poder, assim, interiorizado através da tecnologia do eu, do cuidado de si.

Como seus educadores não temos a função, o papel de incentivar e de não incentivar, acho que não é essa a nossa função naquele momento, a nossa função é repassar informações, as mais próximas da realidade possível (...)

⁹⁵ É interessante observar em algumas cartilhas, a mudança da linguagem eminentemente técnica para uma linguagem mais “social”, respeitando as idiossincrasias culturais de cada grupo. Ver as cartilhas mencionadas, incluindo os cadernos do Projeto Ana Beatriz, comentado no capítulo II.

⁹⁶ RASSIAL, Jean-Jacques. Entrevista concedida à Associação Psicanalítica de Porto Alegre. In: REVISTA DA APPOA, *Adolescência*. Porto Alegre, Edit. Artes e Ofícios, 1995. Ano V. no. 11: 88. Neste sentido, Alberti (op. cit.: 26) nos diz que “defrontar-se com a puberdade é fascinante mas implica também uma questão do gozo que permita enfrentar essa angústia”.

⁹⁷ Entrevista no. 05.

Se o menino vai transar ou deixar de transar, não compete nem a nós, nem ao professor direto lá com ele, nem a ninguém, compete a ele. Essa questão a gente repassa, da responsabilidade que é dele, ele que é o dono da vida dele. Agora claro, ele precisa saber de algumas coisas...

...A realidade que se apresenta hoje, não adianta eu querer tá na sala de aula e dizer que não se pode transar, não se pode fazer isso. Simplesmente que coisa boa que as pessoas tão transando, primeira questão, então, tem-se que encarar um fato como é, e que se tem que prevenir..." A questão não é, o que tá errado não é o sexo, sabe, a questão não é a sexualidade, não é isso que tá errado, o que tá errado, o que poderia está errado, são conseqüências ou outras coisas que vem acarretando no caso da AIDS, não é a sexualidade que é errada é a doença que tá colocada aí...

Ela não tá preocupada pra encarar isso aí e tá vivendo, que é a grande contradição, tá vivendo isso aí (...) O adolescente é mais difícil assim, ele tem uma curiosidade imensa mas ele não quer se expor e nem vai se expor, tem timidez, tem medo, principalmente medo, porque ele é proibido transar.⁹⁸

Você então quer saber como nós informamos estes adolescentes, que são desinformados pela TV, radio etc. (...) Os adolescentes, as pessoas da periferia são desidentificadas, não tem identidade (...) vão ao shopping, não se interessam por nada...⁹⁹

Eu acho que se está muito mais com medo, por exemplo da AIDS (...) Se você pegar programa de sexualidade pra adolescente, geralmente não se trata do prazer, não se trata da relação sexual ou se trata do aspecto biológico, explicar os aparelhos genitais, não sei o que, não sei o que, e da prevenção, ou da cura na área de saúde. mas não como, primeiro, como direito, e segundo, como uma fonte de prazer (...) Eu desconheço aquele que trate de fato da sexualidade como uma fonte de prazer, e como uma etapa natural no sentido de que, o adolescente cresce e tudo, há novas fontes de prazer e que são muito mais negadas do que colocadas e discutidas.¹⁰⁰

Na realidade, não se está com medo da AIDS, o motivo pelo qual a AIDS surge como uma positividade que justifica a regulação da sexualidade do adolescente é o mesmo pelo qual não se fala do prazer, que não se fala da sexualidade como fazendo parte estrutural do indivíduo, trata-se de exercer um controle do corpo a partir da instauração de um discurso a respeito da sexualidade, de um dispositivo. Portanto, a AIDS propriamente dita não é um impeditivo, e o "medo" se refere a autonomia do

⁹⁸ Entrevista no. 05.

⁹⁹ Observação de um profissional de um grupo de discussão, no II Encontro Estadual de ONG's, quando da apresentação da pesquisa com ONG's (Fortaleza, 12/08/96).

sujeito com relação a seu corpo. De fato, através da AIDS diz-se “não transe”. A mesma coisa ocorre com relação à gravidez, implícita em todas as informações está a questão de que a gravidez não é desejável para a sociedade, pois outros projetos foram destinados para esta faixa etária, eis na realidade a configuração de uma “problemática”. Assim,

até algumas década atrás, não existia gravidez na adolescência. As mulheres se casavam muito cedo e era normal as que aos 14 anos já eram mães. Os tempos hoje são outros. As mulheres chegaram ao mercado de trabalho e precisam, mais do que nunca, estar preparadas. A escolarização e o amadurecimento são processos mais longos. Com esta mudança, chega a nossos dias a problemática da gravidez na adolescência. Que precisa ser trabalhada como tantas outras.¹⁰¹

Seria interessante, portanto, que os profissionais que lidam com adolescentes pudessem se dar conta de que todo esse discurso, acima referido, fundamenta uma prática que está organizada em função do exercício de um poder que procura - através das estatísticas e dados divulgados pela imprensa, órgãos de saúde etc., qual seja, gravidez “não desejada”, iniciação sexual “precoce”, DST’s, abortos e outros - criar uma “positividade” que ameniza seu impacto e legitima sua presença.

Os trabalhos a respeito da sexualidade são mais minuciosos, sobretudo, no que se refere à gravidez e DST’s. Enfatiza-se os cuidados necessários para evitá-los e, saindo de um plano meramente orgânico para ater-se na questão da cidadania, apenas ressalva-se que não se pretende negar o direito ao exercício da sexualidade, colocando-se, por exemplo, que “é importante, entretanto, que estes cuidados não sejam fonte de repressão da sexualidade, mas sim expressões de zelo e respeito por você e pelo outro”¹⁰². Na realidade, toda esta questão da “saúde” acaba por criar um espaço, a mais, de normatização e controle dos adolescentes, através dos seus corpos, com o consentimento e ajuda deles próprios, onde o “cuidado de si ” deverá, a partir das informações incorporadas, ser realizado pelo próprio sujeito adolescente.

Para concluirmos, o discurso da adolescência está submerso no discurso da

¹⁰⁰ Entrevista no. 03.

¹⁰¹ Jornal O POVO, Fortaleza, 07/05/95.

¹⁰² Folder no. 03 da série “Saúde”, intitulado “Sexualidade na Adolescência”, produzido pelo NUCEPEC/UFC com o apoio do FCBLA, bastante utilizado nos trabalhos junto a adolescentes, educadores de rua, professores da rede oficial de ensino etc. por ONG’s, OG’s e outros.

sexualidade. Independente de se conceber a adolescência como uma “fase de transição em que o indivíduo vai preparar-se para a idade adulta”, na prática, todas as atividades estão organizadas em função do dispositivo da sexualidade. É este discurso que emerge na prática dos profissionais com adolescentes. Com exceção das atividades meramente profissionalizantes, todas as demais estão premidas pelo discurso da sexualidade. Discurso este que associa a sexualidade aos órgãos genitais, à gravidez, às doenças sexualmente transmissíveis etc. Conforme dissemos, não há uma reflexão sobre a historicidade do conceito “adolescência” e nem do conceito “sexualidade”, nem mesmo uma articulação mais aprofundada no campo da teoria propriamente dita¹⁰³. Com relação à definição da sexualidade, temos:

Sabe eu sinto a sexualidade como, é ecológica assim, ela não é só, ela não só sou eu, eu assim todinha, como ela até transcende e também ela se interioriza profundamente, é uma coisa muito ampla, muito grande, complexa, mas maravilhosa, assim o que me passa assim, você fala sexualidade, já vem um sorriso assim. Já vem uma coisa interessante, maravilhosa, ampla demais, imensa.

Sexualidade é um sexo saudável (...) É uma coisa que tem que ser exercido plenamente, legal, complexo, não só sexual mas também muito interior e muito da relação, pode ser essa de você se sentir bem, gostar de você, do seu corpo, do seu sexo.¹⁰⁴

Os profissionais que vêm assumir os trabalhos com adolescentes no campo da educação popular, adolescentes que estão fora do espaço normatizador da escola e do mercado de trabalho, vem possivelmente cumprir um papel de regulação social. Apesar do que possa parecer de real naquilo que o discurso médico aponta, vale questionar-se sobre porque tem sido tão enaltecido o trabalho com adolescentes, especialmente justificados por tal discurso. É baseado nestas justificativas, higienizantes que agências estrangeiras, notadamente as americanas, vem apoiar trabalhos com esta população. Tais profissionais,

presos à ideologia do 'cientificismo', acreditam na isenção política de

Outros da série são: no. 01: “Acidentes na Infância: É possível Prevenir!”, no. 02: “Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas”, no. 04: “Conversando sobre AIDS”; e, no. 05: “Prevenção e Combate à Desnutrição”.

¹⁰³ Conforme coletamos em nossas entrevistas, o planejamento das atividades com adolescentes é mínimo e os grupos de estudo são praticamente inexistentes. Quanto a fundamentação teórica, não importa muito a linha teórica dos autores, contanto que dêem subsídios para as atividades, dessa forma, trabalham com uma diversidade de autores que, numa discussão mais minuciosa, apresentam uma certa dificuldade para discutir ou mesmo lembrar dos mais significativos para o embasamento dos trabalhos.

¹⁰⁴ Entrevista no. 05.

suas práticas profissionais. Por esta razão, jamais procuram rever as matrizes sociais da ciência que orienta os postulados teóricos e técnicos destas práticas (...) Analisam e interpretam a perplexidade e a fragilidade dos indivíduos como provas de que eles não estão suficientemente convertidos ou submissos às normas de saúde (...) A normalização das condutas e sentimentos opera (...) despolitizando o cotidiano e inscrevendo-o nas micropreocupações em torno do corpo, do sexo e do intimismo psicológico (...) O problema começa quando percebemos que a lucidez científica das terapêuticas (...) escondem, muitas vezes, uma grave miopia política.¹⁰⁵

Se concebermos o pedagógico como sendo, inclusive, “a reflexão sobre os conhecimentos, os sujeitos e as práticas”¹⁰⁶, e, tendo em vista o momento atual onde a EP tem sido repensada, é preciso reafirmarmos a importância de se incorporar um referencial que fundamente uma “revisão” e um (re)posicionamento dos agentes sociais no âmbito das ONG's. Tendo em vista a “ingerência” do saber médico em suas práticas, conforme assinalamos e, conseqüentemente, a configuração de um espaço institucional que encena um micropoder nas relações estabelecidas com os adolescentes, é preciso (re)pensar a educação que ora realizam. Assim, reconhecendo que o saber e o poder tem correlações significativas, o “intelectual universal joga o jogo do poder por não conseguir compreender esta questão”¹⁰⁷. É preciso que haja um trabalho efetivo de sistematização metodológica de forma a instrumentalizar as ONG's para não incorrerem numa prática similar às OG's. Neste sentido, “a EP, enriquecida com o debate pedagógico em todo este processo de redefinição político-ideológico e educativo, poderá vir a fazer propostas à Educação...”¹⁰⁸.

Com relação à defasagem atual do debate pedagógico nas organizações que se destinam ao adolescente das camadas populares, um entrevistado coloca:

A minha crítica às ONG's e às governamentais, é que não se tem uma proposta educativa nesses projetos, esses projetos são projetos de boas intenções, atividadezinha aqui que se faz sabe (...) Mas falta você desenvolver uma preocupação educativa, saber o que você quer fazer, onde você quer chegar com essas crianças (...) Pra mim é um reforço discriminatório essa coisa, quando você vai botar um filho seu na escola,

¹⁰⁵ SANTOS e CARDOSO, op. cit.: 16-17.

¹⁰⁶ CENDALES, Lola e POSADA, Jorge. “A Questão Pedagógica na Educação Popular”. In: GARCIA, Pedro B. et alii. Op. cit.: 116.

¹⁰⁷ DREYFUS e RABINOW, op. cit.: 222.

¹⁰⁸ CENDALES e POSADA, op. cit.: 118.

você tenta saber qual é a proposta desse colégio, como é que tão ensinando (...) 'O que tá sendo oferecido tá bom demais pra esses meninos'.¹⁰⁹

A despeito de uma posição da sociedade como um todo no que se refere a uma “qualidade” nas propostas educativas para os adolescentes das camadas populares, acreditamos que a defasagem desta discussão nos espaços das ONG's está vinculada ao caráter pragmático das suas práticas conforme já comentamos. Por sua vez, todo o trabalho de avaliação institucional que tem sido realizado, sobretudo no nordeste, tem conduzido as ONG's a repensarem as suas mais variadas particularidades institucionais, dentre elas a sistematização de seus trabalhos.

Acreditamos que toda uma discussão que possa ser desenvolvida na área específica da educação, com relação a um questionamento sobre sua prática, não poderá dispensar uma reflexão sobre a questão do poder. Neste sentido, pensamos que as ONG's têm grandes possibilidades de reverterem o quadro atual de suas práticas sociais dirigidas aos adolescentes em função de uma relação permanente de “afrontamento” com o poder. Resta acrescentar em suas discussões, o que procuramos desenvolver neste trabalho como um todo: o poder existe de várias formas na sociedade moderna, notadamente através de forma velada, não explícita e mantida através de produção de positivities. Falamos do biopoder que sustenta a governamentalidade dos indivíduos e populações, seja através das tecnologias do eu, seja das tecnologias disciplinares. É preciso considerar que o poder não localiza-se externamente, pois ele apenas se materializa através das tecnologias e, portanto, situa-se fora e dentro dos espaços organizacionais. Não se trata de visualizá-lo nos procedimentos rotineiros de uma burocracia, embora aí também se aloje, trata-se de procurar “esquadrinhar” as práticas sociais para delimitar, objetivar os elementos que o corporificam, seja os regulamentos internos, os projetos de trabalhos com adolescentes, as discussões em assembléias, a redação das atas de reuniões... Enfim, desempoeirar os arquivos, resgatar a memória institucional e percorrer todo um caminho em busca da formação discursiva e não-discursiva que geriu sua prática. *Saber* de sua história discursiva, tomando o *poder* para si.

¹⁰⁹ Entrevista no. 09.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as ONG's tenham se constituído na segunda metade deste século e a prática com adolescentes a partir da década de 70, especialmente após a criação do ECA, para compreendermos o discurso que subsidia esta prática tivemos que resgatar um percurso histórico, fundamentados nas hipóteses genealógicas, remetendo-nos até o início deste século de forma a puxarmos o fio de nossa história de onde vêm aportar-se as ONG's e, transpondo-nos até o século XVIII para situarmos o advento da categoria "adolescência".

A pesquisa histórica é o cerne da análise de um discurso, uma vez que este se constitui a partir de certas condições de possibilidade, condições estas entremeadas com o poder, que as produz, gerindo os saberes e instituindo os discursos.

O surgimento do conceito de adolescência enquanto categoria, séc. XVIII, dá-se após o estabelecimento de um Estado que para se efetivar precisa exercer um controle sobre a população e, mais especificamente, sobre os indivíduos, instaurando, assim, o biopoder que possibilitará a governamentalidade sobre os indivíduos. Dirigir-se ao homem, ao indivíduo, possibilita, então, o advento de categorias tais como infância, adolescência etc. historicamente datadas, situando-se num mosaico cuja base é o poder. Com a delimitação dos indivíduos, a partir de uma catalogação inicial implementada pela demografia a respeito das "idades da vida"¹ temos sua apropriação pelas "disciplinas", a partir das quais organizou-se o saber que veio a instituir-se mais precisamente no séc. XIX com a medicina, a pedagogia e, posteriormente, sociologia e psicologia, marcando o surgimento das ciências humanas. Enfim, a emergência do discurso sobre a adolescência deu-se no bojo das práticas institucionais, *locus* de organização de diversas disciplinas que virão surgir na modernidade a partir da organização dos saberes cuja fonte será o indivíduo moderno apreendido nestes espaços.

O discurso que se organizou em torno e a partir destes saberes fundou uma série de práticas sociais das quais procuramos destacar algumas ao longo deste século até chegarmos à contemporaneidade com a prática das ONG's.

Temos *a priori*, segundo o discurso instituído, que o adolescente vive uma fase diferenciada cuja posição face aos lugares sociais destinados aos adultos, institui uma condição de marginalidade. Absorvido sobre si mesmo não se insere na "aldeia dos homens". É preciso destinar-lhe locais apropriados que venham possibilitar tal inserção, e assim determina-se espaços, códigos etc. que dêem conta desse percurso, assegurando que sua condição marginal não ameace as estruturas de organização e regulação do social.

No cenário de nossa história, vimos que as organizações foram instituídas com este propósito. Seja os reformatórios, SAM, FEBEM etc. vieram conferir um lugar para o adolescente que, provisoriamente, não tinha um lugar social. Durante esta "hibernação", nutria-se com tecnologias especificamente destinadas ao apaziguamento de suas inquietações, ao recalçamento de seus desejos, e à incorporação dos ditames sociais a partir da "aprendizagem" do cuidado de si.

Desta feita, as organizações destinadas aos adolescentes não visaram nada mais que destinar-lhes uma prática normativa. E quanto às ONG's?

As ONG's são organizações que se constituíram em torno de um ideal de democracia, de exercício de cidadania, cujo eixo central refere-se ao poder, notadamente o poder exercido pelo Estado, cuja lógica política, econômica, social e cultural é excludente, uma vez que não privilegia a população como um todo.

Desde que se inseriram socialmente, não concebem uma prática desvencilhada das questões políticas, econômicas, sociais e culturais uma vez que se entende que é neste âmbito que se dá a exclusão dos indivíduos e, portanto, o impedimento do exercício da cidadania e realização de uma democracia plena.

Pautadas neste compromisso, constituem uma ética que visa a emancipação do sujeito, dando encaminhamento a uma prática que se caracteriza por uma certa militância em relação a este compromisso. Neste percurso, firmam-se enquanto entidades atentas ao poder exercido pelo Estado e pelas demais instituições que o representam.

Neste campo, destacamos um dado que consideramos valioso e cuja revelação foi possibilitada pelo referencial teórico-metodológico que nos fundamentou. Trata-se de

¹ Cf. LINS, op. cit.: 03.

como os representantes destas entidades lidam com a questão do poder. Na realidade, a postura em relação a esta questão é de que o poder é externo, exercido pelas organizações vinculadas ao Estado. Embora não sejam ingênuos quanto ao exercício de poder que toda e qualquer instituição possa realizar, de qualquer forma a concepção desse poder é de que ele é externo ao indivíduo e que, corrigindo procedimentos, rotinas, estatutos ou seja o que for, pode-se eliminá-lo ou controlá-lo.

No entanto, o poder investe em tecnologias e aporta nas instituições direcionando a prática dos profissionais. Seus recursos, seus procedimentos embasam-se no discurso normatizante, notadamente veiculado pela medicina e educação que imputa um caráter seja higienizante, seja correccional. Assim, incorporando tal discurso e constituindo-se num espaço onde o poder vem infiltrar-se e encenar-se, as ONG's constituem-se, da mesma forma que qualquer instituição social, como uma das peças de relações de poder. Uma vez que o corpo social é atravessado por diversas relações de poder cujo estabelecimento e funcionamento relaciona-se a um determinado discurso² e entendendo o processo educativo como um dos meios pelo qual o sujeito encena sua subjetividade através das relações de poder que estabelece, concluimos, que o discurso predominante nas ONG's com relação à adolescência contribui também no sentido de uma normatização da subjetividade destes sujeitos.

Percebemos, assim, a relevância de se inserir a reflexão com relação ao poder, de acordo com Foucault, ao biopoder, para que as ONG's possam instrumentalizar-se mais apropriadamente para marcar sua diferença em relação às demais organizações sociais. Enquanto isso não se dá, vimos que a prática discursiva se infiltra nos seus trabalhos também contribuindo para a normatização do adolescente. Portanto, a educação popular implementada pelas ONG's, embora seja distinta de outras práticas, não "inova" quato à postura com relação aos adolescentes por estar embasada, fundada e sustentada sobre as mesmas práticas discursivas.

É imprescindível que os atores inseridos nas ONG's dêem-se conta que tais ideais só poderão efetivar-se na medida em que são geridos nos próprios espaços institucionais, através da elaboração e compreensão das relações de poder que existem nos eixos mais simplórios de suas organizações.

² Cf. FOUCAULT, 1990, op. cit.: 179.

Apesar de uma posição crítica em relação aos fatos sociais, embora se mantenham atinados em relação ao cotidiano, os integrantes das ONG's tornam-se absorvidos numa prática que requer o máximo de flexibilidade, de mobilidade o que os direciona para um certo pragmatismo, pois em função da múltipla redução seja de tempo, orçamento, pessoal etc. acabam privando-se de uma reciclagem profissional, de uma avaliação de procedimentos etc. Uma das consequências disso, e que nos chamou atenção neste trabalho, foi a defasagem teórica que ora apresentam e cuja problemática tem sido apontada nos trabalhos de redefinição institucional que têm sido implementados no âmbito das ONG's. Como sugestão das avaliações realizadas, e aqui incluímos a nossa, tem-se apregoado a necessidade de um trabalho de sistematização metodológica nestes espaços junto a sua população constituente.

Sugerimos, como medida pertinente a ser tomada no quadro de uma sistematização metodológica, que possa haver oportunidade de se estudar teóricos que permitam uma analítica de uma microfísica do poder que, no caso das ONG's, proporcionando revisitar-se as práticas discursivas. Assim sendo, é na medida que possam compreender a questão do poder implícita no discurso que veiculam, que poderão criar dispositivos que possam explicitar os mecanismos de controle que tal poder induz. Daí, é possível que a prática junto aos adolescentes possa constituir-se realmente de forma emancipatória, a partir de um discurso “revisitado”, legitimando tais projetos, onde “a eficácia profunda desse processo se dará quando esse discurso se difundir no espaço”³.

Para além de definir-se para quem trabalhar, é preciso delimitar o porque (analítica do poder) e como (teoria específica). No caso dos trabalhos com adolescente, é preciso refletir-se a respeito da relação de poder que se estabelece com esta população no decorrer dos trabalhos implementados, como também é preciso fundamentar-se para o encaminhamento destes trabalhos, a partir do que foi produzido a respeito da adolescência.

Produção esta historicamente datada e situada numa estrutura de poder no campo das ciências humanas devendo, então, ser permanentemente (re)visitada, uma vez que

³ KAMINSKI, Gregório. “Instituições, Democracia e Sociedade”. In: BERLINCK, Manoel e RODRIGUEZ, Sérgio. *Psicanálise de Sintomas Sociais*. São Paulo, Edit. Escuta, 1988: 220.

procuramos enfatizar aqui a relação do saber com o poder. No entanto, mesmo sob o controle de um poder que se renova e se metaboliza a todo o instante, o homem não escapa ao “destino” de prosseguir dando curso à história. Mesmo que neste curso se produzam positivities, exerça-se o poder, enfim, apesar do niilismo com relação à liberdade plena e à desconfiança quanto a um exercício pleno da cidadania e a uma emancipação total, o homem tendo condições de pesar sobre suas produções pode contribuir para o curso da história invertendo a lei de uma pura sobredeterminação.

Embora as ONG's mantenham uma prática que contribui para a normatização dos adolescentes, acreditamos, contudo, que por constituírem-se de forma a privilegiar o sujeito enquanto sujeito de ação, mostram-se em condições de indagar-se a respeito de suas práticas, sobretudo no momento atual onde têm privilegiado as discussões acerca da redefinição institucional a qual incorpora a avaliação de sua sistematização metodológica. Ademais, a maneira como delimitam seus espaços e a preocupação com relação à sua identidade, vêm assinalar uma posição, diante da estrutura de poder, de questionamento e resistência. Embora não atinem para o poder que abordamos neste trabalho, o biopoder, enquanto instância que se insere nas instituições e dissemina-se no corpo social através de vários dispositivos, pensamos que as ONG's uma vez que possibilitadas de tomá-lo em análise, poderá ter condições de posicionar-se de forma mais definida a começar pela (re)visitação de suas próprias práticas sociais.⁴

Este trabalho procurou desenvolver a questão da prática social das ONG's com adolescentes, a partir das considerações com relação às práticas discursivas que a sustentaram. Tendo elegido uma questão específica, não ousamos dizer que, no entanto, tenhamos esgotado esta temática. A partir dos dados apresentados cremos que vários trabalhos podem advir deste. Particularmente, algumas questões nos foram suscitadas e a respeito delas nos dirigimos a seguir.

Segundo Rodolpho Ruffino, a adolescência é um acontecimento

*que se apresenta à subjetividade moderna sob uma dupla face. Em uma das faces, é uma **instituição historicamente constituída** que caracteriza a modernidade e se materializa na subjetividade de cada um ao tempo de seu final de infância. Em outra face, é uma*

⁴ Para ressaltar nosso posicionamento com relação as ONG's, rever a conclusão do capítulo III, págs. 171 a 173. Frisamos, ainda, que cada capítulo finda com uma reflexão compondo três pontos centrais da análise elaborada neste trabalho: “o jurídico não dá conta do real” (ver capítulo II); “a necessidade das ONG's revisitarem a categoria do poder” (ver capítulo III); e, “a prática social das ONG's com adolescentes é também normatizante” (ver capítulo IV).

*operação psíquica que se põe em marcha no interior da subjetividade de cada um por faltar fora, no espaço da sociabilidade, o trabalho que outrora for societário e que cuidava da hominização adulta dos membros de uma comunidade.*⁵ (grifo nosso)

Consideramos que, tirando as consequências sócio-política e econômica que uma prática normatizante traz, existem outras nuances advindas do sujeito adolescente das quais, para finalizarmos este trabalho, iremos discutir um pouco. Tendo abordado a adolescência enquanto “instituição historicamente constituída”, pretendemos aprofundarmo-nos, em outro estudo, a respeito da adolescência enquanto “operação psíquica” e que, a nosso ver, pode contribuir também para aqueles que desenvolvam trabalhos com adolescentes, sejam eles no âmbito social ou clínico.

A pedagogia, instrumentada no discurso científico, inaugura sua prática em diversos espaços, seja escolas, instituições de saúde, governamentais ou não-governamentais, pleiteando um saber total e universal que se dá ao custo da exclusão, pelo discurso da ciência, de qualquer sombra de singularidade⁶. Ignorar o adolescente enquanto sujeito desejante, desconhecendo suas demandas subjetivas, colabora para uma relação de poder fortificada pela condição de objeto que se impõe ao adolescente. Possibilitar a fala deste sujeito é reposicionar-se nesta relação de poder, trabalhando efetivamente para a assunção do sujeito, para sua “emancipação” que vai além do plano meramente jurídico.

Creemos, que compreender as “especificidades” desta faixa etária poderia contribuir para a realização de um trabalho que propiciasse um direcionamento para a passagem adolescente. A respeito da “simpatia” das ONG's com relação à cultura popular, aos trabalhos comunitários, uma contribuição para esse sujeito adolescente seria dar curso às atividades que se acredite ser indispensáveis, mas deslocando o eixo de centralização. Apesar de deter-se sobre o conteúdo, sobre a metodologia (dinâmicas), é preciso planejar todo um trabalho que possibilite tanto a implementação do que se propõe, como a inserção do adolescente no espaço social do qual faz parte. Nessa medida, pensamos que abrir espaços na comunidade para as atividades com

⁵ RUFFINO, Rodolpho. “Adolescência: Notas em Torno de um Impasse”. In: REVISTA DA APPOA, op. cit.: 42.

⁶ BETTS, op. cit.: 59-60.

adolescentes, imputando-lhes tarefas, aproxima-se de um trabalho que se proponha “emancipatório”. Trata-se de encaminhá-lo para um lugar a partir da escolha de um “ritual” que lhe possibilite advir como sujeito adulto num determinado contexto social

A adolescência deve ser incorporada com todo seu *glamour* e dela tirar o que pode oferecer às práticas sociais, à sociedade. As medidas administrativas, institucionais que procuram “remediá-la” apenas contribuem para um futuro como adultos autômatos, sem criatividade, sem resolubilidade diante dos acontecimentos. As ONG's, especialmente sensíveis a esta questão, devem portanto incorporar algumas destas reflexões para avaliar melhor o alcance de suas práticas sociais com adolescentes, partindo de uma revisitação de suas práticas discursivas.

Revisitação esta que se trate, efetivamente, de escapar à totalização disciplinar, à expansão do biopoder, compreendendo como funciona a sociedade disciplinar e frustrando-a sempre que possível. Trata-se de não subjugar este poder que faz dos indivíduos sujeitos as suas tecnologias normatizantes⁷. É preciso, pois, avaliar, destrinchar, permanentemente, esta rede de poder. No caso deste trabalho, a partir de alguns indicadores apresentados, trata-se, enfim, de repensar a prática educativa com os adolescentes, a partir da consideração de que haverá sempre uma formação discursiva mediando a relação do profissional com o adolescente constituindo uma prática social que se efetiva atravessada por um poder⁸. Resta desnaturalizar tais práticas e discursos de forma a minar a rede de poder e possibilitar a emergência do adolescente enquanto sujeito de direito e de desejo.

⁷ Ver “Sujeito e Poder”. In: RABINOW e DREYFUS, op. cit.: 235.

⁸ Segundo Ma. Rosane Pereira (“A Transferência na Relação Ensinante”. In: CALLIGARIS, Contardo et alii.. **Educa-se uma Criança?** Porto Alegre, Edit. Artes e Ofícios, 1994: 214), “seja qual for o papel que um professor escolha para si, a relação ensinante vai se dar a partir de sua forma discursiva e é o que vai determinar o seu caráter mais ou menos opressivo. Ensinar é sempre uma aventura com a fala, e falar é sempre uma aventura de poder; no espaço da fala não há nenhuma segurança, nenhuma inocência”.

SIGLAS

- ABONG – Associação Nacional das Organizações Não-Governamentais
- ABRINQ – Associação dos Fabricantes de Brinquedos
- CAA – Centro de Apoio ao Adolescente
- CAPC – Centro de Apoio a Projetos Comunitários
- CASA – Centro de Assessoria ao Adolescentes
- CCDM – Conselho Cearense dos Direitos da Mulher
- CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
- CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CENPLA – Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento
- CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
- CMP – Central de Movimentos Populares
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- CNBB – Congregação Nacional dos Bispos do Brasil
- COMDICA – Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente
- DCA (Fórum) – Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de
Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- DEMO (Projeto) – Desenvolvimento Institucional e Metodologias de Trabalho em
ONG's no Nordeste
- DST – Doença Sexualmente Transmissível
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EP – Educação Popular
- ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FCBIA – Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
- FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
- FEBENCE – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará
- FONACRIAD – Fórum Nacional de Dirigentes de Políticas Estaduais para a Criança e
o Adolescente

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMOPEC – Instituto da Memória do Povo Cearense
ISER – Instituto de Estudos da Religião
MNMMR – Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua
NUCEPEC – Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas da Criança
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OG – Organização Governamental
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PLIMEC – Plano de Integração Menor-Comunidade
PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAIS – Programa de Assistência Integral à Saúde (UFC)
PRODIR II – II Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos da
América Latina e Caribe
PROSAD – Programa de Saúde do Adolescente
SACTES – Serviço Alemão de Cooperação Técnica
SAM – Serviço de Assistência ao Menor
SAS – Secretaria de Ação Social
SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
UFC – Universidade Federal do Ceará
UNCED-92 (ECO-92) – Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNICEF - Fundo das Nações Unidas Para a Infância

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bibliografia Citada:

- ALBERTI, Sonia. **Esse Sujeito Adolescente**. Rio de Janeiro, Edit. Relume-Dumará, 1996. p. 15-56.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed.. Rio de Janeiro, Edit. Guanabara, 1981. 279 p.
- BARREIRA, Wilson e BRAZIL, Paulo. **O Direito do Menor na Nova Constituição**. São Paulo, Edit. Atlas, 1989. 156 p.
- BERLINCK, Manoel e RODRIGUEZ, Sergio. **Psicanálise de Sintomas Sociais**. São Paulo, Edit. Escuta, 1988. p. 219-224.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa / Rio de Janeiro, Edit. DIFEL / Edit. Bertrand Brasil, 1989. p. 17-58.
- CALLIGARIS, Contardo et alii. **Educa-se uma Criança?** Porto Alegre, Edit. Artes e Ofícios, 1994. 265 p.
- CARVALHO, Fco. Pereira de Bulhões. **Falhas do Novo Código de Menores**. Rio de Janeiro, Edit. Forense, 1980. p. 09-14.
- CORDEIRO, Celeste. **Brinquedos da Memória: a Infância em Fortaleza no Início do Século**. Fortaleza, Edit. Fundação Demócrito Rocha, 1996. 164 p.
- CORREIA, Ana Izabel (org.). **Mais Tarde... É Agora! Ensaio sobre a Adolescência**. Salvador, Edit. Ágalma, 1996. p. 101-115.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 3a. ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1989. 282 p.
- COSTA, Nilson do Rosário et alii.. **Demandas Populares, Políticas Públicas e Saúde**. Petrópolis, Edit. Vozes / ABRASCO, Vol. 2 - Movimentos Sociais e Cidadania, 1989. p. 145-164.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **De Menor a Cidadão - Notas para uma História do Novo Direito da Infância e da Juventude no Brasil**. Governo do Brasil, s/d. 72 p.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da et alii. **Direito de Ter Direitos**. Brasília, Ministério da Justiça / Ministério da Ação Social - FCBIA / UNICEF, 1991.

- CURY, Munir et alii. (coords.) e COSTA, Ant.o. Carlos Gomes da et alii. (orgs.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado - Comentários Jurídicos e Sociais**. 2a. ed.. São Paulo, Edit. Malheiros, 1992. 783 p.
- DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro, Edit. Relume-Dumará / ANPOCS, 1995. 353 p.
- DOLTO, Françoise. **A Causa dos Adolescentes**. Rio de Janeiro, Edit. Nova Fronteira, 1990. 289 p.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2a. ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986. 209 p.
- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, Uma Trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro, Edit. Forense Universitária, 1995. 299 p.
- ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. 11^o ed.. São Paulo, Edit. Perspectiva, 1994. 170 p.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990). Imprensa Oficial do Ceará, 139 p.
- ENRIQUEZ, Eugene. **O Mal Estar nas Organizações**. Recife, Edit. Litteris, 1990. 95 p. (Memória do Seminário Internacional promovido pela MACROPLAN e Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea)
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. 9^a. ed.. Rio de Janeiro, Edit. Graal, 1990. 295 p.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 4^a. ed.. Rio de Janeiro, Edit. Forense Universitária, 1995. 239 p.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I - A Vontade de Saber**. 12^a.ed.. Rio de Janeiro, Edit. Graal, 1997. 152 p.
- FRANÇA, Ma. Inês (org.). **Desejo, Barbárie e Cidadania - Uma Articulação entre Psicanálise e Política**. Petrópolis, Edit. Vozes, 1994. 186 p.
- FREUD, Sigmund. "Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade". In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro, Edit. Imago, 1976. Vol. VII p. 123-252.

- GARCIA, Pedro B. et alii. **O Pêndulo das Ideologias: A Educação Popular e o Desafio da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, Edit. Relume-Dumará, 1994. 118 p.
- GRUSPÜN, Haim. **Os Direitos dos Menores**. São Paulo, ALMED, 1985. p. 99-116.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica - Cartografias do Desejo**. Petrópolis, Edit. Vozes, 1986. p. 25-126.
- LANDIM, Leilah e COTRIM, Leticia L. **ONG's: Um Perfil - Cadastro das Filiadas à Associação Brasileira de ONG's (ABONG)**. São Paulo, ABONG/ISER, 1996. 220 p.
- LUPPI, Carlos Alberto. **Agora e na Hora da nossa Morte: O Massacre do Menor no Brasil**. São Paulo, Edit. Brasil Debates, 1982. 200 p.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber - A Trajetória da Arqueologia de Foucault**. 2a. ed.. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. p. 55-200.
- MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault, ou o Niilismo de Cátedra**. Rio de Janeiro, Edit. Nova Fronteira, 1985. 277 p.
- MINAYO, Ma. Cecília. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 3ª ed.. São Paulo / Rio de Janeiro, Edit. HUCITEC / ABRASCO, 1994. p. 105-196.
- MONTENEGRO, Ant.o. Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo, Edit. Contexto, 1992. 153 p.
- MONTENEGRO, Thereza. **O Que é O.N.G.?** São Paulo, Edit. Brasiliense, 1994. p. 07-34.
- NUCEPEC. **Infância e Adolescência em Discussão**. Fortaleza, UFC/FCBIA, 1994. 190 p.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque - Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha / Multigraf Edit. Ltda., 1993. 208 p.
- ROURE, Glacy Q. de. **Vidas Silenciadas: A Violência com Crianças e Adolescentes na Sociedade Brasileira**. Campinas, Edit. UNICAMP, 1996. 164 p.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Sujeito da Educação**. Petrópolis, Edit. Vozes, 1994. 258 p.

SIMONETTI, Cecília et alii. **Do Averso ao Direito - Da Situação Irregular à Proteção Integral da Infância e da Adolescência na América Latina.** (Compilação do III Seminário Latino-Americano). Governo do Estado de São Paulo / UNICEF & Malheiros Edit., 1994. 392 p.

VIEIRA, Ma. do Pilar et alii. **A Pesquisa em História.** 2ª. ed.. São Paulo, Edit. Ática, 1991. 80 p.

VIOLA, Eduardo et alii.. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania.** São Paulo / Florianópolis, Edit. Cortez / UFSC, 1995. p. 161-180.

2. Publicações Diversas (documentos de entidades, textos, monografias etc.)

ABONG. **Ata de Constituição da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.** (mimeo). Rio de Janeiro, 10/08/91. 5p. **

ABONG. **Cooperação e Solidariedade Internacional na Alemanha.** 2ª. ed.. Bonn/Rio de Janeiro, Intercâmbio EZE/IBASE, 1994.

ARAÚJO, Eurení Alves e OLIVEIRA, Susana de Mesquita. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Uma Conquista e um Desafio.** (mimeo). Fortaleza, NUCEPEC, julho de 1994. 20 p. (Trabalho de conclusão do curso "Fundamentos Básicos dos Direitos da Infância e da Adolescência").

BAVA, Silvio Caccia. **As ONG's e a Nova Conjuntura Democrática.** (mimeo). s/l, s/d. 6 p. **

BAVA, Silvio Caccia. Entrevista concedida ao SIRCRI/PUC-SP. (Texto extraído da INTERNET). 1997, 08 p.

Carta Convocatória para Rearticulação do Fórum/CE de ONG's. (mimeo). Fortaleza, 19/02/93. 3 p. **

CARVALHO, Ângela Julita Leitão de, SANTOS, Ma. Inês Detsi de Andrade e DANZIATO, Octávia de Carvalho Martin. "Sexualidade e Adolescência - Discurso e Prática nas Instituições de Saúde". In: **Cadernos de Pesquisa.** Fortaleza, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), ano V - no. 07. 1996. 102 p. (Relatório final da pesquisa cujo projeto foi aprovado no Concurso para o Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos - PRODIR II - na América Latina e Caribe, sob a administração da Fundação Carlos Chagas e financiamento da Fundação MacArthur).

Carta Convocatória para Rearticulação do Fórum/CE de ONG's. (mimeo). Fortaleza, 19/02/93. 3 p. **

CEDECA. **Saindo do Papel**. Fortaleza, Imp. Expressão Gráfica, mar/1996. Boletim no. 03.

Circular do Fórum DCA-Estadual. Fortaleza, 12/08/96.

COMISSÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE ONG's. **Carta sobre o Cenário Estadual das ONG's**. Fortaleza, 26/04/96. 02 p.*****

COMISSÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE ONG's. **Relatório do II Encontro Estadual de ONG's**. Fortaleza, 30/08/96. 06 p.**

CONSELHO CEARENSE DOS DIREITOS DA MULHER. **Educação Sexual: Um Caminho para a Cidadania**. Fortaleza, novembro de 1992. 06 Livros.

CUNHA, L. A. e GOES, M. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro, Edit. Zahar, 1986. p. 16-31 (mimeo).

DANZIATO, Leonardo J. B.. **Adolescência – Um Estudo Multidisciplinar**. (mimeo). Fortaleza, 1995.

Documento de Divulgação do CASA. Fortaleza, s/d.

Documento de Divulgação do “Projeto de Atendimento à Crianças e Adolescentes em Situação de Risco” do *Terre des Hommes*. Fortaleza, jun/1995.

FERNANDES, Rubem César. **Sem Fins Lucrativos**. (mimeo) Texto publicado originalmente em “Comunicações do ISER”. 22/11/86. 23 p.*

FERNANDES, Rubem César e CARNEIRO, Leandro. **ONG's Anos 90 - A Opinião dos Dirigentes Brasileiros**. (mimeo) Núcleo de Pesquisa / ISER. Novembro de 1991.****

FÓRUM DE ONG's DO CEARÁ. Relatório do Encontro de ONG's do dia 13/09/90.**

FÓRUM DE ONG's DO CEARÁ. Relatório do Encontro de ONG's do dia 22/10/90.**

FÓRUM ESTADUAL DE ONG's DO CEARÁ. **Carta Princípio**. Fortaleza, 13/08/96. 02 p.*****

FÓRUM ONG's. Relatório do Encontro de ONG's. Rio de Janeiro, 20/11/90.**

GT de Criação da ABONG. **As ONG's e a Esfera Pública: Novos Elementos para a Discussão da Proposta de Constituição de uma Associação Nacional de ONG's**. (mimeo). s/l, abr/91. 3 p. **

- GT de Criação da ABONG. **Convocatória da Assembléia de Fundação da Associação de ONG's.** (mimeo). Rio de Janeiro, 05/07/91. 6 p. **
- GUEDES, Cilene. **IBASE: O Brasil numa Rua de Botafogo.** (Reportagem do Jornal do Brasil de 28/04/96, retirado do site do IBASE na Internet). 5 p.
- LINS, Daniel. **A Adolescência e a História.** (mimeo) Texto do curso de especialização "Família, Famílias" do Centro de Estudos da Família. Fortaleza, janeiro de 1997. 08 p.
- LUDRE e ANDRÉ. **Pesquisa em Educação.** (mimeo) São Paulo, E.P.U.. 1986.
- MENDEZ, Emílio Garcia. "Legislação de 'Menores' na América Latina: Uma Doutrina em Situação Irregular". In: **Da Política de Atendimento ao Menor à Política de Direitos da Criança e do Adolescente.** (mimeo). s/d. p. 14.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Saúde do Adolescente - Bases Programáticas.** Brasília, Novembro de 1989. 24 p.
- MORAIS, Ana Tâmis e MESQUITA, Benedita. **O Perfil das ONG's no Atendimento aos Adolescentes em Relação à AIDS.** Fortaleza, UNIFOR, 1995. 62p. (Monografia do Curso de Especialização em Educação em Saúde Pública).
- NUCEPEC, Pastoral do Menor e UNICEF. **Nós Viemos à vida para Viver!** (Cartilha) Fortaleza, julho de 1990.
- NUCEPEC. **Sexualidade na Adolescência.** Fortaleza, FCBIA, s/d. Série "Saúde". No. 03.
- ONG's/RJ. **Proposta para Discussão (Versão Definitiva) Constituição de uma Associação Nacional de ONG's.** (mimeo). Rio de Janeiro, 22/05/90. 6 p.***
- OSTERNE, Maria do Socorro. **Menino Trabalhador: Identidade no Confronto Família-Rua.** Fortaleza, UFC, 1991. 216 p. (Dissertação de Mestrado do curso de Pós-Graduação em Sociologia).
- PANTOJA, Álvaro (CESE). **O Processo de Discussão e Articulação das ONG's (Entidades de Apoio e Serviço ao Movimento Social Popular) no Brasil em 1990.** (mimeo). s/l, s/d. 7 p. **
- SANDOVAL, Godofredo. **Identidade e Significado das Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento.** (mimeo)****

- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. "Breve Olhar sobre as Políticas Públicas para a Infância". In: **Da Política de Atendimento ao Menor à Política de Direitos da Criança e do Adolescente**. (mimeo). s/d. p. 10-13.
- SANTOS, Ma. das Dores et alii. **Relações entre ONG's e Movimentos Populares Face a Problemática do Desenvolvimento e Meio Ambiente: A ECO 92 e seus Desdobramentos**. (mimeo). Texto de subsídio para discussão no Seminário da Associação Brasileira de ONG's, em out/92. s/l, s/d. 33p. **
- SIMONETTI, Cecília e ARAÚJO, Maria José de Oliveira. **Adolescentes na Virada do Século**. 1991. 23 p. (Texto baseado em pesquisa realizada por Sylvia Cavasin e Denise Martin, ECOS, 1991 e apresentado na Reunion de Trabajo de la Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, Santiago do Chile, Outubro de 1991).
- SOUZA, Herbert de. **As ONG's na Década de 90**. (mimeo) PG 68 - abr/mai 91. p. 20-24.*
- SOUZA FILHO, Rodrigo de (membro do MNMMR). "A Sociedade Civil e as Políticas Públicas - Organizações Não-Oficiais Mobilizam-se em Torno dos Direitos das Crianças". In: **Humanidades**. (mimeo). s/l, s/d. p. 23-27.
- S/a. "O Fim dos Modelos de Desenvolvimento" (mimeo). s/l, s/d. p. 23-35.*****
- VASCONCELOS, Rejane Batista. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Culpado ou Inocente? Uma Análise do Processo de Desmonte da Lei 8069/90 - E.C.A.** Fortaleza, UECE, 1996. 115 p. (Monografia do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas).
- YANNOULAS, Silvia. "Que Sabemos sobre as Meninas e as Adolescentes Pobres no Brasil?". **Projeto UNICEF/FLACSO "As Meninas e as Adolescentes no Brasil"**. (mimeo) Junho de 1992 (Contribuição ao documento de base para o seminário de apoio ao diagnóstico e programação dos Conselhos Municipal e Tutelar do município de Aquiraz).

3. Revistas:

- BERNARDES, Ernesto e NANNE, Kaike. "O Brasil Organizado Funciona". In: **Revista Veja**. São Paulo, Edit. Abril, 09/02/94. p. 70-77.
- CALDERÓN, Fernando e JELIN, Elizabeth. "Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina - Perspectivas e Realidades". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Out/1987 no. 05. vol.2.
- DANZIATO, Octávia C. M.. "Adolescência e Discurso - Aspectos de uma

- Normatividade". In: *Seele - Revista de Psicanálise*. Publicação Virtual/Internet. Out-Dez/1996.
- DANZIATO, Octávia C. M.. "Gravidez na Adolescência - Os Vieses de uma Problemática". In: *Seele - Revista de Psicanálise*. Publicação Virtual/Internet. Jan-Mar/1997.
- DOIMO, Ana Maria et alli.. "Os Novos Movimentos Sociais - Teoria e Prática". In: "**Ciências Sociais Hoje**". São Paulo, Edit. Cortez / ANPOCS, 1986.
- FERNANDES, Rubem César. "Elos de uma Cidadania Planetária". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Jun/1995. no. 28. ano 10.
- FISHER, Nilton B. "Uma Política de Educação Pública Popular de Jovens e Adultos". In: **Em Aberto**. Brasília, ano 11, no. 56, out/dez, 1992. p. 68-73.
- HARAZIM, Dorrit. "À Busca de Parceiros". Entrevista com Miguel Darcy de Oliveira. In: **Revista Veja**. São Paulo, Edit. Abril, 26/10/94. p. 07-10.
- JOVCHELOVITCH, Marlova. "Filantropia ou Cidadania?" In: CADERNOS ABONG. **I Conferência Nacional de Assistência Social**. Caderno CNAS - ABONG apoio UNICEF, s/d.***
- RASSIAL, Jean-Jacques. Entrevista concedida à Associação Psicanalítica de Porto Alegre. In: REVISTA DA APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). **Adolescência**. Porto Alegre, Edit. Artes e Ofícios, 1995. Ano V. no. 11. p. 25-30.
- RUFFINO, Rodolpho. "Adolescência: Notas em Torno de um Impasse". In: REVISTA DA APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). **Adolescência**. Porto Alegre, Edit. Artes e Ofícios, 1995. Ano V. no. 11. p. 41-51.
- SANTOS, Yvone Garcia dos e DIB, Ma. Augusta N. Machado (orgs.). **RECRIANDO - Revista da Criança e do Adolescente de Fortaleza**. Título: "Conhecendo a Criança e o Adolescente de Fortaleza". Fonte: Diagnóstico da Criança e do Adolescente de Fortaleza/94, pesquisa realizada sob a coord. de Glória Diógenes. Fortaleza, COMDICA, 1995. no. 01.
- SOUZA, Cléyde et alii (Projeto DEMO). "ONG's Nordestinas: Transformação e Permanência". In: ABONG. **As ONG's e a Realidade Brasileira - 6**. Cadernos ABONG. São Paulo, Edit. ABONG, DEMO e SACTES/DED, jun/1996. No. 14. 56 p. **

4. Jornais:

ALBUQUERQUE, Tereza Cristina. "Oficinas de Adolescentes". In: **Formação de Lideranças Comunitárias**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste. 16/04/92. Fascículo 13.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. "Resposta à Exclusão?". In: **A Criança e Adolescente em Busca de Cidadania**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste. 27/08/92. Fascículo 10.

COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos. "A Vida no Instituto: Uma Ameaça à Construção da Identidade". In: **A Criança e Adolescente em Busca de Cidadania**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste. 25/06/92. Fascículo 1.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. "A Criança e o Adolescente, dos 'Enjeitados' do Rei aos 'Pivetes' nas Ruas - Três Séculos Depois". In: **A Criança e Adolescente em Busca de Cidadania**. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Universidade Aberta do Nordeste. 25/06/92. Fascículo 1.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O Drama dos Menores** (Fernando Henrique Cardoso). São Paulo, 20/06/91: 1-2.**

O POVO. Fortaleza, 15/01/91.**

O POVO. **Conselho I, II, e III**. Fortaleza, 27/06/91.**

O POVO. Fortaleza, 09/07/91.**

O POVO. Fortaleza, 14/09/91.**

O POVO. **Gravidez na Adolescência** (Marisa B. Xavier). Fortaleza, 07/05/95. Caderno B.

O POVO. **Jovens da Espanha querem Construir Casa em Fortaleza para as Meninas e Meninos de Rua**. Fortaleza, s/d. 1996.

O POVO. **Projetos do Governo Modificam Perfil do Estado** (Informe Publicitário). Fortaleza, 09/12/96: 5-A.

O POVO. **Ruth Cardoso Elogia Programas Sociais Realizados no Ceará**. Fortaleza, 18/12/96.

O POVO. **CE Forma Especialistas em Saúde da Família**. Fortaleza, 29/12/96: 24-A.

JORNAL DA ABONG. **As ONG's e as Políticas Públicas na Construção do Estado Democrático** (Silvio Caccia Bava e Lúcia Pontes). Out/1995: 02-03, no. 12.***

JORNAL DA ABONG. **O Perfil das ONG's Nordestinas** (Projeto DEMO). Out/1995: 05-06, no. 12.***

JORNAL DA ABONG. **O Papel das ONG's na Avaliação de Políticas Públicas e Projetos de Desenvolvimento**. (Magnólia Said). Out/1995: 09-10, no. 12.***

JORNAL DA ABONG. **Carta de São Paulo** (Associações Nacionais de ONG's da América Latina). Mar/1996: 09-11, no. 14.*

JORNAL DA ABONG. **A Agenda de Lutas da CMP** (Entrevista com Raimundo Bonfim). Jun/1996: 07-08, no. 15.***

JORNAL DA ABONG. **Os Desafios do CNAS** (Marlova Jovchelovitch). Jun/1996: 12, no. 15.***

JORNAL DA ABONG. **Nossas Prioridades 97/98** (Conselho Diretor da ABONG). Nov/1996: 06-07, no. 17.***

JORNAL DA ABONG. **A Nova Cultura Democrática**. (Seminário Nacional da ABONG). Nov/1996: 08 e 09, no. 17.***

TRIBUNA DO CEARÁ. **Projeto "Terre des Hommes" Auxilia Crianças Carentes**. Fortaleza, 18/03/91.

* Gentilmente cedido pelo ESPLAR

** Arquivo IMOPEC.

*** Gentilmente cedido pelo IMOPEC

**** Arquivo ESPLAR.

***** Arquivo GAPA

***** Arquivo CASA

***** Gentilmente cedido pelo CETRA

ANEXOS

RELAÇÃO ONG's¹

- 1) **Assessoria aos Trabalhadores Urbanos e Rurais (ATUAR)** - Marcelino / Aécio - *assessoria sindical, jurídica* (A)
- 2) **Assessoria em Educação (HOJE)** - Av. 13 de Maio, 1125 - Ma. do Carmo - fone/fax: 227-4392 - *metodologia para elaboração de cartilhas, educação popular* (A,B)
- 3) **Associação Cearense de Vídeo Popular (ABVP)** - R. Antônio Augusto, 2100 / sl. 402- Meireles - fone: 253-3358 (A)
- 4) **Associação Cristã de Base (ACB)** - Crato/CE - *agricultura, mulher* (A)
- 5) **Associação de Cooperação e Desenvolvimento (ACCOD)** - R. Major Juvêncio s/n - CETREMA - sala 12 - Massapê/CE - fone: 643-1004 (A)
- 6) **Associação dos Voluntários do Hospital São José (AVHSJ)** - Ma. de Fátima - fone: 281-4500 (Hospital) / 292-7544 (Associação) - *atendimento a doentes de AIDS* (A)
- 7) **Associação Grandeza do Povo do Jacunda** - Francisca Fontoura (Franci) - fone: 225-4897/272-6500 - *cidadania e educação* (A)
- 8) **Casa da Esperança*** - Fátima Dourado - *crianças e adolescentes autistas* (A,C)
- 9) **Cearah Periferia** - Débora Cavalcanti - fone: 226-1701/244-3912 - *reforma urbana (habitação)* - (A,B)

¹ Relação obtida através da listagem dos participantes de alguns encontros de ONG's, pesquisas realizadas por instituições diversas e indicações fornecidas nas entrevistas:

(A) Lista do I e II Encontro Estadual de ONG's (lista fornecida pelo Action Nord Surd e GAPPA)

(B) Lista do NUCEPEC (pesquisa sobre prostituição (CBIA) e lista da mala direta)

(C) Lista do COMDICA (relação de entidades que trabalham com a criança e adolescente)

(D) Indicações via contatos e entrevistas

Desta relação, selecionamos as que foram consideradas como atendendo ao perfil da ABONG de ONG's. As que foram excluídas por não atenderem ao referido perfil, apresentaremos mais adiante.

Por mais que se tente uma objetividade, existem imprecisões advindas de questões subjetivas das quais não podemos nos deslindar. E, sendo assim, é evidente que tal relação não é definitiva, até mesmo pelo caráter flexível destas organizações ligadas ao movimento social.

* ONG's que trabalham com crianças e adolescentes.

** ONG's que trabalham especialmente com adolescentes.

- 10) **Centro de Assessoria ao Adolescente (CASA)**** - R. Tianguá, 158 - Aerolândia - Rosângela Sena e Silva e Tereza Moreira²: 225-0929 - *assessoria e consultoria na área da infância e adolescência* (A,C,D)
- 11) **Centro de Convivência Madre Regina (CCMR)** - Irmão Jorge e Ma. de Fátima Lavor- fone: 292-4230 - *atendimento a portadores do HIV e doentes de AIDS* - (A)
- 12) **Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA)*** - Frans Van Kelner - fone: 231-7936/281-7048 - *assessoria jurídica* (A,B,C)
- 13) **Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza** - R. Fernando Augusto, 987 - Prq. Sto. Amaro - fone: 294-2162- Roseane Pereira Queiroz - *assessoria jurídica infanto-juvenil e formação para a cidadania* (A,B,C)
- 14) **Centro de Defesa dos Direitos Humanos Ant.o. Conselheiro (CDDHAC)** - fone: 922-0126 fax: 829-0126 - Senador Pompeu/CE - *direitos humanos e cidadania* (A)
- 15) **Centro de Educação Popular e Meio Ambiente (CEPEMA)** - Genaro - fone: 611-1518 - Sobral/CE (A)
- 16) **Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Movimento Rural (CETRA)** - Tr. Pará, 12 - Ed. Sul América, 7o. andar/sls. 705-708 - fone: 231-1693 (Lucinha: 231-1056) - *desenvolvimento rural, mulher e cidadania e educação política* (A,B)
- 17) **Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador (CEAT)** - Rossana Farias - fone: 611-1149 - Sobral/CE - *assessoria jurídica, cooperativismo e gênero* (A)
- 18) **Centro de Estudos Prostituição-AIDS (CEPA)** - Av. Jovita Feitosa, 492 - Prq. Araxá - Ma. Lourdes Muniz Campos - fone: 243-7118 - *prevenção a AIDS em prostituição* (A,B,C)
- 19) **Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR)** - R. Princesa Isabel, 1271 - fone: 221-1324 - Malvinier Macedo - *agroecologia, apoio as organizações populares, políticas públicas e mercado, gênero* (A,B,D)
- 20) **Comunicação e Cultura Iniciativas Culturais** - R. Castro e Silva, 121, sls. 108/110 - Centro - fone: 231-6092 - *jornais alternativos, comunicação impressa* (A,C)
- 21) **Comunicação e Educação Ambiental - Catavento** - Edgard Patrício - fone: 292-1723 (A)

² Os nomes sublinhados destacam os profissionais entrevistados nesta pesquisa. A referência aos profissionais no corpo do trabalho está numerada de acordo com a ordem cronológica das entrevistas, não coincidindo com a ordem disposta nessa relação.

- 22) **Comunidade Educacional Padre Anchieta (CEPAN)*** - R. Aline Colares, 90 - Jardim Oeste - Ant.o. Bezerra - Cx. Postal: 3405 - fone: 228-1843 (Euvaldo: 228-2920 / 231-9552) - *crianças e adolescentes, educação formal e profissionalizante, trabalhos em Fortaleza e interior* (A,B,C)
- 23) **Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescentes (EDISCA)*** - R. Dragão do Mar, 326 - Praia de Iracema - Presidente: Dora Isabel do Araujo Andrade - fone: 267-3024 (B,C)
- 24) **Foundation Terre des Hommes**** - Sede: 263-2172 / 263-3940 - R. Manoel Jesuíno, 112 - Direção: Amilton Vale - Casa das Meninas - 291-2152 (Coord. da casa: Irmã Ma. José) (A,B,C,D)
- 25) **Fundação Casa Grande - Memorial do Homem do Kariri**** - Alemberg Quindins e Rosiane fone: 523-1588 (Rosiane SESC: 511-1729 e Alemberg Rádio Centro: 511-5381) - *arqueologia, mitologia através da arte com crianças e adolescentes, e ainda, ecologia, reciclagem e rádio* (D)
- 26) **Fundação Terra** - fax: 321-1133 Guraramiranga/CE - *meio-ambiente* (A)
- 27) **Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA)** - Vice-Presidente: Armando de Paula - Secretária: Adriana - Av. do Imperador, 1333 - fone: 253-4239 / 253-4159 - *prevenção a AIDS e capacitação* - (A,B,D)
- 28) **Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC)*** - fone: 252-4910 - Presidente: Verônica (recebe verbas de ONG's francesas) - *acompanhamento familiar e estimulação essencial, reforço escolar, adolescente, apoio pedagógico, creche, formação profissionalizante* (A,C)
- 29) **Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB)** - Jaime Sampaio - fone: 281-9081 - *conscientização homossexual, prevenção a AIDS e direitos humanos* (A)
- 30) **Instituto Ambiental de Estudos e Assessoria** - fone: 281-5752 - *direito ambiental e assessoria jurídica* (A,B)
- 31) **Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC)** - Presidente: Célia Guabiraba - Av. Dom Manuel, 1197 - fone: 226-1947 - *cultura e meio ambiente* (A,B)
- 32) **Instituto de Conceitos Culturais (ICC)** - Marilyn Nations - fone: 261-0958 - *prevenção a DST/AIDS* (A,D)
- 33) **Instituto de Pesquisas e Estudo do Ser (IPES)** - Aguiar Junior - fone: 985-7890 (A)

- 34) **Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis (IDER)** - Jorge Anhalt, diretor - *ONG instalada há 1 ano no Ceará* (E)
- 35) **Instituto de Prevenção à Desnutrição e Excepcional (IPREDE)*/**-** R. Prof. Carlos Lobo, 15 - Cidade 2000 - fone: 273-3182 - *prevenção e atenção a desnutrição, saúde, educação, mulher e organização comunitária* (A,B,C)
- 36) **Instituto de Saúde e Desenvolvimento Social (ISDS)** - Jay Mcauliffe - fone: 281-7799 (A)
- 37) **Instituto Nosso Chão** - Marcos Passenini - fone/fax: 225-0321 - *trabalham com vídeo popular, educativos. Têm catálogos de vídeos* (A)
- 38) **Instituto TerraMar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal** - Soraya Tupinambá - fone: 281-2655 - *meio-ambiente, capacitação e defesa de direitos (regiões litorâneas)* (A,B)
- 39) **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)*** - R. Pedro I, 461 (Beliza / Marize) - fone: 251-1648 / 254-5599 / 231-9024 (611-0356) (A,B,C,D)
- 40) **Núcleo de Integração pela Vida (NIV)** - Débora Guerra - fone: 253-4159 - *valorização da vida e prevenção as DST/AIDS* (A,D)
- 41) **Serviço de Promoção Humana (SPH)** - Benedito Ferreira - fone: 621-0024 - Camocim/CE - *desenvolvimento integral de populações de baixa renda* (A)
- 42) **Vida Brasil** - (ex-Action Nord Surd) Presidente: Patrick Oliveira (secretária: Consolação) - Av. Monsenhor Tabosa, 111 sl. 21/23 - fone: 253-4219 - *educação alimentar* (A,B)
- 43) **Visão Mundial** - Carlos Queiroz - Tv. Pará, 12 / 10o. andar - fone:251-1331 - *apoio técnico e financeiro a outras entidades. Áreas privilegiadas: educação, saúde e outros* (A,B,D)

RELAÇÃO DE OUTRAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS³

- 1) **Associação Beneficente de Profissionalização do Menor***** - Benevaldo - *associação, criança e adolescente, adultos* (A) - Entidade filantrópica.
- 2) **Associação Gnostica de Est. Antropológicos e Ciência***** - R. Vicente Spindula, 796 - Aeroporto - Edson - 292-9286 (B) - Escola de 1º. grau. Instituição filantrópica conveniada com a prefeitura.
- 3) **Associação das Prostitutas do Ceará (APROCE)** - Ma. Evanilda - fone: 227-4333 - *organização do movimento e prevenção a AIDS em prostituição* (A) - Entidade representativa. "A ONG não representa ninguém especificamente, ela trabalha em prol dos direitos de uma determinada população, mas que possa ser generalizada".
- 4) **Associação das Rádios Comunitárias de Fortaleza (ARCOS-CEPOCA)** - Inês - fone: 290-7652 - *formação de repórteres populares, representação das rádios comunitárias da periferia e articulação com ONG's* (A) - Entidade representativa.
- 5) **Associação Maria Mãe da Vida***** - R. General Costa matos, 80 - N. Senhora das Graças - Pe. Adolfo Serripierro - fone: 223-6579 (C,D) - ligada à Congregação São Camilo.
- 6) **Associação Missão Tremembé** - fone: 243-7675 - *questão indígena* (A) - "Representa os índios, mas tem uma conotação missionária".
- 7) **Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA)** - Bernardo Marin - fone: 253-1890 (A) - Entidade representativa.
- 8) **Caritas Brasileira Regional Ceará** - R. Felino Barroso, 405 - Fátima - fone: 231-1836 fax: 231-4783 (A,B,D) - Entidade da ala progressista da Igreja ligada a CNBB.
- 9) **Centro de Apoio a Projetos Comunitários (CAPC)** - (252-4750) - Presidente: Rejane Oliveira 261-2902 - Fundadora: Tereza Albuquerque (atualmente diretora técnica da FEBENCE) - (A,B,C) - ONG Desativada.
- 10) **Centro de Capacitação de Dirigentes de ONG's (CECADI)** - Celina Ellery - fone: 265-1883 - *capacitação de ONG's* (A) - "A verba recebida é do governo e seus projetos seguem a linha do desenvolvimento sustentável do governo".

³ Reunião com representante ABONG (Magnólia Said, 12/11/96) e representante CASA (Rosângela Sena, 19/12/96). As demais seguidas de asteriscos (***), foram por nós definidas enquanto "não-ONG" baseados nos critérios da ABONG, tendo em vista os representantes não terem chegado a uma definição, seja por dúvida ou por desconhecimento da entidade.

- 11) **Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH)** - fone: 226-1953 fax: 252-1642 - *terra e moradia, justiça e segurança pública* (A,C) - Entidade da Igreja.
- 12) **Centro de Desenvolvimento Infantil** - Mary Alice - fone: 272-2184 - *crianças carentes* (A) - Entidade filantrópica ligada ao CCF que coordena as entidades a ela vinculadas, não é autônoma.
- 13) **Centro de Educação Integrada à Infância e Adolescência (CEIA)** - R. Alberto Ferreira, 564 - Jardim Iracema - Lucilene Fernandes da Silva - fone: 282-1177 - *educação e nutrição* (A,C) - Entidade filantrópica ligada ao CCF.
- 14) **Centro de Estimulação e Desenvolvimento Infantil** - Ma. de Jesus Dias - fone: 282-1187 - *crianças de 0 a 6 anos* (A,C) - Entidade filantrópica ligada ao CCF.
- 15) **Centro de Formação e Desenvolvimento (CEFODE)***** - Strasbourg/França (convidada Vida Brasil) - Cristina Morais - fone: 243-5258 (A) - ONG estrangeira? Não obtivemos contato.
- 16) **Centro Juvenil Dom Bosco** - Irmã Paola Pellanda - fone: 272-9407 - Av. Luciano Carneiro, 2470 - Vila União - (após "Mudanças Confiança") (B,C,D) - Entidade ligada à Igreja.
- 17) **Cidadania, Planejamento e Assessoria em Políticas Públicas** - fone: 244-2004 (B) - A verba recebida é do governo. Seus projetos seguem a linha do desenvolvimento sustentável do governo.
- 18) **Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde** - Lilith - Tv. Napoleão, 82 (B) - Desativado.
- 19) **Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza** - fone: 224-9477 fax: 261-3708 (B) - Ligado à Câmara Municipal.
- 20) **Comissão Pastoral da Terra (CPT)** - (CE) - 226-1413 (A,B,C) - Entidade da Igreja.
- 21) **Comunidade Nossa Senhora das Graças do Pirambu***** - R. Nossa Senhora das Graças, 13 - Pirambu - Pe. Ant. José Martins - fone: 283-2355 (Irmã Fátima: 223-2490) (B,C) - ligada à Paróquia Nossa Senhora das Graças do Pirambu
- 22) **Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)** - Sylvia Silva - fone: 243-8700 - *assistência social* (A) - Entidade representativa.
- 23) **Corporação dos Artesãos e Entidades Artesanais do CE** (A,C) - Entidade representativa.

- 24) **DED (antiga SACTES)** - Hans Juergen Fiege (João Alemão, ex-FASE) - fone: 262-6832 - *agência financiadora e de cooperação técnica* (A) - Funciona apenas como agência financiadora com verba exterior governamental.
- 25) **Desafio Jovem do Ceará** - fone: 224-8115 fax: 261-7234 (A,B,C) - Entidade filantrópica.
- 26) **Développement Enfance du Monde (DEM)***** - Jaime - fone: 231-7898 - *crianças e adolescentes carentes em situação de risco* (A) - ONG estrangeira? Não obtivemos contato.
- 27) **Diakonia** - fone: 231-5292 - *organização de movimentos populares ligados a movimentos religiosos* (A) - Entidade da Igreja.
- 28) **Encontro de Entidades Comunitárias (ENECOM)** - Edmilson - fone: 621-0235 - Camocim/CE (A) - Não constitui uma entidade.
- 29) **Fórum Cearense dos Direitos Humanos** - Av. Desembargador Moreira, 2807 - Meireles - fone: 277-2500 / 277-2999 (B) - Organização ligada à Câmara.
- 30) **Federação das Entidades Comunitárias do Estado do Ceará (FECESE)** - fone: 252-3864 (A) - Entidade representativa.
- 31) **Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE)** - fone: 231-7548 - *movimento sindical agrícola* (A) - Entidade representativa.
- 32) **Frente de Assistência à Criança Carente***** - R. Ana Gonçalves, 345 - Pio XII (A,C) - Entidade filantrópica.
- 33) **Fundo Cristão para Crianças (CCF)** - R. Tavares Coutinho, 310 - Papicu - fone: 225-1483 / 234-3133 / 234-4000 fax: 234-3013 - *crianças e adolescentes carentes* (A,B,C) - O trabalho é assistencial e a verba é de governos do exterior.
- 34) **Grupo de Pesquisa e Intercâmbio Tecnológico (GRET)***** - Débora - fone: 226-1701 (A,B) - ONG extinta em janeiro de 1997. Algumas das atividades foram incorporadas pelo Cearah Periferia. O término da ONG deu-se em função da finalização da cooperação.
- 35) **Instituto Bom Pastor***** - Av. Filomeno Gomes, s/n - Jacarecanga - Irmã Julia Soares da Cunha - fone: 223-0658 - *mulheres, crianças e adolescentes* (A,B,C) - Entidade religiosa ligada à Congregação nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor.
- 36) **Instituto das Irmãs da Redenção***** - Irmã Elizabeth 243-3424 - R. Nossa Senhora das Graças, 140 - Pirambú (A,B,D) - Entidade vinculada à Congregação Religiosa das Irmãs da Redenção.

- 37) **Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea** - desativado - Presidente: Pedro Albuquerque (B,C,D) - ONG desativada.
- 38) **Instituto Participação Consultoria e Desenvolvimento Humano - UECE/Ciências Sociais** - Ma. Raquel Azevedo - fone: 225-5857 - *desenvolvimento organizacional e consultoria em ação comunitária* (A) - Órgão governamental.
- 39) **Movimento de Educação de Base (MEB)** - Ma. Neuverina - fone: 611-2594 - Sobral/CE - *práticas educativas de alfabetização de jovens e adultos* (A,B) - Movimento ligado à Igreja.
- 40) **Movimento de Educação de Base (MEB)** - Valdenir - Itapipoca/CE (A) - Movimento ligado à Igreja.
- 41) **Movimento de Educação de Base (MEB)** - Ma. Ozirene - Limoeiro do Norte/CE (A) - Movimento ligado à Igreja.
- 42) **Movimento de Educação de Base (MEB)** - Rdo. Clarindo - Tianguá/CE (A) - Movimento ligado à Igreja.
- 43) **Obra Kolping do Brasil** - Ma. Bernadete - fone: 296-1289 - *capacitação gerencial e apoio a projetos produtivos, formação* (A) - Entidade ligada à igreja.
- 44) **Pastoral da Criança** - fone: 226-9010 (A) - Entidade ligada à igreja.
- 45) **Pastoral do Menor** - R. Rufino Alencar, 80 (Bernardo Rosemeyer) - fone: 254-4652 - *Irmã Crismanda Oliveira* (ex- Pastoral) - R. Prof. João Bosco, 250 / fone: 243-2056 (A,B,C,D) - Entidade ligada à igreja.
- 46) **Pastoral dos Pescadores** - Cláudio - fone: 263-3265 (A) - Entidade ligada à igreja.
- 47) **Pastoral Operária do CE** - fone: 281-6051 (A) - Entidade ligada à igreja.
- 48) **Projeto das Crianças Carentes Felizes***** - Terezinha Castro - R. Carvalho Júnior, 436 - Pio XII - 60130-460 (A) - Entidade filantrópica ligada ao CCF.
- 49) **Rio Cine** - *comunicação* (A) - A verba recebida é do governo. Seus projetos seguem a linha do desenvolvimento sustentável do governo.
- 50) **SOACE** - Daisylin Albuquerque - fone: 261-5021 - *meio-ambiente* (A) - A verba recebida é do governo. Seus projetos seguem a linha do desenvolvimento sustentável do governo.

- 51) **Sociedade da Redenção***** - Cláudia Lopes - fone: 243-3424 - *criança e adolescente em situação de risco* (A) - Na realidade, é "Instituto das Irmãs da Redenção" (ver item 36).
- 52) **Sociedade de Desenvolvimento Comunitário (SODEC)***** - R. José de Alencar, s/n - 63270-00 Fortaleza/CE (A) - Entidade Filantrópica? Não obtivemos contato.
- 53) **União das Comunidades da Grande Fortaleza - trabalhos diversos** (A) - Não se constitui numa organização com estatuto e perfil de O.N.G..
- 54) **União das Mulheres Massapeenses (UMM)***** - Ma. de Fátima Laureano - R. Major Juvêncio, s/n - sl. 02 - CETREMA - 62140-000 - Massapê/CE - *saúde produtiva e reprodutiva da mulher e gênero* (A) - Associação beneficente? Não obtivemos contato.
- 55) **União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES)** - fone: 282-4177 (B) - Não se constitui numa organização com estatuto e perfil de O.N.G..

CONTATOS IMPORTANTES

- 1) **Associação Brasileira de ONG's (ABONG)** - Representante Ceará: Magnólia Said (ESPLAR) 221-1324
- 2) **Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMDICA)** - Presidente: Silvio Varoni - Pedro I, 468 - fone: 252-5157
- 3) **Fundação da Criança da Cidade de Fortaleza (FUNCI)** - Presidente: Ma. Isabel Lopes e Silva - Chefe de Gabinete: Guaraciara Oliveira - fone: 254-5599
- 4) **Núcleo Cearense de Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente (NUCEPEC)** - Direção: Veriana Colaço e Ângela Pinheiro - fone: 281-2877
- 5) **Pacto em Defesa das Crianças e dos Adolescentes em Situação de Risco** - Gracinha Gadelha (ex-COMDICA) 244-4830
- 6) **UNICEF** - Ênnio Svitone fone: 274-1002